



LUSA   
2023

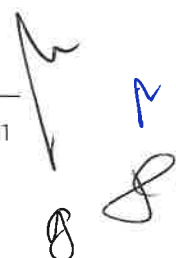
# Relatório e Contas

José Coelho@Lusa

Aprovado em Assembleia Geral de 26 de março de 2024

# Índice

I.	Mensagem do Presidente .....	2
II.	A Agência .....	8
	▪ Introdução.....	8
	▪ Estratégia e Posicionamento.....	11
	▪ Governo da sociedade.....	16
	▪ Estrutura Orgânica .....	17
	▪ Estrutura Acionista.....	18
III.	Relatório de Gestão.....	19
	▪ Atividade desenvolvida .....	19
	▪ Institucional .....	19
	▪ Editorial.....	24
	▪ Produção .....	27
	▪ Agenda.....	30
	▪ Atividade comercial .....	30
	▪ Comunicação e Marketing.....	36
	▪ Inovação/modernização tecnológica .....	38
	▪ Sustentabilidade.....	47
	▪ Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental .....	49
	▪ Formas de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial.....	49
	▪ Análise económica e financeira .....	60
	▪ Proposta de aplicação de resultados .....	70
IV.	Demonstrações financeiras .....	71
V.	Anexo.....	77
VI.	Cumprimento de orientações legais .....	109
VII.	Grelha de práticas de boa governação societária .....	140
VIII.	Relatório e parecer do Conselho Fiscal.....	150
IX.	Certificação legal de contas.....	151
X.	Ata do Conselho de Administração .....	152
XI.	Anexos.....	153





## I. Mensagem do Presidente



O ano transato foi marcado por uma instabilidade política não expectável. O governo revelou algumas fragilidades organizativas ao longo dos últimos dois anos que culminou com a queda do primeiro-ministro no final do ano. Estes factos levaram à marcação de eleições para março de 2024 e ao adiamento de projetos, como o aeroporto, o TGV e políticas importantes, incluindo reformas na comunicação social.

Apesar disto, e sem prejuízo do contexto económico desafiante derivado da inflação com impacto transversal na sociedade portuguesa, a economia e as finanças portuguesas mostraram um desempenho extraordinário e digno de registo, com crescimento do PIB, baixo desemprego, controle da inflação perto dos 5% no final do ano, e redução da dívida pública para cerca de 100% do PIB e com melhoria nos *ratings* internacionais.

Na área da saúde, e apesar de perturbações em alguns serviços, com falta de resposta atempada em unidades hospitalares assistiu-se a um promissor lançamento da Direção Executiva para o SNS onde foram delineados planos de ação, que necessitará de tempo e estabilidade para resolver as lacunas existentes.

No campo educacional, os professores continuaram em greve, prejudicando a qualidade do ensino já afetado pela pandemia, refletido parcialmente nos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) no final do ano.

De realçar que Portugal sediou com êxito a XXXIII Jornada Mundial da Juventude, liderada pelo Papa Francisco, transmitindo mensagens de renovação esperança e inclusão para milhões de jovens e com um reconhecido mérito internacional na sua organização.

No âmbito tecnológico, a Inteligência Artificial, considerado, por uns, um anjo e, por outros, um demónio, teve um papel crescente, com debates sobre seu impacto na humanidade, ressaltando a importância de colocar o ser humano no centro desses avanços. Nesta área a requalificação e qualificação de novas competências será um desafio a ter em conta de modo a evitar a desqualificação.

Na esfera cultural, houve reconhecimento nacional e internacional para artistas portugueses e atividades culturais, com destaque para a escritora Lídia Jorge, que recebeu prémios relevantes não só nacionalmente como internacionalmente.

No cenário internacional, além do conflito contínuo na Ucrânia, um novo surgiu com um ataque do Hamas a Israel, gerando uma crise regional. Eleições em vários países ressaltaram o ressurgimento do populismo e uma crescente polarização política, prevendo instabilidade e falta de consenso para reformas na Europa.

No que diz respeito ao ambiente, Portugal enfrentou consequências das alterações climáticas, com temperaturas recordes, secas e incêndios florestais. Medidas foram tomadas para combater essas mudanças, incluindo a promoção de energia renovável e um plano para transição para economias sem combustíveis fósseis, decidido na COP 28.

Em conclusão, Portugal chegou ao término de um ciclo político com a saída da cena nacional de António Costa e, a breve trecho, de Marcelo Rebelo de Sousa, o que implicará renovação dos líderes, ansiedade pela mudança que se advinha e que esperemos seja de estabilidade, de melhoria das áreas sociais e de desenvolvimento do país.

Indubitavelmente, a atividade da Lusa não ficou incólume a esta realidade. Gostaria de destacar resumidamente algumas das iniciativas que tivemos:

Ao nível editorial:

- Cobertura ampla e vasta sobre os principais acontecimentos políticos do ano com destaque para a demissão de António Costa e início da preparação para a campanha eleitoral. Internacionalmente estivemos presentes em outubro em Israel para cobertura de um novo conflito na faixa de Gaza. Marcámos presença nos sismos ocorridos na Turquia e Marrocos.
- Cobertura e *media partner* das Jornadas Mundiais da Juventude realizadas em Portugal no final de julho e em agosto, tendo sido *media partner* para a área de fotografia, produzindo cerca de 800 fotos para a respetiva *pool*.
- Ao nível da desinformação participámos em várias iniciativas. Destaques para a conferência do Grupo Informal de Literacia Mediática realizada em abril, conferência do IBERIFIER realizada na sede da Lusa onde foram apresentadas as principais conclusões do projeto, divulgação e debate sobre o filme Trust Me, conferência sobre inteligência artificial realizada em setembro.
- Colaboração no projeto IBERIFIER, com 23 parceiros liderados pela Universidade de Navarra, que é um dos 14 *hubs* que abrangem a totalidade dos países da União Europeia, financiado para combater a desinformação através de *fact checking* e de Literacia Mediática. Foi efetuada, em junho, uma conferência sobre os resultados do projeto na Península Ibérica com a presença do Professor Ramón Salaverria e do Dr. Augusto Santos Silva. A Lusa vai integrar mais uma vez a candidatura para a nova edição do IBERIFIER.
- A Lusa candidatou-se ao European Newsroom (enr) 2.0 com sucesso. É um projeto de cooperação entre agências noticiosas de toda a Europa, com início em fevereiro 2024 por um período de 24 meses - AFP, AGERPRES, AMNA, ANSA, ANP, APA, ATA, Belga, BTA, CTK, dpa, EFE, Europa Press, FENA, HINA, Lusa, MIA, PAP, Ritzau, STA, Tanjug, TASR, TT e UKRINFORM. As agências participantes têm oportunidades de formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento conjunto de normas jornalísticas. Ferramentas como a verificação de factos ajudam a defender o jornalismo de qualidade, contrariando a crescente disseminação de desinformação e propaganda. Através da enr, as agências europeias têm igualdade de acesso à informação, abrindo caminho a reportagens abrangentes e diversificadas para além das fronteiras nacionais. As reportagens profissionais sobre a UE e a Europa, divulgadas pela enr, informam as pessoas nos seus respetivos países de forma imparcial e independente. Fornece às agências factos verificados e acesso profissional a notícias e fontes que vão além da propaganda e das notícias falsas. O objetivo da enr é criar um centro de qualidade e integridade jornalística no coração da UE. Em suma, trata-se de agências europeias que trabalham em conjunto - ao mesmo nível e para além das fronteiras. Esta não é apenas a ideia por detrás da redação, mas também a ideia por detrás de uma Europa unida.
- Ao nível de produção de conteúdos gostaria de referir a Lusa cumpriu com o contratualmente definido com cerca de 248 mil conteúdos nos vários formatos apesar do decréscimo face a 2022 devido à realização de menos eventos e apesar da efetivação das Jornadas Mundiais da Juventude.
- A Escola Lusa certificada pela DGERT teve uma atividade assinalável, tendo sido efetuadas 9 edições do jornalismo de agência tendo envolvido cerca de 130 formandos, 10 formadores e 25 convidados. Adicionalmente, foram feitos dois cursos para estagiários, e foram efetuadas sessões de esclarecimento sobre desinformação não só em Portugal como em Cabo Verde e Moçambique.





- Com a finalização das obras do estúdio de gravações, irão ser efetuadas cerca de 20 entrevistas aos líderes partidários que vão concorrer às eleições de 10 março 2024.
- Foi reforçado o nosso serviço de vídeo com mais equipamento para distribuir, em direto e em tempo real, reportagens com a cobertura da Lusa, evitando *downloads* e edições.
- Na área digital, e de forma a aumentar a notoriedade da Agência, continuámos com iniciativas nas redes sociais da Lusa e implementámos o projeto Google News Showcase com a divulgação de 3 serviços desde fevereiro 2023: combate às *fake news*, Igualdade de género e cultura. De realçar também e de forma a ir ao encontro de públicos mais diversos colocámos do Spotify alguns dos encontros Lusa realizados no ano 2023 como os efetuados com a Cotec sobre retenção de talento e inovação.

Ao nível organizacional:

- O contrato de prestação de serviço público para 2022-2027 teve o seu segundo ano de aplicação em conformidade com o definido. De realçar que, por via do aumento salarial fruto das negociações com os sindicatos representativos dos trabalhadores, não previsto no contrato, procedeu-se a um aditamento que contempla a atualização da IC até final do contrato, suportado pela RCM de 3 de julho, tendo obtido visto do Tribunal de Contas em janeiro de 2024.
- Com o aumento do custo de vida e o impacto que a mesma teve nos trabalhadores em várias dimensões financeiras e considerando que o contrato de prestação de serviço para o período 2022-2027 não acomodava esse forte crescimento, verificou-se um endurecimento das formas de luta dos trabalhadores que culminaram na efetivação de uma greve no início de abril durante 4 dias. Posteriormente à audição houve uma audição no parlamento com a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto para fazer o balanço das negociações e analisar possíveis alternativas. Chegou-se a um entendimento de aumentos salariais, no final de maio, de €83 no vencimento base entre outras medidas, que levou a recuperação do poder compra dos trabalhadores. Em julho este aumento ficou formalizado por RCM através da revisão da IC até final do contrato, representando cerca de mais €700 mil em 2023, o que permitiu a concretização dos aumentos salariais. Foi efetuado um aditamento ao contrato de prestação de serviço publico para seguir para o Tribunal de Contas para obtenção do visto, o que veio a acontecer em janeiro de 2024.
- Manutenção do modelo de trabalho híbrido iniciado em fevereiro 2022 para todos os trabalhadores da Lusa, consistindo em 3 dias presenciais e 2 em trabalho remoto, à 2.ª e à 6.ª feira em regime voluntário, neste caso, e de acordo com o estipulado na legislação.
- No Conselho de Administração, registou-se a renúncia da Dr.ª Helena Ferro Gouveia pela Global Media e Páginas Civilizadas, não tendo sido indicado novo vogal para este órgão social, do respetivo acionista.
- Em 2023, concretizou-se o primeiro ciclo de 3 anos sobre o processo de avaliação de desempenho em conformidade com o Acordo de Empresa, depois de um interregno de mais de dez anos, tendo sido atribuídos 38 excelentes e, conseqüentemente, efetuadas as respetivas promoções por mérito e atribuídos os prémios de desempenho.
- Na área da igualdade de género foram retomadas as reuniões com a comissão interna para igualdade de género, foi assinado protocolo cooperação com a CITE, efetuou-se um novo questionário sobre a igualdade de género com uma maior participação do que o de 2019 e disponibilizados os conteúdos desta temática através do Google News Showcase.
- Em consequência dos ciberataques registados em 2022, mantivemos e reforçámos os procedimentos de segurança para mitigar o risco cibernético a que estamos sujeitos.



Foram alterados os acessos à VPN com o objetivo de aumentar a segurança e foi lançado o concurso público de *outsourcing* em moldes diferentes de forma a obter mais valor para a empresa e mais ofertas do mercado.

Foi efetuada uma análise demográfica sobre a população trabalhadora da Lusa e verifica-se que a agência vai enfrentar uma crise de envelhecimento muito preocupante dado que, no final de 2023, cerca de 38% do total têm mais do que 55 anos. Adicionalmente, estes indicadores, quando comparados com o país e outras empresas do setor público, revelam um cenário mais gravoso. Esta situação deve ser considerada do ponto de vista estratégico para bem do serviço público de excelência praticado, bem como para o futuro do ecossistema da comunicação social. Tendo em consideração este contexto e o desfasamento em termos de práticas salariais mais elevadas existentes no mercado de trabalho para competências digitais, a empresa e o setor público empresarial deve considerar uma abordagem intergeracional entre desafios e oportunidades para maximizar os benefícios e mitigar as potenciais dificuldades.

Entre os aspetos favoráveis, destaca-se a riqueza de experiência e conhecimento profundo que os trabalhadores mais velhos geralmente trazem para a equipa. A sua estabilidade e lealdade contribuem para um ambiente de trabalho consistente, enquanto a oportunidade de acompanhar trabalhadores mais jovens fomenta uma cultura de aprendizagem e de transferência de conhecimento.

No entanto, há desafios a serem superados. A adaptação a novas tecnologias pode ser uma barreira, exigindo investimentos em formação para garantir que a empresa permaneça competitiva. Além disso, os custos associados aos benefícios de saúde para uma população envelhecida podem representar uma pressão financeira adicional. Devem também ser equacionados aspetos de motivação derivados de um desgaste, fruto de muitos anos em condições de realização profissional adversas.

A resistência à mudança é outra consideração importante, pois trabalhadores mais velhos podem demonstrar relutância na adoção de novas estratégias e processos. Nesse contexto, é essencial implementar estratégias que promovam a aceitação de mudanças, incentivando uma cultura organizacional ágil.

Fomentar a colaboração intergeracional também é crucial, criando oportunidades para a troca de conhecimentos entre diferentes faixas etárias.

Ao abordar esses aspetos de maneira equilibrada, as empresas podem capitalizar a experiência dos colaboradores mais velhos, promovendo um ambiente de trabalho dinâmico e produtivo, enquanto enfrentam os desafios inerentes ao envelhecimento da força de trabalho.

Ao nível comercial e de marketing:

- A Lusa, à semelhança de 2022, tomou parte e realizou várias conferências. De destacar os Encontros Lusa sobre inovação e retenção de talento com o apoio da Cotec, Iberifier, Trust Me (debate sobre o filme) e Inteligência Artificial – Negócios e Democracia. Participámos no Estoril Conferences e no Encontro Anual do Conselho da Diáspora, entre outras.
- Lançamento do Anuário Lusa 2023 em parceria com a Alêtheia Editores, em que se retratam os acontecimentos desse ano pelos jornalistas da Lusa em texto, imagem e vídeo, tendo sido apresentado no El Corte Inglés de Lisboa em que o orador principal foi a Dr.ª Teresa Violante, e na Câmara Municipal do Porto tendo o orador sido o Cardeal Américo Aguiar.
- Desde o início de 2022 que somos associados do Business Council for Sustainable Development (BCSD) empresas pela sustentabilidade e fomos signatários em conjunto





com vários associados desta organização, neste âmbito dos manifestos sobre a COP27 e COP15.

- De referir que a *newsletter* interna da Lusa SOMOSLUSA teve uma grande atividade ao nível da divulgação de informação interna, na promoção de passatempos, divulgação de protocolos com empresas, e principalmente no sentido de aproximação entre todos, dando a conhecer-nos de uma forma mais informal.
- Com o lançamento, no final de 2022, da aplicação Fairlicensing da Pixray, que permite verificar o uso indevido de imagens do *feed* noticioso da Lusa, conseguimos liderar o processo relativamente ao uso indevido de fotografias de foto jornalistas da Lusa. Para além da possibilidade de comercializar essas fotos, vai permitir adicionalmente angariar novos clientes, migrar antigos clientes para novos serviços de pacotes fotográficos e sensibilizar e regular o mercado sobre a problemática de direitos de autor. Nesta área, o PCA foi convidado pela Visapress para um debate sobre direitos de autor na área da Inteligência Artificial na conferência realizada pela associação PDLN – Press and Database Licensig Network.
- Implementação do novo serviço Google News Showcase, onde iremos ter maior visibilidade com conteúdos que estavam abertos, tais como Igualdade do Género, combate às *fake news*, e outros ligados ao serviço Cultura, atualmente com pouca notoriedade e comercialização.

Por último, e não menos importante, do ponto vista económico e financeiro, a Lusa continua a ter uma disciplina orçamental que mais uma vez permitiu, com exclusão dos efeitos excecionais que não decorrem diretamente da gestão da empresa, o cumprimento das metas definidas no Plano de Atividades e Orçamento.

Tendo em consideração as condicionantes externas e internas acima enumeradas, a Lusa obteve um resultado líquido negativo de cerca de €255 mil em 2023, fruto da constituição de uma imparidade total de cerca de €880 mil referente à dívida do GMG, contudo suportado por um EBITDA positivo de €644 mil. Caso esta imparidade não tivesse sido registada, o valor do resultado antes de imposto seria positivo em cerca de €200 mil e o EBITDA superior a €800 mil. De realçar que em termos de receitas próprias atingiu-se um valor superior a €4 milhões que não era registado desde 2015.

Realçamos ainda que nos gastos operacionais houve um impacto negativo face ao ano transato em gastos com pessoal de €678 mil, mas que em termos orçamentais ficou abaixo do valor considerado. O montante de investimento, ficou muito aquém do expectável atingindo apenas €375 mil em vez de cerca de €800 mil no orçamento.

Neste capítulo, e dado que o visto do Tribunal de Contas só foi obtido no início de janeiro, e os respetivos emolumentos pagos para o período 2023-2027, o aumento da IC de 2023, de cerca de €700 mil, decorrente do aditamento ao contrato de serviço público 2022-2027, ainda não foi pago pelo Estado. Neste sentido vai ser solicitado ao Secretário de Estado do Tesouro esclarecimento sobre a data prevista para liquidação da respetiva verba.

Em termos do ativo líquido, destaca-se a diminuição da rubrica de clientes devido à constituição da imparidade do GMG. Os clientes atingiram assim o valor de €728 mil, refletindo um PMR de 52 dias, que revela uma gestão de carteira equilibrada em termos de cobranças. Regista-se um PMP a fornecedores de 32 dias.

Em conclusão, a atividade da Agência continuou a ser pautada por uma proximidade com a sociedade e a cumprir de uma forma indelével o seu papel de prestar a todos um serviço público de informação factual isento, rigoroso, digno de confiança, valores esses de uma primordial importância nos dias de hoje e que servem de alicerce a todo o sistema da comunicação social e de pilar às instituições democráticas e à democracia portuguesa. Por


último, e de vital importância, nada do acima referido teria sido possível de alcançar sem o esforço de todos os trabalhadores da Lusa, que diariamente dão provas de empenho, eficiência, dedicação e perseverança, e para os quais aqui deixo uma palavra de reconhecimento.




## II. A Agência

### Introdução

- ❖ O Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (Lusa) cumpre o dever de relatar a gestão e apresentar as contas do exercício de 2023 que, através do presente relatório, submete aos órgãos competentes da sociedade.

O Conselho de Administração tomou posse nas reuniões da Assembleia Geral (AG) da Lusa realizadas em 31 de maio e 23 de julho de 2021, tendo sido nomeado para o triénio 2021-2023.

Por renúncia de um vogal não executivo em 19 de outubro de 2021, e AG realizada em 27 de maio de 2022, foi deliberado a eleição de um novo vogal não executivo para completar o mandato 2021-2023. Em 7 de fevereiro de 2023, um outro vogal não executivo apresentou carta de renúncia ao mandato, produzindo efeitos a 31 de março, conforme n.º 2 do artigo 404.º do CSC, não tendo sido substituído.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2023 (PAO 2023) foi aprovado pelo Conselho de Administração (CA) a 19 de outubro de 2022, com parecer favorável do Conselho Fiscal de 29 de novembro de 2022. Apesar da aprovação do PAO 2023 ter sido um ponto da ordem de trabalhos das AG da Lusa de 28 de março, de 23 de maio e de 26 de junho de 2023, o mesmo foi adiado.

A pedido da tutela financeira, por via do ajustamento decorrente da atualização da Indemnização Compensatória resultante da RCM n.º 64/2023, de 3 de julho, e dos aumentos salariais de 2023, conforme Despacho dos Secretários de Estado das Finanças e do Tesouro, de 12 de maio, foi elaborada uma Proposta Diferencial do Plano de Atividades e Orçamento para 2023, aprovada em reunião do CA de 11 de julho de 2023 e na AG da Lusa de 26 de setembro com emissão de declaração de voto do acionista maioritário, através do Despacho n.º 386/2023 do Secretário de Estado do Tesouro.

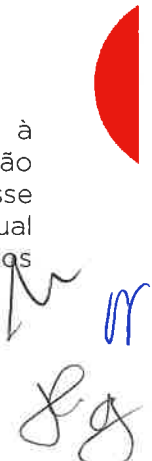
- ❖ Na proposta de Orçamento do Estado para 2023 foi atribuído à LUSA um valor de Indemnização Compensatória (IC) de €16.683.807 (IVA incluído), representando um aumento de 1% face ao valor atribuído em 2022.

O Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre o Estado e a Lusa para o sexénio 2022-2027, foi visado pelo Tribunal de Contas a 24 de agosto de 2022, tendo vigorado retroativamente desde janeiro de 2022. Prevê, relativamente a 2021, um aumento de 2,3% no valor da IC em 2022 e de 1% em 2023, para €13,6 milhões (sem IVA), pago trimestral e antecipadamente, incluindo uma nova fórmula de cálculo do custo líquido do serviço público.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2021, de 7 de setembro, autoriza a realização das despesas relativas à compensação financeira devida pelo Estado à Lusa para o período de vigência do contrato, de 2022 a 2027, correspondentes aos seguintes valores totais máximos, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor:

- a) Em 2022: €13.429.774;
- b) De 2023 a 2027: €13.564.071 por ano.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2023, de 3 de julho, procede à reprogramação dos encargos plurianuais e autorizou a despesa necessária à celebração de aditamento ao contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público, atualmente em vigor, a celebrar entre o Estado e a Lusa. Por força da atual conjuntura externa e do conseqüente aumento de preços, a que acresce a valorização dos



salários auferidos pelos trabalhadores da Lusa até 2026, no quadro do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, assinado em outubro de 2022 em sede de concertação social, o que redundará num necessário aumento dos gastos operacionais da Lusa, incluindo os que resultam do cumprimento das obrigações de serviço público a seu cargo, visou-se alterar a compensação financeira decorrente do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público atualmente em vigor sem comprometer a regular prestação do serviço público, a qual passará a ser, em 2023, de €14.262.621, valor ao qual acrescerá o IVA. Entre 2024 e 2027, deverá corresponder aos seguintes valores totais máximos, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor:

- a) Em 2024: €14.676.237;
- b) Em 2025: €14.984.438;
- c) Em 2026: €15.284.127;
- d) Em 2027: €15.589.809.

O aditamento ao Contrato com o Estado para o período 2022-2027 (em anexo), por via da RCM n.º 64/2023, foi visado pelo Tribunal de Contas a 12 de janeiro de 2024, vigorando retroativamente desde janeiro de 2023. Os emolumentos relativos ao aditamento ao Contrato com o Estado para 2023-2027 foram pagos a 12 de janeiro de 2024, não tendo a Lusa, até à data de elaboração deste relatório, recebido ainda a diferença da compensação financeira estabelecida para 2023, no valor de €698.550, ao qual acresce IVA.

- ❖ Face à manifestação de interesse por parte dos acionistas da Global Notícias Media Group (GMG) em alienar as participações sociais que detém na Lusa, em agosto de 2023, o Estado Português mostrou abertura para iniciar uma negociação para poder vir a assumir uma posição mais significativa na estrutura acionista da agência, pelo que considerou ser a necessidade de preservar a sua autonomia e o reconhecimento do seu papel estratégico para a defesa da comunicação social e do jornalismo.

O Governo considerava ainda que a sensibilidade de uma intervenção deste tipo num órgão de comunicação social obrigaria a partilhar a sequência de decisões que pudesse vir a tomar com os partidos políticos com assento parlamentar, e designadamente com o maior partido da oposição, com o intuito de salvaguardar tanto os interesses do Estado quanto os da Lusa.

Deste modo, foi feita uma avaliação dos capitais próprios da empresa por uma entidade independente e a apreciação da liquidação da dívida que as empresas do GMG têm à Lusa e de uma alteração do modelo de governação da agência, que garantisse a sua independência editorial a salvo de qualquer risco de interferência política. Um eventual sucesso da operação, segundo o Governo, dependeria sempre da liquidação simultânea da dívida que as empresas do grupo GMG acumularam, ao longo dos anos, perante a Lusa.

Em 22 de novembro de 2023, a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) apresentou, em nome do Estado, uma proposta formal de aquisição, abrindo um processo negocial exigente e confidencial, que incluía a liquidação integral da dívida do grupo GMG.

Contudo, devido à não concretização do processo de compra, pelo Estado, de 45,7% da Lusa pertencentes à Global Media e à Páginas Civilizadas, por falta de um consenso político alargado, e face ao risco de incumprimento, foi constituída uma imparidade no valor da totalidade da dívida do grupo à Lusa em 2023, que ascende a €883 mil, gerando resultados operacionais (EBIT) e líquidos negativos em 2023 de €38 mil e €255 mil, respetivamente. O EBITDA, positivo, ascendeu a €644 mil no mesmo período.

- ❖ O mercado da comunicação social, onde a Lusa se insere, mantém-se instável pelo que o risco de perda de clientes continua elevado. Esta situação foi agravada nos últimos anos pelas contingências relacionadas com a situação conjuntural decorrente da pandemia e





os efeitos excecionais resultantes da crise económica e geopolítica internacional, que gerou importantes alterações nas variáveis macroeconómicas de referência, como a inflação ou as taxas de juro, com impacto orçamental significativo. Apesar deste contexto, em 2023, as receitas próprias da Lusa ascendem a €4,1 milhões, registando um aumento de €297 mil (7,8%) face ao período homólogo, o valor mais alto desde 2015.

- ❖ Ainda em 2022, e após debate interno com os Órgãos Representativos dos Trabalhadores (ORT), foi implementado um modelo híbrido de trabalho, que se manteve em 2023, conciliando o teletrabalho à 2.ª e 6.ª feira com o trabalho presencial entre 3.ª e 5.ª feira, sempre que aplicável, com vista a assegurar a cultura, o serviço e a capacidade de resposta à atividade da empresa, a coesão interna, potenciando o equilíbrio entre vida pessoal e familiar, o bem-estar e segurança dos seus trabalhadores.
- ❖ No campo da inovação tecnológica, o ano de 2023 foi marcado pela reanálise do projeto de *Newsletters* e de monitorização de conteúdos, pela colocação no Spotify dos encontros Lusa e pela consolidação faseada de medidas de cibersegurança.

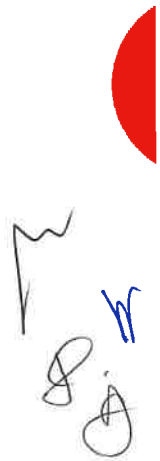
### Produção editorial e cumprimento do Serviço Público

Em 2023, a produção editorial da Lusa registou uma diminuição relativamente ao ano anterior, totalizando 248.191 conteúdos noticiosos, o que se traduz numa média diária de 680 conteúdos jornalísticos. A diminuição da produção de conteúdos justifica-se pela realização de Eleições Legislativas e a eclosão da guerra na Ucrânia, que dominou a produção noticiosa geral da atividade nacional e internacional, sobretudo, nos primeiros meses do ano transato. Importa referir que a produção editorial em 2023 encontra-se ao nível do registado em 2019, o ano que antecedeu o período pandémico.

O decréscimo verificado na produção não impediu a Lusa de ultrapassar os níveis mínimos exigidos para a produção de todos os tipos de conteúdos (em formato texto, fotografia, áudio e vídeo) em 2023, que alcançaram os volumes, anuais e diários em cumprimento com as metas contratuais celebradas com o Estado.

### Situação Económico-Financeira

- ❖ O total de rendimentos e ganhos ascendeu a €18,9 milhões o que traduz um acréscimo de €1,4 milhões (7,7%) relativamente a 2022. Esta variação resulta do aumento do valor do Contrato com o Estado, através da Indemnização Compensatória atribuída e do valor do ajustamento, e do crescimento verificado nas receitas próprias.
- ❖ As receitas próprias totalizaram €4,1 milhões, registando um aumento de €297 mil (7,8%) face ao período homólogo, o valor mais alto desde 2015.
- ❖ O total de gastos e perdas ascendeu a €18,9 milhões, o que reflete um acréscimo de €1,5 milhões (8,9%) face ao ano transato, como resultado dos acréscimos registados nas perdas por imparidade em dívidas a receber e nos gastos com o pessoal (atualização salarial e descongelamento dos IRCT).
- ❖ Os investimentos atingiram o valor de €375 mil.
- ❖ O resultado líquido da empresa foi negativo de €255 mil.



## Estratégia e Posicionamento

O Plano de Atividades e Orçamento definiu um conjunto de objetivos principais a alcançar no triénio 2023-2025:

1. A gestão orçamental criteriosa tem de continuar a ser uma prática fundamental, visando uma posição económica e financeira sustentável, de modo a executar a implementação do PAO, para uma maior autonomia e independência na gestão e considerando os novos desafios derivados da crise económica em curso, e dos objetivos do acionista maioritário. A agência tem de continuar a apresentar resultados líquidos positivos decorrentes da sua atividade normal e recorrente.

A Lusa, que continua a pautar-se pela disciplina orçamental, tem apresentado resultados positivos, consecutivamente, desde 2016. Contudo, a constituição de uma imparidade no valor da totalidade da dívida do GMG à Lusa gerou resultados operacionais e líquidos negativos em 2023, tendo o EBITDA se mantido positivo.

O Contrato Programa foi visado pelo Tribunal de Contas (TdC) em 24 de agosto de 2022 para vigorar retroativamente desde janeiro e é válido para o sexénio 2022-2027, tendo sido otimizado do ponto de vista de aplicações financeiras de curto prazo comparativamente aos anteriores contratos. O aditamento ao Contrato, por via da RCM n.º 64/2023, foi visado pelo TdC em 12 de janeiro de 2024, vigorando retroativamente desde janeiro de 2023.

De referir também que o valor de investimento ficou aquém do orçamentado devido, em grande medida, ao atraso na aprovação do PAO.

2. Ao nível da área de recursos humanos destacam-se algumas iniciativas a alcançar:
  - a) Lançamento e certificação da Escola Lusa;
  - b) Potenciar a Escola Lusa com várias ações de formação em áreas do jornalismo de agência e de temas cruciais nomeadamente:
    - Jornalismo e desinformação;
    - Reciclagem de jornalismo de agência;
    - Vídeo jornalístico;
    - Jornalismo e redes sociais;
    - Fotojornalismo e jornalismo audiovisual;
    - Literacia mediática.
  - c) Nesta área, ainda retomar ações de formação transversais a toda a empresa, tais como de diversidade e inclusão, direitos e deveres dos trabalhadores do setor público, direitos de autor, competências de liderança, entre outros;
  - d) Revisão do Acordo de Empresa adequando-se à nova realidade da Agência e do mercado, com a inclusão do novo modelo de trabalho híbrido, mecanismos de retenção de talentos, premiar o mérito, simplificar critérios e processos, e permitir uma sustentabilidade financeira da empresa para o futuro;
  - e) Relançar todas as atividades ligadas a igualdade de género de modo a executar o plano já definido e que será acompanhado pelo respetivo grupo de trabalho;
  - f) Melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores da Lusa sempre que possível e em todas as geografias.

Na área da saúde, de referir que foram implementadas sessões de esclarecimento relacionados com a saúde mental e foi lançado o programa Bem-Estar financiado pela Lusa para todos os trabalhadores com 4 áreas de apoio (Psicológico, Legal, Financeiro e Social) com possibilidade de 6 consultas por cada área. Neste programa também são disponibilizados remotamente e *webinars* mensais sobre estas temáticas. Ao nível da avaliação de desempenho, foi completado pela primeira vez um ciclo completo de





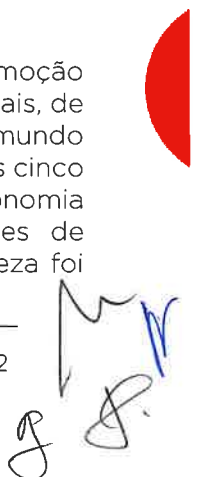
avaliação onde foram atribuídos 38 excelentes com a respetiva promoção por mérito conforme o acordo de empresa em vigor.

3. Ao nível estratégico, e considerando que a Lusa tem de ter a sua atividade assente em políticas públicas e que, fruto da evolução da sociedade moderna, novos valores e princípios devem ser implementados, reforçados ou revistos na tríade do pensamento estratégico Missão, Valores e Visão, e dado a antiguidade dos mesmos, deverá ter-se em atenção alguns princípios tais como:
- Promoção da liberdade de expressão e de outros direitos de comunicação;
  - Proporcionar infraestruturas de comunicação de emergência e de crise;
  - Abordar as falhas do mercado em sistemas e infraestruturas;
  - Promover a produção de bens públicos, conteúdos de interesse público, informação, e entretenimento;
  - Facilitar a participação dos cidadãos no debate de questões e desenvolvimentos afetando a sociedade;
  - Proporcionar o acesso universal às infraestruturas;
  - Assegurar a disponibilidade de tecnologia de base e níveis de serviços acessíveis;
  - Apoiar a equidade/inclusão social quer internamente quer externamente para trabalhadores e utilizadores alvo de marginalização fruto de preconceitos;
  - Promoção da diversidade, pluralidade na propriedade dos meios e disponibilidade de conteúdos;
  - Prevenir o crescimento e o abuso do poder monopolista nos meios de comunicação social;
  - Proteger a privacidade pessoal e a segurança dos dados dos utilizadores contra invasões;
  - Proporcionar transparência e comparabilidade em termos de preços dos serviços;
  - Proporcionar transparência na propriedade dos meios de comunicação social;
  - Fornecer informação para assegurar que os consumidores compreendem os algoritmos e outras influências tecnológicas automatizadas na escolha do conteúdo;
  - Promoção da responsabilidade dos meios de comunicação e das comunicações através de mecanismos reguladores;
  - Promover o debate para fomentar a inovação e a concorrência económica entre os fornecedores de media/comunicações produtos e serviços.

Foi finalizado o relatório de remunerações com dados de 2021 juntamente com o plano da igualdade do género para 2023/24, tendo os mesmos sido colocados no *site* da Lusa. Relativamente ao *gap* salarial, verificou-se uma diminuição relativamente ao último relatório efetuado em 2018, sendo atualmente de 6% ao invés dos 18% verificados. Está previsto para o 1.º trimestre de 2023 a realização de um curso sobre a problemática do assédio nos locais de trabalho a ser efetuado por uma empresa externa, bem como a reelaboração do inquérito efetuado em 2019 sobre a igualdade do género, a ser implementado por equipa externa do ISEG.

Foi efetuado no primeiro trimestre de 2023 o inquérito sobre a igualdade do género que obteve uma participação de 65%, sendo 68% do sexo feminino e 61% do sexo masculino, superior ao anterior questionário efetuado (62%). Foi ultimado o código de conduta para os trabalhadores da Lusa que será lançado em 2024. Nesta área, foram efetuadas 2 ações de formação sobre a problemática do assédio nos locais de trabalho, pelo Professor Bernardo Coelho.

4. Ao nível editorial, a continuação do aumento da notoriedade da Lusa através da promoção de debates e conferências, a realizar em variados formatos e nas nossas redes sociais, de acordo com estratégia a desenvolver, relacionados com temas fraturantes do mundo moderno com destaque para a agenda da União Europeia, nomeadamente nas suas cinco grandes prioridades – Economia Social, Economia Resiliente, Economia Verde, Economia Digital e Economia Global –, assim como o reforço da presença em ações de responsabilidade social. Fruto da guerra que deflagrou no início do ano, a incerteza foi



amplificada e novos desafios foram acrescentadas à situação pandémica tais como as políticas de defesa, a multipolarização dos blocos políticos, a redefinição dos conceitos de globalização, e o reaparecer da crise económica nomeadamente para economias mais frágeis do sul da Europa. De realçar que, no que respeita à Economia Global, a Lusa, com o seu jornalismo de proximidade com os países de língua portuguesa, tem um papel insubstituível e irá reforçar e potenciar com esses países as suas atividades de cooperação em várias áreas desde a formação, partilha de conteúdos, serviços tecnológicos, conferências.

Neste âmbito, foi lançado em 2023 o anuário Lusa de 2022. Esta iniciativa é composta por 3 ações: o livro, com uma tiragem de 1.000 exemplares; a sua apresentação, presencialmente em Lisboa e Porto, com oradores convidados, que no ano transato foram Bernardo Pires de Lima em Lisboa e José Pacheco Pereira no Porto, e duas exposições fotográficas, sendo uma em Lisboa no Corte Inglês e outra itinerante da rede Fnac.

Desde o início de 2022, a Lusa é associada do Business Council for Sustainable Development (BCSD), empresas pela sustentabilidade, e signatária, em conjunto com vários associados desta organização, dos manifestos sobre a COP27 e COP15.

De referir que a *Newsletter* interna da Lusa SOMOSLUSA teve uma grande atividade ao nível da divulgação de informação interna, na promoção de passatempos, divulgação de protocolos com empresas e, principalmente, no sentido de aproximação entre todos, dando a conhecer-nos de uma forma mais informal.

5. A modernização e atualização tecnológica é uma das bases para o sucesso da Lusa e será cada vez mais uma constante a ter em consideração, por isso devemos considerar as seguintes iniciativas:
- a) Debater e implementar uma cultura de inovação transversal à empresa e à sua atividade;
  - b) Constituir uma rede de parceiros tecnológicos flexíveis, inovadores e profissionais que nos acompanhem nestas ações;
  - c) Implementar ações de cibersegurança de modo a minimizar qualquer impacto derivadas quer de ações externas quer de internas que possam ter na atividade da Lusa e no seu ecossistema;
  - d) Analisar e implementar ferramentas que possam aumentar a eficiência operacional e de mercados da empresa através de várias ferramentas de várias tecnologias de ajuda ao trabalho diário de todos e com integração nos principais sistemas:
    - Desmaterialização;
    - *Dashboard* de análise dados e de gestão;
    - Voz Texto e Texto Voz;
    - *Newsletters*;
    - *Podcast* e *feeds* da Lusa em áudio;
    - Live TV;
    - Tradução;
    - Análise espaço digital.
  - e) Iniciar a implementação, baseada na análise efetuada em 2021, de um modelo de negócio digital, assente num sistema flexível, alicerçado numa distribuição através de um *site* moderno e em redes sociais, potenciando e comercializando os nossos conteúdos para vários públicos, em mobilidade, e geografias existentes e/ou a conquistar.

Na área da desinformação, foi finalizado o projeto Contrafake, iniciado em 2019 com financiamento do FSE/SAMA2020, em que foi desenvolvido um protótipo baseado em IA com o INESC-ID e a Inknow para analisar a credibilidade dos conteúdos informativos, ao nível de conteúdos e de contexto. A Lusa participou na iniciativa LEME e é membro do Grupo Informal de Literacia Mediática, onde participou na conferência realizada em abril.



Ainda nesta dimensão, a Lusa está a colaborar no projeto IBERIFIER, com 23 parceiros liderados pela Universidade de Navarra, que é um dos 14 *hubs* que abrangem a totalidade dos países da União Europeia, financiado para combater a desinformação através de *fact-checking* e de literacia mediática. Nesta iniciativa, foi efetuada formação a jornalistas da Lusa pelo ISCTE e foi realizado um debate em abril suportado num documentário, 'Trust Me', sobre esta temática, e cujo vídeo se encontra disponível no canal Lusa do YouTube. Nesta conferência, estiveram presentes como oradores, entre outros, Ramón Salaverria, Augusto Santos Silva e Vitor Tomé. A Lusa também se candidatou a mais uma edição do Iberifier que, em caso de sucesso, começará em 2024 por um período de 24 meses, e tem como um novo objetivo a extensão aos países de língua espanhola e língua portuguesa. Neste capítulo, foi também realizada uma importante conferência sobre IA em setembro, com a presença, num debate moderado pela Diretora de Informação da Lusa, de Marcia Weldon e o Almirante Gameiro Marques.

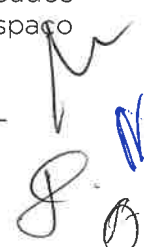
No capítulo da cibersegurança, e em consequência dos ataques de negação de serviço havidos em maio e junho de 2022, foram reforçadas infraestruturas, com a adjudicação de serviços à Altice de *cleanpipe* e *ballout*, e adquiridas *firewalls* no final de 2022. Foi concluído o processo de migração de *datacenters* para Lisboa e Covilhã. Esta medida estava já em curso em 2023 com o objetivo de mitigar o risco sísmológico de Lisboa passando este a ser o centro secundário e o da Covilhã o primário. Foi lançado o novo concurso público de *outsourcing* de serviços de sistemas de informação num modelo mais competitivo.

Uma área importante nesta vertente é a formação, que tinha tido uma atividade muito limitada em 2020 e 2021, e que conheceu uma nova fase através de uma equipa criada para este fim, o Gabinete de Inovação e Formação. Assim, foi criada a Escola Lusa, certificada pela DGERT, e que irá se dedicar, numa primeira fase, em fornecer cursos de jornalismo com várias especialidades para jornalista da agência, bem como para estágios curriculares. Foram realizadas 9 edições com cerca de 127 jornalistas, 10 formadores certificados e 25 convidados. Neste capítulo, houve continuação dos estágios curriculares em 2023, de forma presencial, que tinham sido interrompidos em consequência da pandemia nos últimos dois anos.

6. Ao nível comercial, a empresa terá de ter uma atitude mais cêntrica face aos clientes e utilizadores tendo presente a mudança nos hábitos de consumo e a conquista das gerações afastadas das notícias, por diversos fatores. Assim, é necessário a redefinição da produção noticiosa em formatos mais ricos, conteúdos mais diversos e multifacetados, de modo a fazer face a necessidades de diferentes segmentos de clientes, diferentes geografias e diferentes populações etárias de utilizadores de conteúdos. Ao nível de distribuição, é necessário ter em consideração as necessidades das plataformas de comercialização dos nossos clientes de modo a poder entregar serviços "chave na mão". Em termos do portfólio de clientes correntes deverá ser feita uma análise aprofundada com os mesmos de modo a potenciar algum crescimento, através de preço ou de mais serviços, e explorar outros que têm potencial de serem clientes ativos. E, por último, mas de importância relevante, o aumento das receitas para além do contrato de serviço público como meta, e tendo por base o novo modelo de contrato com vista a conseguir gerar recursos para alavancar as mudanças tecnológicas prementes. Com este objetivo as receitas deveriam crescer a uma média anual de 10% para os próximos 5 anos.

No final de 2022, foi implementada uma nova ferramenta de transcrição, que permite de uma forma mais intuitiva e amigável a passagem de conteúdos áudio e vídeo para texto, e a qual foi utilizada com sucesso em 2023, tendo aumentado o número de utilizadores internos.

Continua a ser analisada uma nova ferramenta de *media monitoring* dos conteúdos produzidos pela Lusa, com o objetivo de medir qual o seu grau de distribuição no espaço





digital, bem como os principais temas e interações sobre esses conteúdos ao nível de algumas redes sociais para além de verificara a adulteração de conteúdos dos mesmos.

A nova aplicação *Fairlicensing* da Pixray, que permite verificar do *feed* noticioso da Lusa em imagens e se o utilizador tem contratualizado esse serviço com a Lusa, teve um ano de sucesso. Permitiu vender as fotografias que não estão contratualizadas e também chamar a atenção dos utilizadores para as regras dos direitos de autor, educando o mercado para este fim, e também identificar clientes potenciais e migrá-los para os serviços da Agência. Em termos de impacto em receitas, ascendeu a cerca de €70 mil.

Com a contratualização do novo serviço Google News ShowCase, a Lusa obteve maior visibilidade e notoriedade, com incremento de receitas. Esta aplicação assenta em três serviços: Igualdade do Género, Combate às *Fake News* e Cultura, cujos conteúdos passaram a estar em livre acesso no *site* da Lusa.

No final de 2023, foi concluído um pequeno estúdio de gravações equipado com novo equipamento de iluminação, gravação, telas, isolamento acústico e com espaços virtuais, para permitir alguma criatividade nesta atividade. Servirá como apoio a entrevistas e gravações para a editoria Multimédia, que era uma evidente carência nas instalações do edifício da sede.

Nesta área, e como forma de colmatar uma lacuna existente, nomeadamente na atividade de gravação vídeo para os clientes de televisão, foi adquirido um equipamento adicional que permite a distribuição em direto e de uma forma rápida as reportagens que a Lusa esteja a produzir, evitando *downloads* e edições.

7. Em termos de marketing, o foco no aumento da notoriedade da Lusa deve ser uma premissa base da nossa atividade. Para este fim, devemos continuar a implementar várias ações, dentro as quais se destacam:
  - a) Protocolos com agências internacionais que complementem a nossa gama de serviços e geografias;
  - b) Continuação da edição distribuição e comercialização anuário Lusa;
  - c) Protocolos com escolas de comunicação social para partilha de conteúdos e de estágios;
  - d) Acordos com "start-ups" nomeadamente em áreas nas quais precisamos de desenvolver mais competências;
  - e) Presença em conferências de parceiros institucionais de relevo bem como reforçar os laços com as alianças de agências de notícias;
  - f) Promover ações internas de divulgação da marca Lusa, aumentando a participação dos trabalhadores;
  - g) Candidaturas a projetos internacionais e nacionais em várias áreas da empresa;
  - h) Encontro anual de trabalhadores.

Ao nível das redes sociais, verificou-se um notório incremento do alcance das contas da Agência, bem como no nível de interações havidas. Um destaque especial para Instagram, em que os conteúdos da Lusa, apesar de maioritariamente baseados no clássico *feed* de notícias, são colocados com uma linguagem em conformidade com essa rede social. Adicionalmente, e dado que os destinatários desta rede são um público mais jovem, têm sido introduzidos conteúdos mais direcionados para esse segmento, tais como cinema, bem-estar, ciência, cultura e eventos culturais. No YouTube, a Lusa decidiu abrir os vídeos com um desfazamento do serviço normal de modo a dar a conhecer os conteúdos produzidos e aumentar a notoriedade.

Em 2023, a Lusa voltou a publicar o seu Anuário, que recorda, em fotografias e texto, os principais acontecimentos do ano anterior. Repetindo a estratégia do ano anterior, o livro voltou a ser posto à venda nas livrarias portuguesas e foram montadas uma mostra de



fotografias em Lisboa e uma exposição mais alargada no Porto, repetindo-se ainda uma exposição itinerante com uma seleção de fotos, em várias lojas Fnac espalhadas pelo país.

Em 2023, a Lusa manteve a sua presença em instituições internacionais nomeadamente, através da participação na Assembleia Geral da EPA, da participação da Diretora-Adjunta de Informação na Conferência promovida pela agência noticiosa tunisina TAP-Agence Tunis Afrique Prece, participação do Presidente do Conselho de Administração nas Conferências de primavera e outono e na Assembleia Geral da EANA, e participação da Lusa na Conferência do projeto MINDS. Foi assinado um Memorando de Entendimento de Cooperação entre a Lusa e a agência noticiosa Belga, em setembro, em Paris, à margem da Conferência da EANA (Aliança das Agências Noticiosas Europeias) e consubstanciada a cooperação com agências de notícias dos PALOP no quadro dos protocolos existentes.

Depois da certificação oficial da Escola Lusa, os cursos da Lusa, nomeadamente os estágios proporcionados pela Lusa várias vezes ao ano, já passaram a ser feitos segundo os moldes oficiais.

2023 foi também o ano em que a Lusa promoveu, em colaboração com o Parlamento Europeu, a formação de jovens jornalistas em Assuntos Europeus, na sequência do concurso que venceu em 2022. Em cada módulo, 10 jovens jornalistas foram selecionados para seminários com a participação de eurodeputados, responsáveis europeus e reconhecidos especialistas e académicos portugueses e estrangeiros.

Em 24 e 25 de novembro, realizou-se o Encontro Anual de trabalhadores e colaboradores, a coincidir com as celebrações de Natal. Em 2023 foi dada continuidade à Newsletter Interna SOMOS LUSA, um veículo de comunicação interna que visa mostrar o que há de novo em cada mês, e antecipar também o mês seguinte, reforçando o employer branding.

## Governo da sociedade

Os órgãos sociais para o mandato 2021-2023 foram eleitos em reuniões de Assembleias Geral de 31 de maio e de 23 de julho de 2021 e de 27 de maio de 2022.

Mesa da Assembleia Geral			
Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente	Cristina Maria Pereira Freire	31/05/2021	2021-2023
Vice- Presidente	António Correia de Oliveira	31/05/2021	2021-2023
Secretário	Maria Fernanda Sousa Rebelo Lopes Pires Borges	31/05/2021	2021-2023

Conselho de Administração			
Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente (Executivo)	Joaquim de Jesus Pedro Carreira	31/05/2021	2021-2023
Vice-Presidente (Não Executivo)	Maria João Dias Pessoa de Araújo	23/07/2021	2021-2023
Vogal (Não Executivo)	Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	23/07/2021	2021-2023
Vogal (Não Executivo)	Helena Ferro de Gouveia (a)	31/05/2021	2021-2023
Vogal (Não Executivo)	Paulo Jorge Andrade Cardoso	27/05/2022	2021-2023

(a) - Renúncia com efeitos a 31/03/2023.

Conselho Fiscal			
Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente	Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	31/05/2021	2021-2023
Vogal	Pedro Jorge dos Santos Braumann	31/05/2021	2021-2023
Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	31/05/2021	2021-2023
Vogal e ROC suplente	António Magalhães e Carlos Santos	31/05/2021	2021-2023



## Estrutura Orgânica

A organização da empresa está centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno de editorias, delegações e correspondentes, enquadrados pela Chefia da Redação e pela Direção de Informação.

A Lusa tem a Redação central em Lisboa, um escritório no Porto, jornalistas residentes na grande maioria das capitais de distrito, delegações no estrangeiro, nomeadamente na Europa em Bruxelas e em Madrid, nos PALOP's em Cabo Verde, Guiné, Angola e Moçambique e na Ásia uma sucursal em Macau e uma delegação em Timor-Leste.

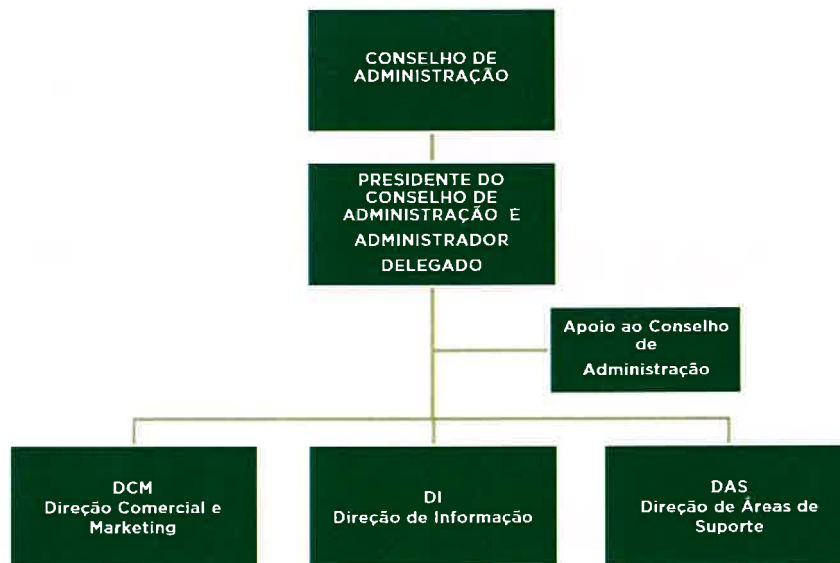
A Lusa conta também com uma rede de correspondentes, quer a nível nacional, cobertura de todo o território nacional, quer a nível internacional, em cerca de 30 países de todo o mundo.

A macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração (PCA), que é simultaneamente o administrador-delegado, a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais. Em 31 de dezembro de 2023, os órgãos de estrutura da Lusa são os seguintes:

- Direção de Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos;
- Direção Comercial e Marketing, que promove a venda de serviços e a sua imagem;
- Direção de Áreas de Suporte, com a responsabilidade das áreas da Contabilidade e Tesouraria, dos Sistemas de Informação, das Compras e Recursos Humanos;
- Gabinete de apoio ao Conselho de Administração, que inclui o apoio administrativo a todos os órgãos sociais da Empresa.

Assim, o organograma da Lusa é o seguinte:

Organograma da macroestrutura e órgãos de estrutura de primeira linha em 2023





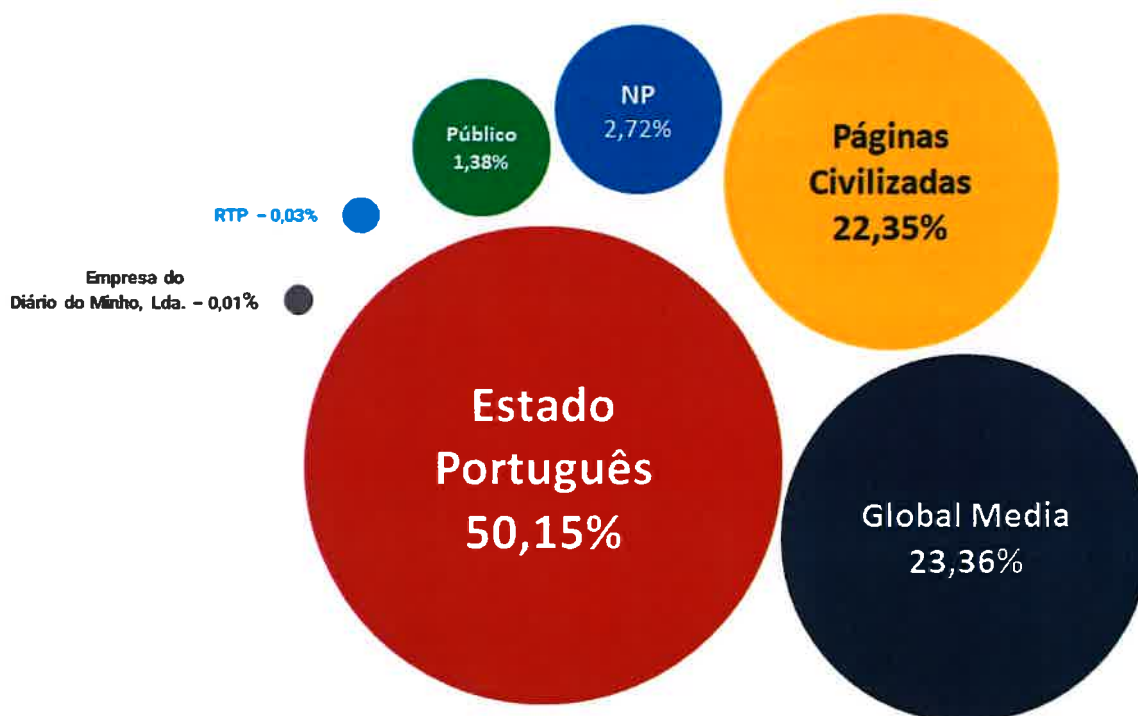
## Estrutura Acionista

Em 2020 foi efetuada uma amortização com redução do capital social da Lusa, conforme o artigo 347.º do CSC, como resultado da insolvência do acionista "O Primeiro de Janeiro, S.A.". Neste sentido foram também alterados os Estatutos da Lusa.

Por contrato de compra e venda de ações, celebrado em 31 de dezembro de 2021, as ações da IMPRESA - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., representativas de 22,35% do capital social da Lusa, foram transmitidas à sociedade Páginas Civilizadas, Lda., tendo esse facto sido comunicado à Lusa pela sociedade adquirente, por carta datada de 4 de janeiro de 2022. A sociedade Páginas Civilizadas, Lda. detém 29,75% da Global Media Group.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., integralmente realizado, é de €5.324.225 representado por 2.129.690 ações no valor nominal de €2,50 cada, e está distribuído como se apresenta:

ACIONISTAS	N.º de Ações	%	Euros
Estado Português	1 068 000	50,15%	2 670 000
Global Media Group	497 420	23,36%	1 243 550
Páginas Civilizadas, Lda.	476 064	22,35%	1 190 160
NP - Notícias de Portugal, CRL	58 000	2,72%	145 000
Público - Comunicação Social, S.A.	29 307	1,38%	73 268
Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	674	0,03%	1 685
Empresa do Diário do Minho, Lda.	225	0,01%	563
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>2 129 690</b>	<b>100,00%</b>	<b>5 324 225</b>



## III. Relatório de Gestão

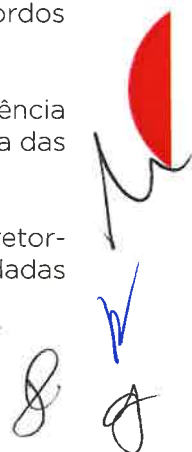
### Atividade desenvolvida

---

#### ▪ Institucional

#### Cooperação

- Visita à Lusa do Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC, em abril. No encontro de trabalho com o Presidente do Conselho de Administração e os Diretores da Lusa, foram debatidos os termos do novo Acordo de Cooperação a celebrar entre as duas entidades.
- Assinatura do novo Acordo de Cooperação entre a Lusa e a Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC, em abril, durante a XIII Cimeira Luso-Brasileira, que decorreu em Lisboa. A Lusa esteve representada na cerimónia de assinatura do Acordo pela Diretora de Informação da agência.
- Visita à Lusa da Presidente da RTC - Rádio Televisão Cabo-verdiana, em abril, acompanhada por diretores das áreas editorial e comercial. Constaram do programa da visita reuniões com a Direção de Informação e um encontro de trabalho com o Presidente do Conselho de Administração.  
No âmbito do protocolo existente entre as duas entidades decorreram também, na sede da Lusa, breves sessões de esclarecimento na área comercial sobre a utilização de serviços contratualizados.
- Encontros de trabalho entre o Presidente do Conselho de Administração e o Administrador Executivo da RTC- Rádio Televisão Cabo-verdiana, em maio e em setembro, na sede da Lusa.
- Assinatura de um protocolo de cooperação editorial com a ATA - Albanian Telegraphic Agency, em julho.
- O Presidente do Conselho de Administração recebeu o Administrador Único da agência noticiosa cabo-verdiana Inforpress, em julho, na sede da Lusa. Durante o encontro, em que esteve também presente a Delegada da Inforpress em Lisboa, foi abordada a cooperação entre as duas agências no quadro do protocolo existente.
- O Presidente do Conselho de Administração visitou a agência noticiosa alemã DPA - Deutsche Presse - Agentur, em julho, em Hamburgo e Berlim, acompanhado pela Diretora de Informação. Constaram do programa da visita reuniões com o CEO e com responsáveis das áreas comercial, digital e editorial daquela agência noticiosa.
- Encontro entre o Presidente do Conselho de Administração o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro de Cabo Verde com a tutela da Comunicação Social, em agosto, na sede da Lusa. Durante a reunião foram abordadas as ações desenvolvidas pela Lusa e a promoção de novos projetos de cooperação no quadro dos acordos estabelecidos com Cabo Verde.
- Assinatura de um Memorando de Entendimento de Cooperação entre a Lusa e a agência noticiosa Belga, em setembro, em Paris, à margem da Conferência da EANA (Aliança das Agências Noticiosas Europeias).
- Encontro de trabalho entre o Presidente do Conselho de Administração e o Diretor-Presidente da EBC, em setembro, na sede da Lusa. Durante o encontro foram abordadas



as ações de cooperação entre as duas entidades, no quadro do novo acordo de cooperação assinado em de abril, na XIII Cimeira Luso-Brasileira, em Lisboa.

- Assinatura do novo Protocolo de Cooperação entre a Lusa e ANG – Agência de Notícias da Guiné-Bissau, em Bissau, em outubro. A Lusa esteve representada na cerimónia de assinatura do novo protocolo pela Delegada da agência na Guiné-Bissau.
- O Presidente do Conselho de Administração deslocou-se a Timor-Leste, em outubro, acompanhado pela nova Delegada naquele país. Para além da visita à Delegação da Lusa, constaram também do programa encontros institucionais com entidades timorenses e reuniões com órgãos de comunicação social locais.
- O Presidente do Conselho de Administração foi recebido pela Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. em novembro, na sede do instituto. Durante o encontro foi abordado o tema da cooperação com os países de expressão portuguesa.
- O Presidente do Conselho de Administração recebeu o Diretor-Geral da ANG – Agência de Notícias da Guiné-Bissau, em dezembro. Durante o encontro foi abordada a cooperação entre as duas agências decorrente no novo protocolo celebrado em outubro.

## Relações Internacionais e Institucionais

Em 2023, a Lusa manteve a sua presença em instituições internacionais nomeadamente:

- **EPA – European Pressphoto Agency** (de que a Lusa é acionista fundadora):
  - Participação da Lusa na Assembleia Geral da EPA, realizada em junho, em Amesterdão.
- **AMAN – Alliance of Mediterranean News Agencies**
  - Apoio institucional, através da participação em *newsletters* da aliança.
  - Participação da Diretora-Adjunta de Informação na Conferência promovida pela agência noticiosa tunisina TAP-Agence Tunis Afrique Presse subordinada ao tema “Immigration Issues in the Mediterranean: Media Coverage and Approaches”, em novembro, em Gammartch, na Tunísia.
- **EANA – European Alliance of News Agencies:**
  - Participação do Presidente do Conselho de Administração na Conferência de primavera da EANA, realizada em maio, em Bruxelas. Esteve também presente na conferência a nova Delegada da Lusa na capital belga.
  - O Presidente do Conselho de Administração participou na Conferência de outono e na Assembleia Geral da EANA, que se realizaram em setembro, em Paris. A Chefe dos Serviços Comerciais esteve também presente na conferência.
  - Participação do Presidente do Conselho de Administração na Assembleia Geral extraordinária da EANA, que teve lugar em dezembro, em Viena.
- **MINDS International:**
  - Colaboração nos grupos de trabalho temáticos do MINDS International (através da plataforma Workplace).
  - Participação da Lusa na Conferência do projeto MINDS, em abril, em Madrid, representada pela Diretora-Adjunta de Informação e pela Chefe dos Serviços Comerciais.

No âmbito da atividade institucional, devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- Visita à Lusa da Senhora Embaixadora da Alemanha em Portugal, em janeiro. Para além do Presidente do Conselho de Administração estiveram também presentes no encontro a Diretora de Informação, a Diretora-Adjunta de Informação, um elemento da área de Marketing e a Delegada da Agência noticiosa cabo-verdiana Inforpress em Lisboa.





- Visita à Lusa da Senhora Embaixadora de Espanha em Portugal, em março. No encontro com o Presidente do Conselho de Administração estiveram presentes a equipa da Direção de Informação e um elemento da área de Marketing.
- Audição do Presidente do Conselho de Administração na Comissão Parlamentar de Cultura, em abril, acompanhado pela Diretora de Informação e pela Diretora de Áreas de Suporte. Durante a audição, o Presidente do Conselho de Administração prestou esclarecimentos sobre o processo negocial com os sindicatos relativo à atualização salarial para 2023 e o financiamento da Lusa.
- No âmbito do processo das negociações salariais na Lusa o Presidente do Conselho de Administração recebeu delegações da CGTP e da UGT.
- Encontro do Presidente do Conselho de Administração com a Comissão Parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, em maio, na sede da Agência, no âmbito de uma visita de trabalho à Lusa a convite dos Órgãos Representativos dos Trabalhadores.
- A Lusa participou na Assembleia Geral da Visapress – Gestão de Conteúdos, CRL, que se realizou em dezembro.

A Lusa é um dos cooperadores fundadores da Visapress – Gestão de Conteúdos dos Media, CRL, com 1% do capital, e que foi constituída em setembro de 2009, ao abrigo da Lei n.º 83/2001 de 3 de agosto. A Visapress é uma pessoa coletiva de utilidade pública, sem fins lucrativos, devidamente registada desde 07-05-2010 na Inspeção Geral das Atividades Culturais (IGAC), com o número 27. A Visapress tem como cooperadores, pessoas singulares ou coletivas proprietárias de publicações periódicas, independentemente do seu suporte, atualmente conhecido (físico, analógico, digital) ou que de futuro venha a ser, ou de meios audiovisuais ou de radiodifusão, e os jornalistas e demais produtores de conteúdos reproduzidos ou disponibilizados em meios de comunicação social ou de massas, titulares de direitos de autor e direitos conexos. A Cooperativa tem por objeto o licenciamento e a gestão integrada dos direitos patrimoniais de autor e dos direitos conexos, prestações e outros bens protegidos que lhe sejam confiados, e ainda a prossecução de atividades de natureza social, cultural e de investigação, tanto científica como operacional, que beneficiem coletivamente os seus Cooperadores ou Beneficiários, podendo para tanto criar fundos próprios e autónomos.

[https://visapress.pt/wp-content/uploads/2023/04/Relatorio-da-Transparencia\\_2022.pdf](https://visapress.pt/wp-content/uploads/2023/04/Relatorio-da-Transparencia_2022.pdf).

## Grandes eventos

Em 2023 a Lusa promoveu as seguintes Conferências e Encontros Lusa, encontrando-se o detalhe dos mesmos no ponto ‘Encontros Lusa e Conferências’:

- Em 27 de abril de 2023, a primeira Conferência do ano, com o título “Trust Me - Confiar no Jornalismo, Fugir à Desinformação”.
- Em maio organizou dois “Encontros Lusa” em parceria com a COTEC. A 9 de maio em Lisboa: “Atrair e Reter os Melhores Talentos – Receitas para Criar Valor na Economia Portuguesa” e a 24 de maio no Porto o segundo “Encontro Lusa” em parceria com a COTEC: “Empresas e Academia – O Novo Compromisso para a Inovação”.
- A 21 de junho, no âmbito do projeto europeu IBERIFIER – *Iberian Media Research & Fact Checking*, organizou a Conferência “Desinformação – Os Impactos na Península Ibérica”.
- De novo sob a égide dos “Encontros Lusa”, a 25 de setembro promoveu o debate “Inteligência Artificial - Negócios e Democracia”.



## Distinções

- O jornalista da Lusa Pedro Caldeira Rodrigues foi distinguido com o prémio Gazeta de Imprensa. Pedro Caldeira Rodrigues viveu o dia 1 da guerra na Ucrânia, em fevereiro de 2022, e teve oportunidade de testemunhar, para a Lusa e para milhares de leitores, as dramáticas primeiras horas, dias do conflito que retratou com esse inspirado título “Chove em Kiev”. Além disso, esteve em janeiro do mesmo ano no Donbass, a região disputada pela Rússia, tendo sido o primeiro e único jornalista português a fazer trabalhos sobre aquela região no mês anterior à eclosão da guerra, o que lhe permitiu, de facto, ter um contexto mais completo das circunstâncias do conflito.
- A jornalista da Lusa Cecília Malheiro foi distinguida com Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2023 na categoria de Trabalhos Jornalísticos, pela reportagem “Dança contemporânea entra em lares do Porto para combater solidão e sofrimentos”.

A Lusa mantém a iniciativa da atribuição dos prémios Lusa, criada em 2019, que consiste em atribuir trimestralmente prémios aos trabalhos que se candidatem de qualquer direção da empresa, quer sejam individuais ou em equipa, e cujo objetivo, conforme o regulamento, é “distinguir os trabalhos e os contributos ou ideias apresentadas por trabalhadores jornalistas ou não jornalistas, com o objetivo de melhorarem o desempenho da Agência bem como fortalecerem e aumentarem a notoriedade da empresa ao nível nacional e internacional”. Faz parte também desta iniciativa a atribuição até 4 menções honrosas no final de cada ano. Até ao final do 3.º trimestre de 2023 tinham sido atribuídos 54 prémios e 5 menções honrosas.

Em 2023 foram atribuídos os seguintes “Prémios Lusa”:

- Escola Lusa – A Escola Lusa é um marco na história da agência e será, por certo, também uma marca que esta deixará para o futuro. A certificação do trabalho de formação que a Lusa já vinha desenvolvendo há anos, e que contou sempre com o empenho de uma vasta equipa, ganhou outra força a partir desta formalização. Esta conquista deve-se à aposta e ao investimento da administração e da direção editorial na área da formação, ao envolvimento de vários departamentos da agência e, em particular, ao empenho e à dedicação da equipa da Formação, coordenada por João Pedro Fonseca e que conta ainda com Teresa Gomes. A Escola Lusa é o culminar de um historial de esforço coletivo que começou a ganhar forma sob a direção de Pedro Camacho, a quem prestamos homenagem.
- Ana Tomás Ribeiro – O *scoop* do processo e do mandado de captura contra Isabel dos Santos, conseguido pela jornalista Ana Tomás Ribeiro (Lusofonia), com edição de Shrikesh Laxmidas, mostrou a capacidade dos jornalistas da Lusa para realizar trabalho ao nível das maiores agências mundiais e teve grande repercussão internacional.
- Maria João Paiva e Nuno Pêgas – As cronologias do ano (geral e desporto) são um trabalho laborioso e fundamental, quer para clientes, quer para a Lusa e o Anuário. O trabalho é minucioso e requer muita atenção, cuidado e tempo.
- Ana Folhas (Menção Honrosa) – Pelo trabalho na realização do vídeo do balanço do ano de 2022, divulgado no dia 27 de dezembro, e que consta do Anuário da Lusa lançado em fevereiro de 2023.
- Estêvão Chavisso e Luísa Nhamtumbo (Menção Honrosa) – Pelo conjunto de duas reportagens efetuadas por Estêvão Chavisso (texto e vídeos) e pela Luísa Nhamtumbo (fotos) “Chá da Rosa, o que tem brasas presas por arames nas ruas de Maputo” e “Quando o fim de uma lixeira é angústia para centenas de catadores moçambicanos”.



- Susana Oliveira (Menção Honrosa) – Pelo conjunto de trabalhos (entrevistas, reportagem, textos) sobre Saúde Mental desenvolvidos até final de setembro de 2022. Estas peças chamaram a atenção para os efeitos que a pandemia teve na sociedade e que levou à criação, em cada região de saúde, de um plano próprio para acompanhar/tratar/cuidar da saúde mental da população portuguesa.
- Paula Teixeira – Pelo conjunto de trabalhos de grande qualidade sobre cancro pediátrico, no âmbito do Dia Internacional da Criança com Cancro, assinalado a 15 de fevereiro. Os textos abordam aquela realidade de uma forma completa, mas sóbria, desde reportagens a informações e indicações úteis para quem atravessa este tipo de problema.
- André Campos Ferrão e António Pedro Santos – Pelo conjunto de reportagens, texto e fotografia, realizadas na Ucrânia passado um ano sobre a invasão deste país pela Rússia. Os textos e fotos transmitem-nos uma realidade de forma muito viva, guiando-nos através dos aspetos multifacetados de um país em guerra.
- Jorge Fonseca – Pela qualidade e originalidade do trabalho com a associação Animas a propósito de um projeto de cães de assistência que ajudam profissionais de saúde no Hospital de São João no Porto.
- Joana Felizes e Maria João Pereira – Pela cobertura da comissão de inquérito da TAP, uma tarefa hercúlea, que implicou muitas horas de trabalho e dedicação a um dossiê complexo e que exige conhecimento especializado.
- Cristina Rodrigues, Jorge Lourenço e Paula Marques – Pelo trabalho desenvolvido durante o mês de junho referente aos aumentos salariais, que obrigou a respostas individualizadas em tempo recorde, implicando grande dedicação da parte desta equipa para que todos recebessem os aumentos corretamente, a tempo e horas e sem penalizações fiscais.
- Fernanda Ramalho – Pelo profissionalismo, empenho, dedicação e disponibilidade profissional e humana ao serviço da Lusa no Porto. O maior sinal da importância da Fernanda Ramalho advém, desde logo, do facto de esta candidatura ter sido subscrita por toda a delegação.
- Márcio Resende – Pelo conjunto de trabalhos únicos, que inclui texto, vídeo e fotografia, sobre os 50 anos do golpe de Estado no Chile, relatando as mais variadas histórias e com os mais diversos protagonistas. Na atribuição deste prémio, não fica esquecido o trabalho de edição levado a cabo pelos editores de Internacional, o qual é referido pelo próprio jornalista na sua candidatura.
- André Campos – Pelo trabalho desenvolvido no verão passado sobre a crise migratória em Itália, fazendo um retrato pormenorizado das consequências sociais e políticas deste fenómeno.
- Alberto Peres – Pelo relato dos 33 dias a percorrer o Caminho Francês do Caminho de Santiago, aguçando a curiosidade sobre aquele trajeto e relatando as dificuldades dos peregrinos, a qualidade dos albergues ou as marcações dos trajetos.

## Patrocínios

A Lusa patrocinou o Prémio de fotojornalismo “Estação Imagem”, nas categorias Notícias e Fotografia do Ano.

## Responsabilidade Social

Em 2023 foi dada continuidade ao protocolo em vigor com a Associação CAIS através da aquisição de alguns exemplares para distribuir na sede da Lusa, da cedência de fotografias.



notícias e reportagens, da colaboração na produção de conteúdos da revista CAIS (impresa e online), bem como da divulgação dos seus projetos e atividades.

A Lusa, em parceria com a Dell, fez uma doação de computadores à Academia Jonhson, em maio. O Presidente do Conselho de Administração fez-se acompanhar pela Diretora de Áreas de Suporte e por elementos da sua equipa no ato de entrega de computadores àquela academia.

Realizou-se, em junho, mais uma edição da iniciativa “Uma Imagem Solidária” com mentoria do fotógrafo da Lusa António Cotrim e apoio da Agência Lusa, na Fundação Portuguesa das Comunicações, em Lisboa. Com o alto patrocínio da Presidência da República, a edição de 2023 reuniu um considerável número de imagens de fotógrafos, fotógrafos e amantes de fotografia. Cada imagem comprada foi trocada por um donativo a partir de €20, uma receita doada em 2023 à CERCIAG, para apoio ao seu projeto-piloto de uma Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência.

## ▪ Editorial

A realização da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), em agosto, a demissão do primeiro-ministro, em novembro, bem como a Comissão Parlamentar de Inquérito à TAP e todos os incidentes que ocorreram no primeiro semestre do ano em torno desta empresa, foram os principais acontecimentos nacionais que marcaram editorialmente o ano de 2023, ao exigir um esforço acrescido à redação da Lusa.

As eleições na Madeira, em setembro, obrigaram também a agência a enviar uma equipa de reforço da delegação para a cobertura da campanha eleitoral.

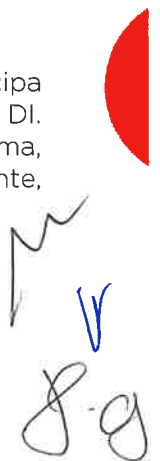
A 28.ª Cimeira do Clima das Nações Unidas, que se realizou em novembro, no Dubai, justificou o envio de uma jornalista, que acompanhou os trabalhos da COP28 durante duas semanas, com destaque para a participação portuguesa.

No Desporto, a participação da seleção nacional de râguebi no Campeonato do Mundo, a terceira competição desportiva do mundo mais importante, apenas atrás de Jogos Olímpicos e Campeonatos do Mundo de futebol, exigiu a deslocação de um jornalista a França por várias semanas para a cobertura da participação portuguesa na competição, a segunda na história.

De um ponto de vista internacional, a eclosão da guerra Israel-Hamas (outubro), assim como dois grandes sismos, na Turquia (fevereiro) e em Marrocos (setembro), e as eleições na Guiné-Bissau (junho) e em Timor-Leste (maio), foram os temas mais fortes que levaram a Lusa a deslocar enviados especiais para a sua cobertura durante vários dias. O primeiro aniversário da guerra da Ucrânia, em fevereiro, assim como a deslocação a este país do Presidente da República, em agosto, obrigaram também ao envio de duas equipas de jornalistas (redator e fotógrafo), nos dois momentos.

A celebração dos 50 anos do golpe no Chile, a 11 de setembro, foi outro momento alto do trabalho da editoria de Internacional da Lusa. Além de terem sido enviados dois jornalistas (um, de Lisboa, e outro da Argentina), a preparação do evento obrigou também a uma calendarização de vários artigos com antecedência escritos pela redação de Lisboa.

De entre todos os temas, destaca-se a JMJ, que obrigou à constituição de uma larga equipa de redatores e fotógrafos dedicados ao evento durante 15 dias, sob a chefia direta da DI. Parte dos jornalistas, oriundos da rede da Lusa, foram deslocados para Lisboa e/ou Fátima, o que aumentou significativamente os custos económicos desta “operação”. Editorialmente, o tema foi sendo preparado ao longo de vários meses.





Em 2023, a Lusa fez também a renovação dos responsáveis pelas delegações de Bruxelas, Díli, Praia, Bissau e Maputo e passou a ter também uma colaboração regular de novos correspondentes, em Moscovo, Líbano e Itália.

Em termos organizacionais, as redações da Lusa em Lisboa e no Porto mantiveram em 2023 o regime de trabalho híbrido instaurado em 2022, com três dias presenciais e dois em teletrabalho, regime que continuou a funcionar sem problemas, permitindo o trabalho em equipa indispensável ao exercício do jornalismo e criando, ao mesmo tempo, margem para a conciliação da vida familiar com as obrigações profissionais dos trabalhadores.

Tal como em 2022, foram respeitadas as exceções ao trabalho presencial previstas na lei, ao abrigo das quais uma dezena de jornalistas foi dispensada da presença na redação três dias por semana.

Em 2023, a Direção de Informação promoveu e colaborou na organização de duas conferências sobre inovação com a COTEC Portugal, intituladas "Atrair e reter os melhores 'cérebros' - receitas para criar valor na economia portuguesa", que se realizaram em maio, nas instalações da Lusa em Lisboa (09 de maio) e no Porto (24 de maio), ambas com a presença de destacados convidados e transmissão via Zoom, Facebook e YouTube.

Foram também organizadas duas conferências sobre Literacia Mediática e Desinformação: "Trust Me - "Confiar no jornalismo, fugir à desinformação", com o investigador universitário e especialista em literacia mediática Vítor Tomé e a President & Global Media Literacy Educator' do Internacional Council for Media Literacy, a norte-americana Belinha de Abreu, em abril; E a conferência, organizada em parceria com o ISCTE, no âmbito do projeto IBERIFIER, "Desinformação: os impactos na Península Ibérica", na qual foi apresentado o relatório "Analysis of impact of disinformation on politics, economic, social and security issues, governance models and good practices: the cases of Spain and Portugal", que se realizou em junho.

A Inteligência Artificial foi o foco de ainda uma outra conferência - "INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - Negócios e Democracia", com Marcia Narine Weldon, da Faculdade de Direito da Universidade de Miami, e o Contra Almirante António Gameiro Marques, do Gabinete Nacional de Segurança.

2023 foi também o ano em que a Lusa promoveu, em colaboração com o Parlamento Europeu, dois módulos de formação de jovens jornalistas em Assuntos Europeus, em abril e em novembro, na sequência do concurso que venceu em 2022. Em cada módulo, 10 jovens jornalistas foram selecionados para seminários com a participação de eurodeputados, responsáveis europeus e reconhecidos especialistas e académicos portugueses e estrangeiros.

Os formandos que obtiveram as melhores classificações foram, no final, selecionados para uma visita ao Parlamento Europeu, em Estrasburgo, onde puderam acompanhar uma sessão plenária.

A Escola Lusa entrou em "velocidade cruzeiro" em 2023. No seu âmbito, destaque-se a realização de:

- Ações formativas internas (Jornalismo de Agência II), que envolveram um total de 127 jornalistas, divididos por nove grupos, presencialmente, em Lisboa e no Porto, e duas por meios remotos, para correspondentes da rede externa e da Lusofonia (a formação foi ministrada por 10 formadores certificados - jornalistas no ativo da agência - e 25 convidados para ministrarem módulos especializados);



- Dois cursos de Jornalismo de Agência Inicial, no âmbito dos estágios curriculares, abrangendo 22 estudantes licenciados, alguns deles a terminarem mestrado. O curso, de 25 horas, desenvolve-se ao longo de quatro dias;
- Um curso de Formação de Formadores em Literacia Mediática, de oito horas, destinado a formadores com CCP (Certificado de Competências Pedagógicas) e já membros da Bolsa de Formadores da Escola Lusa (julho), a fim de os capacitar para realizar sessões de literacia em escolas e universidades, cumprindo assim o objetivo de serviço público no combate à desinformação. Está pensada a realização de mais dois cursos deste tipo;
- Cinco sessões de Literacia Mediática no âmbito da participação no projeto Iberifier, em formato zoom, para jornalistas e académicos dos países de língua oficial portuguesa. Foram duas sessões dirigidas a Moçambique, uma a Cabo Verde e duas a Angola, tendo participado 141 jornalistas e académicos nas primeiras quatro sessões e mais de duas centenas de empresários angolanos na sessão do congresso de Cibersegurança em Luanda;
- Três sessões de literacia mediática para 181 alunos e estudantes, em Lisboa e Coimbra;
- Quatro visitas de estudo à agência, abrangendo 118 alunos.

A Escola Lusa efetivou igualmente uma parceria de pós-graduação em Jornalismo Desportivo com a ESCS e renovou o Curso Cidadão CiberInformado, com novo módulo sobre Discurso de Ódio, além de acolher o trabalho de pesquisa para doutoramento de uma doutoranda, sobre o tema da desinformação.

No âmbito da parceria que há vários anos tem com a Priberam, em 2023 a Lusa voltou a participar na iniciativa “O Ano em Palavras” (<https://oanoempalavras.pt>), que apresenta algumas das palavras mais pesquisadas ao longo do ano no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, associadas a acontecimentos nacionais e internacionais que se destacaram a nível político, económico, cultural ou social e que foram noticiados pela Lusa.

Na área das redes sociais, 2023 caracterizou-se pelo crescimento do número de seguidores da Lusa em todas as plataformas, consolidando o “salto” dado em 2022, quando passou a ser feito um trabalho sistemático de divulgação de informação.

Assim, em 2023, o número de seguidores no Facebook elevou-se a 132 mil, no X (antigo Twitter) 297 mil, no Instagram 62 mil, no YouTube 12 mil e no Instagram da foto 6 mil, números aferidos em janeiro de 2024.

De um ponto de vista tecnológico, consolidou-se a tecnologia de transmissão TV ‘LiveU’, que permite fazer ‘streaming’ e uma transmissão mais rápida das imagens vídeo da cobertura de acontecimentos aos clientes de LusaTV, aumentando a capacidade de resposta da Lusa neste tipo de serviço para responder com eficiência às necessidades dos clientes neste segmento de negócio.

Num mundo cada vez mais multimédia, a Lusa concluiu em 2023 um estúdio de televisão, na sede da agência, em Lisboa. O estúdio, com recurso a tecnologia mais moderna, como câmaras robotizadas e cenários virtuais, está já a dar uma nova dinâmica às entrevistas feitas pelos jornalistas da Lusa. Num futuro próximo, pretende-se que permita também a realização de conferências abertas ao público, com ‘streaming’ e através das plataformas digitais.

Em 2023, a Lusa voltou a publicar o seu Anuário, que recorda, em fotografias e texto, os principais acontecimentos do ano anterior. Repetindo a estratégia do ano anterior, o livro voltou a ser posto à venda nas livrarias portuguesas e foram montadas uma mostra de fotografias em Lisboa e uma exposição mais alargada no Porto, repetindo-se ainda uma exposição itinerante com uma seleção de fotos, em várias lojas Fnac espalhadas pelo país.

A apresentação do Anuário, em fevereiro, tanto em Lisboa (feita por Bernardo Pires de Lima) como no Porto (a cargo de José Pacheco Pereira), foi um momento alto da visibilidade da Lusa, que propiciaram reuniões muito participadas com convidados exteriores à Agência.

## ■ Produção

Em 2023, a produção editorial da Lusa registou uma diminuição relativamente ao ano anterior, totalizando 248.191 conteúdos noticiosos, cumprindo com as metas contratuais celebradas com o Estado para a produção de conteúdos em todos os formatos (texto, fotografia, áudio e vídeo), como se pode ver nos quadros seguintes, e traduzindo-se numa média diária de produção de 680 conteúdos jornalísticos.

O nível da produção registado em 2022 pode ser justificado pela realização de Eleições Legislativas e de grandes eventos desportivos como o Campeonato do Mundo de Futebol e a produção de notícias sobre a guerra na Ucrânia, que dominou a produção noticiosa geral da atividade nacional e internacional, sobretudo, nos primeiros meses do ano transato.

Importa ainda referir que a produção editorial em 2023 encontra-se ao nível do registado em 2019, o ano que antecedeu o período pandémico.

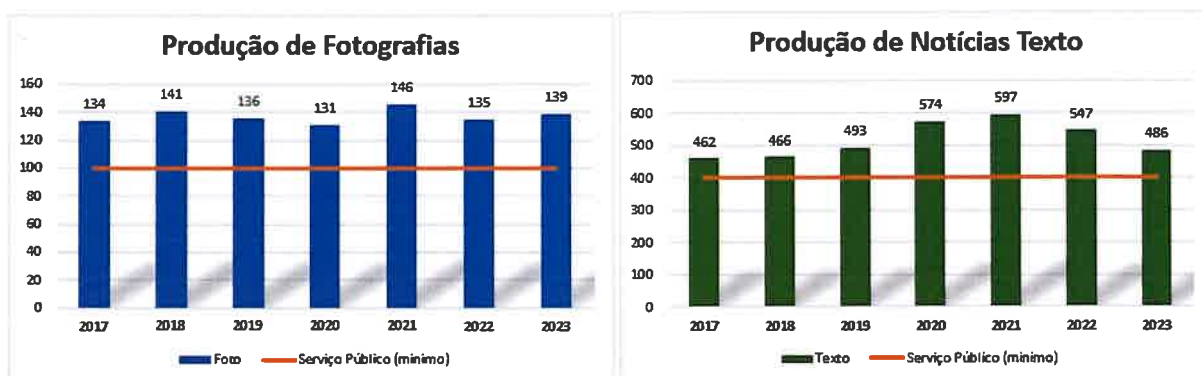
Tipo de Conteúdo	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Foto	48 876	51 612	49 727	47 818	53 287	49 365	50 793
Áudio	10 748	11 132	11 552	9 226	11 076	10 026	12 196
Misto	1 629	2 063	1 817	2 009	1 883	2 079	2 121
Texto (Todos os Géneros)	168 524	170 105	179 851	210 209	217 758	199 573	177 515
Vídeo	5 314	5 858	5 945	6 814	6 580	5 986	5 566
<b>Total</b>	<b>235 091</b>	<b>240 770</b>	<b>248 892</b>	<b>276 076</b>	<b>290 584</b>	<b>267 029</b>	<b>248 191</b>

Tipo de Conteúdo	Média Diária							Contrato Serviço Público
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2022/2027
Foto	134	141	136	131	146	135	139	Min. 100
Áudio	29	30	32	25	30	27	33	Min. 30
Misto	4	6	5	5	5	6	6	-
Texto (Todos os Géneros)	462	466	493	574	597	547	486	Min. 400
Vídeo	15	16	16	19	18	16	15	Min. 15
	644	660	682	754	796	732	680	-

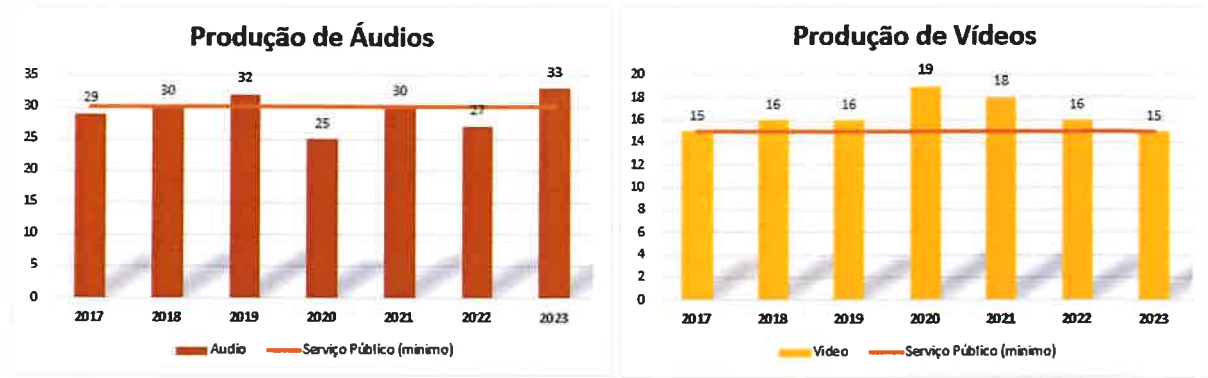
\* A Declaração de Compromisso 2021 tem as mesmas obrigações do Contrato 2017/2019

### Média Diária de Produção

Relativamente à prestação do serviço público, a redução verificada na produção face ao ano anterior não impediu a Lusa de ultrapassar os mínimos exigidos no Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público para a produção de todos os tipos de conteúdo (em formato texto, fotografia, áudio e vídeo) em 2023.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*



O quadro seguinte reflete a produção noticiosa da Agência em 2023\*, segundo a classificação temática do IPTC (International Press Telecommunications Council).

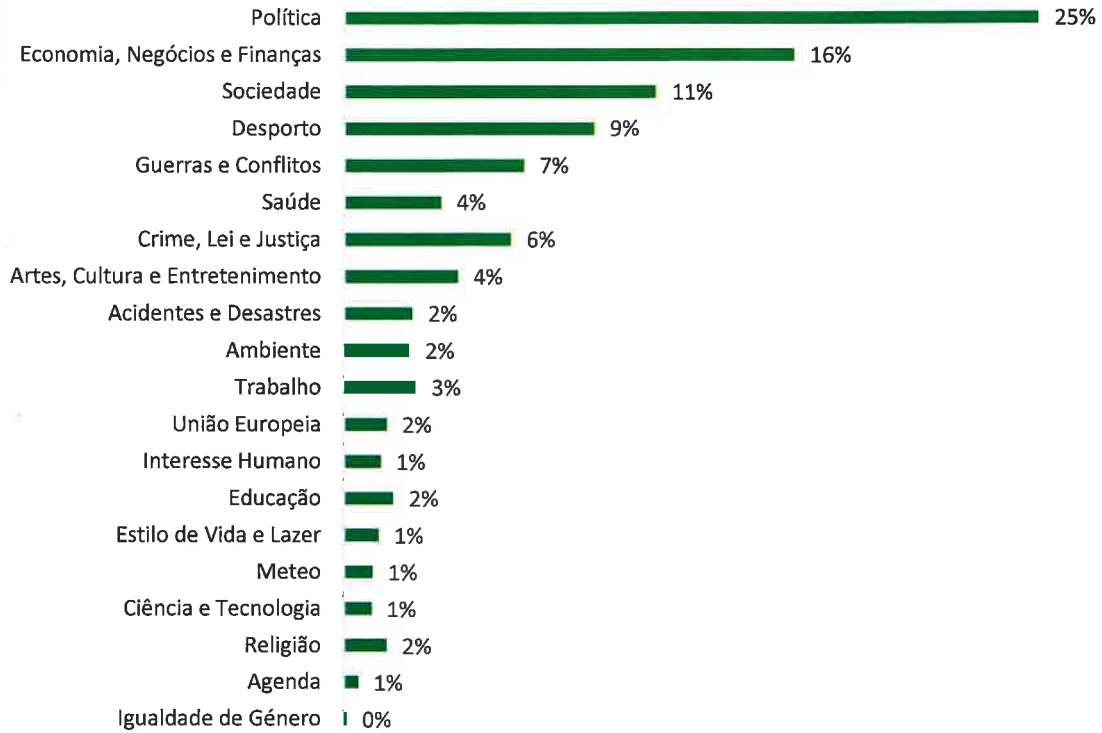
Temas	Foto	Áudio	Story	Texto	Vídeo	Total	%
Política	23 153	8 320	241	97 512	2 671	131 897	25%
Economia, Negócios e Finanças	6 752	4 867	143	71 873	1 868	85 503	16%
Sociedade	4 826	3 800	150	49 147	1 281	59 204	11%
Desporto	16 116	1 266	392	28 717	1 083	47 574	9%
Guerras e Conflitos	3 081	970	96	28 854	1 180	34 181	7%
Saúde	1 775	1 480	26	14 848	300	18 429	4%
Crime, Lei e Justiça	1 670	1 302	23	28 194	499	31 688	6%
Artes, Cultura e Entretenimento	5 780	1 138	467	13 849	432	21 666	4%
Acidentes e Desastres	1 250	473	110	10 831	377	13 041	2%
Ambiente	1 142	725	73	10 279	291	12 510	2%
Trabalho	2 731	1 093	19	9 563	289	13 695	3%
União Europeia	223	495	0	7 207	290	8 215	2%
Interesse Humano	1 025	282	76	5 530	146	7 059	1%
Educação	2 269	675	29	6 301	175	9 449	2%
Estilo de Vida e Lazer	478	412	21	5 698	70	6 679	1%
Meteo	512	246	117	4 492	151	5 518	1%
Ciência e Tecnologia	584	243	12	4 358	104	5 301	1%
Religião	2 289	449	146	5 028	274	8 186	2%
Agenda	353	0	0	2 451	4	2 808	1%
Igualdade de Género	7	35	0	562	26	630	0%
<b>Total</b>	<b>76 016</b>	<b>28 271</b>	<b>2 141</b>	<b>405 294</b>	<b>11 511</b>	<b>523 233</b>	

\* Considerando que a mesma notícia pode ser classificada em vários temas, o número de trabalhos distribuídos ultrapassa os números de produção

No conjunto dos conteúdos distribuídos pela Lusa destacam-se os textos que abordam temas de Política, nacional e internacional (25%), Economia, Negócios e Finanças (16%), Sociedade (11%), Desporto (9%) e Guerras e Conflitos (7%). Em conjunto, representam 68% dos textos noticiosos. Com estas percentagens mantém-se a estabilidade do fio noticioso.

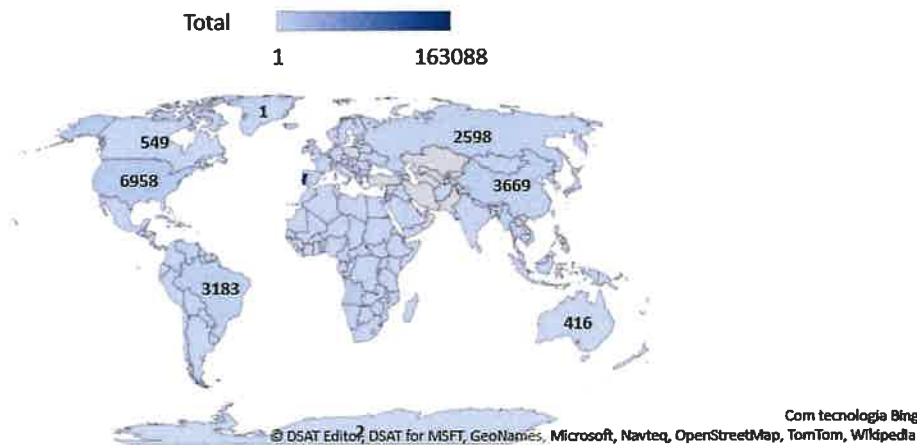


### Total de Produção por Temas em 2023



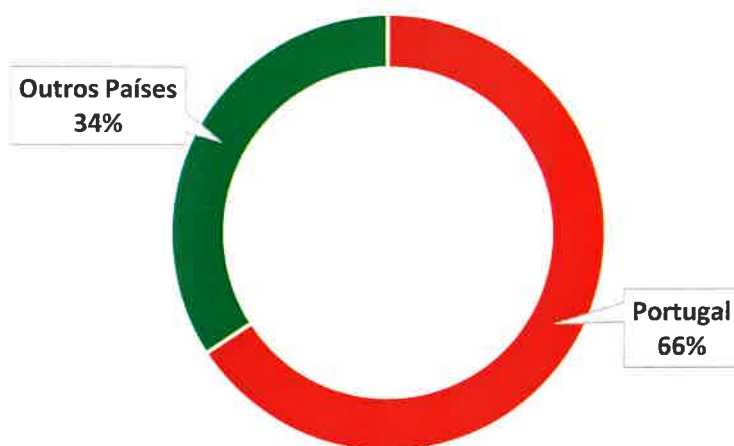
Em 2023, a Lusa cobriu 204 Países, distribuídos pelos 5 Continentes, como se pode ver no Mapa seguinte, sendo que dos conteúdos produzidos 66% são relativos a Portugal e 34% a outros países.

### Produção por país



Na análise da produção noticiosa sobre outros países, que não Portugal, é fácil perceber o esforço da Agência para seguir o dia-a-dia dos países, territórios e comunidades de língua portuguesa, além, claro está, do acompanhamento obrigatório dos principais parceiros políticos e económicos de Portugal e dos principais protagonistas da política internacional.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



▪ **Agenda**

Durante o ano de 2023, foram registados 64.726 eventos de Agenda, o que representa uma média diária de 177 eventos.

**Eventos de Agenda**



▪ **Atividade comercial**

O ano de 2023 foi marcado pela continuação da guerra da Ucrânia, acrescentando dois grandes acontecimentos disruptivos para a economia nacional e internacional – crise política e a demissão do Governo, e a guerra Israel-Hamas, respetivamente. Ainda no âmbito nacional, o ano encerrou-se com movimentações na comunicação social, nomeadamente no Grupo Global Media (GMG), colocando em risco os títulos detidos pelo grupo e agravando, colateralmente, a totalidade da comunicação social, que permanece a principal fonte de receitas próprias da Lusa.

Em 2022, os segmentos que registaram perda de receita face ao ano anterior, foram os Clientes Institucionais, as Empresas e os Grandes Órgãos de Comunicação Social (GOCS). Já em 2023 assistimos a uma recuperação do segmento 'Empresas' face a 2022, mantendo-se a tendência de baixa dos GOCS e 'Institucionais'. Em 2023 também se assistiu a um crescimento muito significativo do segmento 'Outros' (661% face ao ano anterior) devido à continuidade da implementação da solução de varrimento de uso indevido de imagens Lusa (FairLicensing), que tem gerado receitas em clientes não encarteirados.

Recorde-se que, em conformidade com os anos anteriores, a Lusa mantém a segmentação da sua atividade comercial nas seguintes áreas de negócio:

- a) Grandes Órgãos de Comunicação Social (GOCS);
- b) Pequenos Órgãos de Comunicação Social (POCS);
- c) Empresas;
- d) Clientes institucionais;
- e) Grande Público / Outros;
- f) Mercado Externo.

Em 2023 a Lusa gerou receitas próprias no valor de €4.085.850, representando um acréscimo de €296.879 (7,8%) face a 2022. Este resultado coloca as receitas próprias em valores acima dos 4 milhões de euros, que anteriormente tinham sido alcançados em 2010, 2011 e 2015. O mercado nacional contribuiu com 80,9% do total (face a 85,6% em 2022) e o negócio externo com 19,1% das receitas próprias (face a 14,4% em 2022).

NEGÓCIOS	2022	2023	Variação 2023/2022	
			Valor	%
GRANDES ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	1 921 900	1 891 343	-30 557	-1,6%
PEQUENOS ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	376 002	402 014	26 012	6,9%
EMPRESAS	327 849	367 818	39 969	12,2%
INSTITUCIONAL	610 392	580 331	-30 061	-4,9%
GRANDE PÚBLICO	0	0	0	0,0%
OUTROS	8 359	63 618	55 259	661,1%
MERCADO EXTERNO	544 468	780 725	236 257	43,4%
<b>Total</b>	<b>3 788 971</b>	<b>4 085 850</b>	<b>296 879</b>	<b>7,8%</b>

O acréscimo das receitas próprias em 2023 resulta essencialmente da combinação dos seguintes fatores:

- Um acréscimo de 43,4% no 'Mercado Externo', para os quais contribuem €143 mil referentes ao Google News Showcase e os proveitos provenientes do Programa de Formação de Jornalistas do Parlamento Europeu EP Training (numa variação total positiva de €236 mil);
- Receitas provenientes do FairLicensing, no seu total de €84 mil, na sua maioria alocadas ao segmento 'Outros', mas também imputadas a outros segmentos de clientes, caso estejam os mesmos já abertos na plataforma de faturação;
- Recuperação do segmento Empresas para valores iguais e anteriores a 2020, para os quais contribuíram €17 mil provenientes de Conferências e Eventos Lusa (numa variação total positiva de €40 mil).
- Efeito combinado da aquisição de novos clientes (subscritores), que geram faturação regular.

Mantêm-se algumas tendências já registadas em exercícios anteriores, nomeadamente:

- Decréscimo da receita dos GOCS, proveniente de renegociações em baixa e de rescisões neste segmento.
- Decréscimo de receitas no segmento Institucionais, causado maioritariamente pela não faturação atempada (falta de ordem de compra) por parte de alguns grandes clientes Institucionais.

Ainda que os resultados sejam favoráveis face ao passado recente, importa referir que o mercado onde a Lusa opera - conteúdos informativos - continua a registar grande polarização das tendências, nomeadamente compra e venda de participações em órgãos de comunicação social, que geram grande incerteza e pressão de renegociação em baixa dos contratos existentes.

Mantém-se a tendência decrescente nas receitas próprias dos GOCS, que registou em 2023 a sua receita mais baixa desde 2019. Por oposição, o segmento de POCS registou um aumento de 6,9% face ao ano anterior, uma tendência que se regista, consolidadamente, desde 2019, no seguimento das campanhas de angariação de 2021, como resultado da dimensão dos novos projetos no mercado da comunicação social, e ainda como resultado direto do projeto FairLicensing (que identifica utilizações indevidas de fotografias da Lusa). Encontramos aqui um efeito cruzado inverso, de substituição, embora não na mesma proporção: as perdas registadas pelos GOCS são sempre maiores que os ganhos registados pelos POCS em cada exercício.

Tal como em exercícios anteriores, o ano de 2023 não permitiu uma maior efetivação de receitas por via dos 'Encontros Lusa' (denominação para grandes conferências e workshops, sob a forma de patrocínios). Ainda assim, continua a ser objetivo da Lusa a obtenção e crescimento de receitas próprias desta natureza.

### Os Clientes Lusa em Números

- **Subscritores pagantes e ao abrigo do Contrato de Prestação de Serviço Público com o Estado Português**

Em 31 de dezembro de 2023 a distribuição do total de Subscritores (pagantes ou ao abrigo do Contrato de Prestação de Serviço Público com o Estado Português) era a seguinte:

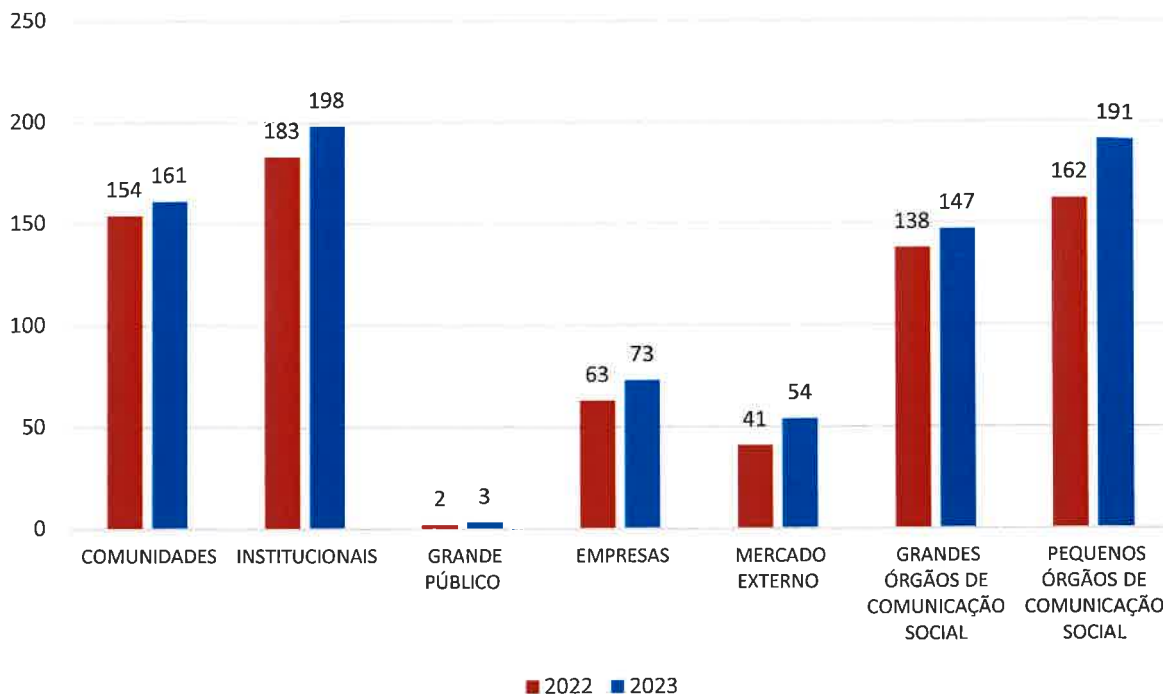
	2022	2023
COMUNIDADES	154	161
INSTITUCIONAIS	183	198
GRANDE PÚBLICO	2	3
EMPRESAS	63	73
MERCADO EXTERNO	41	54
GRANDES ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	138	147
PEQUENOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	162	191
<b>Total</b>	<b>743</b>	<b>827</b>

Os subscritores dos serviços Lusa, em 2023, totalizaram 827 (face a 743 de 2022), registando um acréscimo de 11,3%, justificado principalmente pelo acréscimo de Clientes no segmento POCS (29 face ao ano anterior). O número de subscritores é líquido de todas as ativações e desativações de subscritores, bem como de suspensões de serviço. Recordamos que cada subscritor pode ter mais do que uma subscrição, isto é, pode subscrever mais do que um serviço em simultâneo.

Este ano pudemos assistir a um acréscimo de subscritores em todas as categorias de Clientes, assim como a uma alteração das ponderações das mesmas face ao total: os POCS ganharam maior relevância na distribuição dos subscritores totais, passando de 21,8% em 2022 para 23,1% e os GOCS, embora tenham aumentado em número absoluto, perderam relevância na ponderação, passando de 18,6% em 2022 para 17,8%.



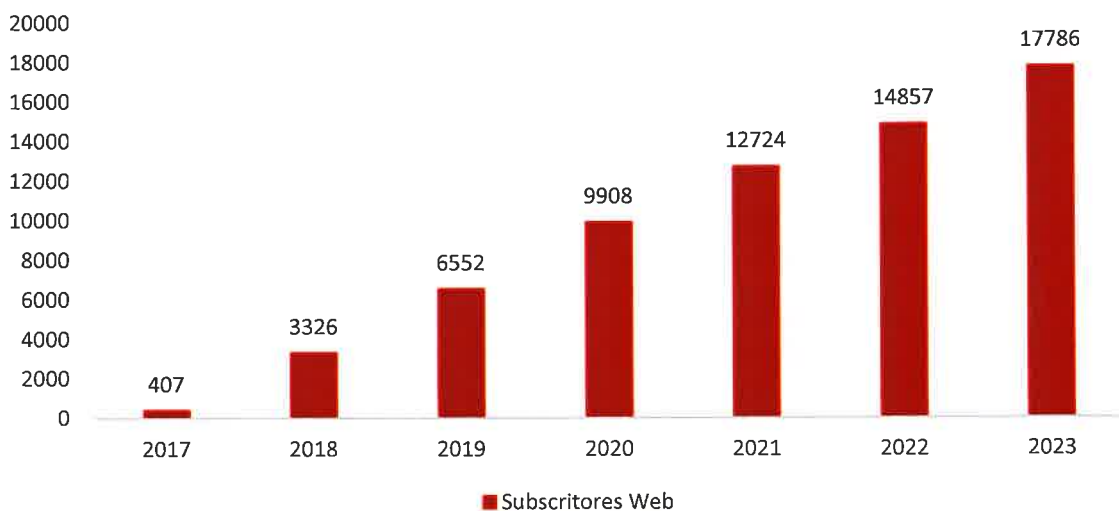




▪ **Subscritores Web**

Desde a sua génese que os “Subscritores Web” têm vindo a ganhar sustentada relevância, na medida em que é condição essencial para a visualização de um número finito de notícias por dia, gratuitamente e na sua totalidade. Face a 2022, os Subscritores Web registaram um aumento de 19,7%, passando de 14.857 para 17.786.

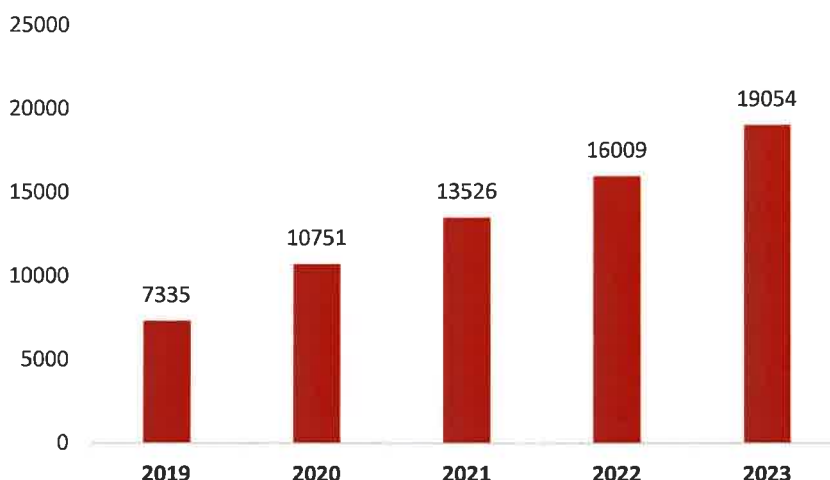
Esta tendência crescente valida a importância da continuidade da prestação ao grande público, por parte do canal digital da Lusa, de conteúdos essenciais para o conhecimento geral, assim como questões que marcam a atualidade nacional e internacional, num registo de rigor, isenção e qualidade.



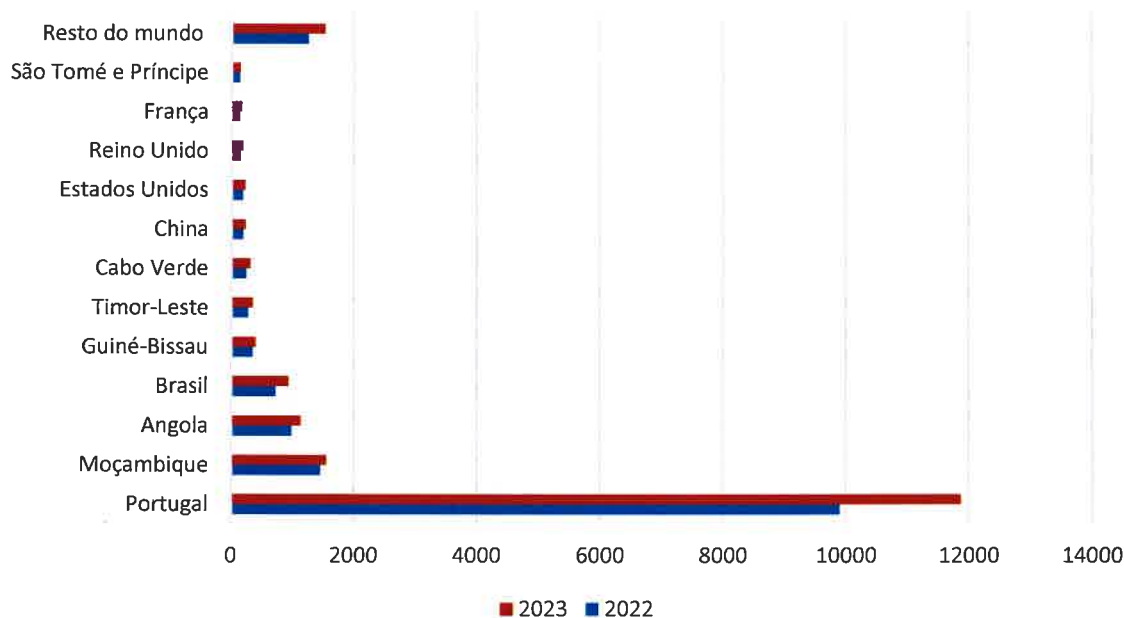
*[Handwritten signature]*

### A Lusa no Mundo

Confirmando a tendência registada nos anos anteriores, manteve-se o aumento do número total de subscritores da Lusa, 16.009 em 2022 para 19.054 em 2023 (aumento de 19,0%).



No seguimento da tendência já registada em anos anteriores, Portugal é o país com maior número de subscritores (representando 62,3% face a 61,8% em 2022), seguindo-lhe Moçambique (com 8,1%) e Angola (com 6,0%). Estes três países, todos de Língua Portuguesa, contribuem com 76,4% da totalidade dos subscritores da Lusa (face a 76,1% registados em 2022).



### Serviços

Tal como anteriormente, a Lusa manteve a segmentação dos seus serviços – isto é, os serviços prestados pela Lusa dividem-se em 13 grandes categorias – Alertas, Temáticos, Notícias de texto, Agenda, Fotografia, Serviços Especiais (Info3E e Agenda Financeira que se encontram em pausa de oferta para Clientes, mas que continuam em sistema), Arquivos Newsletters, Vídeo, Títulos, SMS, Infografias e Áudio.

O ano em análise terminou com um total de 2022 terminou com um total de 572 serviços (face a 592 em 2022), registando um decréscimo de 3,4%, explicado pela redução dos serviços especiais (que estão em fase de descontinuação) e pela cessação de prestação de serviços de Newsletters. As restantes alterações são as decorrentes da atividade comercial e de gestão corrente de Clientes.

#### Total de Serviços por Categoria de Serviço

Categoria	2022	2023
Alertas	213	230
Temáticos	114	112
Notícias de Texto	127	122
Agenda	39	40
Fotos	17	17
Serviços Especiais	49	22
Arquivo	12	12
Newsletters	4	0
Vídeo	11	11
Infografia	1	1
Áudio	2	2
Outros	3	3
	592	572

## Subscrições

Em 2023, o total de subscrições ativas (serviços ativos) na Lusa totalizaram 3.500 face a 2.816 em 2022, registando um aumento de 24,3%. Considera-se, em termos operacionais, que oscilações de subscrições até +/-5% se enquadram na movimentação natural do negócio, e não são consideradas relevantes para o universo total.

Este ano, as subscrições registaram um aumento muito significativo, tendo para este facto contribuído, maioritariamente, a Lusa ter sido Agência POOL mundial para o serviço de fotografia, aquando da visita do Papa a Portugal, por ocasião das Jornadas Mundiais da Juventude. Ao abrigo na condição de Agência POOL, a Lusa ativou 504 subscrições de Fotos POOL JMJ. Paralelamente, todos os serviços registaram aumentos nas subscrições, à exceção dos serviços de texto, que diminuíram 4,2% face ao ano anterior. Tanto os serviços de Agenda como os serviços Temáticos registaram um aumento de subscrições muito significativo, respetivamente, 54,0% e 14,4% face ao ano anterior.

Na categoria Outros, a Lusa optou por colocar os serviços de notícia com imagem (Noticiários Lusa), que não se enquadram em qualquer uma das outras categorias.

Devido às Jornadas Mundiais da Juventude, e ao facto de a Lusa ter sido Agência POOL neste evento internacional, as contribuições de cada tipo de serviço sofreram alterações face ao ano anterior. Assim, a categoria Notícias de Texto contribuiu com 25,3% da totalidade das subscrições no ano (32,8% em 2022), seguida dos Serviços de Foto, com 24,1% (10,6% em 2022). As restantes categorias de serviços variaram entre o intervalo +/-5%.



## Total de Subscrições por Categoria de Serviços

Categoria	2022	2023
Notícias de Texto	923	884
Serviços Especiais	0	2
Fotos	299	843
Temáticos	285	326
Newsletters	628	631
Vídeo	167	172
Arquivo	134	135
Alertas	166	176
Agenda	113	174
Audio	100	102
Outros	1	55
	2816	3500

## ▪ Comunicação e Marketing

Em 2023, no âmbito das atividades da área de Comunicação e Marketing, e apesar dos constrangimentos económicos, destacam-se as seguintes:

### Encontros Lusa e Conferências

- A 27 de abril de 2023, a Lusa promoveu a primeira Conferência do ano, com o título “Trust Me – Confiar no Jornalismo, Fugir à Desinformação”, que incluiu a projeção do Filme “Trust Me” e posterior debate sobre literacia mediática – como distinguir a verdade da mentira nos jornais, na televisão ou nas redes sociais. No painel de debate participaram Sujoya Roy, Conselheira Adjunta de Relações Públicas na Embaixada dos Estados Unidos da América, Rosemary Smith, Produtora do documentário e Diretora Executiva da Getting Better Foundation, o Almirante Gouveia e Melo, Chefe do Estado-Maior da Armada, Vítor Tomé, Investigador da Universidade Autónoma de Lisboa e no ISCTE, e Belinha de Abreu, President & Global Media Literacy Educator no International Council for Media Literacy. A moderar o debate esteve a Diretora de Informação da Lusa, Luísa Meireles.
- Em maio a Lusa organizou dois “Encontros Lusa” em parceria com a COTEC. A 9 de maio em Lisboa: “Atrair e Reter os Melhores Talentos – Receitas para Criar Valor na Economia Portuguesa”, com o Diretor-Geral da COTEC, Jorge Portugal, e o Presidente do Conselho de Administração da Lusa, Joaquim Carreira, a fazer a introdução. Do painel de debate fizeram parte o PCA da Corticeira Amorim, António Rio de Amorim, a CEO da Altice Portugal, Ana Figueiredo, e a Diretora-Geral da Nestlé Portugal, Anna Lenz. A moderar este debate esteve Shrikesh Laxmidas, então Chefe de Redação da Lusa.
- A 24 de maio aconteceu no Porto o segundo “Encontro Lusa” em parceria com a COTEC: “Empresas e Academia – O Novo Compromisso para a Inovação” voltou a contar com Jorge Portugal e Joaquim Carreira na introdução ao debate, e teve no painel, mais uma vez moderado pelo jornalista Shrikesh Laxmidas, o Presidente da Agência Nacional de Inovação, António Grilo, o Presidente da OLI, António Ricardo Oliveira, e a Investigadora Clara Gouveia, responsável pela Rede de Gestão e Automação de Redes Elétricas do INESC TEC.





- A 21 de junho, no âmbito do projeto europeu IBERIFIER – *Iberian Media Research & Fact Checking*, a Lusa organizou a Conferência “Desinformação – Os Impactos na Península Ibérica”, altura em que foi apresentado o relatório “Análise do impacto da desinformação em questões políticas, económicas, sociais e de segurança, modelos de governação e boas práticas. Os casos de Espanha e Portugal. A apresentar os resultados deste relatório, com posterior debate, estiveram Ramón Salaverría, Coordenador do projeto, Augusto Santos Silva, Presidente da Assembleia da República, Vítor Tomé, Investigador no ISCTE, Ángel Badillo Matos, Investigador no Real Instituto ElCano, Vania Baldi, Professor Associado no ISCTE, e Miguel Paisana, Investigador no OberCom. A moderação foi de Luísa Meireles, Diretora de Informação na Lusa, e a nota introdutória desta Conferência esteve a cargo do Presidente do Conselho de Administração da Lusa, Joaquim Carreira, e de Gustavo Cardoso, Professor Catedrático no ISCTE.
- De novo sob a égide dos “Encontros Lusa”, a 25 de setembro a Agência promoveu o debate “Inteligência Artificial - Negócios e Democracia”, com a participação especial de Marcia Narine Weldon, Diretora do Transactional Skills Program da Miami School of Law, num debate com o Contra Almirante António Gameiro Marques, Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança, moderado por Luísa Meireles, Diretora de Informação da Lusa.

### Parcerias de Media

- Nos dias 21 e 22 de abril decorreu a 6.ª edição do Congresso de Literacia Mediática na Escola Superior de Comunicação Social, em Lisboa. Um evento com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, do qual a Agência Lusa foi parceira Media e a Diretora de Informação, Luísa Meireles, participou numa das sessões plenárias como oradora: Sessão Plenária III / Literacia Mediática / Desafios para as Políticas Públicas.
- Nos dias 4 e 5 de maio, a Lusa foi também parceira Media das “Marketing Journeys” do ISCTE, o maior evento universitário dedicado ao Marketing e em 2023 com foco na temática das marcas de luxo.
- Em setembro, nos dias 1 e 2, a Lusa participou mais uma vez como parceira Media nas Conferências do Estoril, no campus de Carcavelos da Nova School of Business & Economics (Nova SBE), sob o mote “Re-Humanizar o Mundo”.
- No dia 30 de setembro, a Lusa participou como parceira de Media no Dia da Ordem dos Fisioterapeutas, intitulado “Desafios na Profissão”, evento que decorreu no Centro Cultural de Belém.
- Entre 10 e 18 de novembro, realizou-se a XXIX edição do festival Caminhos do Cinema Português, que decorreu entre Coimbra, Mealhada e Penacova. A Lusa foi uma vez mais parceira de Media deste evento que tem como propósito principal a promoção da cultura cinematográfica nacional.

### Outras iniciativas

- Em 2023 foi dada continuidade à Newsletter Interna SOMOS LUSA, um veículo de comunicação interna que visa mostrar o que há de novo em cada mês, e antecipar também o mês seguinte, reforçando o *employer branding*. Ainda neste âmbito, foi reforçado o desenvolvimento e promoção de parcerias com marcas e serviços que beneficiam os trabalhadores, através de descontos, passatempos, entre outros benefícios.
- A 10.ª edição do Anuário Lusa foi lançada nos dias 9 e 16 de fevereiro, em Lisboa, na sala do Âmbito Cultural do El Corte Inglés, e no Porto, na FNAC do NorteShopping, respetivamente. Esta edição foi posta à venda nas livrarias pelo 2.º ano consecutivo, desta vez a contar com um *dossier* especial sobre a Guerra na Ucrânia. No âmbito do lançamento



do Anuário Lusa, houve lugar a duas exposições fotográficas: uma de um mês, no Corte Inglês de Lisboa, e outra que decorreu num modelo itinerante durante todo o ano em várias lojas FNAC do país.

- No dia 23 de fevereiro de 2023, a Lusa promoveu um "Get Together" com todos os trabalhadores e colaboradores de Lisboa e do Porto, e por ligação remota com quem não estivesse nestas duas cidades. O objetivo foi celebrar os 36 anos da Agência Lusa.
- Na vertente de formação/ensino, a Agência Lusa organizou o "Programa de Formação do Parlamento Europeu para Jovens Jornalistas", que se desdobrou em duas edições. A 1.ª realizou-se nos dias 3, 4 e 5 de abril, e a 2.ª edição nos dias 8, 9 e 10 de novembro. A Lusa recebeu na sede, em Lisboa, dois grupos de jornalistas em início de carreira, de vários meios de comunicação social, selecionados para participar num programa desenvolvido para contribuir para uma melhor compreensão da União Europeia e das suas instituições.
- Já em novembro, nos dias 24 e 25, a Lusa convidou todos os trabalhadores e colaboradores para o Encontro Anual, a coincidir com as celebrações de Natal: altura para fazer o balanço do ano e usufruir de tempo em equipa, mas em ambiente de lazer.
- Em dezembro, e pelo sétimo ano consecutivo, a Lusa e a Priberam apresentaram as palavras mais pesquisadas no dicionário *online* em 2023 – duas palavras por mês, cada uma delas ilustrada com uma notícia e uma fotografia da Lusa sobre o evento que suscitou a pesquisa.

## ▪ Inovação/modernização tecnológica

A pressão massificada de informação, a crescente segmentação de clientes, a capilaridade de utilizadores finais, de serviços customizados, a multiplicação de plataformas e de sistemas, a introdução muito rápida de serviços de automatização e de ferramentas de inteligência artificial nas várias fases do processo produtivo, o aumento da presença da «Internet das Coisas» e do reconhecimento de voz em inúmeras atividades comerciais e diferentes dimensões da nossa vida são algumas das forças motoras que se fazem sentir na sociedade e também nos media – e de forma particular no universo das agências de notícias.

Na Lusa, no campo da Inovação e de Novos Projetos, o ano de 2023 ficou marcado, pelas seguintes iniciativas:

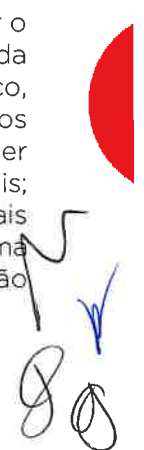
1. O projeto de investigação denominado «Combate às Fake News» foi concluído. Esta iniciativa permitiu desenvolver várias ferramentas de análise de conteúdos com recurso a Inteligência Artificial bem como desenvolver conteúdos de Literacia Mediática para fazer face às campanhas de desinformação cada vez mais presentes em várias temáticas da sociedade moderna. Este projeto tem por base a candidatura ao Portugal2020, cujo financiamento foi de €170 mil, sendo o valor total de €299 mil. O trabalho, desenvolvido com a colaboração do INESC-ID (do Instituto Superior Técnico), do CNCS – Centro Nacional de Cibersegurança e da tecnológica portuguesa InKnow, tinha como principais objetivos:
  - a) Desenvolver uma ferramenta de inteligência artificial (InfoRadar) que ajude a combater fenómenos de manipulação de informação, através de «análise nutricional» de textos (ficha com grau de subjetividade, percentagem de dados mensuráveis, utilização de linguagem xenófoba, incentivo à violência ou ao ódio, etc.) e utilizando a língua portuguesa;
  - b) Criar um agregador de ferramentas (de terceiros) de combate às *fake news*, tornando-as acessíveis à generalidade dos cidadãos;
  - c) Desenvolver um *site* temático, aberto ao público, dedicado ao combate à desinformação (<https://combatefakenews.lusa.pt/>), com notícias, legislação,



- estudos e análises, ligações a outros *sites* semelhantes e agregação de ferramentas para análise da veracidade da informação;
- d) Desenvolver ferramentas de Inteligência Artificial que ajudem a antecipar fenómenos virais de manipulação e a dar contexto a fenómenos de ataque cibernético (ViraLetras e CorreTexto);
  - e) Desenvolver ferramentas de Inteligência Artificial que ajudem a certificar documentos/informação;
  - f) Criar e disponibilizar um guia do Cidadão Ciberinformado.
2. A utilização de uma aplicação baseada em inteligência artificial "Text Mining" no sistema editorial, para identificar de forma automática pessoas, instituições e locais referidos nas notícias produzidas pela Lusa, é outro projeto desenvolvido que está a ser e testado em anos anteriores e concluído em 2022. Esta ferramenta é de grande importância, uma vez que permite aumentar de forma significativa o número de «etiquetas» associadas a um texto, o que possibilita, por sua vez, classificar de forma mais exaustiva as notícias escritas pelos jornalistas e, dessa forma, realizar pesquisas mais eficazes, segmentar mais a informação existente e multiplicar a possibilidade de serviços noticiosos especializados. No próximo ano irão ser efetuados os primeiros testes sobre conteúdos relacionados da base de dados editorial da Lusa no formato de texto.
  3. A Literacia mediática é um dos vetores estratégicos da Lusa fazendo parte das suas atividades normais através de programas de estágio e como mecanismo para fazer face à crescente desinformação com a qual se debate o setor dos *media*, ao nível nacional e internacional. A criação, juntamente com o CNCS, do curso do Cidadão ciberinformado, teve um elevado sucesso, atingindo 7 mil inscritos e tendo sido concluído por cerca de 5 mil participantes. No seguimento do curso anterior, no âmbito do projeto ContraFake, foi desenvolvido um módulo adicional ao curso do cidadão ciberinformado que trata, essencialmente, de uma forma muito prática, a análise de conteúdos de media, alertando para técnicas de escrita que podem levar a conclusões com risco elevado de enviesamento e que ainda se encontram ativo na plataforma NAU.

A Lusa através do Grupo Informal Para a Literacia Mediática (GILM), do qual faz parte do Conselho Consultivo, participou em abril na conferência "Transição Digital e Políticas Públicas". Esta foi a temática escolhida, num momento em que a literacia mediática assume um papel fundamental com vista à capacitação de todos os cidadãos com o objetivo de apoiar atividades de literacia mediática, bem como as literacias que esta compreende, nomeadamente a da informação e a digital, e que representam cada vez mais um vetor estratégico da formação dos cidadãos e um desafio para as políticas públicas educativas, culturais, da comunicação social, da sociedade da informação e da cidadania.

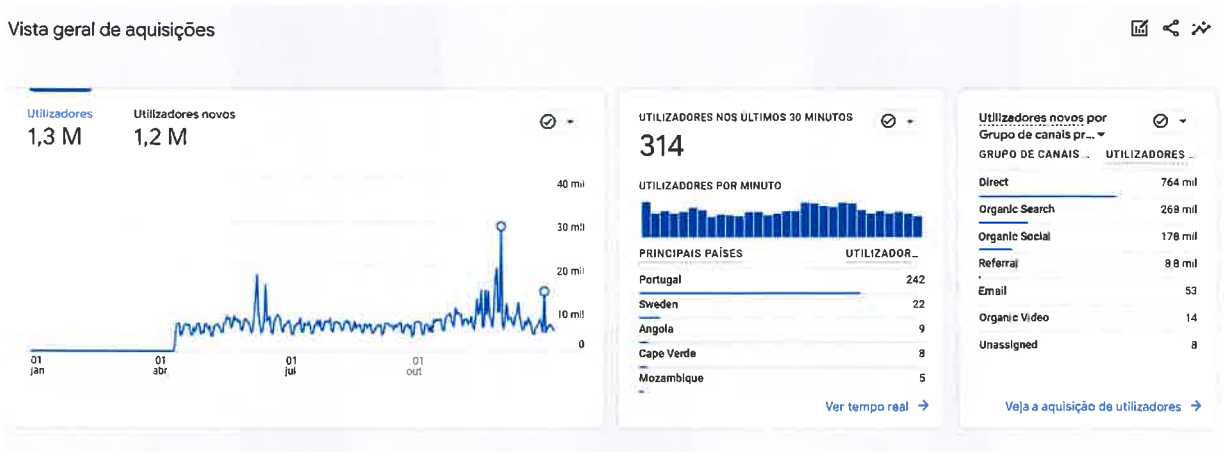
Resultante de uma candidatura internacional, ligada ao EDMO - Observatório Europeu para os Media Digitais - que trabalha sob a alçada direta da Comissão Europeia, a Lusa integra, com mais 23 parceiros liderados pela Universidade de Navarra, o projeto Iberifier desde 1 de setembro de 2021, com um total de financiamento de cerca de €1,5 milhões. Esta equipa ibérica, constituída por doze universidades, cinco organizações de verificação de notícias e agências noticiosas, mais outros cinco centros de investigação multidisciplinar, tem como principais objetivos: a) Mapeamento das características e tendências info comunicacionais presentes no ecossistema mediático ibérico; b) Apoiar o desenvolvimento de tecnologias computacionais para a deteção e prevenção da desinformação; c) Apoiar a verificação e combate à desinformação em território ibérico, reportando fenómenos relevantes à Comissão Europeia; d) Produzir documentos estratégicos sobre a ameaça da desinformação a nível político, económico e social quer para conhecimento público quer para apoio às instituições públicas e privadas nacionais; e) Promover iniciativas de alfabetização mediática e de promoção das literacias digitais junto de jornalistas, bem como de jovens e públicos mais vulneráveis. É nesta última atividade que a Lusa estará dedicada com maior participação. Este projeto terá a duração



de 30 meses e com financiamento externo de cerca de €37 mil, num total de €49 mil. No início de 2023 serão efetuadas ações de formação sobre esta temática para jornalistas e estudantes.







4. A implementação do serviço de alertas por SMS para efeitos de distribuição de conteúdos da Lusa em texto e possíveis mensagens de alerta a clientes, como forma de minimizar impacto de ciberataques foi utilizado sempre que necessário. Nesta dimensão foi elaborado um procedimento para situações de crise para as direções da agência. Irá ser testado o envio, também por esta via, de conteúdos noticiosos de maior prioridade, de modo a aumentar a notoriedade, podendo-se converter em novos serviços.
5. Com os ciberataques que a Lusa foi alvo, o processo de migração para *data centers* com risco sísmico mais diminuto foi concretizado e procedeu-se à aquisição de 4 *firewalls* dedicadas. Continuamos a utilizar os serviços de mitigação de ataques de negação de serviço com um parceiro tecnológico da Lusa.
6. A Lusa, em colaboração com a Google, lançou um novo serviço de conteúdos (Google News Showcase) com disponibilização de notícias em texto para o público em geral que permitirá aumentar a notoriedade da Agência e a disseminação de conteúdos credíveis, factuais e de temas de interesse público que de outro modo não teriam uma visibilidade transversal e com alcance ao público em geral.
7. A Lusa tem vindo a fazer uma forte aposta no digital, não só no seu *site* como nas suas redes sociais, adaptando-se às novas formas de comunicação privilegiadas.

O tempo médio por página no *site* da Lusa aumentou, apesar de se ter registado uma quebra no número de páginas visualizadas. Na distribuição demográfica das visitas ao *site*, destaca-se a população masculina, no escalão etário de 35-54 anos.



Nas redes sociais, a publicação de notícias e outros conteúdos tem sido efetuada no Twitter e no Facebook através de um mecanismo automático do próprio *backoffice* da Agência (com base no serviço "Noticiário Lusa"), e no LinkedIn e no Instagram de uma forma manual. Como se pode verificar em todas as redes sociais houve um aumento do número de seguidores, com destaque mais uma vez para o Instagram com cerca de 31% de crescimento, em cima dos 54% de 2022.



Número seguidores nas redes Sociais da LUSA (em milhares)			
	2023	2022	Varição
	61,6	46,9	31,3%
	5,6	5,1	9,8%
	297,0	283,0	4,9%
	16,0	14,6	9,6%
	132,0	130,0	1,5%
	11,8	8,0	47,5%

No Instagram, o principal objetivo mantém se e que é o de aproximar a Lusa dos leitores (principalmente do público mais jovem), ao mostrar os diferentes tipos de notícias produzidas pelos nossos jornalistas, com o intuito final de não só trazer mais reconhecimento ao trabalho da Agência, como também de atrair novos públicos com novas notícias. Em 2023, devemos destacar:

**CONTEÚDO EM DESTAQUE**



Acionistas da Mota-Engil elegem hoje Paulo Portas para membro do Conselho de Administração

11 348  
alcance

11 525  
impressões

159  
interações

**CONTEÚDO EM DESTAQUE**



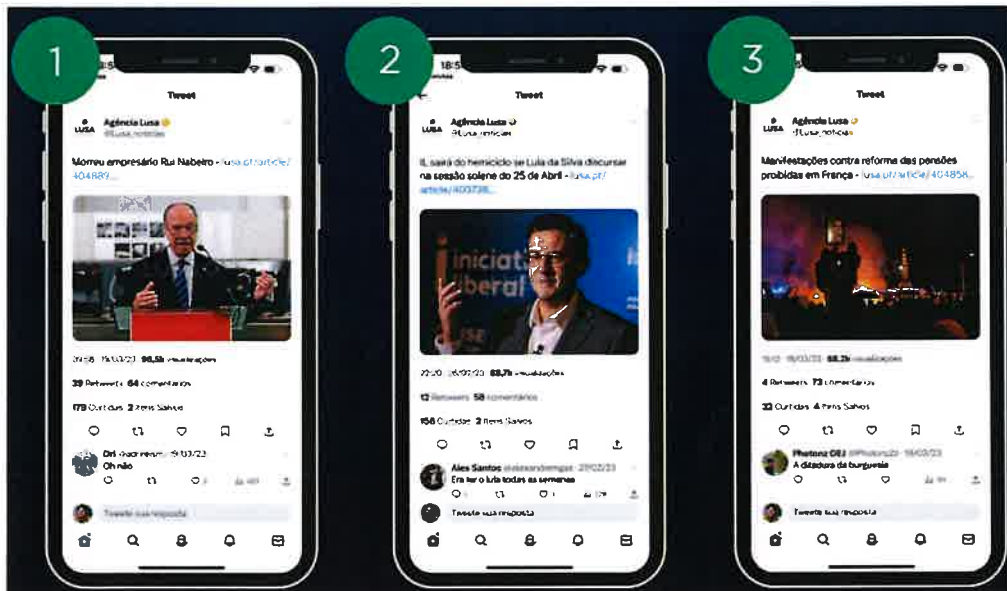
DJ Set do Padre Guilherme Peixoto acordou peregrinos no Parque Tejo

1 892 873  
reproduções

653 632  
contas alcançadas

47.660  
gostos

798  
comentários



Aos poucos a Lusa tem vindo a moldar a sua estratégia digital, analisando as diferentes métricas que permitem saber quais os conteúdos que geram mais interesse e partilha no universo de seguidores. Além do destaque dado aos mais variados assuntos, como os eventos que a Lusa faz cobertura, são privilegiadas pelos utilizadores as publicações que citam alguma personalidade ou que trazem informação concreta sobre determinados assuntos na ordem do dia.

Aos poucos, a Lusa está a conseguir criar o seu próprio espaço no mundo das redes sociais, garantido a quem a segue um serviço de jornalismo isento e rigoroso, consolidando assim ainda mais a posição da Agência como o principal fornecedor de notícias e para vários públicos.

8. A aceleração de iniciativas de transformação digital ao nível do trabalho da Lusa, fruto do efeito da pandemia e da necessidade de laborar em regime de teletrabalho na maioria das áreas da empresa, foi efetuada com enorme sucesso, através da utilização de plataformas para reuniões remotas, intensificação do uso de portáteis, disponibilidade de mais canais de VPN, atualmente utilizados de forma massiva e rápida por todos os trabalhadores da Lusa. Neste âmbito foi ainda desenvolvida, para os jornalistas da Lusa, uma funcionalidade de acesso a fontes de canais de TV no seu posto de trabalho de uma forma simples e customizada.

## Investimentos

Os investimentos efetuados em 2023 ascenderam a €375 mil, representando um decréscimo de 30,4% face ao exercício anterior. Foram realizados investimentos de substituição de equipamentos por obsolescência, de racionalização e reestruturação de processos internos, de expansão da capacidade de produção e comercialização da agência e de conservação e reparação de instalações.

Neste enquadramento, no exercício de 2023 o esforço de investimento foi aplicado, sobretudo, na modernização e expansão do parque informático – necessidade que se mantém premente com muitos dos trabalhadores, especialmente jornalistas, ainda em situação de teletrabalho –, na aquisição e renovação de equipamento fotográfico e no reforço da área digital e multimédia (tanto a nível de *hardware* como de *software*), incluindo a implementação de ferramentas de automatização de processos de produção, com a aquisição de equipamentos e *software* do sistema de transmissão de vídeo (LiveU) para a realização e transmissão de diretos em TV.

No desenvolvimento de ferramentas de produtividade de apoio ao trabalho, deu-se continuidade à implementação do projeto de distribuição de sinal de TV no posto de trabalho, através do *upgrade* do fornecimento e instalação da solução de captura de sinal de TV, transcodificação e distribuição de forma a ficar acessível a todos os postos de trabalho nas instalações da Lusa, ou remotos em VPN – garantindo o acesso dos jornalistas, através de um computador ou telemóvel, aos vários canais informativos e desportivos de televisão – e do desenvolvimento da solução de planeamento e controlo orçamental, erigida através de ferramentas *Business Intelligence* (BI) de tratamento, análise e reporte de informação financeira, através da renovação do licenciamento de *software*.

Realizam-se regularmente desenvolvimentos no sistema editorial LUNA (LUSA NewsAsset), incluindo a implementação de novos módulos e funcionalidades e alterações em funcionalidades existentes, e atualizações de outros *softwares* em utilização na Agência. A modernização tecnológica constitui um dos pressupostos definidos contratualmente entre o Estado Português e a Lusa.

Foram ainda adquiridas duas viaturas para as delegações da Lusa em Bissau e Maputo, por necessidade imperiosa de substituição dos equipamentos por obsolescência ou avaria grave.



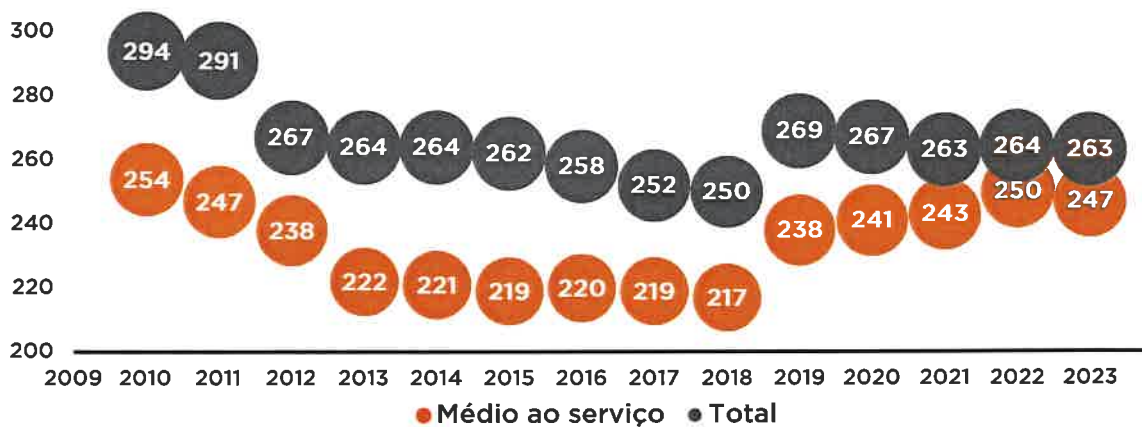

Foram realizados ainda trabalhos de manutenção e reabilitação no edifício da sede, designadamente de conservação da sua fachada exterior, e nas instalações de delegações que incluíram intervenções pontuais de caráter corretivo e preventivo, por forma a aumentar as condições de segurança e conforto no local de trabalho.

A totalidade do investimento foi financiada com recursos próprios.

### Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2023, o total de efetivos da Agência é de 263, sendo 125 homens (47,5%) e 138 mulheres (52,5%), que compara com 264 no ano anterior (47,7% homens e 52,3% mulheres). Entre os 263 trabalhadores no quadro de efetivos incluem-se 5 requisitados e 11 trabalhadores de baixa de média ou longa duração. O efetivo médio ao serviço foi de 247 em 2023, que compara com 250 em 2022.

#### EVOLUÇÃO DO EFETIVO

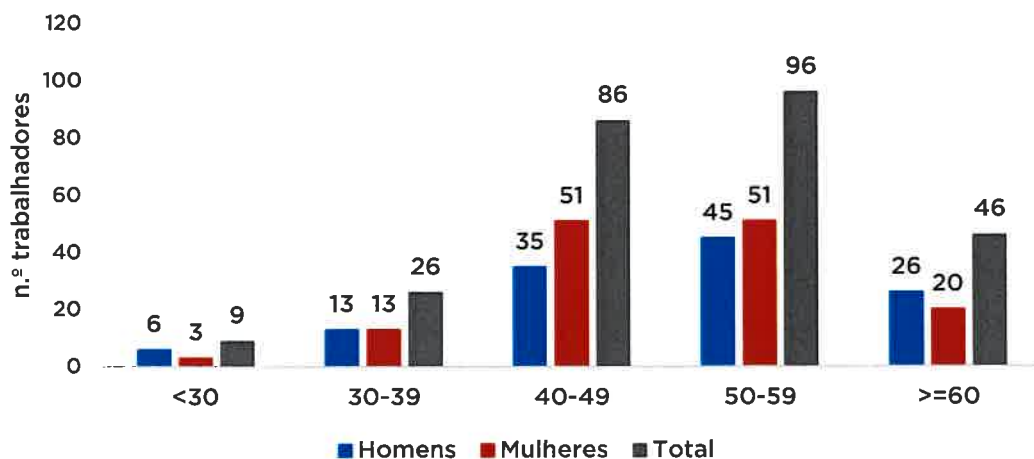


O grupo profissional mais expressivo é o dos jornalistas com 225 elementos, correspondente a 85,2% de todos os trabalhadores, dos quais 221 elementos pertencem ao efetivo ao serviço (218 em 2022), 4 estão requisitados.

### Estrutura etária e antiguidade

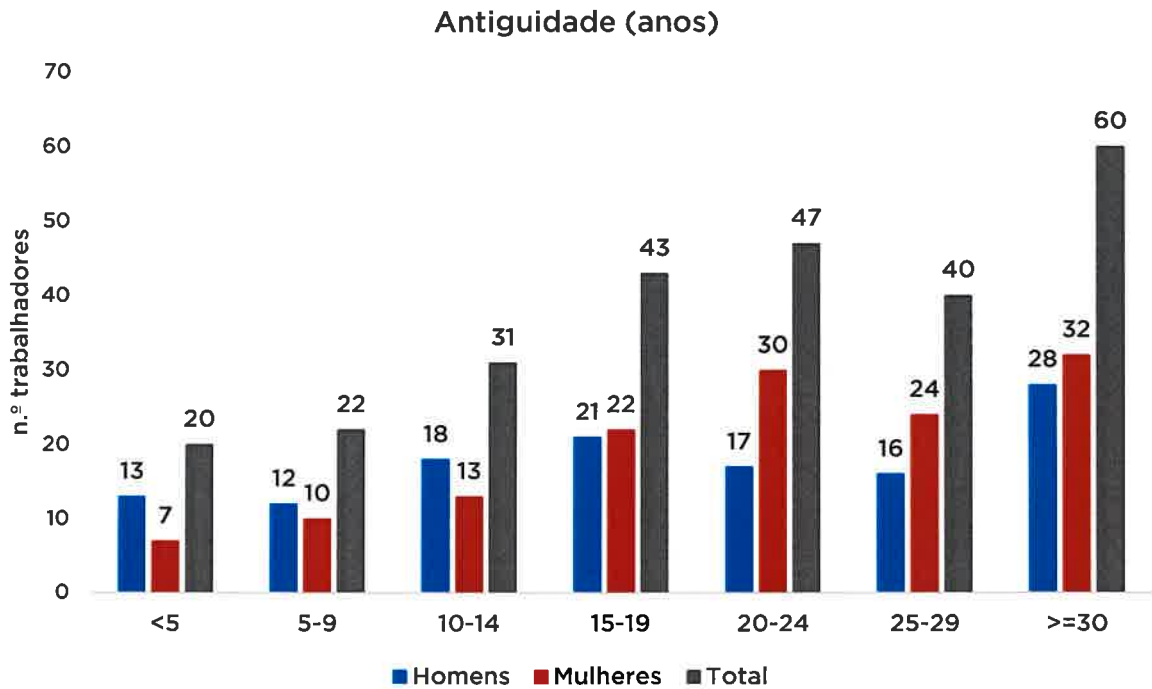
Do efetivo total de 263 trabalhadores da Lusa, 46 (17,5%) têm idade igual ou superior a 60 anos, 96 (36,5%) têm entre 50 e 60 anos, 86 (32,7%) entre 40 e 50 anos e apenas 35 (13,3%) têm menos de 40 anos de idade (16,1% em 2022).

#### Estrutura etária (anos)



*M*  
*Fig*

Dos 263 trabalhadores, 60 (22,8%) trabalham na Lusa há pelo menos 30 anos, 87 (33,1%) têm entre 20 e 30 anos de antiguidade e apenas 42 (16,0%) trabalham na Lusa há menos de dez anos (17,4% em 2022).



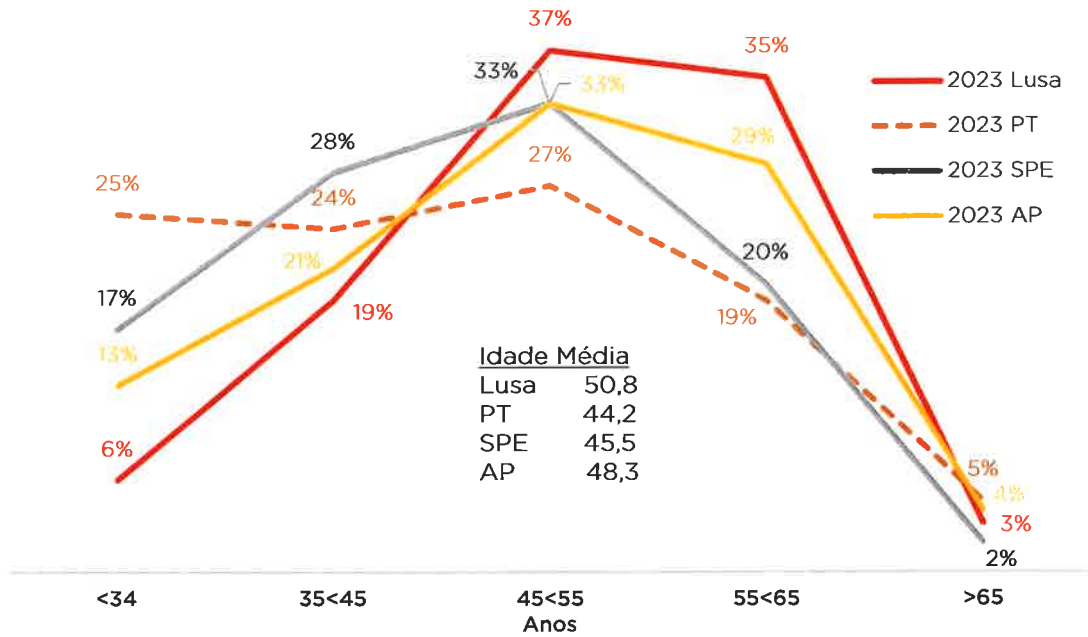
Em termos da idade média dos seus trabalhadores, a Lusa apresenta-se em situação de envelhecimento e de antiguidade muito relevante. Para este efeito, apresentam-se dois gráficos baseados em informação recolhida internamente e na Pordata (Censos 21, DGAEP de junho de 2023).

Assim, compararam-se cinco escalões etários com a informação dos trabalhadores Lusa, da população ativa de Portugal, da Administração Pública e do Setor Empresarial do Estado. As principais conclusões são as seguintes:

- No final de 2023, a Lusa tem cerca de 100 trabalhadores com mais de 55 anos, ou seja, cerca de 38% do seu ativo, que era de 263 trabalhadores;
- Deste grupo, 46 trabalhadores tem mais de 60 anos, sendo que 26 são do sexo masculino;
- A idade média da Lusa é de 51 anos e superior aos universos em comparação;
- A situação torna-se mais crítica quando comparando com a população ativa portuguesa, a Administração Pública e o Setor Empresarial do Estado. A Lusa tem menos trabalhadores nos escalões de menos de 34 anos e de 35 a 45 anos (é menos jovem) e maior expressividade nos escalões de 45 a 55 anos, de 55 a 65 anos e superior a 65 anos (é mais velha). Em conclusão, o envelhecimento da Lusa é superior às médias dos universos comparáveis.

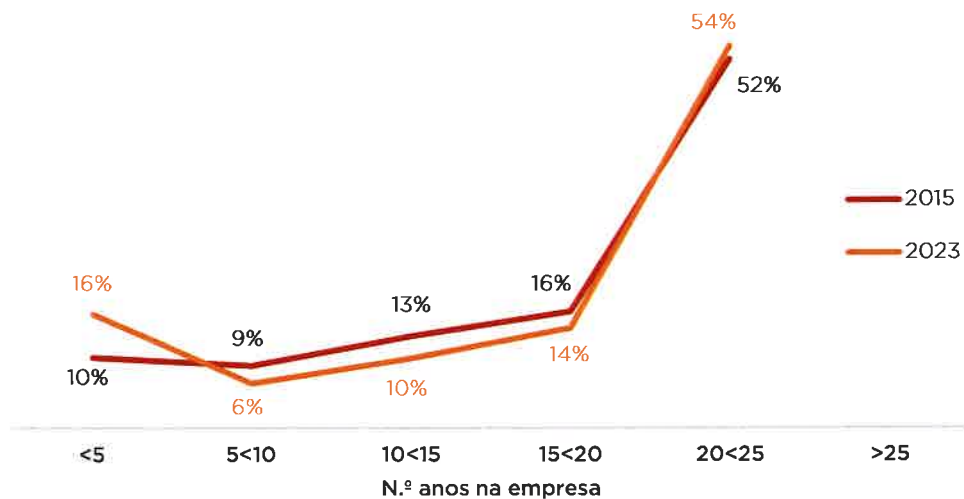


**Comparação da idade dos trabalhadores da Lusa (2023) com Administração Pública, Setor Público Empresarial e Portugal**



Em termos de antiguidade, a Lusa demonstra também uma situação crítica, dado que 56% dos seus trabalhadores têm pelo menos 20 anos de casa, tendo agravado a tendência desde 2015, onde apenas 32% trabalhadores tinham mais de 20 anos de antiguidade.

**Antiguidade dos trabalhadores da Lusa em 2023 vs 2015**

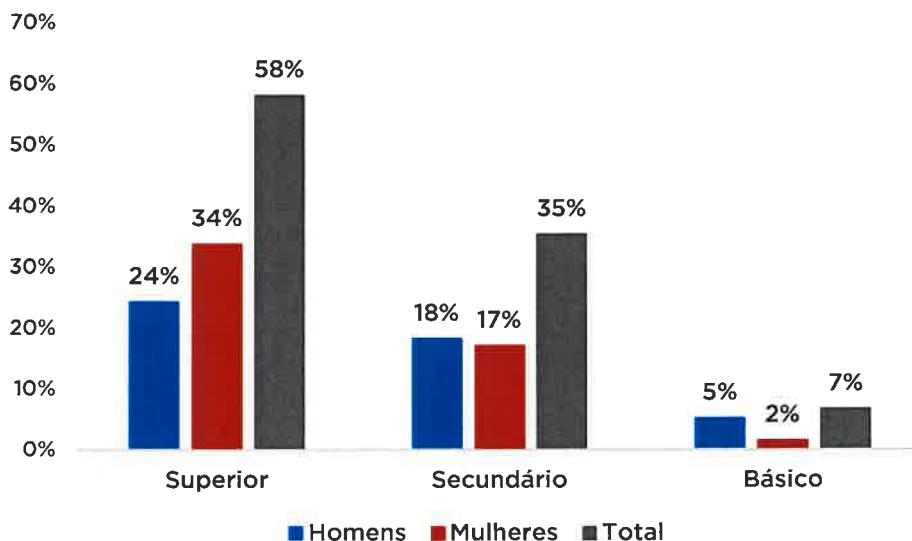


Tendo em consideração este contexto e o desfasamento em termos de práticas salariais mais elevadas existentes no mercado de trabalho para competências digitais, a empresa e o SEE devem considerar uma abordagem intergeracional entre desafios e oportunidades para maximizar os benefícios e mitigar as potenciais dificuldades.

*M R*  
*80g*

### Qualificação

No universo de 263 trabalhadores da Lusa, 58,2% têm como qualificações o nível do ensino superior (24,3% do sexo masculino e 33,9% do sexo feminino), 35,4% o nível do ensino secundário (18,3% do sexo masculino e 17,1% do sexo feminino), 5,7% o 3.º ciclo do ensino básico (4,2% do sexo masculino e 1,5% do sexo feminino), e 0,7% (sexo masculino) distribuem-se pelos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.



### Formação profissional

A formação para a Lusa faz parte integrante da sua estratégia, no sentido de dotar os trabalhadores com competências para fazer face à conjuntura atual de contínua mudança do mercado onde se insere. Em 2023 foram ministradas 3.792 horas em 17 ações de formação.

Nome da ação de Formação	N.º Participantes			N.º Horas		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Inglês	4	8	12	61	110	171
Jornalismo de Agência	46	38	84	927	766	1 693
Formação Pedagógica Inicial de Formadores	4	2	6	290	180	470
Igualdade de Género e Assédio no Trabalho	13	8	21	45	24	69
Formação em Marketing Digital	1	0	1	57	0	57
Curso Bsico de Eletricidade	0	1	1	0	12	12
Direitos de Autor	21	2	23	42	4	46
Formadores em Literacia mediatica	6	3	9	48	24	72
Exel inicial e intermédio	7	1	8	98	14	112
Formção de Formadores	4	1	5	360	90	450
Gestão de Cobranças	1	0	1	15	0	15
Formação em Integração com portal Base	0	1	1	0	3	3
Formação em RGPD	3	1	4	9	3	12
Formação em Valorização Pessoal e Profissional	8	3	11	96	36	132
Workshop em Saude Mental	37	9	46	76	18	94
Curso de Comunolog	1	0	1	90	0	90
Jornalismo de Agência II	5	9	14	105	189	294
<b>TOTAL</b>	<b>161</b>	<b>87</b>	<b>248</b>	<b>2 319</b>	<b>1 473</b>	<b>3 792</b>

No gráfico seguinte é possível observar a distribuição de horas de formação por homens e mulheres.



Das 3.792 horas de formação, 2.319 horas foram ministradas a mulheres e 1.473 horas a homens.

Ainda em relação à formação, a Lusa deu um passo de extrema relevância nesta área, com a criação da Escola Lusa a qual tem por objetivos a formação interna de jornalistas da redação, de jovens estudantes universitários e a qualificação de quadros de redações de países de língua oficial portuguesa. Os valores que guiam a formação da Escola Lusa são os mesmos do seu jornalismo: o interesse público, a clareza (escrita simples e direta), o rigor (identificação das fontes, separação entre factos e opiniões), a isenção (autonomia, distanciamento e independência), a pluralidade (neutralidade perante as forças políticas, equilíbrio dos conteúdos), a fiabilidade (garantia de confiança), a tempestividade da informação (divulgação da informação quase em tempo real).

## Sustentabilidade



O objetivo deste capítulo de sustentabilidade é apresentar o contributo da empresa rumo ao Desenvolvimento Sustentável conforme definido na Assembleia Geral da ONU em setembro 2015.

A agenda que vai orientar o desenvolvimento das sociedades até 2030 é composta por 17 objetivos (ver imagem anterior ODS), que representam um apelo urgente à ação de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – para uma parceria global.

A concretização dos ODS dependerá não apenas do compromisso dos governos, mas também do envolvimento dos cidadãos e empresas.

A sustentabilidade sempre foi uma preocupação da Agência, tendo alguns dos conteúdos sido incluídos em outros relatórios efetuados, nomeadamente no Relatório de Governo Societário. O compromisso da Lusa com a sustentabilidade e com a transparência da sua atividade sempre foi uma marca diferenciadora da empresa não só no seu ramo de atividade como também pelo facto de pertencer ao setor público empresarial do estado. Não é demais relembrar os principais valores da empresa:



Assim, o capítulo aqui desenvolvido é o primeiro contributo da empresa para uma normalização deste tema, que irá ter desenvolvimentos e uma estrutura mais adequada dentro do referencial de normas do Global Reporting Initiative. Apesar disso abordaremos algumas das normas nomeadamente:

- GRI 102: Conteúdos Gerais
- GRI 103: Forma de Gestão
- GRI 201: Desempenho Económico
- GRI 202: Presença no Mercado
- GRI 204: Práticas de Compra
- GRI 205: Combate à Corrupção
- GRI 301: Materiais
- GRI 302: Energia
- GRI 303: Água e Efluentes
- GRI 306: Resíduos
- GRI 307: Conformidade Ambiental
- GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores
- GRI 402: Relações de Trabalho
- GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho
- GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades
- GRI 406: Não Discriminação
- GRI 407: Liberdade Sindical
- GRI 410: Práticas de Segurança
- GRI 413: Comunidades Locais
- GRI 415: Políticas Públicas
- GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor
- GRI 417: Marketing e Rotulagem
- GRI 418: Privacidade do Cliente



## ▪ Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental

Com vista à redução do consumo energético foram implementadas medidas em conformidade com a indicação escrita na Medida CR2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2022.

Está em planeamento a substituição progressiva da frota operacional e não operacional da Lusa por viaturas híbridas ou elétricas, aquando da respetiva renovação dos contratos de aluguer operacional, sendo que a Lusa já dispõe de uma viatura elétrica na sua frota e já se encontram contratados planos de mobilidade elétrica, através da utilização de cartões de abastecimento para utilizadores.

A Lusa efetua a contagem de eletricidade consumida pelo contentor das antenas da MEO instalado no terraço do edifício Sede, sendo assim ressarcida do seu custo. No final de 2019 o contrato foi cedido pela MEO à empresa Omtel Telecomunicações. Em dezembro de 2020 deu-se início a um novo contrato entre a Lusa e a Omtel que vigora até novembro de 2035. Em 2022 foram instaladas antenas com tecnologia 5G.

No capítulo da segurança do trabalho, continua a implementação e atualização de medidas de autoproteção tanto na sede da Lusa, em Lisboa, como nas instalações da delegação do Porto, de acordo com o DL n.º 224/2015. Estas ações consistiram em obter a certificação por parte ANPC da implementação de medidas autoproteção (MAP) e medidas de segurança contra incêndios e fenómenos sísmicos em locais de trabalho que a Lusa utiliza. Numa 1.ª fase foram efetuadas ações de sensibilização; foi entregue e aprovado pela ANPC o manual de medidas de autoproteção. Adicionalmente, estão a ser implementadas as medidas de correção e melhorias conforme cronograma proposto pela Lusa e aprovado pela ANPC e alteradas algumas estruturas do edifício de modo a estar em conformidade com as MAP. Desde 2018, foram dadas ações de formação de 1.ª intervenção tanto em Lisboa como no Porto e foram executados dois simulacros no Porto, prevendo-se realizar um simulacro geral em Lisboa em 2024.

Com a necessidade de adoção de um regime de teletrabalho de forma massiva em 2020, foi repensado o modelo de trabalho na Lusa, no respeito pelo equilíbrio entre flexibilidade e conexão na gestão da empresa, mantendo a sua unidade e cultura. Atualmente, o modelo de trabalho adotado pela Lusa baseia-se num formato híbrido entre o teletrabalho e o trabalho presencial.

Tal como em 2022, em novembro de 2023 a Lusa voltou a promover uma ação de vacinação antigripal, uma medida útil aos trabalhadores e à empresa, contribuindo para diminuir os casos suscetíveis de se confundirem com possível contaminação da covid-19.

Em 2021, a Lusa foi distinguida com o prémio Humana Circular 2021, pela qualidade e quantidade de notícias da Agência sobre sustentabilidade e ambiente.

## ▪ Formas de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

Política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores

A Lusa procedeu em 2023 ao Inquérito de Satisfação junto dos seus clientes, relativo ao serviço público de 2022, com questões relacionadas com a qualidade do serviço, nomeadamente em termos da sua assistência comercial, assistência técnica, plataforma

eletrónica *online* e serviços noticiosos propriamente ditos, utilizando a Grelha de Inquérito de Satisfação aos Clientes. A Grelha, com algumas alterações em relação aos anos anteriores, no sentido de se tornar mais clara e intuitiva, tem em vista a obtenção de *feedback* mais elaborado, em especial nas questões avaliadas negativamente e nas que visam o futuro dos serviços da Agência. Em resumo, o Inquérito de Satisfação aos Clientes Lusa promove a igualdade de tratamento entre Clientes pagantes e não pagantes, sendo ambos os segmentos chamados a dar a sua opinião e visão sobre os produtos e serviços da Agência, a afinação de conceitos e introdução de mais oportunidades de os Clientes elaborarem as suas respostas (perguntas livres). De realçar que o universo total de subscritores avalia, em média, muito satisfatoriamente os serviços da Lusa.

Com vista a melhorar os inquéritos de satisfação a clientes, no final de 2023 deu-se início a um projeto que visa a conceção de um Estudo de Mercado através da realização de sessões de *Focus Group*, o qual contempla diversas fases, desde a conceção/planeamento, passando pela recolha da informação e análise, e pela elaboração de um relatório com as principais conclusões subjacentes. Pretende-se, com este projeto, cumprir os seguintes objetivos:

- Procurar conhecimento e opinião dos clientes de uma forma mais direcionada e realista;
- Traçar a evolução dos serviços de informação: melhor adaptação dos serviços vendidos pela Lusa às necessidades dos clientes;
- Rentabilizar *a posteriori* as melhores qualidades da Agência e capitalizar os adjetivos que lhe são, por norma, atribuídos, como a isenção, o rigor e a verdade;
- Sustentar um processo de melhoria contínua.

Em 2023 foi dada continuidade ao protocolo em vigor com a Associação CAIS através da aquisição de alguns exemplares para distribuir na sede da Lusa, da cedência de fotografias, notícias e reportagens, da colaboração na produção de conteúdos da revista CAIS (impressa e online), bem como da divulgação dos seus projetos e atividades.

A Lusa, em parceria com a DELL, lançou a iniciativa de renovação de equipamento obsoleto para posterior doação a entidades de cariz social. Em 2023 foram doados computadores, *dock stations* e outro material à Academia Johnson, que se dedica a apoiar crianças e jovens de bairros carenciados na Grande Lisboa, através da promoção do desporto, desenvolvimento e integração social.



A Lusa é membro do Compromisso de Pagamento Pontual a fornecedores, sendo parte ativa deste movimento de responsabilidade social que promove uma cultura de pagamento no prazo e potencia a competitividade da economia portuguesa que atualmente já inclui mais de 2300 entidades de vários quadrantes da economia portuguesa. O principal objetivo deste movimento é chamar a atenção para os efeitos nefastos na economia portuguesa onde cerca de 80% das empresas não cumpre com os seus prazos de pagamento, gerando ineficiência económica, desemprego e desincentivando a concorrência.

Durante o ano de 2023 manteve-se o apoio às atividades do Clube Lusa.

**Políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, bem como regras implementadas com vista ao desenvolvimento sustentável**

Em termos de desenvolvimento sustentável, para além das medidas referidas no ponto 2 deste capítulo, a Lusa adota políticas operacionais de eficiência energética e económica e de proteção ambiental, nomeadamente, no que se refere a:

- Periódica verificação da qualidade do ar e da água da rede pública das instalações da sua sede. De realçar que com a situação de pandemia a Lusa implementou um plano

de manutenção mais frequente bem como reviu todos os equipamentos do sistema de climatização ao nível de substituição ou reparação dos mesmos;

- Recolha, tratamento e reciclagem seletiva de resíduos, nomeadamente à separação de lixos orgânicos, papel e cartão, plástico e metal, vidro e pilhas e baterias;
- Redução do consumo de papel, para impressão ou fotocópia, e utilização de papel reciclado. A Implementação do portal de trabalhador, em 2020, permite a marcação de férias sem uso de papel, bem como o seu arquivo no sistema. No mesmo portal está registado o processo de avaliação de desempenho para todos os trabalhadores.
- Redução do consumo de plásticos, nomeadamente em copos para máquinas de água e café e em água engarrafada. Adicionalmente e como forma de eliminar o consumo de água em garrafas de plástico foram adquiridas garrafas de vidro para todos os trabalhadores e para todas as salas de reunião evitando assim a aquisição de garrafas de água de plástico;
- Reciclagem de mobiliário de escritório, com a doação a escolas ou IPSS;
- Redução do consumo de eletricidade, através da substituição de toda a iluminação por lâmpadas de baixo consumo (LED), da programação da iluminação exterior e das zonas interiores comuns ou da utilização, sempre que exequível, de máquinas com função *stand-by*, com resultados visíveis nos gastos com energia elétrica;
- Redução do consumo energético e aumento da eficiência térmica, com a substituição da Bomba de Calor, da Unidade de Tratamento de Ar Novo, equipamentos instalados no terraço do edifício;
- Diminuição do desperdício de água canalizada, com a substituição de torneiras convencionais por doseadoras e temporizadoras.
- Remodelação no sistema de climatização dos pisos 1 e 2 com a redução de equipamentos de ventilo-convectores, reduzindo o consumo energético, mas mantendo o conforto térmico.
- Remoção de todos os tetos falsos nos pisos 1 e 2 de modo a dar mais amplitude aos espaços.
- Substituição de todos os estores nos pisos 1, 2 e 3 por estores em PVC de modo a tornar os pisos mais confortáveis em termos de luminosidade como em termos de consumos energéticos mais vantajosos uma vez que isolam melhor a luz exterior para o interior dos pisos.
- Foi substituído o equipamento de ar condicionado da receção por um equipamento independente para uma melhor eficiência energética, permitindo desligar durante grande parte do tempo a bomba de calor e o *Chiller* instalados no piso -1.
- Promoção da partilha de viaturas nas deslocações em serviço dos jornalistas e outros trabalhadores para diminuição consumos de combustíveis.
- Planeia-se a substituição progressiva da frota operacional e não operacional da Lusa por viaturas híbridas ou elétricas, sendo que a Lusa já dispõe de uma viatura elétrica na sua frota e já se encontram contratados planos de mobilidade elétrica, através da utilização de cartões de abastecimento para utilizadores.
- Implementação de medidas e campanha de sensibilização para a utilização mais eficiente de água, materiais, equipamentos, aparelhos de climatização e iluminação.

Em termos de qualidade do ar nas suas instalações, a Lusa opera um sistema de tratamento (insuflação de ar tratado e extração de ar viciado), garantindo assim uma boa qualidade do ar do edifício da Sede. A empresa procede também a uma verificação regular da qualidade do ar interior (QAI) do edifício, através de empresas certificadas. De igual forma, é efetuada a monitorização da qualidade da água canalizada, através de análises periódicas em diversos pontos de recolha de amostra.

Ao nível do tratamento e reciclagem, a Lusa segregava os resíduos produzidos em recipientes próprios para papel, vidro, plástico, baterias, tinteiros e lixo orgânico. O vidro e o plástico, bem como o lixo orgânico, são depois levantados pelos serviços camarários. O papel é levantado por um reciclador específico. As baterias são entregues pela empresa num local de reciclagem. *Toners* e tinteiros são recolhidos pela empresa que presta serviços de impressão à Lusa. Lâmpadas e outro material elétrico a destruir são entregues regularmente

num local de reciclagem. Sempre que necessário, os equipamentos eletrônicos obsoletos são também enviados para reciclagem. Os filtros e outros consumíveis do sistema de climatização são reciclados pela empresa que faz manutenção do sistema nas instalações da Lusa.

No que respeita ao consumo de eletricidade, o sistema de iluminação do edifício foi modificado com a utilização de lâmpadas LED (cerca de 1200 unidades), tendo o investimento efetuado sido recuperado no ano seguinte, através da poupança no consumo de energia elétrica, para além de garantir uma maior sustentabilidade ambiental. Foi adquirida uma UPS (*Uninterruptible Power Supply*) de substituição para prevenção de paragens de produção decorrentes da interrupção do fornecimento de energia e proteção de aparelhos em caso de subtensão, sobretensão ou sobrecarga de energia. Em 2019, para uma maior otimização energética, procedeu-se à mudança das duas UPS para a sala técnica dos servidores. Para uma maior eficiência energética foram colocados sensores de movimentos em todos os WC e nas escadas internas do edifício e encontra-se em fase de conclusão a instalação em todo o varandim exterior, evitando assim consumo desnecessário de energia.

Integrado num programa mais vasto de promoção da melhoria do sistema de climatização e da eficiência térmica e energética, no âmbito de remodelações em curso no edifício da sede (recondicionamento do edifício às exigências de segurança da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, recuperação e remodelação do piso 0 e da redação e melhorias de caráter geral), têm vindo a ser efetuado um enorme esforço de investimento em intervenções estruturais no edifício da sede e na substituição de equipamentos obsoletos. Têm vindo a ser adquiridos, instalados e substituídos equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC), com vista à melhoria da qualidade do ar interior do edifício, redução do consumo de eletricidade e aumento da eficiência energética. Foi implementado um sistema de gestão técnica centralizada dos sistemas de AVAC e de iluminação, na sequência da elaboração de um projeto de execução de climatização do edifício da sede da Lusa.

Têm vindo a ser realizados ainda diversos trabalhos de manutenção e modernização no edifício da sede que incluíram, além de intervenções pontuais de caráter corretivo e preventivo, a execução do projeto de arquitetura e especialidades de remodelação das instalações do sistema de AVAC (Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado) no interior da redação e a necessária continuação da operacionalização das medidas de autoproteção, em conformidade legal e por forma a aumentar as condições de segurança no local de trabalho. Após se verificar a existência de várias peças da tijoleira nas fachadas do edifício que se descolaram, nalguns casos com queda e outras em risco de cair, foi efetuada uma vistoria em todo o exterior do edifício e deu-se início à reparação do mesmo.

Para fazer face à necessidade de renovação do equipamento de refrigeração de ar interior do edifício da sede, por motivo de avaria grave do equipamento antigo, adquirido em 2004, obsoleto e descontinuado, a Lusa teve a necessidade premente de celebrar um novo contrato de aquisição e instalação de um *Chiller*, um aparelho imprescindível na criação das condições de conforto térmico necessárias ao cumprimento do Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de agosto, que aprova o Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritório e Serviços, nomeadamente os seus artigos 11.º a 13.º, relativos a condições de temperatura e humidade, e a uma cabal prestação do serviço de interesse público. Este equipamento foi instalado e entrou em atividade em fevereiro de 2021.

Relativamente ao consumo de água, para garantir uma boa qualidade de água nas suas instalações, a Lusa substituiu toda a prumada principal de abastecimento ao edifício, aboliu água engarrafada em plástico e utiliza equipamentos de tratamento e purificação de água canalizada, servindo o consumo diário de água dos trabalhadores.



A Lusa mantém os procedimentos básicos de sustentabilidade, baseados nos 5R (Reduzir, Reciclar, Reutilizar, Repensar e Recusar), por forma a reforçar as políticas que, entretanto, foram desenvolvidas, sobretudo ao nível do consumo energético e de papel e da reciclagem. Tem igualmente participado nos *workshops* promovidos sobre a matéria, nomeadamente no workshop promovido pelo ESPAP, “SNCP e novos desafios para economia sustentável”. Neste âmbito a LUSA no final de 2021 aderiu ao BCSD em Portugal que é uma associação privada sem fins lucrativos, vinculada ao World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), com sede em Genebra, Suíça, e que na sua jornada para a sustentabilidade se foca entre outros tópicos na neutralidade carbónica, biodiversidade e capital natural, cadeia de valor, economia circular, *sustainable finance* e Cidades Sustentáveis e os principais objetivos são:

- a) Divulgar os princípios que caracterizam o desenvolvimento sustentável;
- b) Estimular e aprofundar a cooperação entre a comunidade empresarial, os governos e a sociedade civil com vista à promoção do desenvolvimento sustentável;
- c) Promover ações educacionais e de formação para divulgação dos princípios do desenvolvimento sustentável;
- d) Executar projetos e estudos de casos que ilustrem e estimulem o desenvolvimento sustentável;
- e) Participar ou promover noutras iniciativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável do tecido empresarial português.


O projeto de faturação eletrónica a clientes abrangendo as entidades do setor público administrativo e setor empresarial do Estado encontra-se implementado, de acordo com o consagrado legalmente, estando a ser alargado a todos os clientes que o solicitem. Neste âmbito, existem já 130 clientes com faturação eletrónica num total de cerca de 400.

No âmbito da desmaterialização de processos e procedimentos, foi implementada a assinatura digital preferencial de todos os contratos emitidos pela Lusa, e outros documentos procedimentais, como forma de simplificação, flexibilização e transparência do processo e de redução do consumo de papel. No final de 2021 foi estabelecida uma parceria entre a Lusa e a DGLAB, tendo sido elaborado um diagnóstico e respetivas recomendações, por esta entidade especializada, com vista à desmaterialização de processos da área administrativa e do centro de documentação.

Para fazer face à necessidade de renovação do equipamento do Grupo Gerador do edifício da sede, por motivo de avaria grave do equipamento atual, adquirido em 1997, a Lusa teve necessidade premente de adquirir um Grupo Gerador, um aparelho imprescindível para utilização como fonte auxiliar (emergência), de modo a dar resposta às necessidades energéticas, de forma credível e eficiente, de forma a garantir o normal funcionamento e utilização das instalações, para uma cabal prestação do serviço de interesse público.

Com o modelo de trabalho adotado na Lusa foram reorganizados os horários de funcionamento da iluminação interior e exterior do edifício e dos equipamentos de climatização, no âmbito da execução do Plano de Eficiência ECO.AP2030, elaborado em 2022, que dá cumprimento ao previsto na Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 104/2020, de 24 de novembro, que aprova o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública para o período até 2030, e em cumprimento da RCM n.º 82/2022, de 27 de setembro, que procede à definição de medidas preventivas que permitam fazer face à atual situação e a eventuais disrupções futuras, tendo sempre em vista a garantia da segurança do abastecimento de energia.

Em conformidade com o enquadramento da Lusa e considerando a Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que transpõe para o ordenamento jurídico português a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do Direito da União Europeia, encontra-se disponível no site da Lusa, em <https://www.lusa.pt/about-lusa/canal-denunciante>, o canal que visa dar cumprimento à respetiva lei.



O canal do denunciante visa receber denúncias relativas a alegadas infrações, nomeadamente as questões legais estabelecidas no regime geral de proteção de denunciante (Lei n.º 93/2021), consubstanciando, para este efeito, infração passível de denúncia, qualquer ato ou omissão contrários ao Direito Europeu.

### Planos de igualdade com vista a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres com vista a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

A igualdade de género é um dos pressupostos da estratégia da Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.º 5, e um princípio que se requer imperativo e universal nas modernas democracias ocidentais, dentro das quais Portugal se revê.

A promoção da igualdade de género está, cada vez mais, na agenda da Lusa, que pretende, assim, afirmar-se e distinguir-se por uma orientação de responsabilidade social. Nesse âmbito em 2022 foi realizado o mais recente diagnóstico interno, em colaboração com uma equipa de especialistas do ISEG/IDEFE. Foi também elaborado o relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens referente a 2021, disponível em <https://www.lusa.pt/about-lusa/Relat%C3%B3rio-da-Igualdade-de-Remunera%C3%A7%C3%B5es-por-G%C3%A9nero>.

O novo plano de Igualdade do Género foi aprovado pelo Conselho de Administração em novembro de 2022 <https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-para-igualdade-de-genero>, estando disponível no *site* da empresa para consulta de todos os trabalhadores. O plano atual tem um horizonte temporal de 2 anos e tem como objetivo criar condições internas para promover a Igualdade de género na empresa nas seguintes dimensões: Estratégia, missão e valores; Formação inicial e contínua; Igualdade nas condições de trabalho; Proteção na parentalidade; Conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal; Prevenção da prática de assédio no trabalho. Este plano é complementado pela criação de uma Comissão de Acompanhamento cujo objetivo é promover e garantir a concretização das medidas propostas.

A Lusa enviou o Plano para a Igualdade entre Homens e Mulheres na Agência Lusa para 2023-2024 para a CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e para a CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego a 15 de novembro de 2022, por correio eletrónico, em cumprimento do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que determina os procedimentos para a realização das comunicações a que estão obrigadas as entidades do setor público empresarial, os termos da articulação de competências entre a CIG e a CITE, e a produção de um guião para efeito de elaboração dos planos para a igualdade anuais, nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto. Em 28 de novembro de 2022 foi enviado para o SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado.

Em 31 de dezembro de 2023, o total de efetivos da Agência é de 263, sendo 125 homens (47,5%) e 138 mulheres (52,5%).

O grupo profissional mais expressivo é o dos jornalistas com 225 elementos, correspondente a 85,5% de todos os trabalhadores, dos quais 221 elementos pertencem ao efetivo ao serviço (218 em 2022) e 4 estão requisitados.

A estrutura de quadros de chefias é repartida por 37 homens e 37 mulheres. Em 31 de dezembro, os órgãos sociais, incluindo Assembleia Geral, são integrados por 6 mulheres e 4 homens.



## Medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade de Género

Conforme referido no ponto anterior a promoção da igualdade de género está, cada vez mais, na agenda da Lusa.

Enquanto empresa do setor empresarial do Estado, a Lusa está também vinculada a um conjunto de obrigações legais e desenvolveu um conjunto de atividades que permitem:

- Adotar Planos para a Igualdade entre mulheres e homens, após o desenvolvimento de um diagnóstico interno (Resolução de Conselho Ministros n.º 19/2012);
- Publicar anualmente o Plano, no sítio da Internet e enviar para a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. (Lei n.º 62/2017);
- Elaborar, de três em três anos, um relatório sobre as remunerações das mulheres e dos homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações (Resolução de Conselho Ministros n.º 18/2014);
- Divulgar internamente a informação relativa ao diagnóstico das remunerações das mulheres e dos homens, disponibilizando essa informação no respetivo sítio na Internet (Resolução de Conselho Ministros n.º 18/2014);
- Adotar medidas concretas para eliminar as diferenças identificadas, na sequência do relatório sobre as remunerações das mulheres e dos homens (Resolução de Conselho Ministros n.º 18/2014).

Sendo a igualdade de género um dos eixos estratégicos definidos pela Administração, desde 2017, a Lusa assumiu o compromisso de incorporar os princípios da Igualdade de Género e fortalecer a sua missão de Serviço Público.

Neste âmbito, destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas:

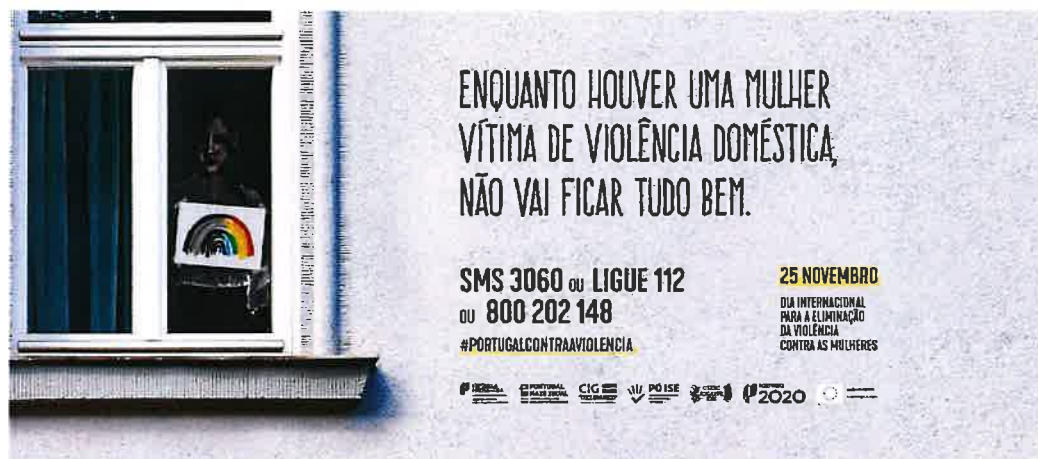
- Renovação em maio de 2022, do Acordo celebrado, em dezembro de 2017, entre a Lusa e a CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), com a adesão ao Fórum iGen (Fórum Organizações para a Igualdade), e no qual a Lusa comprometeu-se a:
  - Assumir uma cultura de reconhecimento da igualdade de género como pilar do desenvolvimento e sustentabilidade;
  - Incorporar os princípios de igualdade entre mulheres e homens num compromisso inequívoco com a promoção da igualdade profissional e com o fim de todos os processos discriminatórios.
- Criação, em janeiro de 2018, de um grupo de trabalho interno (*Task Force*), constituído por elementos de todas as áreas da empresa, que tem como objetivo garantir o cumprimento dos objetivos definidos e promover as boas práticas nas diferentes dimensões da igualdade de género.
- Criação, em julho de 2018, no âmbito do fortalecimento da missão de Serviço Público, de um novo Serviço Noticioso sobre a igualdade de género, com destaque na *homepage* do site [www.lusa.pt/igen](http://www.lusa.pt/igen). Divulgação aos clientes da existência deste serviço.
- Reforço das políticas de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal dos trabalhadores e trabalhadoras da Agência, como o incentivo do gozo da licença parental, do estabelecimento de novos protocolos nas áreas da educação, da saúde e do lazer, da oferta do dia do aniversário ou ainda da atribuição de dispensa no dia de aniversário das crianças a cargo (até 14 anos).

- Elaboração, em 2022, do mais recente diagnóstico interno, em colaboração com uma equipa de especialistas do ISEG/IDEFE, bem como o Relatório relativo às remunerações das mulheres e dos homens de 2021.
- Elaboração do atual Plano para a Igualdade entre homens e mulheres na Agência, aprovado em novembro de 2022.

Em maio de 2022, a Lusa renovou o compromisso de desenvolver medidas pela igualdade de género no trabalho com o Fórum IGEN e irá adotar e implementar as medidas estabelecidas no plano anteriormente referido.

É também uma das prioridades do atual Conselho de Administração a continuação da aposta na Igualdade de Género na empresa, quer no plano das responsabilidades, quer ao nível salarial.

- No âmbito do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que se assinalou a 25 de novembro, a Lusa assinou, no quadro da sua responsabilidade social e empresarial, o 'Pacto contra a Violência' com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), que reconhece o papel estratégico das empresas como parceiras na prevenção e no combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica. Esta iniciativa enquadra-se nos objetivos e medidas previstas na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual».
- Inclusão das linhas de apoio para contacto em todas as notícias sobre violência contra as mulheres, no rodapé das mesmas.
- Participação no estudo internacional sobre quem produz as notícias "Who makes the news".
- Foi efetuado inquérito da igualdade do género no início de 2023 no âmbito dos plano de ação sobre o tema.



Políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo da produtividade

O Conselho de Administração mantém como estratégia o foco em projetos tecnológicos, com equipas de projetos multidisciplinares, em que os trabalhadores são chamados a intervir em áreas de atividade fora do âmbito do seu trabalho específico do dia-a-dia, contribuindo para a valorização profissional, criação de espírito de equipa e motivação pessoal.



Depois da certificação oficial da Escola Lusa, os cursos da Lusa, nomeadamente os estágios proporcionados pela Lusa várias vezes ao ano, já passaram a ser feitos segundo os moldes oficiais. Para tanto, os formadores [jornalistas da Lusa] têm de ser detentores do Certificado de Competências Pedagógicas (CCP). Há também uma série de procedimentos que garantem a qualidade das formações e um constante esforço de aperfeiçoamento.

Encontra-se a decorrer o Curso, para toda a redação, de Jornalismo de Agência II, que só terminará no final de 2024, prevendo-se que ocorram, também em 2024, dois cursos de Formação de Jornalismo de Agência Inicial (estágios curriculares). A ideia é conciliar as propostas de cursos - internos, para estagiários, ou à medida de clientes externos (redações dos países de Língua Portuguesa) - com os formadores habilitados dos nossos quadros, criando o menor constrangimento possível na redação.

Os valores que guiam a formação da Escola Lusa são os mesmos do seu jornalismo: o interesse público, a clareza (escrita simples e direta), o rigor (identificação das fontes, separação entre factos e opiniões), a isenção (autonomia, distanciamento e independência), a pluralidade (neutralidade perante as forças políticas, equilíbrio dos conteúdos), a fiabilidade (garantia de confiança), a tempestividade da informação (divulgação da informação com rapidez). A missão da Escola Lusa é contribuir para a qualificação, aperfeiçoamento profissional e reforço das competências dos jornalistas e candidatos à profissão, tendo como base formativa as regras fundamentais do jornalismo.

Depois de ter ganho um concurso do Parlamento Europeu em 2022, a agência Lusa realizou as primeiras duas ações de formação sobre assuntos europeus destinadas a jovens jornalistas portugueses, de 3 a 5 de abril e de 8 a 10 de novembro de 2023. Participaram eurodeputados, responsáveis europeus e reconhecidos especialistas e académicos portugueses. Esta é uma parceria com o Parlamento Europeu que se prolongará em 2024, ano em que deverão realizar pelo menos outras duas ações de formação.

Tendo como objetivo promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, a Lusa implementou um programa de bem-estar com relevo para a saúde mental, a partir de dezembro de 2023, em parceria com uma empresa especializada nesta área. Trata-se de um plano complementar ao seguro de saúde atual, com novas valências nas áreas de intervenção psicológica/pessoal, jurídico/legal, financeira/fiscal e social, e que permitirá o acesso dos trabalhadores da agência, e seu agregado familiar, a um conjunto de serviços de apoio de forma gratuita. Este programa proporciona um conjunto de serviços destinados ao apoio à resolução de questões profissionais, pessoais e familiares potencialmente geradoras de *stress*.

Neste âmbito, têm sido realizadas várias sessões de *workshops* com psicólogos acerca de saúde mental, com o intuito de desmistificar algumas crenças sobre esta matéria e reforçar as competências dos trabalhadores para detetar sinais de alerta, com reflexão sobre os principais riscos de saúde mental emergentes no atual contexto de trabalho e a abordagem de estratégias de gestão de *stress* e resiliência psicológica.

Continuação da atribuição, trimestral, dos Prémios Lusa, de forma a promover e dar visibilidade aos trabalhadores da Lusa. O objetivo é reconhecer e premiar trabalhos, projetos, ideias das várias áreas da empresa que contribuam para o aumento da notoriedade, bem como para a melhoria do desempenho ao nível do dia-a-dia ou de condições de trabalho.

Após diversas reuniões entre a Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., o Sindicato dos Jornalistas, o SITESE - Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo e o SITE/CSRA - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Centro, Sul e Regiões Autónomas, no final de 2019 foi concluído o processo de revisão do Regulamento da Avaliação de Desempenho, com vista à sua simplificação, tendo sido publicada no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 1 de 2020 a alteração parcial ao Acordo de Empresa (AE).



Em 2023 foi a primeira vez que se executou o processo de avaliação de desempenho para um ciclo completo, isto é, 2020 a 2022, o que levou à atribuição de promoções por mérito e prémios de desempenho conforme o definido no AE. Devido ao facto de os procedimentos nunca terem sido implementados desde 2009 existem algumas lacunas e omissões no AE que devem ser revistos e considerados para futuro.

Em 2022, e após debate interno com os Órgãos Representativos dos Trabalhadores (ORT), foi implementado um modelo híbrido de trabalho, que teve continuidade no decurso de 2023, conciliando o teletrabalho à 2.ª e 6.ª feira com o trabalho presencial entre 3.ª e 5.ª feira, sempre que aplicável, tendo como objetivo ser um modelo que conjugue a unidade da empresa com a flexibilidade individual e familiar do trabalhador, assegurando a cultura da empresa, a coesão interna, o serviço da empresa, e potenciando o equilíbrio entre vida pessoal e familiar, o bem-estar e segurança dos seus trabalhadores.

O *site* NÓS Lusa e a *Newsletter* Interna SOMOS LUSA continuaram a ser meios de comunicação privilegiada com os trabalhadores, sendo o repositório de tudo o que acontece na empresa, em todas as áreas. A *Newsletter* SOMOS LUSA aposta também numa vertente lúdica, com entrevistas a colegas, e dando a conhecer o que se passou no mês anterior, e uma síntese do que vai acontecer no mês imediato.

**Política de responsabilidade económica, por via da investigação, inovação, desenvolvimento e da introdução de novas tecnologias; plano de ação para o futuro e medidas de criação de valor para o acionista**

No campo da Inovação e de Novos Projetos, o ano de 2023 ficou marcado pela continuação de diversas iniciativas, algumas destas no seguimento de projetos iniciados em anos anteriores.

Neste âmbito importa assim destacar: processos de produção automática de notícias de bolsa; o início da utilização de ferramentas de inteligência artificial, que permitem sobretudo a transcrição automática de textos (PlainX), conteúdos em voz, utilizando ferramentas de interação entre pessoa e máquina, através de comandos de voz (reconhecimento de voz humana); Projeto Contrafake em parceria com o Inesc-ID, InKnow e CNCS, com protótipos de análise informação nutricional de conteúdos, análise de contexto e viral de notícias, e literacia mediática ao nível da desinformação; continuação da implementação do *text mining* na base de dados da Lusa de forma a poder obter maior detalhe e classificação de notícias de uma forma automática e análise da ferramenta Plain X para monitorização de notícias do *feed* da Lusa. Participámos numa TestBed com o consórcio AMCC e que estamos atualmente a analisar uma possível prova de conceito com uma *start-up* tecnológica Load para implementação de uma ferramenta em *blockchain* de forma a verificar a rastreabilidade do *feed* noticioso da Lusa e perceber quando é que ele é quebrado na cadeia de distribuição da notícia.

Foram também efetuadas várias candidaturas com parceiros universitários ao nível da inteligência artificial tendo por base os arquivos digitais da Lusa, nomeadamente com o INESC TEC com o projeto Text2Story.

O detalhe das iniciativas acima referidas encontra-se explanado no ponto Inovação/Modernização tecnológica.

Neste âmbito, a Lusa mantém a sua participação na Minds International, uma rede de agências noticiosas que colaboram entre si, ao mais alto nível executivo, suportando o desenvolvimento digital das agências e da indústria dos media em geral, na EANA - European Alliance of News Agencies, organização à qual pertence a grande maioria das agências europeias, e que tem como objetivo partilhar conhecimento e sinergias entre as agências associadas, e também num fórum mais tecnológico na IPTC.



Fruto da colaboração com a EANA no final de maio 2024 vai ser realizado em Portugal a assembleia geral desta associação e onde irá ser efetuado uma conferencia sobre o futuro das agências de noticias e o seu papel na comunicação social. De referir que durante 2023 foram assinados vários protocolos de cooperação internacional com várias agências estrangeiras com o objetivo de estreitar laços de cooperação, não só ao nível editorial como tecnológico, com o objetivo de alcançar sinergias e permitir uma ação mais concertada e eficiente no combate à desinformação. Destes protocolos destacamos os assinados com a Empresa de Comunicação do Brasil, assinado em abril aquando da visita do presidente Lula da Silva a Portugal e o que foi assinado com a empresa Belga.

A nível internacional a Lusa conseguiu, pela primeira vez, obter o estatuto de cooperante para o delegado em Moçambique e em Cabo Verde, refletindo-se assim o reconhecimento pelas entidades oficiais sobre o todo o trabalho desenvolvido nos países de língua oficial portuguesa, ao longo de mais de 30 anos, consubstanciado em acordos de cooperação com agências e entidades locais e em diversas atividades nesses países. Iremos alargar o processo de obtenção deste estatuto a todos os países africanos onde temos representação permanente. De referir que foi iniciado o processo para obtermos na nossa delegação em Timor o estatuto de representação permanente recuperando assim de uma desconformidade legal e societária que havia nos últimos anos.

Com o início da disponibilização de aplicações em IA para o público em geral, irá ser analisada uma funcionalidade para a Lusa utilizando a base de dados de conteúdos de texto, numa primeira fase, de cerca de 10 milhões, através de um mecanismo de *chat* em que serão colocadas perguntas e a aplicação devolve as respostas para essa pergunta através de uma pesquisa mais rápida e estruturada apoiando o trabalho do jornalista interno e poderá ser potenciado comercialmente.



## Análise económica e financeira

### Situação Económico-Financeira

A análise económica financeira, que se apresenta de seguida, sintetiza os resultados alcançados pela Lusa no ano de 2023 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício em comparação com o ano de 2022.

(Euros)				
RENDIMENTOS E GANHOS	REAL 22	REAL 23	DIF. R23/R22	VAR. % R23/R22
Vendas e serviços prestados:	17 195 256	18 553 250	1 357 994	7,9%
Contrato com o Estado	13 406 286	14 467 400	1 061 114	7,9%
Indemnização Compensatória	13 429 774	14 262 621	832 847	6,2%
Ajustamento IC conforme n.º 5 da Cláusula 8.ª CPSNIIP	-23 488	204 779	228 267	-971,8%
Outras	3 788 971	4 085 850	296 879	7,8%
Subsídios à exploração	828	10 623	9 795	1183,1%
Reversões	39 970	118 567	78 597	196,6%
Outros rendimentos e ganhos	266 087	153 296	-112 791	-42,4%
Rendimentos e ganhos operacionais	17 502 141	18 835 735	1 333 594	7,6%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	10	19 310	19 299	187008,7%
Total dos rendimentos e ganhos	17 502 152	18 855 045	1 352 893	7,7%
GASTOS E PERDAS	REAL 22	REAL 23	DIF. R23/R22	VAR. % R23/R22
Fornecimentos e serviços externos	3 998 095	4 007 646	9 551	0,2%
Gastos com o pessoal	12 309 034	12 986 732	677 698	5,5%
Gastos de depreciação e de amortização	653 579	682 124	28 545	4,4%
Perdas por imparidade:	35 479	1 005 370	969 891	2733,7%
Em dívidas a receber	35 479	1 005 370	969 891	2733,7%
Provisões do período	205 443	73 147	-132 296	-64,4%
Outros gastos e perdas	118 244	118 795	551	0,5%
Gastos e perdas operacionais	17 319 874	18 873 815	1 553 941	9,0%
Gastos e perdas de financiamento	8 438	0	-8 438	-100,0%
Total dos gastos e perdas	17 328 312	18 873 815	1 545 503	8,9%
EBITDA	835 847	644 044	-191 802	-22,9%
Resultado operacional	182 267	-38 080	-220 347	-120,9%
Resultado antes de impostos	173 840	-18 770	-192 610	-110,8%
Imposto sobre o rendimento do período	64 235	235 864	171 629	267,2%
Resultado líquido do período	109 605	-254 634	-364 239	-332,3%

### Rendimentos e Ganhos

O total de rendimentos e ganhos ascendeu a €18,9 milhões o que traduz um acréscimo de €1,4 milhões (7,7%) relativamente a 2022. Esta variação resulta do aumento do valor do Contrato com o Estado, através da Indemnização Compensatória (IC) atribuída e do valor do ajustamento, e do crescimento verificado nas receitas próprias.





O crescimento de €1,4 milhões (7,9%) verificado na rubrica vendas e serviços prestados decorre de:

- Aumento de €1,1 milhões no valor do Contrato com o Estado, através da IC atribuída – que inclui o valor do aditamento ao Contrato com o Estado para o período 2022-2027, por via da RCM n.º 64/2023 –, e do valor do ajustamento, conforme n.º 5 da Cláusula 9.ª do referido contrato, que estabelece que o valor da IC poderá ser objeto de regularização de excessos ou défices, nas situações previstas na Cláusula 15.ª, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto.
- Crescimento de €297 mil registado nas receitas próprias, por via dos proveitos obtidos com o projeto Google News Showcase, o Programa de Formação de Jornalistas do Parlamento Europeu (EP Training), a continuação da implementação da solução de varrimento que identifica utilizações indevidas de fotografias da Lusa (FairLicensing, que teve início ainda em 2022 e tem gerado receitas em clientes não encarteirados), a angariação de novos clientes/subscritores (sobretudo, nos segmentos de negócio 'Pequenos órgãos de Comunicação Social' e 'Empresas') e as receitas provenientes da organização de conferências e eventos Lusa em 2023.

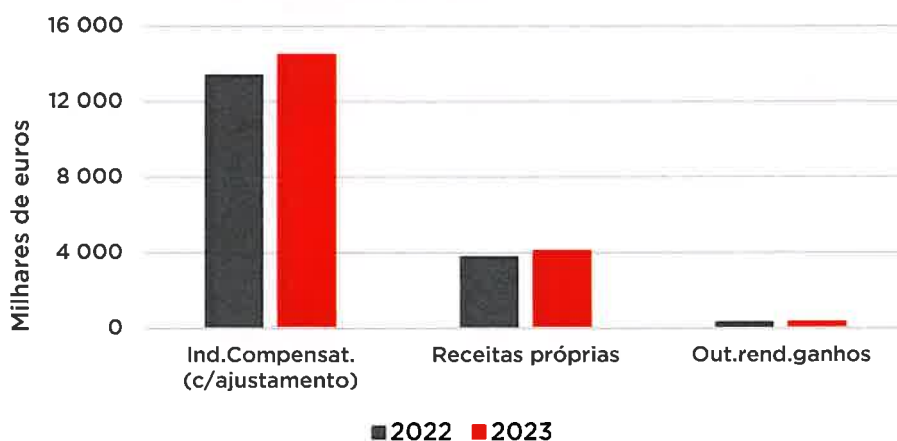
Ainda que os resultados sejam favoráveis face ao passado recente, marcado pelos efeitos da pandemia covid-19, agravados pela conjuntura económica e geopolítica internacional, importa referir que o mercado da comunicação social continua a registar grande incerteza e pressão de renegociação em baixa dos contratos existentes, nomeadamente, por clientes no segmento de negócio dos Grandes Órgãos de Comunicação Social, que regista sustentadas variações em baixa desde 2016, e cujo agravamento é expectável que se mantenha.

O aumento registado nas reversões, de €79 mil, resulta da anulação e acertos de provisões e da reversão de imparidades em dívidas de clientes.

O decréscimo de €113 mil verificado nos outros rendimentos e ganhos é o resultado das ocorrências que se registaram em 2022, nomeadamente, regularizações de diferenças de estimativas de valores da Segurança Social dos trabalhadores da delegação de Bruxelas desde 2013 e de valores antigos relativos a colaborações e acordos de cedência de serviços com a ANG (Agência de Notícias da Guiné), recebimento de um fundo de apoio ao combate à pandemia do Governo de Macau, excesso de estimativa para impostos (apuramento de IRC de 2021) e diferenças de câmbio favoráveis. Esta rubrica inclui ainda os proveitos obtidos com a imputação de subsídios para investimentos (Projeto Contrafake), cedência de espaços e juros indemnizatórios.

Foram ainda obtidos juros de aplicações financeiras no valor de €19 mil.

### RENDIMENTOS E GANHOS



## Gastos e Perdas

O total de gastos e perdas ascendeu a €18,9 milhões, o que reflete um acréscimo de €1,5 milhões (8,9%) face ao ano transato. Para esta variação contribuíram principalmente os seguintes factos:

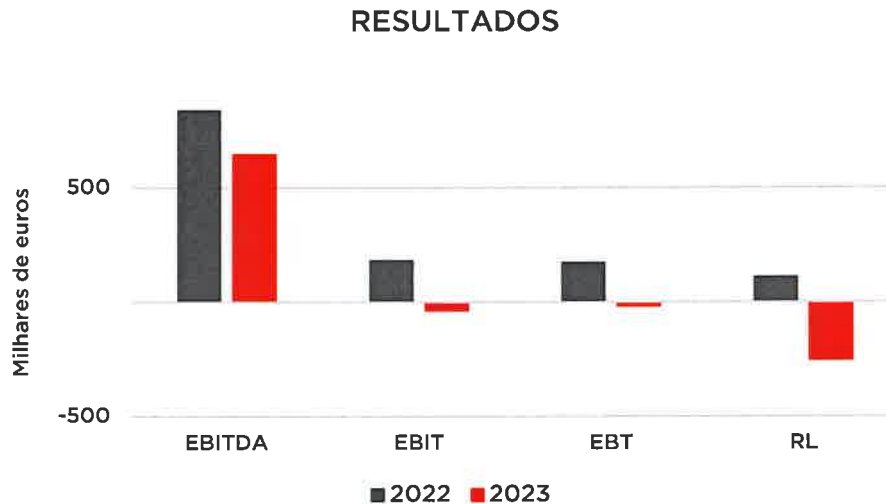
- Aumento de €10 mil (0,2%) dos fornecimentos e serviços externos como resultado, fundamentalmente, dos gastos com serviços de *outsourcing* de sistemas de informação e de cibersegurança (evidenciados em trabalhos especializados), deslocações em reportagem, serviços jurídicos com processos em curso (na rubrica comissões e honorários) e da inflação registada em 2023. Em sentido contrário, os principais desvios favoráveis sucederam por efeito da diminuição dos gastos com correspondentes e colaboradores e energia e fluidos.
- Aumento nos gastos com pessoal de €678 mil (5,5%) como resultado, sobretudo, da atualização salarial efetuada em 2023, do descongelamento dos IRCT - nomeadamente a regularização da Avaliação de Desempenho, diuturnidades e progressões automáticas e por mérito -, do acréscimo das ajudas de custo contratuais, dos gastos com seguro de saúde e com formação profissional, conjugado com o aumento do absentismo (poupança gerada por baixas por doença e parto).
- Os gastos com depreciações e amortizações aumentaram €29 mil por via do investimento efetuado no período.
- As perdas por imparidade em dívidas de clientes registaram um acréscimo de €970 mil, nomeadamente, como já mencionado neste relatório, por via da constituição de uma imparidade no valor da totalidade da dívida do GMG à Lusa em 2023, que ascende a €883 mil em 31 de dezembro de 2023.
- A constituição de provisões, para processos em curso, registou um decréscimo de €132 mil no período.
- Tendo recorrido a financiamento bancário remunerado em 2022, devido a dificuldades de tesouraria resultantes do não recebimento de contrapartida financeira referente à prestação do serviço público até a obtenção do visto do Tribunal de Contas sobre o Contrato com o Estado para o período 2022-2027, a empresa incorreu ainda em €8 mil de gastos e perdas de financiamento no exercício anterior.



## Resultados

O resultado líquido, negativo em €255 mil, apresentou um decréscimo de €364 mil face ao período homólogo como resultado, fundamentalmente do efeito conjugado entre a constituição de perdas por imparidade em dívidas a receber e o aumento dos gastos com o pessoal e o crescimento registado no valor das prestações de serviços, ao qual acresce o impacto

O EBITDA ascendeu a €644 mil em 2023, registando uma diminuição de €192 mil face ao período homólogo.



## Situação Patrimonial e Financeira

O ativo líquido, na ordem de €10,5 milhões, registou um aumento de €385 mil relativamente ao ano transato, por efeito conjugado, essencialmente, de:

- Aumento de €861 mil nos outros créditos a receber, por efeito do registo do acréscimo do valor da IC de 2023 em 'Acréscimos de rendimentos', decorrente do aditamento ao contrato com o Estado, na RCM n.º 64/2023, de 3 de julho, e do valor do ajustamento referente a 2023.
- Incremento de €516 mil nas disponibilidades de caixa e depósitos bancários.
- Decréscimo de €550 mil nas dívidas de clientes, como resultado da constituição de perdas por imparidade em dívidas a receber em 2023.
- Diminuição de €310 mil no ativo não corrente, por via das amortizações de investimento em ativos fixos tangíveis entretanto ocorridas.

O capital próprio na ordem de €5,5 milhões registou, face ao período homólogo, um decréscimo de €301 mil, por efeito do resultado líquido do exercício e de outras variações no capital próprio.

No passivo, no montante de €5,0 milhões, registou-se um aumento de €686 mil que resulta, sobretudo, de:

- Acréscimo de €1,0 milhão na rubrica 'Estado e outros entes públicos', essencialmente por efeito do valor do IVA a pagar referente ao contrato com o Estado.

- Redução de €290 mil nas dívidas a fornecedores, como resultado da recuperação registada no prazo médio de pagamentos.

(milhares de euros)

BALANÇO	2023	2022	VAR.
Ativo não corrente	6 944	7 254	-310
Dívidas de terceiros	1 972	1 677	295
Diferimentos	290	405	-115
Caixa e depósitos bancários	1 285	769	516
<b>Total do Ativo</b>	<b>10 490</b>	<b>10 105</b>	<b>385</b>
Capital Próprio	5 463	5 764	-301
Passivo:	5 026	4 341	686
Passivo não corrente	469	539	-70
Dívidas a terceiros	4 391	3 659	732
Diferimentos	166	142	24
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>10 490</b>	<b>10 105</b>	<b>385</b>

Composição do Ativo e do Capital Próprio e Passivo

ATIVO

■ Ativo não corrente ■ Dívidas de terceiros ■ Diferimentos ■ Caixa e depósitos bancários



CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO

■ Capital Próprio ■ Passivo não corrente ■ Dívidas a terceiros ■ Diferimentos



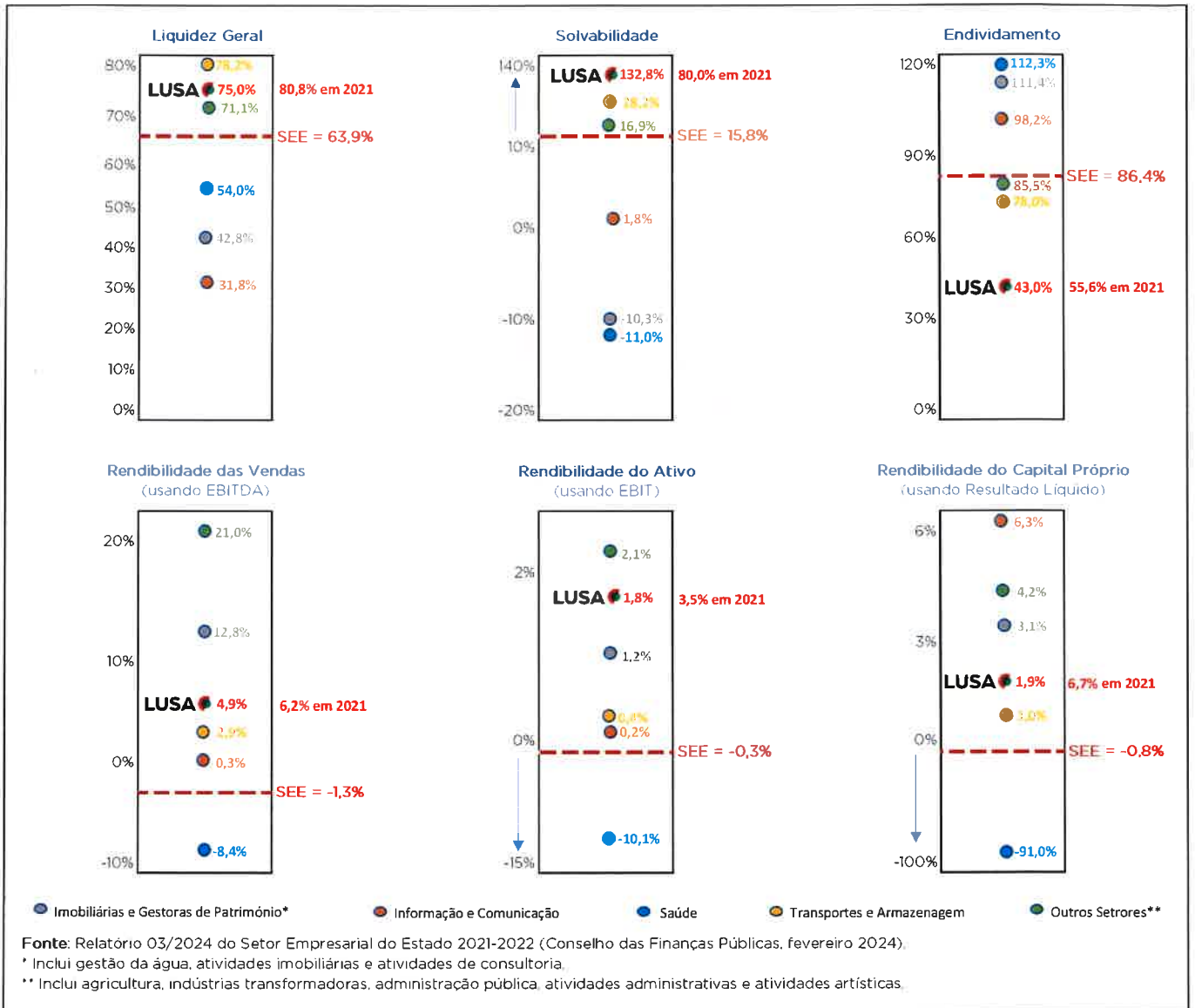
*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



## Principais Indicadores

Indicadores económico-financeiros (Milhares de euros)	2023	2022	Δ% 23/22
Rendimentos e ganhos operacionais	18 836	17 502	8
EBITDA	644	836	-23
Resultado operacional	-38	182	n.a.
Resultado líquido	-255	110	n.a.
Resultado líquido por ação (euro)	-0,12	0,05	n.a.
VAB	14 546	13 197	10
Investimento	375	538	-30
Margem EBITDA	3%	5%	- 1 p.p.
Margem Operacional	0%	1%	- 1 p.p.
Margem líquida	-1%	1%	n.a.
VAB / Efetivo médio (euro)	58 889	52 789	12
Ativo líquido	10 490	10 105	4
Capital próprio	5 463	5 764	-5
Capital social	5 324	5 324	-
Passivo	5 026	4 341	16
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	-5%	2%	n.a.
Liquidez Geral	78%	75%	+ 3 p.p.
Autonomia Financeira	52%	57%	- 5 p.p.
Solvabilidade	109%	133%	- 24 p.p.
Cobertura do imobilizado	85%	87%	- 1 p.p.
Recursos humanos	2023	2022	Δ% 23/22
Número de trabalhadores a 31 de dezembro	263	264	-0,4
Jornalistas	221	218	1,4
Assessores	3	3	-
Técnicos Superiores	13	13	-
Assistentes Administrativos	18	19	-5,3
Assistentes Técnicos	2	2	-
Pessoal de Apoio	1	1	-
Requisitados e Licenças sem Retribuição	5	8	-37,5
Pré-reformados	0	0	-
Efetivo médio ao serviço	247	250	-1,2
Produção de notícias (n.º conteúdos)	2023	2022	Δ% 23/22
Foto	50 793	49 365	2,9
Áudio	12 196	10 026	21,6
Conteúdos mistos	2 121	2 079	2,0
Texto	177 515	199 573	-11,1
Vídeo	5 566	5 986	-7,0
<b>Total</b>	<b>248 191</b>	<b>267 029</b>	<b>-7,1</b>

Principais Indicadores por setor de atividade das empresas não financeiras do SEE e da Lusa em 2022 (fonte: Relatório do Setor Empresarial do Estado, Conselho de Finanças Públicas, fevereiro 2024)



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## Riscos da atividade da empresa

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

### a) Risco de taxa de câmbio

A atividade da Empresa encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio (vide Nota 3.1.11. do Anexo), relacionado, essencialmente, com as transações efetuadas com as delegações que tem no estrangeiro, em resultado do contrato de interesse público em vigor, com os recebimentos em moeda estrangeira de alguns clientes, e com os pagamentos a alguns fornecedores internacionais.

Foram utilizadas, em 31 de dezembro de 2023, as seguintes taxas de câmbio (câmbio de final do ano e câmbio médio), para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Moeda	2023	
	Câmbio no final do ano	Câmbio médio
AOA	0,0011	0,0011
USD	0,9050	0,9248
BRL	0,1865	0,1852
CFA	0,0015	0,0015
CNY	0,1274	0,1305
CVE	0,0091	0,0091
HKD	0,1159	0,1181
MOP	0,1125	0,1147
MZN	0,0143	0,0143
GBP	1,1507	1,1497

### b) Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa a este risco é muito reduzida, ainda que a Lusa tenha recorrido, pontualmente, a financiamento bancário remunerado, por via do recebimento da IC referente aos três primeiros trimestres de 2022 ter ocorrido apenas em setembro, conforme já mencionado no presente relatório.

### c) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber (cf. Nota 10 do Anexo). Para reduzir o risco de crédito, a Empresa tem políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de recebimento de 30 dias, como regra geral.

No seguimento do que já havia sido registado desde 2021, agudizado pela situação económica e geopolítica internacional, como impacto direto da guerra na Ucrânia e da guerra Isareal-Hamas, o ano de 2023 manteve-se marcado pelas dificuldades na sustentabilidade das empresas, em especial da comunicação social, a principal fonte de receitas próprias da Lusa.

O prazo médio de recebimento de clientes regista uma redução de cinquenta e um (51) dias, neste caso, por via da constituição de imparidades em dívidas a receber, sobretudo, referente ao GMG, conforme mencionado neste relatório. Para efeitos de comparabilidade,



desconsiderando o efeito da dívida do GMG no cálculo do PMR de 2022, verificar-se-ia um aumento deste indicador em 2023, de 49 para 52 dias. O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objetivo de:

- Limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- Acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- Analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular através de reuniões com a Direção Comercial e a Direção de Áreas de Suporte, bem como com os assessores jurídicos sempre que necessário.

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas considerando o critério económico e maximizando o critério fiscal e de acordo com:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- O histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- Acordos de pagamento existentes;
- As condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 17.1.

#### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de investimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

O contrato de prestação de serviços de interesse público estabelece uma contrapartida financeira periódica do Estado que permite satisfazer as necessidades de financiamento e minimizar a volatilidade nos recebimentos com origem nas receitas próprias.

#### **Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício**

Após o termo do exercício e até à presente data não ocorreram outros acontecimentos subsequentes materiais que impliquem ajustamentos e ou divulgação nas contas do exercício.

#### **Evolução previsível da sociedade**

O mercado da comunicação social, onde a Lusa se insere, mantém-se instável pelo que o risco de perda de clientes continua elevado. A agravar esta situação, verificada nos últimos anos, as contingências relacionadas com a situação conjuntural decorrente da pandemia e os impactos excecionais decorrentes da crise económica e geopolítica internacional, que gerou importantes alterações nas variáveis macroeconómicas de referência, como a inflação ou as taxas de juro, e tem um impacto orçamental significativo na generalidade dos custos, designadamente no que se refere a consumos energéticos e gastos relacionados, fazem prever uma eventual perda de clientes. Ainda assim, a Lusa prevê um acréscimo nas suas receitas próprias no próximo triénio, como resultado de proveitos relativos à implementação de novos projetos e a organização de conferências

O Contrato com o Estado, visado pelo Tribunal de Contas em 24 de agosto de 2022 e válido para o sexénio 2022-2027 (vigorando retroativamente desde janeiro), estabelece o valor da Indemnização Compensatória em €13.429.774 (sem IVA) em 2022, representando um





aumento de 2,3% relativamente ao ano anterior, e a sua atualização em 1% em 2023, para €13.564.071 pago trimestral e antecipadamente, mantendo-se inalterado até final do contrato.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2021, de 7 de setembro, autoriza a realização das despesas relativas à compensação financeira devida pelo Estado à Lusa para o período de vigência do contrato, de 2022 a 2027, correspondentes aos seguintes valores totais máximos, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor:

- a) Em 2022: €13.429.774;
- b) De 2023 a 2027: €13.564.071 por ano.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2023, de 3 de julho, procede à reprogramação dos encargos plurianuais e autorizou a despesa necessária à celebração de aditamento ao contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público, atualmente em vigor, a celebrar entre o Estado e a Lusa. Por força da atual conjuntura externa e do consequente aumento de preços, a que acresce a valorização dos salários auferidos pelos trabalhadores da Lusa até 2026, no quadro do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, assinado em outubro de 2022 em sede de concertação social, o que redundará num necessário aumento dos gastos operacionais da Lusa, incluindo os que resultam do cumprimento das obrigações de serviço público a seu cargo, visou-se alterar a compensação financeira decorrente do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público atualmente em vigor sem comprometer a regular prestação do serviço público, a qual passará a ser, em 2023, de €14.262.621, valor ao qual acrescerá o IVA. Entre 2024 e 2027, deverá corresponder aos seguintes valores totais máximos, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor:

- a) Em 2024: €14.676.237;
- b) Em 2025: €14.984.438;
- c) Em 2026: €15.284.127;
- d) Em 2027: €15.589.809.

O aditamento ao Contrato com o Estado para o período 2022-2027 (em anexo), por via da RCM n.º 64/2023, foi visado pelo Tribunal de Contas a 12 de janeiro de 2024, vigorando retroativamente desde janeiro de 2023. Os emolumentos relativos ao aditamento ao Contrato com o Estado para 2023-2027 foram pagos a 12 de janeiro de 2024, não tendo a Lusa, até à data de elaboração deste relatório, recebido ainda a diferença da compensação financeira estabelecida para 2023, no valor de €698.550, ao qual acresce IVA.

Prevê-se um aumento dos gastos operacionais, explicado sobretudo pela evolução desfavorável que se regista nos gastos com o pessoal, que se refere, em grande medida, a aumentos salariais, em linha com as orientações do Governo sobre política salarial para o Setor Empresarial do Estado - na data de elaboração deste relatório encontram-se a decorrer negociações com os Sindicatos representativos dos trabalhadores -, à reposição dos direitos previstos em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, nomeadamente promoções automáticas e diuturnidades, e à regularização do processo de avaliação de desempenho.

A Lusa prevê, ainda assim, resultados positivos para o triénio 2024-2026.



## Proposta de aplicação de resultados

Para o resultado líquido do exercício de 2023, que foi negativo no montante de €254.634, o Conselho de Administração propõe a transferência para a conta de Resultados Transitados.


## IV. Demonstrações financeiras

## BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2023	31/12/2022
Euros			
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
<b>Ativos fixos tangíveis</b>			
Terenos e recursos naturais	8	1 493 641	1 493 641
Edifícios e outras construções	8	4 192 670	4 391 819
Equipamento básico	8	658 619	590 623
Equipamento de transporte	8	47 628	-
Equipamento administrativo	8	17 773	23 362
Outros ativos fixos tangíveis	8	24 864	45 398
Investimentos em curso	8	145 497	380 870
<b>Subtotal ativos fixos tangíveis</b>		<b>6 580 692</b>	<b>6 925 711</b>
<b>Ativos intangíveis</b>			
Projetos de desenvolvimento	7	110 390	283 204
Programas de computador		25 500	-
Outros ativos intangíveis		149 710	-
Investimentos em curso	7	29 640	-
<b>Subtotal ativos intangíveis</b>		<b>315 240</b>	<b>283 204</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>			
IPPS-IUL	9	10 000	10 000
Fundo de compensação do trabalho		37 673	34 791
<b>Subtotal outros investimentos financeiros</b>		<b>47 673</b>	<b>44 791</b>
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>6 943 605</b>	<b>7 253 706</b>
<b>Ativo corrente</b>			
<b>Clientes</b>	10	727 563	1 277 131
<b>Estados e outros entes públicos</b>			
Imposto sobre o rendimento			
Pagamentos por conta	11	73 692	12 876
Retenções efetuadas por terceiros	11	8 800	5 857
IVA	11	22 711	103 446
<b>Subtotal Estado e outros entes públicos</b>		<b>105 203</b>	<b>122 179</b>
<b>Outros créditos a receber</b>			
Pessoal	11	22 370	18 544
Devedores por acréscimos de rendimentos	11	741 649	-
Outros créditos a receber	11	164 859	254 202
Contrato com o Estado	11	210 147	5 368
<b>Subtotal outros créditos a receber</b>		<b>1 139 025</b>	<b>278 114</b>
<b>Diferimentos</b>	11	289 640	404 585
<b>Caixa e depósitos bancários</b>			
Depósitos bancários			
À ordem	4	425 333	759 063
Outros	4	856 793	7 046
Caixa	4	2 645	3 043
<b>Subtotal caixa e depósitos bancários</b>	4/19	<b>1 284 771</b>	<b>769 152</b>
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>3 546 202</b>	<b>2 851 161</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>10 489 807</b>	<b>10 104 867</b>

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2023	31/12/2022
Euros			
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital Subscrito	12	5 324 225	5 324 225
Reservas legais	12	673 344	667 864
Resultados transitados	12	(522 806)	(634 774)
Excedentes de revalorização			
Antes de imposto sobre o rendimento	8/12	253 498	263 617
Impostos diferidos	6/12	(53 694)	(55 970)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio			
Subsídios ao investimento	20	42 373	88 584
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		1 057	1 057
		<b>5 717 997</b>	<b>5 654 603</b>
Resultado líquido do período		<b>(254 634)</b>	<b>109 605</b>
		<b>5 463 363</b>	<b>5 764 208</b>
<b>Total do capital próprio</b>			
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	17.3	415 314	483 228
Passivos por impostos diferidos	6/16	53 693	55 970
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>469 007</b>	<b>539 198</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14	325 358	615 848
Adiantamentos de clientes	16	-	677
Estado e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento (IRC)	16	238 141	66 512
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	16	204 022	165 137
IVA	16	778 624	-
Contribuições para a segurança social	16	256 071	223 034
Outras tributações	16	536	894
<b>Subtotal Estado e outros entes públicos</b>		<b>1 477 394</b>	<b>455 577</b>
Outras dívidas a pagar			
Fornecedores de investimentos	14	195 009	377 164
Credores por acréscimos de gastos	16	1 930 702	1 749 761
Pessoal	16	9 192	6 943
Outras dívidas a pagar	16	63 771	63 203
Contrato com o Estado (Ajustamento da IC conforme nº5 da cláusula 9ª CPSNIIP)	16	389 826	389 826
<b>Subtotal outras dívidas a pagar</b>		<b>2 588 500</b>	<b>2 586 898</b>
Diferimentos	16	166 186	142 462
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>4 557 437</b>	<b>3 801 461</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>5 026 444</b>	<b>4 340 659</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>10 489 807</b>	<b>10 104 867</b>

A Contabilista Certificada,

Susana Peres Quintas

O Conselho de Administração,

Joaquim Jesus Pedro Carreira  
 Nuno José Luís Passos de Azevedo  
 Carlos Beirão  
 Inês Mendes



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2023	2022
<b>Vendas e serviços prestados</b>			
Contrato com o Estado	21	14 262 621	13 429 774
Ajustamento da IC conforme nº 5 da Cláusula 9ª do CPSNIIP	11/16/21	204 779	(23 488)
Outras	21	4 085 850	3 788 970
<b>Subtotal vendas e serviços prestados</b>		<b>18 553 250</b>	<b>17 195 256</b>
<b>Subsídios à exploração</b>	20	10 623	828
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	23	(4 007 646)	(3 998 095)
<b>Gastos com o pessoal</b>			
Remunerações dos órgãos sociais	24	(149 017)	(157 271)
Remunerações do pessoal	24	(10 155 059)	(9 662 865)
Encargos sociais e outros	24	(2 682 656)	(2 488 898)
<b>Subtotal gastos com o pessoal</b>		<b>(12 986 732)</b>	<b>(12 309 034)</b>
<b>Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)</b>			
Clientes	17.1/22	(972 031)	(6 163)
Outros devedores	171/22	-	1 903
<b>Subtotal imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)</b>		<b>(972 031)</b>	<b>(4 260)</b>
<b>Provisões (aumentos/reduções)</b>	17.3/22	12 080	(196 692)
<b>Outros rendimentos</b>			
Rendimentos suplementares	22.1	21 426	14 445
Outros			
Subsídios para investimento	22.1	46 210	-
Descontos	22.1	6 917	5 247
Diferenças de câmbio favoráveis	22.1	9 153	31 761
Reembolsos diversos	22.1	9 481	12 793
Diversos	22.1	60 109	201 841
<b>Subtotal outros rendimentos</b>		<b>153 296</b>	<b>266 087</b>
<b>Outros gastos</b>			
Impostos	22.2	(24 240)	(37 012)
Dívidas incobráveis	22.2	-	(45)
Abates	22.2	(237)	(94)
Outros			
Correções relativas a exercícios anteriores	22.2	(166)	-
Quotizações	22.2	(31 807)	(33 884)
Insuficiência da estimativa para impostos	22.2	(811)	-
Outros não especificados			
Serviços bancários	22.2	(6 517)	(18 513)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	22.2	(28 500)	(17 538)
Multas e penalidades	22.2	(18 219)	(1 713)
Diversos	22.2	(8 298)	(9 445)
<b>Subtotal outros gastos</b>		<b>(118 795)</b>	<b>(118 244)</b>
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>644 044</b>	<b>835 847</b>
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização</b>			
Ativos fixos tangíveis		(479 859)	(501 672)
Ativos intangíveis		(202 265)	(151 907)
<b>Subtotal gastos/reversões de depreciação e de amortização</b>	22.2	<b>(682 124)</b>	<b>(653 579)</b>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(38 080)</b>	<b>182 268</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>			
De depósitos	25	19 310	10
<b>Subtotal juros e rendimentos similares obtidos</b>		<b>19 310</b>	<b>10</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>			
Com empréstimos bancários			
Curto prazo	25	-	(8 438)
<b>Subtotal juros e gastos similares suportados</b>		<b>-</b>	<b>(8 438)</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(18 770)</b>	<b>173 840</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>	6	(235 864)	(64 235)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(254 634)</b>	<b>109 605</b>

A Contabilista Certificada,

*Susana Peres Brites*

O Conselho de Administração,

*Joaquim Jesus Teófilo Araújo*  
*Nuno José Dias Pessoa de Azevedo*

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	21	18 553 250	17 195 256
Custos das vendas e dos serviços prestados		(15 805 989)	(15 259 606)
<b>Resultado bruto</b>		<b>2 747 261</b>	<b>1 935 650</b>
Outros rendimentos	22	301 795	306 895
Gastos de distribuição		(365 587)	(265 623)
Gastos administrativos		(1 654 961)	(1 690 844)
Outros gastos (a)		(1 047 277)	(103 800)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)</b>		<b>(18 770)</b>	<b>182 278</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	25	-	(8 438)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(18 770)</b>	<b>173 840</b>
Imposto sobre o rendimento do período	6	(235 864)	(64 235)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(254 634)</b>	<b>109 605</b>
Resultados por ação	26	(0,12)	0,05

a) Para efeitos de comparabilidade, as perdas por imparidade relativas a 2022 foram reclassificadas de 'Gastos de distribuição' para 'Outros gastos'.

A Contabilista Certificada,

Susana Feres Quintas

O Conselho de Administração,

Joaquim José Pedro Correia  
 Nunciado por deus pessoa de Arf  
 Carlos Baptista  
 António Pedro

*[Handwritten signature]*

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
NO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

Euros

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2023	12	5 324 225	667 864	207 647	(634 774)	89 641	109 605	5 764 208
Alterações no período								
Ajustamentos de excedentes de revalorização	12	-	-	(10 120)	10 120	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	6	-	-	2 277	(2 277)	-	-	-
Aplicação de resultados	12	-	5 480	-	104 125	-	(109 605)	-
Subsídios ao Investimento		-	-	-	-	(46 211)	-	(46 211)
		5 324 225	673 344	199 804	(522 806)	43 430	-	5 717 997
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(254 634)	(254 634)
Resultado Integral		-	-	-	-	-	(254 634)	5 463 363
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12	5 324 225	673 344	199 804	(522 806)	43 430	(254 634)	5 463 363

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
NO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Euros

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	12	5 324 225	648 685	215 490	(1 007 020)	138 076	383 582	5 703 038
Alterações no período								
Ajustamentos de excedentes de revalorização	12	-	-	(10 120)	10 120	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	6	-	-	2 277	(2 277)	-	-	-
Aplicação de resultados	12	-	19 179	-	384 403	-	(383 582)	-
Subsídios ao Investimento		-	-	-	-	(48 435)	-	(48 435)
		5 324 225	667 864	207 647	(634 774)	89 641	-	5 654 603
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	109 605	109 605
Resultado Integral		-	-	-	-	-	109 605	5 764 208
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12	5 324 225	667 864	207 647	(634 774)	89 641	109 605	5 764 208

A Contabilista Certificada,

Susana Feres Quintas

O Conselho de Administração,

Joaquim Jesus Pedro Correia  
Município Dias Pessoa de Amor

Carla Bast

*[Handwritten signature]*

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Euros

	NOTAS	PERÍODO	
		2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		21 140 080	18 827 815
Pagamentos a fornecedores		(3 374 866)	(3 078 894)
Pagamentos ao pessoal		(7 421 452)	(7 166 362)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>10 343 762</b>	<b>8 582 559</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(49 202)	(17 566)
Outros recebimentos/pagamentos		(9 213 307)	(10 656 940)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>1 081 253</b>	<b>(2 091 947)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(581 730)	(628 573)
Ativos intangíveis		-	(10 640)
Investimentos financeiros		(3 213)	(9 206)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Juros e rendimentos similares		19 310	10
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(565 634)</b>	<b>(648 408)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		-	5 740 000
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-	(5 740 000)
Juros e gastos similares		-	(8 454)
Outros operações de financiamento		-	(16 057)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-</b>	<b>(24 511)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		515 619	(2 764 866)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		769 152	3 534 018
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 284 771	769 152

A Contabilista Certificada,

Susana Peres Quintas

O Conselho de Administração,

Joaquim José Pedro Cerqueira  
 Nuno José Dias Pessoa de Amorim

Carla B. D.  
 António Pereira



## V. Anexo

### 1. Introdução

A Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 31 de julho de 1997 e com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto - Lote C.

A Lusa tem como atividade principal ser uma agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das atividades referidas, sendo esta atividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação - C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa.

As demonstrações financeiras anexas, reportadas ao exercício económico de 12 meses, terminado em 31 de dezembro de 2023, são apresentadas em base individual.

A Empresa integra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil, apesar das operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Lusa Brasil") e formalmente independente da Empresa. No entendimento desta, aquela entidade na substância, corresponde efetivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir com os requisitos específicos da legislação brasileira, razão pela qual se justifica a inclusão das demonstrações financeiras da mesma nas demonstrações financeira da Empresa. Durante o ano de 2023 continuou a ser executado o processo de encerramento da sucursal no Brasil e, à semelhança do ano anterior, não foi desenvolvida qualquer atividade operacional.

A 28 de março de 2023 foram aprovadas, em Assembleia Geral, as contas da Lusa relativas ao exercício de 2022.

O Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre o Estado e a Lusa para o sexénio 2022-2027, foi visado pelo Tribunal de Contas a 24 de agosto de 2022, tendo vigorado retroativamente desde janeiro de 2022. Prevê, relativamente a 2021, um aumento de 2,3% no valor da IC em 2022 e de 1% em 2023, para €13,6 milhões (sem IVA), pago trimestral e antecipadamente, incluindo uma nova fórmula de cálculo do custo líquido do serviço público.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2021, de 7 de setembro, autorizou a realização das despesas relativas à compensação financeira devida pelo Estado à Lusa para o período de vigência do contrato, de 2022 a 2027, correspondentes aos seguintes valores totais máximos, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor:

- a) Em 2022: €13.429.774;
- b) De 2023 a 2027: €13.564.071 por ano.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2023, de 3 de julho, procede à reprogramação dos encargos plurianuais e autorizou a despesa necessária à celebração de aditamento ao contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público, atualmente em vigor, a celebrar entre o Estado e a Lusa. Por força da atual conjuntura externa e do consequente aumento de preços, a que acresce a valorização dos salários auferidos pelos trabalhadores da Lusa até 2026, no quadro do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, assinado em outubro de 2022 em sede de concertação social, o que redundará num necessário aumento dos gastos operacionais da Lusa,

incluindo os que resultam do cumprimento das obrigações de serviço público a seu cargo visou-se alterar a compensação financeira decorrente do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público atualmente em vigor sem comprometer a regular prestação do serviço público, a qual passará a ser, em 2023, de €14.262.621, valor ao qual acrescerá o IVA. Entre 2024 e 2027, deverá corresponder aos seguintes valores totais máximos, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor:

- e) Em 2024: €14.676.237;
- f) Em 2025: €14.984.438;
- g) Em 2026: €15.284.127;
- h) Em 2027: €15.589.809.

O aditamento ao Contrato com o Estado para o período 2022-2027, por via da RCM n.º 64/2023, foi visado pelo Tribunal de Contas a 12 de janeiro de 2024, vigorando retroativamente desde janeiro de 2023. Os emolumentos relativos ao aditamento ao Contrato com o Estado para 2023-2027 foram pagos a 12 de janeiro de 2024, não tendo a Lusa, até à data de elaboração deste relatório, recebido ainda a diferença da compensação financeira estabelecida para 2023, no valor de €698.550, ao qual acresce IVA.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração (CA) na sua reunião de 26 de fevereiro de 2024, sendo esta a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das mesmas, embora tal divulgação dependa da sua aprovação pelos Acionistas, os quais podem determinar eventuais alterações, em sede de Assembleia Geral.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas em vigor à presente data.

O SNC estabelece que, sempre que as NCRF não deem resposta às necessidades dos utilizadores em termos de tratamento contabilístico de determinadas situações, estes deverão supletivamente recorrer, em primeiro lugar, às IFRS tal como adotadas pela União Europeia e, de seguida, às outras IFRS ainda não adotadas pela União Europeia.

### 2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram expressamente derrogadas disposições do SNC que sejam suscetíveis de afetar materialmente a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, resultados e fluxos de caixa da Empresa.

### 2.3. Conteúdos não comparáveis com períodos anteriores

Não aplicável.

### 3. Principais políticas contabilísticas

#### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Tendo em atenção o normativo definido no SNC, designadamente nas várias NCRF e Interpretações publicadas, apresentam-se de seguida as principais políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos ativos e passivos da Empresa.

##### 3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas, exceto no que se refere aos imóveis da Lusa, em que na sua mensuração é adotado o método da revalorização.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes (linha reta), de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no DR 25/2009, de 14 de setembro, alterado pelo DR 4/2015, de 22 de abril e respetivas vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	20* - 50
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8

\* Desde 2017 que é política interna da empresa amortizar as obras no edifício e instalações das delegações estrangeiras no prazo de 10 anos que, devido à antiguidade dos edifícios, têm maior necessidade de realização de intervenções.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas àquela data no "Edifício Lusa", registadas nas rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções", com base em avaliações do seu valor de mercado.

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis, tendo em vista a adequação do seu valor ao valor de mercado. As avaliações foram efetuadas por avaliadores independentes e o seu resultado encontra-se refletido na Nota 8.

##### 3.1.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem projetos de desenvolvimento, estão registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado:

Projetos de desenvolvimento	3-5
Licenciamentos	2-5
Softwares	3

##### 3.1.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão mensurados ao custo de aquisição deduzido de imparidades, quando existentes.

##### 3.1.4. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se através deles forem transferidos para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à posse; e

- Locação operacional, se através deles não forem transferidos para a Empresa todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira - através dos quais são transferidas para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à sua posse - bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros são incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

### 3.1.5. Instrumentos financeiros

#### 3.1.5.1. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

#### 3.1.5.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, vencíveis a menos de 3 meses e imediatamente mobilizáveis.

#### 3.1.5.3. Fornecedores e dívidas a pagar

As dívidas a pagar fornecedores e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

#### 3.1.6. Imparidades sobre dívidas a receber

Foram constituídas imparidades relativas a dívidas a receber de clientes e de outros devedores, de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na sua cobrança, não só tendo em consideração o critério fiscal, mas essencialmente o critério económico (Nota 17.1.).

#### 3.1.7. Especialização dos exercícios

Os réditos e gastos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "devedores e credores por acréscimos" e "diferimentos".

#### 3.1.8. Subsídios

Os subsídios do Governo são reconhecidos pela Empresa nas suas demonstrações financeiras apenas no momento em que são recebidos ou quando existe razoável certeza de que a Empresa cumprirá as condições a eles associados, tendo em atenção as disposições previstas na NCRF 22 - Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação dos Apoios do Governo.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados de forma sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, quando ocorrem, são inicialmente registados em capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil do respetivo ativo subsidiado.



### 3.1.9. Rédito

O rédito apenas é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos inerentes à transação fruem para a Empresa e quando é possível apurar o seu valor com fiabilidade, sendo registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções expectáveis, tendo em atenção o princípio da especialização.

A Empresa regista os montantes que lhe são atribuídos, para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa, na rubrica de “Prestações de serviços” do exercício a que dizem respeito, de acordo com a especialização dos exercícios.

### 3.1.10. Imposto sobre o rendimento, incluindo impostos diferidos

O imposto do rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e por imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 25.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem sido preenchidas as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

### 3.1.11. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os efeitos decorrentes de alterações em taxas de câmbio são tratados de acordo com o disposto na NCRF 23.

Neste sentido, as transações em moeda estrangeira são registadas no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional (Euro), pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, são registadas em resultados do período em que ocorrem.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras das delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados operacionais. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efetuada considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os ativos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter os ativos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.



Os valores constantes das demonstrações financeiras da Delegação do Brasil, expressos em Reais, foram convertidos para Euros com base na aplicação do método da taxa histórica.

Assim, e com base nesse método, as taxas de câmbio (Real/Euro) utilizadas foram as seguintes:

Taxas históricas	2023	2022
janeiro	0,1784	0,1596
fevereiro	0,1806	0,1698
março	0,1793	0,1822
abril	0,1818	0,1948
maio	0,1849	0,1906
junho	0,1898	0,1879
julho	0,1883	0,1828
agosto	0,1872	0,1919
setembro	0,1895	0,1931
outubro	0,1869	0,1936
novembro	0,1888	0,1857
dezembro	0,1872	0,1799
<b>Taxa de fecho</b>	<b>0,1865</b>	<b>0,1773</b>
<b>Taxa média do ano</b>	<b>0,1852</b>	<b>0,1838</b>

### 3.1.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando e somente quando, a Empresa teme uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um acontecimento passado em que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões existentes respeitam a processos em curso, cujos montantes foram determinados com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade nomeadamente: provisões com processo de avaliação de desempenho, risco de reconhecimento de contratos de trabalho a prestadores de serviços, processos em litigância de clientes e processos fiscais (cf. Nota 17.3).

### 3.1.13. Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no Anexo quando é expectável a existência de um benefício económico futuro.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

### 3.1.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

### 3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Não aplicável.

### 3.3. Juízos de valor na aplicação das políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

### 3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamentos no período contabilístico seguinte

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 incluem, essencialmente, as vidas úteis dos ativos, a análise de imparidades e provisões.

As estimativas foram baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

## 4. Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados em balanço não estão afetados por quaisquer condicionantes suscetíveis de afetar a sua utilização futura.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à ordem	425 333	759 063
Caixa (dinheiro em caixa)	2 645	3 043
Depósitos a prazo	856 793	7 046
<b>Total de caixa e seus equivalentes</b>	<b>1 284 771</b>	<b>769 152</b>

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 não ocorreram alterações de políticas e estimativas contabilísticas, nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

## 6. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), nos termos do artigo 87.º do código do IRC, à taxa de 21%. A tributação é acrescida de Derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

No exercício de 2023, a taxa nominal de imposto poderá variar entre 22,5% e 31,5% dependendo do valor do lucro tributável ("LT") apurado, o qual será tributado às seguintes taxas:

- Taxa de IRC: 21% sobre o LT;
- Derrama municipal: 1,5% sobre o LT;
- Derrama estadual: 3% sobre o LT se  $€1.500.000 < LT \leq €7.500.000$ , 5% sobre o LT se  $€7.500.000 < LT \leq €35.000.000$  e 9% sobre se  $LT > €35.000.000$ .

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se adicionalmente sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no referido artigo. Com a introdução do Orçamento de Estado de 2023, o artigo 52º do Código do IRC foi alvo de alterações no que se refere à dedução dos prejuízos fiscais. Esta alteração deixa de exigir limite temporal para dedução dos prejuízos fiscais de períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em período de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso na data de entrada em vigor do Orçamento de Estado de 2023.

A dedução dos prejuízos fiscais é limitada a 65% do lucro tributável, sem prejuízo de aplicação do n.º 2 do artigo 11º da Lei nº27-A/2020, de 24 de julho, que permite um aumento de 10 pontos percentuais na dedução de lucro tributável quando se trate de prejuízos apurados em 2020 e 2021.

Em 31 de dezembro de 2023, não existiam prejuízos fiscais reportáveis.

Desde 1 de janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (CIVA), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público celebrado com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa normal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2023 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

### Ações de inspeção

i) No início de 2021 iniciou-se uma ação de inspeção por parte da Autoridade Tributária (AT) relativa às declarações de IRC respeitantes aos exercícios de 2018 e 2019, tendo sido enviada toda a informação solicitada. À data do presente relatório não existem informações adicionais sobre o estado da inspeção.

ii) Após a conclusão das ações de inspeção efetuadas por parte da Autoridade Tributária (AT) até ao término do exercício de 2019, encontram-se encerrados todos os anos anteriores a 2017 em termos de matéria fiscal.

iii) Durante o exercício de 2015, a Empresa foi objeto de uma ação de inspeção por parte da Autoridade Tributária (AT) relativa às declarações de IRC respeitantes aos exercícios de 2011

e 2012, tendo sido notificada a pagar €910.728, incluindo juros e coimas, conforme seguidamente discriminado:

Descrição	2011	2012	Total
<b>Capital</b>	<b>87 140</b>	<b>731 895</b>	<b>819 035</b>
<b>Juros:</b>			
<b>Compensatórios</b>	<b>11 726</b>	<b>78 678</b>	<b>90 404</b>
<b>Mora</b>	<b>89</b>	<b>824</b>	<b>913</b>
<b>Coimas</b>	<b>188</b>	<b>188</b>	<b>376</b>
<b>Total</b>	<b>99 143</b>	<b>811 585</b>	<b>910 728</b>

Relativamente à declaração de IRC de 2011, a AT não aceitou como custo fiscal o desreconhecimento do Arquivo de Imagem e a provisão constituída para o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002.

Analisada a fundamentação apresentada no Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, a Empresa entendeu não contestar a decisão relativa à provisão, mas discordou da mesma quanto ao desreconhecimento do Arquivo Imagem.

No que respeita à declaração de IRC de 2012, a AT não aceitou como custo fiscal o desreconhecimento de ativos relativos a dívidas reclamadas judicialmente ao Estado e a anulação de faturação a entidades institucionais. Neste caso, a Empresa entendeu não contestar a decisão da AT.

Assim, a Empresa deu conhecimento do seu entendimento à AT e, simultaneamente, entregou as declarações de substituição respeitantes aos exercícios de 2011 e 2012, tendo em dezembro de 2015 pago o imposto devido. Em 2016, quando notificada a Empresa pagou os correspondentes juros, dos quais foi constituída provisão para acautelar o risco associado no Balanço a 31 de dezembro de 2015.

No decurso de 2016, a Empresa recebeu o Relatório de Inspeção Tributária que manteve as conclusões do Projeto de Relatório e foi notificada para pagar capital e juros relativos ao desreconhecimento do Arquivo Imagem, no montante de €706.850. A diferença entre o valor da provisão (€708.037) e o valor da notificação da AT, no montante de €1.187, resulta do facto de não ter sido possível conciliar o valor da AT.

Em agosto de 2016, e apesar de ter sido pago à AT o montante relativo a este processo, tendo revertido na totalidade a provisão constituída no exercício anterior, a Empresa apresentou contestação ao mesmo. Idêntica ação foi utilizada pela Empresa, tendo contestado também o processo de desreconhecimento de ativos relativos a dívidas ao Estado.

No final de agosto de 2017 foi recebida a decisão final da AT tendo sido proferido o indeferimento à reclamação graciosa apresentada pela Lusa no ano de 2016. Perante este despacho o Conselho de Administração decidiu não impugnar judicialmente nem recorrer hierarquicamente à AT desta decisão.

iv) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, €2,6 milhões (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efetuadas em sede de IVA a determinadas transações ocorridas nos exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento. O processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002 encontrava-se em fase de recurso, após o Tribunal Tributário de Lisboa, em julho de 2011, ter julgado improcedente a ação da Lusa. Para acautelar esta contingência, foi constituída uma provisão em dezembro de 2011.



Em 15 de dezembro de 2016, a Empresa aderiu ao Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado, "PERES" na modalidade de pagamento em 36 prestações, aprovado pelo Dec. Lei n.º 67/2016 de 3 de novembro, por forma a regularizar a situação tributária acima descrita. Neste sentido, a provisão que havia sido constituída em 2011 foi revertida. Por outro lado, foi englobado no processo n.º 3271200401017896 o montante total de €3.956.286 dos quais €1.354.896 referem-se a custas, juros de mora e compensatórios, que foram objeto de um benefício de 80% no valor de €1.056.856. A 31 de dezembro de 2019 as 36 prestações acordadas encontravam-se pagas tendo sido liquidado o montante de €200.897 no decorrer de 2019, correspondente às 9 últimas prestações. A garantia bancária apresentada foi cancelada e o processo de execução fiscal extinto.

### Impostos diferidos

Conforme referido na Nota 3.1.10., o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na NCRF 25 - Impostos Sobre o Rendimento. Na mensuração do custo de imposto, além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas rubricas não afetando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são atualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida NCRF, são reconhecidos ativos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos não se procedeu ao reconhecimento dos ativos por impostos diferidos associados a imparidades de dívidas a receber, por se considerar que existe o risco de não serem recuperáveis.





## a) Reconciliação da taxa de imposto

	2023	2022
Resultado antes de impostos	(18 770)	173 840
Imposto sobre o Rendimento das pessoas coletivas	22,5%	22,5%
Débito de imposto esperado	(4 223)	39 114
Diferenças permanentes (i)	(275 846)	(141 967)
Ajustamentos à colecta (ii)	44 205	38 618
Imposto sobre o rendimento do exercício	(235 864)	(64 235)
Imposto corrente (Nota 16)	238 141	66 512
Imposto diferido gerado no exercício	(2 277)	(2 277)
	235 864	64 235

## (i) Este montante tem a seguinte composição:

Multas e outras penalidades	18 219	1 713
Provisões líquidas	(67 914)	181 817
Outras correções, líquidas (iii)	(1 176 289)	(814 494)
	(1 225 984)	(630 964)
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	(275 846)	(141 967)

(ii) Os ajustamentos à coleta resultam dos gastos que no âmbito da legislação em vigor são tributados autonomamente.

(iii) Inclui a imparidade relativa ao acionista GMG, conforme Nota 17.1.

## b) Movimento dos impostos diferidos

2023	Saldo inicial	Ajustamentos	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos passivos (i) (Nota 16):				
Excedentes de revalorização	55 970	-	(2 277)	53 693
	55 970	-	(2 277)	53 693

(i) à taxa de imposto de 22,5%

2022	Saldo inicial	Ajustamentos	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos passivos (i) (Nota 16):				
Excedentes de revalorização	58 247	-	(2 277)	55 970
	58 247	-	(2 277)	55 970

(i) à taxa de imposto de 22,5%

## 7. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2023	Projetos de desenvolvimento	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	482 766	-	482 766
Aquisições	40 201	29 640	69 841
Transferências	164 460	-	164 460
Saldo em 31 de dezembro de 2023	687 427	29 640	717 067
<b>Amortizações acumuladas e perdas de imparidade</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(199 562)	-	(199 562)
Reforços	(202 265)	-	(202 265)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(401 827)	-	(401 827)
<b>Valor líquido em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>285 600</b>	<b>29 640</b>	<b>315 240</b>

No decurso do ano de 2023, o aumento da rubrica "Projetos de desenvolvimento", resultou sobretudo do desenvolvimento do sistema editorial "LUNA" e do licenciamento de *software* da solução de planeamento e controlo orçamental.

O valor da rubrica "Ativos fixos intangíveis em curso" refere-se a bolsa de horas do sistema editorial.

## 8. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2023	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1 493 641	8 022 937	3 546 408	203 452	463 252	3 081 680	380 870	17 192 241
Aquisições	-	1 001	101 792	48 641	6 272	1 663	145 497	304 866
Transferências	-	6 300	204 434	-	347	-	(380 870)	(169 789)
Abates	-	-	(454 830)	-	(8 103)	(1 051)	-	(463 984)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1 493 641	8 030 238	3 397 803	252 093	461 768	3 082 292	145 497	16 863 334
<b>Depreciações acumuladas e perdas de imparidade</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(3 631 118)	(2 955 785)	(203 452)	(439 891)	(3 036 284)	-	(10 266 530)
Reforços	-	(206 450)	(237 992)	(1 013)	(12 209)	(22 195)	-	(479 859)
Regularizações por alien, transf e abates	-	-	454 593	-	8 103	1 051	-	463 747
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(3 837 568)	(2 739 184)	(204 465)	(443 997)	(3 057 428)	-	(10 282 642)
<b>Valor líquido em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1 493 641</b>	<b>4 192 670</b>	<b>658 619</b>	<b>47 628</b>	<b>17 773</b>	<b>24 864</b>	<b>145 497</b>	<b>6 580 692</b>

No decurso do ano de 2023, procedeu-se ao abate de bens descontinuados que faziam parte do equipamento básico, do equipamento administrativo e de outros ativos fixos tangíveis.

Em 2023, o aumento na rubrica de "Equipamento básico" resultou, sobretudo, da aquisição de equipamento fotográfico, audiovisual e informático.

O aumento registado em "Equipamento de transporte" deve-se à aquisição de uma viatura para a delegação da Lusa em Maputo, por necessidade imperiosa de substituição do equipamento.

Aumento na rubrica "Equipamento Administrativo" por via da aquisição de equipamentos e mobiliário diverso para a sede e delegações no estrangeiro.

O valor da rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” refere-se essencialmente à aquisição de uma viatura para a delegação da Lusa em Bissau e a obras de conservação e reabilitação no edifício da sede.

31 de dezembro de 2022	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1 493 641	8 011 018	3 989 806	203 452	464 086	3 081 680	123 577	17 367 260
Aquisições	-	9 494	206 952	-	851	-	309 631	526 929
Transferências	-	2 425	13 045	-	118	-	(52 338)	(36 750)
Abates	-	-	(663 395)	-	(1 802)	-	-	(665 197)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1 493 641	8 022 937	3 546 408	203 452	463 252	3 081 680	380 870	17 192 241
<b>Depreciações acumuladas e perdas de imparidade</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(3 426 265)	(3 356 698)	(200 119)	(435 135)	(3 011 745)	-	(10 429 962)
Reforços	-	(204 853)	(262 389)	(3 333)	(6 558)	(24 539)	-	(501 672)
Regularizações por alien, transf e abates	-	-	663 302	-	1 802	-	-	665 104
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(3 631 118)	(2 955 785)	(203 452)	(439 891)	(3 036 284)	-	(10 266 530)
<b>Valor líquido em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1 493 641</b>	<b>4 391 819</b>	<b>590 623</b>	<b>-</b>	<b>23 362</b>	<b>45 396</b>	<b>380 870</b>	<b>6 925 711</b>

A Lusa adota o método da revalorização na mensuração dos imóveis que compõem o ativo fixo tangível, abaixo discriminados:

- Em Portugal: “Edifício Lusa”, em Lisboa, correspondente à sede da Empresa, sito na R. Dr. João Couto, Lote C, Lisboa, constituído por 10 frações (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J), distribuídas por 9 andares;
- Em Díli – Edifício em terreno arrendado (não propriedade da Lusa) na Avenida de Portugal, Díli, em Timor-Leste.

#### “Edifício Lusa” em Lisboa

Em 2000 foram fixados os primeiros montantes revalorizados para o “Edifício Lusa”, em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores relativos ao “Edifício Lusa”, em Lisboa, eram os seguintes:

Custo aquisição do terreno		Custo aquisição do edifício		Total custo aquisição	
1.445.059,24		6.662.331,49		8.107.390,73	

Reavaliação terreno ano 2000	Reavaliação edifício ano 2000	Valor terreno após reavaliação	Valor bruto edifício após reavaliação	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor líquido Contabilístico 31.12.2012
219.698,02	831.369,39	1.664.757,26	7.493.700,88	1.989.985,82	7.168.472,32

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis.

Com base em relatório de avaliação do “Edifício Lusa”, em Lisboa, realizado por avaliador independente, procedeu-se a uma nova revalorização, na circunstância, com diminuição do valor, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

- O novo valor, de €6.566.175, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, assim, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- A repartição do novo valor resultante da avaliação foi dividido numa parcela relativa ao terreno e noutra respeitante ao edifício, tendo sido adotada, na repartição, as taxas que refletiam a divisão em 31 de dezembro de 2012 do valor do imóvel, líquido de depreciações do edifício, sem a consideração de qualquer prévia revalorização:

22,75% para o terreno e 77,25% para a edificação (valor atribuído contabilisticamente aquando da aquisição e valor de obras subsequentes registadas como ativo fixo tangível, líquidos de depreciações acumuladas, procurando, deste modo, albergar o natural decréscimo do valor do edifício, pela passagem do tempo);

- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes corresponderam à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

Neste contexto, resultou a seguinte expressão contabilística do imóvel "Edifício Lusa", em Lisboa, em 31 de dezembro de 2013:

Novo valor do terreno	Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
1.493.641,23	6.956.824,11	1.884.290,34	6.566.175,00	143.817,26	6.422.357,74

Estas alterações implicaram que a reserva de revalorização não realizada tenha passado para €211.165 (a reserva de revalorização no termo de 2012 era de €815.868, incluindo uma parte realizada de €235.199) e o passivo por impostos diferidos tenha ficado em €39.641 (€163.868 no termo de 2012).

As rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções" englobam as frações do "Edifício Lusa" que foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de €2.982.811, de acordo com o Auto de Cessão da Direção-Geral do Património, de 25 de novembro de 1997, e de acordo com a Portaria n.º 995/97, de 26 de novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa.

Em 2018, foram efetuadas avaliações por entidades independentes, para todos os imóveis da Empresa. Relativamente ao "Edifício Lusa", em Lisboa, apesar do valor ser superior ao registado contabilisticamente, optou-se por não se considerar a referida valorização, por uma questão de prudência. Na base desta decisão esteve, por um lado, não se considerar que o valor fosse sustentável a médio prazo e, por outro, o facto da avaliação do imóvel considerar que "não existem quaisquer constrangimentos à livre transação em mercado imobiliário aberto entre um comprador e um vendedor potenciais, não tendo ambos, limitações ou constrangimentos que derivem de interesses específicos no imóvel, estatutos jurídicos condicionantes ou limitativos", não considerando o previsto no auto de cessão da Direção Geral do Património de 25 de novembro de 1997, nem o facto de metade das frações do imóvel estarem oneradas e condicionadas.

#### Edifício em Díli

O valor do edifício de Díli foi inicialmente, igualmente, registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Procedeu-se, também, a uma avaliação por avaliador independente, da qual resultou um aumento do montante contabilístico.

Deve referir-se que, em Díli, a propriedade do terreno não é da Lusa, pagando esta uma renda pela sua ocupação mediante a edificação.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores relativos ao imóvel de Díli eram os seguintes:

Ano aquisição	Valor do edifício	Total bruto 31.12.2012	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012
31-12-2002	295.429,07	295.429,07	59.578,18	235.850,89

Os procedimentos de registo da revalorização foram os seguintes:

- O valor da avaliação foi de €496.778, conversão do montante de \$680.785 à taxa de final do ano de 2013;
- Àquele valor atribuído ao imóvel foi, todavia, efetuada uma dedução, de €124.343, para, prudentemente, acautelar a hipótese de o valor da avaliação poder conter total ou parcialmente o valor do terreno, sendo aquele montante o valor atual das rendas futuras, em perpetuidade, tendo por base uma taxa de atualização de 10%;
- Obteve-se, assim, um valor de €372.435 para o edifício;
- O valor do edifício assim obtido, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, como nos outros casos, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes corresponderam à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

Neste contexto, resultou a seguinte expressão contabilística do imóvel de Díli, em 31 de dezembro de 2013:

Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
466.515,73	94.080,67	372.435,06	9.330,31	363.104,74

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de €133.162 e um passivo por impostos diferidos de €41.078.

Em 2018, conforme referido em 3.1.1 foram efetuadas avaliações por entidades independentes para todos os imóveis da Empresa. Relativamente ao Edifício em Díli considerou-se que o valor apurado não é materialmente diferente do valor registado contabilisticamente, pelo que se optou por não refletir contabilisticamente qualquer valorização.



Assim, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a valorização dos imóveis é a seguinte:

Em 31 de dezembro de 2023, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz	Imposto Diferido
Lisboa	1 493 641	7 535 749	3 631 747	3 904 002	5 397 643	154 552	23 657
Dili	-	483 089	200 355	282 734	282 734	98 946	30 036
Maputo (a)	-	10 399	5 459	4 940	4 940	-	-
Bissau(b)	-	1 001	8	993	993	-	-
<b>Totais</b>	<b>1 493 641</b>	<b>8 030 238</b>	<b>3 837 569</b>	<b>4 192 669</b>	<b>5 686 310</b>	<b>253 498</b>	<b>53 693</b>

(a) Obras de benfeitorias na delegação de Maputo

(b) Obras de benfeitorias na delegação de Bissau

Em 31 de dezembro de 2022, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz	Imposto Diferido
Lisboa	1 493 641	7 529 449	3 437 330	4 092 119	5 585 760	161 251	25 164
Dili	-	483 089	189 368	293 721	293 721	102 366	30 806
Maputo (a)	-	10 399	4 420	5 979	5 979	-	-
<b>Totais</b>	<b>1 493 641</b>	<b>8 022 937</b>	<b>3 631 118</b>	<b>4 391 818</b>	<b>5 885 460</b>	<b>263 617</b>	<b>55 970</b>

(a) Obras de benfeitorias na delegação de Maputo

## 9. Outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo de aquisição, sendo registadas imparidades sempre que necessário, e, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram registados os seguintes movimentos:

Investimentos financeiros	31/12/2023	31/12/2022
EPA - European Pressphoto Agency	-	-
IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais	10 000	10 000
FCT - Fundo de Compensação do trabalho	37 673	34 791
<b>Total</b>	<b>47 673</b>	<b>44 791</b>

	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável
EPA - European Pressphoto Agency	140 000	(140 000)	-	140 000	(140 000)	-
	<b>140 000</b>	<b>(140 000)</b>	<b>-</b>	<b>140 000</b>	<b>(140 000)</b>	<b>-</b>

EPA - European Pressphoto Agency - entidade criada para a prestação de serviços de fotografia e imagem. A participação da Lusa refere-se a sete ações, no valor nominal de €15 mil cada, que representam 1,37% do respetivo capital social e encontra-se contabilizada ao custo de aquisição, deduzida da perda por imparidade constituída nos anos de 2015 e 2019. De realçar que durante o ano 2014 houve uma redução do valor unitário da ação, conforme minutas da Assembleia Geral da EPA realizada a 31 de julho de 2014. Em 2014, o valor nominal de cada ação era de €20 mil, representando 1,89% do respetivo capital social. Dados os resultados apresentados e auditados em 2018 e o plano de negócios que estimava a continuação de prejuízos em 2019, foi decidido efetuar a imparidade pelo valor remanescente de €105.000, estando, assim, a participação com uma imparidade a 100%.

IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais - entidade que tem por objeto a produção, transmissão e transferência de conhecimento científico e técnico que proporcione valor

económico, social e cultural à sociedade, de modo a contribuir para a promoção de uma elevada qualidade na conceção, avaliação, regulação, supervisão e concretização das políticas públicas e de intervenção social, tendo em vista o bem-estar das populações, bem como na gestão e desenvolvimento das instituições públicas e das organizações não-governamentais. A Lusa detém uma unidade de participação do capital da entidade, no montante de €10.000.

O valor do fundo de compensação do trabalho visa garantir ao trabalhador uma parte das compensações (até 50%) a que ele tem direito em caso de cessação do contrato de trabalho, a todos os contratos celebrados após 1 de outubro de 2013, que no caso da Lusa correspondiam a 57 e 58 trabalhadores em 2023 e 2022, respetivamente. No entanto desde maio de 2023, e até vigorar o regime transitório da Lei n.º 13/2023, está suspensa a obrigatoriedade da Lusa proceder às entregas aos fundos de compensação previstos na Lei n.º 70/2013.

## 10. Clientes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável
Clientes c/c	727 563	-	727 563	1 277 131	-	1 277 131
Clientes - cobrança duvidosa	1 476 585	(1 476 585)	-	505 779	(505 779)	-
	<b>2 204 147</b>	<b>(1 476 585)</b>	<b>727 563</b>	<b>1 782 910</b>	<b>(505 779)</b>	<b>1 277 131</b>

O montante das perdas por imparidade acumuladas está detalhado na Nota 17.1.

## 11. Outros ativos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica outros ativos correntes tinha o seguinte detalhe, não existindo ativos não correntes no período em análise:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Outros ativos correntes:</b>		
Estado e outros entes públicos	105 203	122 179
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	82 492	18 733
IVA	22 711	103 446
Pessoal	22 370	18 544
Devedores por acréscimos de rendimentos	741 649	-
Outros créditos a receber	164 859	254 202
Verba a receber por parte do Estado (Contrato de Prestação de Serviço Público)	210 147	5 368
Gastos a reconhecer	289 640	404 585
	<b>1 533 868</b>	<b>804 878</b>

(a) O montante de IRC tem a seguinte composição:

Pagamentos por conta	73 692	12 876
Retenções na fonte	8 800	5 857
	<b>82 492</b>	<b>18 733</b>

Em 2023 foi reconhecido o valor de €204.779 a receber por parte do Estado, uma vez que o custo do serviço público do ano foi superior ao valor da indemnização compensatória. Nos termos do n.º 5 da Cláusula 9.ª do referido contrato com o Estado o valor da indemnização compensatória poderá ser objeto de regularização de excessos ou défices, nas situações previstas na Cláusula 15.ª, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto.

Em 2022, o valor do ajustamento à Indemnização Compensatória inclui uma correção referente ao ajustamento de 2020, por via de acertos nos gastos incorridos com a PPUE, no montante de €22.656, sendo assim o saldo a 31 de dezembro de 2022 de €5.368 a receber por parte do Estado.

O valor de €290 mil da rubrica gastos a reconhecer refere-se, essencialmente, a seguros, contratos de assistência, faturas da EPA, entre outros.

## 12. Capital próprio

### Composição do Capital

Em 31 de dezembro de 2023 o capital da Empresa é de €5.324.225, totalmente subscrito e realizado, e era composto por 2.129.690 ações com o valor nominal de €2,5 cada.

### Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2023:

NOME	%	MONTANTE
DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS	50,15	2 670 000
GLOBAL MEDIA GROUP	23,36	1 243 550
PÁGINAS CIVILIZADAS, LDA.	22,35	1 190 160

A 31 de dezembro de 2021, a Empresa Páginas Civilizadas, Lda., procedeu à aquisição das 476.074 ações escriturais, cada uma com o valor nominal de €2,5 detidas até então pela Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

### Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso da liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

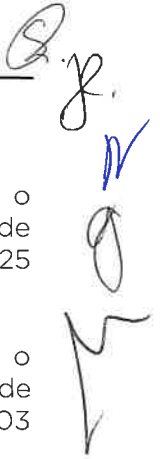
### Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis

No decurso do exercício de 2013, a Empresa efetuou uma reavaliação livre aos imóveis da Lusa, registadas nas rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções", com base em avaliações do seu valor de mercado, de que resultou um saldo em 31 de dezembro de 2013 de excedente de revalorização de €1.542.857.

Desde o exercício de 2015 que o excedente de revalorização evidencia uma diminuição significativa face ao ano de 2013, em resultado da alienação do imóvel de Macau em 2015. O montante do excedente de revalorização apresentado em 2023 e 2022 ascendeu a €199.804 e €207.647, respetivamente.

### Resultados transitados

As variações registadas no Capital Próprio em 2023, encontram-se detalhadas nas Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, no capítulo IV - Demonstrações Financeiras.



### Aplicações de resultados

Na reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de março de 2023 foi deliberado que o resultado líquido positivo de €109.605, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro 2022, fosse transferido para Reservas Legais o montante de €5.480 e €104.025 para a rubrica de Resultados Transitados.

Na reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de março de 2022 foi deliberado que o resultado líquido positivo de €383.582, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro 2021, fosse transferido para Reservas Legais o montante de €19.179 e €364.403 para a rubrica de Resultados Transitados.

## 13. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem valores em dívida com instituições de crédito.

Em 2022, entre o final dos 1.º e 3.º trimestres, devido a dificuldades de tesouraria resultantes do não recebimento de contrapartida financeira referente à prestação do serviço público, e até a obtenção do visto do Tribunal de Contas sobre o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público com o Estado, para o período 2022/2027, a Lusa recorreu a financiamento bancário remunerado.

Este foi devidamente autorizado pelo Despacho n.º 241/2022, de 3 de março, da Secretaria de Estado do Tesouro, através da celebração, por seis meses, de um contrato de financiamento bancário sob a forma de conta corrente caucionada, no montante de um milhão de euros, com parecer prévio favorável do Conselho Fiscal.

Como o montante acima referido apenas permitia assegurar os compromissos imediatos, a Lusa solicitou novo financiamento no valor de 4 milhões de euros. O novo pedido teve o Despacho do Senhor Ministro da Cultura n.º 20/2022/MC, de 26 de abril, exarado junto do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 33/2022-SET, de 22 de abril. Em 27 de abril de 2022, foi tomada uma deliberação social unânime por escrito, com o ponto único de autorização para a celebração do contrato de financiamento, composto por uma conta corrente caucionada.

Em 7 de junho de 2022, uma vez que ainda não tinha sido obtido o visto do Tribunal de Contas (TdC) relativamente ao Contrato com o Estado para o período 2022-2027, foi solicitado um aumento do valor da conta corrente caucionada do Banco BPI, S.A. de 3 milhões de euros, e propôs-se igualmente que fosse aprovado um milhão de euros à CGD, sendo utilizado se e só se não houvesse o visto do Tribunal de Contas em tempo útil. Este pedido teve despachos favoráveis do Senhor Ministro da Cultura n.º 121/2022/MC, de 1 de agosto, exarado junto do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 222/2022-SET, de 1 de agosto. Em 8 de agosto de 2022, foi tomada uma deliberação social unânime por escrito, com o ponto único de autorização para a celebração dos dois contratos de financiamento, acima referidos, no valor global de 4 milhões de euros.

O novo contrato foi visado pelo Tribunal de Contas a 24 de agosto de 2022. O recebimento da Indemnização Compensatória referente aos três primeiros trimestres de 2022 ocorreu a 21 de setembro do corrente ano.

## 14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	325 358	615 848
Fornecedores de investimentos	195 009	377 164
	<b>520 367</b>	<b>993 012</b>

## 15. Locações financeiras e Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2023 a Empresa não mantinha contas a pagar relativas a contratos de locação financeira.

Em 31 de dezembro de 2023 os contratos de locações operacionais, respeitantes a viaturas ao serviço da Empresa, têm o seguinte detalhe:

Contrato nº	Matrícula	Prestador de Serviço	Valor do Contrato	Dívida a 31-12-2023	Data de Início	Data de Fim	Dívida a 31-12-2022
2014357068	74-PP-61	ARVAL SERVICE LEASE, SA	35 100	-	19/03/2015	31/03/2023	98
2014357067	61-PQ-32	ARVAL SERVICE LEASE, SA	33 800	-	30/03/2015	31/03/2023	177
2014357066	40-PR-36	ARVAL SERVICE LEASE, SA	33 800	-	13/04/2015	31/03/2023	234
5000624	59-TJ-83	ALD AUTOMOTIVE	17 124	2 372	07/08/2017	06/07/2024	859
5002965	74-TX-35	ALD AUTOMOTIVE	15 558	1 583	11/12/2017	10/07/2024	676
5000349	28-TE-78	ALD AUTOMOTIVE	15 558	2 737	28/07/2017	27/07/2024	735
5000348	28-TE-79	ALD AUTOMOTIVE	15 558	1 570	28/07/2017	27/07/2024	750
4131/1	43-VD-15	LEASEPLAN	13 615	4 711	17/09/2018	16/06/2024	6 286
4131/1	43-VD-36	LEASEPLAN	13 615	4 712	17/09/2018	16/06/2024	6 286
4131/1	45-VG-67	LEASEPLAN	13 309	5 654	05/11/2018	04/08/2024	7 043
4131/1	45-VG-76	LEASEPLAN	13 388	5 680	19/10/2018	18/07/2024	7 055
4131/1	82-VO-56	LEASEPLAN	12 324	5 768	29/11/2018	28/08/2024	6 974
4131/1	83-VO-60	LEASEPLAN	12 324	5 768	29/11/2018	28/08/2024	6 974
			<b>245 072</b>	<b>40 555</b>			<b>44 147</b>

As locações operacionais foram objeto de um prolongamento da vigência do contrato.

## 16. Outros passivos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Outros passivos não correntes:</b>		
Passivos por impostos diferidos (Nota 6)	53 693	55 970
<b>Outros passivos correntes:</b>		
Adiantamentos de clientes	-	677
<b>Estado e outros entes públicos:</b>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (Nota 6)	238 141	66 512
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	204 022	165 137
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	778 624	-
Contribuições para a segurança social	256 071	223 034
Outras tributações	536	894
	<b>1 477 394</b>	<b>455 577</b>
<b>Credores por acréscimos de gastos:</b>		
Remunerações a liquidar	1 727 005	1 591 467
Outros acréscimos de gastos	203 698	158 294
	<b>1 930 702</b>	<b>1 749 761</b>
<b>Pessoal</b>	<b>9 192</b>	<b>6 943</b>
<b>Outras dívidas a pagar:</b>		
Outras dívidas a pagar	63 771	63 203
Contrato com o Estado (Ajustamento da IC conforme nº5 da cláusula 9ª)	389 826	389 826
	<b>453 597</b>	<b>453 029</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>166 186</b>	<b>142 462</b>
	<b>4 090 763</b>	<b>2 864 418</b>



Na rubrica "Remunerações a liquidar", estão incluídos os valores referentes à estimativa de férias e subsídio de férias que se vencem em 2024.

O montante de €166.186, registado na rubrica "Rendimentos a reconhecer" refere-se, essencialmente, ao contrato de cedência de espaço celebrado em dezembro de 2020 com a Omtel, Estruturas de Comunicações, S.A., pelo prazo de 15 anos, à faturação antecipada relativa à prestação de serviço noticioso à SA AMP (Bélgica) e ao rédito relativo ao projeto Iberifier.

Na rubrica "Outras dívidas a pagar" está registada a estimativa relativa aos anos de 2022, 2021 e 2020 do ajustamento à Indemnização Compensatória a devolver ao Estado, no montante de €389.826. No ano de 2023, uma vez que o custo do serviço público foi superior à indemnização compensatória atribuída, encontra-se registada na rubrica 'outros créditos a receber'. O n.º 5 da Cláusula 9.ª do contrato com o Estado estabelece que o valor da indemnização compensatória poderá ser objeto de regularização de excessos ou défices, nas situações previstas na Cláusula 15.ª, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto.

## 17. Perdas por imparidade, processos judiciais e fiscais em curso e provisões

17.1. Perdas por imparidade de clientes e outros devedores e de investimentos financeiros  
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de perdas por imparidade acumuladas, relativas a clientes e outros devedores:

2023	Perdas por imparidade em clientes (Nota 10)	Perdas por imparidade em dívidas a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(505 779)	(18 302)	(524 081)
Reforços (a) (Nota 22.2)	(1 005 370)	-	(1 005 370)
Anulação/regularização (b)	34 565	-	34 565
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(1 476 584)</b>	<b>(18 302)</b>	<b>(1 494 886)</b>
(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição: Dívidas de clientes	(1 005 370)	-	(1 005 370)
(b) Esta rubrica tem a seguinte decomposição: - Anulação de créditos considerados incobráveis - Reversões de imparidades (Nota 22.1)	33 340	-	33 340
	34 565	-	34 565

O reforço da rubrica perdas por imparidade resulta, sobretudo, devido à não concretização do processo de compra, pelo Estado, de 45,7% da Lusa pertencentes à Global Media e à Páginas Civilizadas, por falta de um consenso político alargado, que levou à constituição de uma imparidade no valor da totalidade da dívida do grupo à Lusa em 2023, que ascendia a €883 mil, face ao risco de incumprimento.

2022	Perdas por imparidade em clientes (Nota 10)	Perdas por imparidade em dívidas a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(504 185)	(20 205)	(524 390)
Reforços (a) (Nota 22.2)	(35 479)	-	(35 479)
Anulação/regularização (b)	33 885	1 903	35 789
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(505 779)</b>	<b>(18 302)</b>	<b>(524 081)</b>
(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição: Dívidas de clientes	(35 479)	-	(35 479)
(b) Esta rubrica tem a seguinte decomposição: - Anulação de créditos considerados incobráveis - Reversões de imparidades (Nota 22.1)	4 568	-	4 568
	29 317	1 903	31 221
	33 885	1 903	35 789

Em termos de investimentos financeiros (cf. Nota 9.) existiu a constituição de imparidade em 2019 do valor remanescente da participação no capital da EPA pelo que a situação é a seguinte:

2023	Perdas de imparidade em investimentos financeiros (Nota 9)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (a)	(140 000)
Constituição	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (a) EPA	(140 000)

2022	Perdas de imparidade em investimentos financeiros (Nota 9)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (a)	(140 000)
Constituição	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (a) EPA	(140 000)

## 17.2. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2023 encontram-se a decorrer as seguintes ações:

- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à legalidade das liquidações de imposto e juros compensatórios, respeitante à não sujeição a IVA das contraprestações pagas pelo Estado, pelo serviço público prestado, no valor de €2.754.078 (Processo nº 3271200401017896 SFLX13). Este processo tem uma garantia inicial associada de €3.710.950 emitida pelo Banco BPI, S.A. e cujo beneficiário é a Autoridade Tributária. O plano PERES terminou em setembro de 2019 com o pagamento de 36 prestações de acordo com o plano de pagamentos. Consequentemente, a dívida fiscal ajustada pelo perdão de juros foi extinta, bem como a garantia bancária, cancelada em outubro e cujo valor era de €2.094.697. A Empresa manteve o processo de contestação, tendo sido notificada para juntar novos elementos de prova o que foi concretizado em 2020 e também em 2019, encontrando-se a aguardar nova decisão sobre o processo.

Em dezembro de 2021 e, tendo por base o Acórdão proferido pelo Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS) no âmbito do recurso interposto da sentença proferida pelo Tribunal Tributário de Lisboa, a qual havia julgado parcialmente procedente a Impugnação Judicial deduzida contra as liquidações adicionais de IVA de 2001 e 2002 e respetivas liquidações de juros compensatórios. No Acórdão o TCAS negou provimento aos recursos interpostos pela Lusa e pela Fazenda Pública e confirmou a sentença proferida pelo Tribunal Tributário de Lisboa. No que respeita ao recurso interposto pela Lusa, o TCAS concluiu que as indemnizações compensatórias configuram uma contraprestação sujeita a IVA. Neste ponto, o TCAS julgou improcedentes as alegações da Lusa quanto aos invocados erros de julgamento da sentença, quer em matéria de direito quer em matéria de facto, na parte respeitante à qualificação das indemnizações compensatórias, o que, conduziu à conclusão de que tais indemnizações se encontram sujeitas a IVA. Relativamente ao recurso da Fazenda Pública, o TCAS manteve o entendimento de que no caso vertente inexistente responsabilidade da Lusa no retardamento do imposto, mantendo assim a sentença que determinou a anulação das liquidações de juros compensatórios, no montante de €30.538. Considerando que o Tribunal de primeira instância reconheceu o mérito da reclamação sobre a anulação dos juros compensatórios e que o Tribunal Central

Administrativo deu razão ao procedimento, aguarda-se o ressarcimento dos juros compensatórios pagos e contabilizados no montante acima referido. Este valor é resultante do facto de os juros a serem considerados em sede de PERES serem apenas 20% do total de €152.688, por via do perdão de 80%, dado que se optou pelo pagamento em 36 prestações. Em fevereiro de 2022, foi interposto pela Empresa recurso para o Supremo Tribunal Administrativo. Em novembro de 2022, a Empresa foi notificada pelo Supremo Tribunal Administrativo da decisão que o recurso por nós efetuado não pode ser admitido. Face a esta decisão foi decidido não recorrer para o Tribunal Constitucional face às baixas probabilidades de sucesso dando por encerrado esta tramitação. Em outubro de 2023 foi emitido um reembolso de €1.463,72, relativo a pagamentos em excesso no processo de execução fiscal. Aguarda-se ainda o reembolso dos juros compensatórios que foram objeto de anulação.

- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à titularidade de créditos, vencidos e não pagos, relativos à prestação dos serviços contratados ao abrigo do Contrato-Programa celebrado entre a Lusa e o Estado (nomeadamente, Macau, Jacarta e Díli - 2000 e 2001) no montante global de €3.906.400 (Processo n.º 924/10.7 BELSB). Em setembro e outubro de 2021 foram ouvidas novamente testemunhas por parte da Lusa e do Estado e foram incluídos novos documentos para instrução do processo. Encontramo-nos à espera a decisão final.
- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à dedutibilidade fiscal de créditos sobre o Estado considerados para efeitos de IRC relativo a 2012 (Processo n.º 2336/17.2BELRS, do Tribunal Tributário de Lisboa), no valor de €872 851,95. A Lusa foi notificada pela AT em julho de 2019 em como não concorda com o pedido de anulação da liquidação, pelo que a Agência mantém a reclamação constante da petição inicial no Tribunal Tributário de Lisboa. Foram entregues as alegações finais junto do Tribunal Tributário de Lisboa em fevereiro de 2021. Encontramo-nos nesta fase à espera de decisão final.

Na mesma data, encontram-se a decorrer diversos processos gerais de cobrança em contencioso de devedores da Lusa, dos quais se destacam os seguintes:

Cliente	Tipo Processo	2023	2022
Megafin	Ação Executiva	31 317	31 317
Gráfica Açoreana	Ação Executiva	-	9 529
Diário Açores	Ação Executiva	54 647	54 647
S.T&S.F.	Insolvência	53 145	53 145
Masemba	PER	11 643	11 643
Descobrirpress	Insolvência	5 731	5 731
<b>Total</b>		<b>156 483</b>	<b>166 013</b>

Nota 1: Processo de execução da Gráfica Açoreana terminou em 2023.

Nota 2: Os valores apresentados incluem juros à exceção da Gráfica Açoreana, que já se encontram liquidados.

No ano de 2022, o PER da Descobrirpress ficou sem efeito pela declaração de insolvência apresentada.

### 17.3 Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 as provisões para riscos e encargos apresentavam o seguinte detalhe:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Reforço (Nota 22.2)	Utilização	Diminuições (Nota 22.1)	Saldo Final
Pré-Reformas	-	-	-	-	-
Processos judiciais em curso e outras provisões	453 138	73 147	(55 834)	(85 227)	385 224
Processo encerramento sucursal Brasil	30 090	-	-	-	30 090
<b>Total</b>	<b>483 228</b>	<b>73 147</b>	<b>(55 834)</b>	<b>(85 227)</b>	<b>415 314</b>

O reforço verificado na rubrica "Processos judiciais em curso" decorre, essencialmente de estimativa de valores referentes a litigâncias laborais e ao ajustamento da estimativa

referente ao Relatório Auditoria do IGF. As diminuições referem-se a processos laborais que ficaram resolvidos no decurso de 2023.

O valor registado na rubrica "Processo encerramento sucursal Brasil" destina-se a cobrir todos os encargos com o encerramento da sucursal da Empresa no Brasil, que se estima que irá ocorrer no ano de 2024 dado que não houve nenhum desenvolvimento em 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, as provisões para riscos e encargos apresentavam o seguinte detalhe:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Reforço (Nota 22.2)	Utilização	Diminuições (Nota 22.1)	Saldo Final
Pré-Reformas	11 282	-	(11 282)	-	-
Processos judiciais em curso e outras provisões	260 039	205 443 (a)	(3 593)	(8 751) (b)	453 138
Processo encerramento sucursal Brasil	30 090	-	-	-	30 090
<b>Total</b>	<b>301 411</b>	<b>205 443</b>	<b>(14 875)</b>	<b>(8 751)</b>	<b>483 228</b>

(a) Reforço diz respeito à estimativa referente ao Relatório de Auditoria do IGF, ao processo de avaliação de desempenho, ao processo judicial referente a nulidade de contrato e formação profissional contínua.  
(b) Decréscimo diz respeito à diminuição dos processos de avaliação de desempenho e processo judicial referente a nulidade de contrato.

## 18. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as responsabilidades por garantias prestadas pela Empresa eram as seguintes:

Entidades	Número	31/12/2023	31/12/2022
EMGFA - Estado Maior General das Forças Armadas (a)	02/137/64260	17 945	17 945
B.N.U - Serviços de Migração da RAEM (b)	17/0236	2 250	2 335
B.N.U - Serviços de Migração da RAEM (b)	18/0181	-	2 335
B.N.U - Serviços de Migração da RAEM (b)	18/0242	2 250	2 335
		<b>22 444</b>	<b>24 949</b>

(a) Contrato de prestação de serviços em vigor cujo beneficiário é o EMGFA.

(b) Valor depositado como garantia de colaboradores que se encontram temporariamente em Macau.

## 19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

Ativos financeiros	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e seus equivalentes (Nota 3.1.5.2 e Nota 4)	1 284 771	769 152
Contas a receber de terceiros	1 971 791	1 677 424
	<b>3 256 563</b>	<b>2 446 576</b>

Passivos financeiros	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar a terceiros	(4 391 252)	(3 658 323)
	<b>(4 391 252)</b>	<b>(3 658 323)</b>

O valor da rubrica "Contas a receber de terceiros" inclui os saldos devedores das rubricas de Clientes, Estado e outros entes públicos e outras contas a receber.

O valor da rubrica "Contas a pagar a terceiros" inclui os saldos credores das rubricas de Fornecedores, Estado e outros entes públicos e outras contas a pagar.



## 20. Subsídios

Em 31 de dezembro de 2023, os subsídios eram os seguintes:

Subsídio	Subsídio total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado	Montante por reconhecer	Montante a devolver
<b>Subsídios ao investimento:</b>	<b>145 925</b>	<b>7 280</b>	<b>138 645</b>	<b>46 211</b>	<b>103 552</b>	<b>42 373</b>	-
Histórias da Coesão (Iberian Stories)	7 280	7 280	-	-	7 280	-	-
Projeto Contrafake	138 645	-	138 645	46 211	96 272	42 373	-
Projeto Euragora / Stars4Media	-	-	-	-	-	-	-
Projeto Iberifier	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subsídios à exploração:</b>	<b>114 033</b>	<b>83 042</b>	<b>30 990</b>	<b>10 623</b>	<b>75 190</b>	<b>38 843</b>	-
Histórias da Coesão (Iberian Stories)	31 271	31 271	-	-	31 271	-	-
Projeto Contrafake	31 750	15 620	16 130	-	19 436	12 314	-
Projeto Euragora / Stars4Media	13 860	13 860	-	-	13 860	-	-
Projeto Iberifier	37 152	22 291	14 861	10 623	10 623	26 529	-
<b>Total</b>	<b>259 958</b>	<b>90 322</b>	<b>169 635</b>	<b>56 834</b>	<b>178 742</b>	<b>81 216</b>	-
Histórias da Coesão (a)	38 551	38 551	-	-	38 551	-	-
Projeto Contrafake (b)	170 395	15 620	154 774	46 211	115 708	54 687	-
Projeto Euragora / Stars4Media (c)	13 860	13 860	-	-	13 860	-	-
Projeto Iberifier (d)	37 152	22 291	14 861	10 623	10 623	26 529	-

(a) Projeto concluído em 2020

(b) Projeto iniciado em maio de 2020 encontrando-se a ser reconhecido o investimento subsidiado

(c) Projeto iniciado e findo em 2020

(d) Projeto iniciado em setembro de 2021.

O Projeto SAMA 2020 teve início em maio de 2020, tendo sido concluído em 2022. Este projeto, que consistiu no desenvolvimento de uma aplicação sobre o teor de desinformação difundida em conteúdos, é um agregador de aplicações para análise e deteção de desinformação, análise preditiva de informação viral ao nível de cibersegurança e levantamento do estado da arte sobre ferramentas e conteúdos ao nível da desinformação noticiosa. O trabalho envolveu o desenvolvimento de um protótipo baseado em IA com o INESC-ID e a InKnow para analisar a credibilidade dos conteúdos informativos ao nível de conteúdos e de contexto. O projeto, no montante total de €299 mil, teve um cofinanciamento de €170 mil, encontrando-se ainda por receber €155 mil.

O projeto Iberifier resulta de uma candidatura internacional, ligada ao EDMO - Observatório Europeu para os Media Digitais - que trabalha sob a alçada direta da Comissão Europeia. A Lusa integrou, com mais 23 parceiros liderados pela Universidade de Navarra, o projeto Iberifier em 1 de setembro de 2021, com um total de financiamento de cerca de €1,5 milhões. Esta equipa ibérica, constituída por doze universidades, cinco organizações de verificação de notícias e agências noticiosas, mais outros cinco centros de investigação multidisciplinar. O financiamento da Lusa foi de €37 mil, encontrando-se por receber €15 mil.



Em 31 de dezembro de 2022, os subsídios eram os seguintes:

Subsídio	Subsídio total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado	Montante por reconhecer	Montante a devolver
<b>Subsídios ao investimento:</b>	<b>145 925</b>	<b>7 280</b>	<b>138 645</b>	<b>48 435</b>	<b>57 341</b>	<b>88 584</b>	-
Histórias da Coesão (Iberian Stories)	7 280	7 280	-	2 225	7 280	-	-
Projeto Contrafake	138 645	-	138 645	46 210	50 061	88 584	-
Projeto Euragora / Stars4Media	-	-	-	-	-	-	-
Projeto Iberifier	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subsídios à exploração:</b>	<b>114 033</b>	<b>83 042</b>	<b>30 990</b>	-	<b>64 567</b>	<b>49 466</b>	-
Histórias da Coesão (Iberian Stories)	31 271	31 271	-	-	31 271	-	-
Projeto Contrafake	31 750	15 620	16 130	-	19 436	12 314	-
Projeto Euragora / Stars4Media	13 860	13 860	-	-	13 860	-	-
Projeto Iberifier	37 152	22 291	14 861	-	-	37 152	-
<b>Total</b>	<b>259 958</b>	<b>90 322</b>	<b>169 635</b>	<b>48 435</b>	<b>121 908</b>	<b>138 050</b>	-
Histórias da Coesão (a)	38 551	38 551	-	2 225	38 551	-	-
Projeto Contrafake (b)	170 395	15 620	154 774	46 210	69 497	100 898	-
Projeto Euragora / Stars4Media (c)	13 860	13 860	-	-	13 860	-	-
Projeto Iberifier (d)	37 152	22 291	14 861	-	-	37 152	-

- (a) Projeto concluído em 2020  
 (b) Projeto iniciado em maio de 2020 encontrando-se a ser reconhecido o investimento subsidiado  
 (c) Projeto iniciado e findo em 2020  
 (d) Projeto iniciado em setembro de 2021 e terá a duração de 30 meses.

## 21. Prestações de serviços

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as prestações de serviços efetuadas foram as seguintes:

	2023	2022
<b>Mercado nacional</b>	<b>17 772 275</b>	<b>16 649 385</b>
<b>Mercado externo</b>	<b>780 975</b>	<b>545 871</b>
	<b>18 553 250</b>	<b>17 195 256</b>

No período findo em 31 de dezembro de 2023 a rubrica “Mercado nacional” encontra-se acrescida do ajustamento à indemnização compensatória no montante de €204.779, uma vez que o custo do serviço público foi superior ao valor da indemnização compensatória. Em 2022 encontra-se deduzida de €23.488.

O Aditamento ao Contrato com o Estado para o período 2022-2027, por via da RCM n.º 64/2023, foi visado pelo Tribunal de Contas a 12 de janeiro de 2024, vigorando retroativamente desde janeiro de 2023. Os emolumentos relativos ao aditamento ao Contrato com o Estado para 2023-2027 foram pagos a 12 de janeiro de 2024, não tendo a Lusa, até à data de elaboração deste relatório, recebido ainda a diferença da compensação financeira estabelecida para 2023, no valor de €698.550 (sem IVA), que se encontra reconhecido em “Mercado nacional”.

	2023	2022
<b>Indemnização compensatória líquida</b>	<b>14 467 400</b>	<b>13 406 286</b>
<b>Receitas próprias</b>	<b>4 085 850</b>	<b>3 788 970</b>
	<b>18 553 249</b>	<b>17 195 256</b>
<b>Mercado Nacional:</b>		
Indemnização compensatória	14 262 621	13 429 773
Ajustamento à indemnização compensatória	204 779	(23 488)
Receitas próprias	3 304 875	3 243 100
<b>Mercado Externo (receitas próprias)</b>	<b>780 975</b>	<b>545 871</b>
	<b>18 553 250</b>	<b>17 195 256</b>



## 22. Outros rendimentos e gastos operacionais

### 22.1 Outros rendimentos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros rendimentos obtidos e ganhos operacionais foram os seguintes:

	2023	2022
Subsídios à exploração (Nota 20)	10 623	828
Reversões de imparidade clientes (Nota 17.1.)	33 340	29 317
Reversões de imparidade por créditos incobráveis (Nota 17.1.)	-	1 903
Reversões de provisões (Nota 17.3.)	85 227	8 751
Rendimentos suplementares	21 426	14 445
Outros rendimentos e ganhos operacionais	131 869	251 642
	<b>282 485</b>	<b>306 886</b>

### 22.2 Outros gastos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros gastos e perdas operacionais incorridos foram os seguintes:

	2023	2022
Gastos de depreciação e de amortização	682 124	653 579
Provisões (Nota 17.3.)	73 147	205 443
Perdas por imparidade clientes (Nota 17.1.)	1 005 370	35 479
Impostos	24 240	37 012
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	237	94
Dívidas incobráveis	-	45
Outros gastos e perdas operacionais	94 317	81 093
	<b>1 879 435</b>	<b>1 012 745</b>

## 23. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos foram os seguintes:

	2023	2022
Correspondentes e colaboradores	836 057	917 131
Trabalhos especializados	699 279	643 885
Rendas e alugueres	546 379	558 284
Deslocações, estadas e transportes	485 636	435 050
Serviço de agências noticiosas	315 965	309 187
Conservação e Reparação	266 887	280 438
Energia e fluidos	164 548	197 008
Comunicação	147 589	148 333
Honorários	136 918	119 426
Limpeza, higiene e conforto	112 692	103 688
Vigilância e segurança	96 495	96 185
Seguros	39 160	43 745
Publicidade e propaganda	6 774	7 238
Outros	153 267	138 498
	<b>4 007 646</b>	<b>3 998 095</b>

O valor dos honorários do Revisor Oficial de Contas (ROC) foi de €15.750 em 2023 e 2022.

## 24. Gastos com o pessoal

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os gastos incorridos com o pessoal foram os seguintes:

	2023	2022
Remunerações do pessoal	10 155 058	9 662 865
Encargos sobre remunerações	2 177 521	2 100 997
Remunerações dos órgãos sociais	149 017	157 271
Outros custos com o pessoal	505 136	387 901
	<b>12 986 732</b>	<b>12 309 034</b>

Em 31 de dezembro de 2023, o total de efetivos da Agência é de 263 (264 em dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, dos 263 trabalhadores efetivos 5 estão requisitados e com licenças sem retribuição e 11 trabalhadores de baixa por doença de média / longa duração.

Em dezembro de 2022, nos 264 trabalhadores efetivos incluem-se 8 requisitados e com licenças sem retribuição e 6 trabalhadores de baixa por doença de média / longa duração.

## 25. Resultados financeiros

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os resultados financeiros foram os seguintes:

	2023	2022
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	-	(8 438)
Com empréstimos bancários	-	(8 438)
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>	<b>19 310</b>	<b>10</b>
De depósitos	19 310	10
<b>Resultados financeiros</b>	<b>19 310</b>	<b>(8 428)</b>

## 26. Resultado por ação

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado por ação foi como se segue:

	2023	2022
Número de ações	2 129 690	2 129 690
Resultado líquido	(254 634)	109 605
Resultado por ação	(0,12)	0,05

## 27. Partes relacionadas

Os saldos pendentes com as entidades relacionadas e as transações efetuadas em 2023 e 2022, com essas mesmas entidades, estão evidenciados nos quadros seguintes (IVA incluído):

## 27.1 Saldos com partes relacionadas – IVA Incluído

ENTIDADE	NATUREZA	Clientes		Outras contas a Receber		Fornecedores		Outras contas a pagar	
		31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
Estado Português	Acionista	-	-	210 147	5 368	-	-	389 826	389 826
Global Media Group	Acionista	888 460	646 757	-	-	1 040	1 246	-	-
Global Noticias - Media Group, S.A.		658 609	471 968	-	-	-	-	-	-
Rádio Notícias (TSF)		180 090	134 897	-	-	-	-	-	-
Diário de Notícias do Funchal		5 587	5 424	-	-	-	-	-	-
Açormédia		44 174	34 468	-	-	-	-	-	-
Notícias Direct		-	-	-	-	1 040	1 246	-	-
Público-Comunicação Social, SA	Acionista	6 168	7 811	-	-	1 112	-	-	-
Rádio e Televisão de Portugal, SA	Acionista	40 659	39 862	-	-	-	-	-	-
Empresa do Diário do Minho, LDA	Acionista	3 247	1 558	-	-	-	-	-	-
EPA	Out. Partes Relacionadas	-	-	-	-	10 710	10 200	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>938 534</b>	<b>695 989</b>	<b>210 147</b>	<b>5 368</b>	<b>12 862</b>	<b>11 446</b>	<b>389 826</b>	<b>389 826</b>

## 27.2 Transações com partes relacionadas – IVA incluído

ENTIDADE	NATUREZA	Clientes		Outras contas a Receber		Fornecedores		Outras contas a pagar	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Estado Português	Acionista	17 543 024	16 518 622	204 779	-	-	-	-	23 488
Global Media Group	Acionista	416 387	470 011	-	-	13 206	16 364	-	-
Global Noticias - Media Group, S.A.		289 415	332 617	-	-	-	-	-	-
Rádio Notícias (TSF)		75 967	84 427	-	-	-	-	-	-
Diário de Notícias do Funchal		33 523	32 546	-	-	-	-	-	-
Açormédia		17 482	20 421	-	-	-	130	-	-
Notícias Direct		-	-	-	-	13 206	16 234	-	-
NP-Notícias de Portugal, CRL	Acionista	-	-	20	19	-	-	-	-
Páginas Civilizadas, Lda.	Acionista	-	-	-	-	-	-	-	-
Público-Comunicação Social, SA	Acionista	74 390	93 735	-	-	1 346	536	-	-
Rádio e Televisão de Portugal, SA	Acionista	438 532	430 302	-	-	-	-	-	-
Empresa do Diário do Minho, LDA	Acionista	19 297	18 735	-	-	-	-	-	-
EPA	Out. Partes Relacionadas	-	-	-	-	124 950	80 709	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>18 491 630</b>	<b>17 531 405</b>	<b>204 799</b>	<b>19</b>	<b>139 502</b>	<b>97 609</b>	<b>-</b>	<b>23 488</b>

## 27.3 Remunerações do pessoal chave de gestão

Remuneração do pessoal chave de gestão de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023:

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2023 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor bruto (3)=(1)+(2)	Reduções remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	89 893	0	89 893	4 495	85 398
Maria João Dias Pessoa Araújo	11 200	0	11 200	560	10 640
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	0	0	0	0	0
Helena Ferro de Gouveia (*)	3 760	0	3 760	188	3 572
Paulo Jorge Andrade Cardoso	11 200	0	11 200	560	10 640
			116 053	5 803	110 250

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

(\*) Renúncia ao mandato com efeitos a 31 de março de 2023. Ao valor bruto acresce o montante de €798,02 a regularizar em 2024, relativo ao período de 7 a 31 de março de 2023.

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	9,60	2 227	Seg. Social	20 282	0	509	Seguro acid. trab. e doenças prof.	471
Maria João Dias Pessoa Araújo (*)	0	0	Seg. Social	2 166	0	0	-	0
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Helena Ferro de Gouveia (**)	0	0	Seg. Social	848	0	0	-	0
Paulo Jorge Andrade Cardoso	0	0	Seg. Social	2 527	0	0	-	0
		2 227		25 823	0	509		471

Nota: os valores de segurança social são calculados sobre as remunerações com redução remuneratória.

(\*) Apesar de efetuar descontos para a CGA, solicitou que, a partir de março de 2023, o rendimento obtido no exercício do cargo na Lusa passasse a descontar também para a Segurança Social.

(\*\*) Renúncia ao mandato com efeitos a 31 de março de 2023. Ao valor bruto acresce o montante de €189,53 a regularizar em 2024, relativo ao período de 7 a 31 de março de 2023.



Remuneração do pessoal chave de gestão de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022:

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2022 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor bruto (3)=(1)+(2)	Reduções remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	86 329	0	86 329	4 316	82 013
Maria João Dias Pessoa Araújo	11 200	0	11 200	560	10 640
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	0	0	0	0	0
Helena Ferro de Gouveia	11 200	0	11 200	560	10 640
Paulo Jorge Andrade Cardoso (*)	6 640	0	6 640	332	6 308
			115 369	5 768	109 601

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)  
 (4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	8	1 828	Seg. Social	19 478	0	442	Seguro acid. trab. e doenças prof.	450
Maria João Dias Pessoa Araújo	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Helena Ferro de Gouveia	0	0	Seg. Social	2 527	0	0	-	0
Paulo Jorge Andrade Cardoso (*)	0	0	Seg. Social	1 498	0	0	-	0
		1 828		23 503	0	442		450

Nota: os valores de segurança social são calculados sobre as remunerações com redução remuneratória.  
 (\*) Início do mandato a 27-05-2022

28. Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade da Empresa encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio (vide Nota 3.1.11.), relacionado, essencialmente, com as transações efetuadas com as delegações que tem no estrangeiro, em resultado do contrato de interesse público em vigor, com os recebimentos em moeda estrangeira de alguns clientes, e com os pagamentos a alguns fornecedores internacionais.

Foram utilizadas, em 31 de dezembro de 2023, as seguintes taxas de câmbio (câmbio de final do ano e câmbio médio), para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Moeda	2023	
	Câmbio no final do ano	Câmbio médio
AOA	0,0011	0,0011
USD	0,9050	0,9248
BRL	0,1865	0,1852
CFA	0,0015	0,0015
CNY	0,1274	0,1305
CVE	0,0091	0,0091
HKD	0,1159	0,1181
MOP	0,1125	0,1147
MZN	0,0143	0,0143
GBP	1,1507	1,1497





#### b) Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa a este risco é muito reduzida, ainda que a Lusa tenha recorrido, pontualmente, a financiamento bancário remunerado, por via do recebimento da IC referente aos três primeiros trimestres de 2022 ter ocorrido apenas em setembro, conforme já mencionado no presente relatório.

#### c) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber (Nota 10.). Para reduzir o risco de crédito, a Empresa tem políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de recebimento de 30 dias, como regra geral.

No seguimento do que já havia sido registado desde 2021, agudizado pela situação económica e geopolítica internacional, como impacto direto da guerra na Ucrânia e da guerra Israel-Hamas, o ano de 2023 manteve-se marcado pelas dificuldades na sustentabilidade das empresas, em especial da comunicação social, a principal fonte de receitas próprias da Lusa.

O prazo médio de recebimento de clientes regista uma redução de cinquenta e um (51) dias, neste caso, por via da constituição de imparidades em dívidas a receber, sobretudo, referente ao GMG, conforme mencionado neste relatório. Para efeitos de comparabilidade, desconsiderando o efeito da dívida do GMG no cálculo do PMR de 2022, verificar-se-ia um aumento deste indicador em 2023, de 49 para 52 dias. O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objetivo de:

- Limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- Acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- Analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular através de reuniões com a Direção Comercial e Direção de Áreas de Suporte, bem como com os assessores jurídicos sempre que necessário.

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas considerando o critério económico e maximizando o critério fiscal e de acordo com:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- O histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- Acordos de pagamento existentes;
- As condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 17.1.

#### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de investimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

O contrato de prestação de serviços de interesse público estabelece uma contrapartida financeira periódica do Estado que permite satisfazer as necessidades de financiamento e minimizar a volatilidade nos recebimentos com origem nas receitas próprias.

## 29. Compromissos assumidos

Em 2022, as responsabilidades da Lusa com o plano de pré-reformas implementado em 2009, e que abrangeu 36 trabalhadores, cessaram com a passagem à reforma do último trabalhador aderente a este programa, conforme detalhe da Nota 17.3, não tendo assim a Lusa compromissos assumidos.

## 30. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2024.

Após o termo do exercício e até à presente data não ocorreram outros acontecimentos subsequentes materiais que impliquem ajustamentos e ou divulgação nas contas do exercício.

Nem os proprietários nem qualquer outra entidade têm poder para alterar as Demonstrações Financeiras.

## 31. Outras informações

Para o resultado líquido do exercício de 2023, que foi negativo no montante de €254.634, o Conselho de Administração propõe a transferência para a conta de Resultados Transitados.

A CONTABILISTA CERTIFICADA,

*Susana Peres Quintas*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

*Joaquim Jesus Pedro Correia*

*Nunci for Dias Pestana do Aof*

*Carla Beatriz*

## VI. Cumprimento de orientações legais

O presente relatório foi aprovado em reunião do Conselho de Administração (CA) de 26 de fevereiro de 2024, tendo sido elaborado com base nas instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2023, emanadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (Ofício-Circular ref.º SAI\_DGTF/2024/269, de 6 de fevereiro de 2024).

### 1. Objetivos de gestão (artigo 38.º RJSPE e Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro) e Plano de Atividades e Orçamento

O Plano de Atividades e Orçamento definiu um conjunto de objetivos principais a alcançar no triénio 2023-2025:

1. A gestão orçamental criteriosa tem de continuar a ser uma prática fundamental, visando uma posição económica e financeira sustentável, de modo a executar a implementação do PAO, para uma maior autonomia e independência na gestão e considerando os novos desafios derivados da crise económica em curso, e dos objetivos do acionista maioritário. A agência tem de continuar a apresentar resultados líquidos positivos decorrentes da sua atividade normal e recorrente.

A Lusa, que continua a pautar-se pela disciplina orçamental, tem apresentado resultados positivos, consecutivamente, desde 2016. Contudo, a constituição de uma imparidade no valor da totalidade da dívida do GMG à Lusa gerou resultados operacionais e líquidos negativos em 2023, tendo o EBITDA se mantido positivo.

O Contrato Programa foi visado pelo Tribunal de Contas (TdC) em 24 de agosto de 2022 para vigorar retroativamente desde janeiro e é válido para o sexénio 2022-2027, tendo sido otimizado do ponto de vista de aplicações financeiras de curto prazo comparativamente aos anteriores contratos. O aditamento ao Contrato, por via da RCM n.º 64/2023, foi visado pelo TdC em 12 de janeiro de 2024, vigorando retroativamente desde janeiro de 2023.

De referir também que o valor de investimento ficou aquém do orçamentado devido, em grande medida, ao atraso na aprovação do PAO.

2. Ao nível da área de recursos humanos destacam-se algumas iniciativas a alcançar:
  - a) Lançamento e certificação da Escola Lusa;
  - b) Potenciar a Escola Lusa com várias ações de formação em áreas do jornalismo de agência e de temas cruciais nomeadamente:
    - Jornalismo e desinformação;
    - Reciclagem de jornalismo de agência;
    - Vídeo jornalístico;
    - Jornalismo e redes sociais;
    - Fotojornalismo e jornalismo audiovisual;
    - Literacia mediática.
  - c) Nesta área, ainda retomar ações de formação transversais a toda a empresa, tais como de diversidade e inclusão, direitos e deveres dos trabalhadores do setor público, direitos de autor, competências de liderança, entre outros;
  - d) Revisão do Acordo de Empresa adequando-se à nova realidade da Agência e do mercado, com a inclusão do novo modelo de trabalho híbrido, mecanismos de retenção de talentos, premiar o mérito, simplificar critérios e processos, e permitir uma sustentabilidade financeira da empresa para o futuro;
  - e) Relançar todas as atividades ligadas a igualdade de género de modo a executar o plano já definido e que será acompanhado pelo respetivo grupo de trabalho;
  - f) Melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores da Lusa sempre que possível e em todas as geografias.



Na área da saúde, de referir que foram implementadas sessões de esclarecimento relacionados com a saúde mental e foi lançado o programa Bem-Estar financiado pela Lusa para todos os trabalhadores com 4 áreas de apoio (Psicológico, Legal, Financeiro e Social) com possibilidade de 6 consultas por cada área. Neste programa também são disponibilizados remotamente e *webinars* mensais sobre estas temáticas. Ao nível da avaliação de desempenho, foi completado pela primeira vez um ciclo completo de avaliação onde foram atribuídos 38 excelentes com a respetiva promoção por mérito conforme o acordo de empresa em vigor.

3. Ao nível estratégico, e considerando que a Lusa tem de ter a sua atividade assente em políticas públicas e que, fruto da evolução da sociedade moderna, novos valores e princípios devem ser implementados, reforçados ou revistos na tríade do pensamento estratégico Missão, Valores e Visão, e dado a antiguidade dos mesmos, deverá ter-se em atenção alguns princípios tais como:
- a) Promoção da liberdade de expressão e de outros direitos de comunicação;
  - b) Proporcionar infraestruturas de comunicação de emergência e de crise;
  - c) Abordar as falhas do mercado em sistemas e infraestruturas;
  - d) Promover a produção de bens públicos, conteúdos de interesse público, informação, e entretenimento;
  - e) Facilitar a participação dos cidadãos no debate de questões e desenvolvimentos afetando a sociedade;
  - f) Proporcionar o acesso universal às infraestruturas;
  - g) Assegurar a disponibilidade de tecnologia de base e níveis de serviços acessíveis;
  - h) Apoiar a equidade/inclusão social quer internamente quer externamente para trabalhadores e utilizadores alvo de marginalização fruto de preconceitos;
  - i) Promoção da diversidade, pluralidade na propriedade dos meios e disponibilidade de conteúdos;
  - j) Prevenir o crescimento e o abuso do poder monopolista nos meios de comunicação social;
  - k) Proteger a privacidade pessoal e a segurança dos dados dos utilizadores contra invasões;
  - l) Proporcionar transparência e comparabilidade em termos de preços dos serviços;
  - m) Proporcionar transparência na propriedade dos meios de comunicação social;
  - n) Fornecer informação para assegurar que os consumidores compreendem os algoritmos e outras influências tecnológicas automatizadas na escolha do conteúdo;
  - o) Promoção da responsabilidade dos meios de comunicação e das comunicações através de mecanismos reguladores;
  - p) Promover o debate para fomentar a inovação e a concorrência económica entre os fornecedores de media/comunicações produtos e serviços.

Foi finalizado o relatório de remunerações com dados de 2021 juntamente com o plano da igualdade do género para 2023/24, tendo os mesmos sido colocados no *site* da Lusa. Relativamente ao *gap* salarial, verificou-se uma diminuição relativamente ao último relatório efetuado em 2018, sendo atualmente de 6% ao invés dos 18% verificados. Está previsto para o 1.º trimestre de 2023 a realização de um curso sobre a problemática do assédio nos locais de trabalho a ser efetuado por uma empresa externa, bem como a reelaboração do inquérito efetuado em 2019 sobre a igualdade do género, a ser implementado por equipa externa do ISEG.

Foi efetuado no primeiro trimestre de 2023 o inquérito sobre a igualdade do género que obteve uma participação de 65%, sendo 68% do sexo feminino e 61% do sexo masculino, superior ao anterior questionário efetuado (62%). Foi ultimado o código de conduta para os trabalhadores da Lusa que será lançado em 2024. Nesta área, foram efetuadas 2 ações de formação sobre a problemática do assédio nos locais de trabalho, pelo Professor Bernardo Coelho.

4. Ao nível editorial, a continuação do aumento da notoriedade da Lusa através da promoção de debates e conferências, a realizar em variados formatos e nas nossas redes sociais, de acordo com estratégia a desenvolver, relacionados com temas fraturantes do mundo moderno com destaque para a agenda da União Europeia, nomeadamente nas suas cinco grandes prioridades – Economia Social, Economia Resiliente, Economia Verde, Economia Digital e Economia Global –, assim como o reforço da presença em ações de responsabilidade social. Fruto da guerra que deflagrou no início do ano, a incerteza foi amplificada e novos desafios foram acrescidas à situação pandémica tais como as políticas de defesa, a multipolarização dos blocos políticos, a redefinição dos conceitos de globalização, e o reaparecer da crise económica nomeadamente para economias mais frágeis do sul da Europa. De realçar que, no que respeita à Economia Global, a Lusa, com o seu jornalismo de proximidade com os países de língua portuguesa, tem um papel insubstituível e irá reforçar e potenciar com esses países as suas atividades de cooperação em várias áreas desde a formação, partilha de conteúdos, serviços tecnológicos, conferências.

Neste âmbito, foi lançado em 2023 o anuário Lusa de 2022. Esta iniciativa é composta por 3 ações: o livro, com uma tiragem de 1000 exemplares; a sua apresentação, presencialmente em Lisboa e Porto, com oradores convidados, que no ano transato foram Bernardo Pires de Lima em Lisboa e José Pacheco Pereira no Porto, e duas exposições fotográficas, sendo uma em Lisboa no Corte Inglês e outra itinerante da rede Fnac.

Desde o início de 2022, a Lusa é associada do Business Council for Sustainable Development (BCSD), empresas pela sustentabilidade, e signatária, em conjunto com vários associados desta organização, dos manifestos sobre a COP27 e COP15.

De referir que a *Newsletter* interna da Lusa SOMOSLUSA teve uma grande atividade ao nível da divulgação de informação interna, na promoção de passatempos, divulgação de protocolos com empresas e, principalmente, no sentido de aproximação entre todos, dando a conhecer-nos de uma forma mais informal.

5. A modernização e atualização tecnológica é uma das bases para o sucesso da Lusa e será cada vez mais uma constante a ter em consideração, por isso devemos considerar as seguintes iniciativas:
- Debater e implementar uma cultura de inovação transversal à empresa e à sua atividade;
  - Constituir uma rede de parceiros tecnológicos flexíveis, inovadores e profissionais que nos acompanhem nestas ações;
  - Implementar ações de cibersegurança de modo a minimizar qualquer impacto derivadas quer de ações externas quer de internas que possam ter na atividade da Lusa e no seu ecossistema;
  - Analisar e implementar ferramentas que possam aumentar a eficiência operacional e de mercados da empresa através de várias ferramentas de várias tecnologias de ajuda ao trabalho diário de todos e com integração nos principais sistemas:
    - Desmaterialização;
    - Dashboard* de análise dados e de gestão;
    - Voz Texto e Texto Voz;
    - Newsletters*;
    - Podcast* e *feeds* da Lusa em áudio;
    - Live TV;
    - Tradução;
    - Análise espaço digital.
  - Iniciar a implementação, baseada na análise efetuada em 2021, de um modelo de negócio digital, assente num sistema flexível, alicerçado numa distribuição através de um *site* moderno e em redes sociais, potenciando e comercializando os nossos conteúdos para vários públicos, em mobilidade, e geografias existentes e/ou a conquistar.



Na área da desinformação, foi finalizado o projeto Contrafake, iniciado em 2019 com financiamento do FSE/SAMA2020, em que foi desenvolvido um protótipo baseado em IA com o INESC-ID e a Inknow para analisar a credibilidade dos conteúdos informativos, ao nível de conteúdos e de contexto. A Lusa participou na iniciativa LEME e é membro do Grupo Informal de Literacia Mediática, onde participou na conferência realizada em abril.

Ainda nesta dimensão, a Lusa está a colaborar no projeto IBERIFIER, com 23 parceiros liderados pela Universidade de Navarra, que é um dos 14 *hubs* que abrangem a totalidade dos países da União Europeia, financiado para combater a desinformação através de *fact-checking* e de literacia mediática. Nesta iniciativa, foi efetuada formação a jornalistas da Lusa pelo ISCTE e foi realizado um debate em abril suportado num documentário, 'Trust Me', sobre esta temática, e cujo vídeo se encontra disponível no canal Lusa do YouTube. Nesta conferência, estiveram presentes como oradores, entre outros, Ramón Salaverria, Augusto Santos Silva e Vitor Tomé. A Lusa também se candidatou a mais uma edição do Iberifier que, em caso de sucesso, começará em 2024 por um período de 24 meses, e tem como um novo objetivo a extensão aos países de língua espanhola e língua portuguesa. Neste capítulo, foi também realizada uma importante conferência sobre IA em setembro, com a presença, num debate moderado pela Diretora de Informação da Lusa, de Marcia Weldon e o Almirante Gameiro Marques.

No capítulo da cibersegurança, e em consequência dos ataques de negação de serviço havidos em maio e junho de 2022, foram reforçadas infraestruturas, com a adjudicação de serviços à Altice de *cleanpipe* e *ballout*, e adquiridas *firewalls* no final de 2022. Foi concluído o processo de migração de *datacenters* para Lisboa e Covilhã. Esta medida estava já em curso em 2023 com o objetivo de mitigar o risco sísmológico de Lisboa passando este a ser o centro secundário e o da Covilhã o primário. Foi lançado o novo concurso público de *outsourcing* de serviços de sistemas de informação num modelo mais competitivo.

Uma área importante nesta vertente é a formação, que tinha tido uma atividade muito limitada em 2020 e 2021, e que conheceu uma nova fase através de uma equipa criada para este fim, o Gabinete de Inovação e Formação. Assim, foi criada a Escola Lusa, certificada pela DGERT, e que irá se dedicar, numa primeira fase, em fornecer cursos de jornalismo com várias especialidades para jornalista da agência, bem como para estágios curriculares. Foram realizadas 9 edições com cerca de 127 jornalistas, 10 formadores certificados e 25 convidados. Neste capítulo, houve continuação dos estágios curriculares em 2023, de forma presencial, que tinham sido interrompidos em consequência da pandemia nos últimos dois anos.

6. Ao nível comercial, a empresa terá de ter uma atitude mais cêntrica face aos clientes e utilizadores tendo presente a mudança nos hábitos de consumo e a conquista das gerações afastadas das notícias, por diversos fatores. Assim, é necessário a redefinição da produção noticiosa em formatos mais ricos, conteúdos mais diversos e multifacetados, de modo a fazer face a necessidades de diferentes segmentos de clientes, diferentes geografias e diferentes populações etárias de utilizadores de conteúdos. Ao nível de distribuição, é necessário ter em consideração as necessidades das plataformas de comercialização dos nossos clientes de modo a poder entregar serviços "chave na mão". Em termos do portfólio de clientes correntes deverá ser feito uma análise aprofundada com os mesmos de modo a potenciar algum crescimento, através de preço ou de mais serviços, e explorar outros que têm potencial de serem clientes ativos. E, por último, mas de importância relevante, o aumento das receitas para além do contrato de serviço público como meta, e tendo por base o novo modelo de contrato com vista a conseguir gerar recursos para alavancar as mudanças tecnológicas prementes. Com este objetivo as receitas deveriam crescer a uma média anual de 10% para os próximos 5 anos.

No final de 2022, foi implementada uma nova ferramenta de transcrição, que permite de uma forma mais intuitiva e amigável a passagem de conteúdos áudio e vídeo para texto,

e a qual foi utilizada com sucesso em 2023, tendo aumentado o número de utilizadores internos.

Continua a ser analisada uma nova ferramenta de *media monitoring* dos conteúdos produzidos pela Lusa, com o objetivo de medir qual o seu grau de distribuição no espaço digital, bem como os principais temas e interações sobre esses conteúdos ao nível de algumas redes sociais para além de verificara a adulteração de conteúdos dos mesmos.

A nova aplicação *Fairlicensing* da Pixray, que permite verificar do *feed* noticioso da Lusa em imagens e se o utilizador tem contratualizado esse serviço com a Lusa, teve um ano de sucesso. Permite vender as fotografias que não estão contratualizadas e também chamar a atenção dos utilizadores para as regras dos direitos de autor, educando o mercado para este fim, e também identificar clientes potenciais e migrá-los para os serviços da Agência. Em termos de impacto em receitas, ascendeu a cerca de €70 mil.

Com a contratualização do novo serviço Google News ShowCase, a Lusa obteve maior visibilidade e notoriedade, com incremento de receitas. Esta aplicação assenta em três serviços: Igualdade do Género, Combate às *Fake News* e Cultura, cujos conteúdos passaram a estar em livre acesso no *site* da Lusa.

No final de 2023, foi concluído um pequeno estúdio de gravações equipado com novo equipamento de iluminação, gravação, telas, isolamento acústico e com espaços virtuais, para permitir alguma criatividade nesta atividade. Servirá como apoio a entrevistas e gravações para a editoria Multimédia, que era uma evidente carência nas instalações do edifício da sede.

Nesta área, e como forma de colmatar uma lacuna existente, nomeadamente na atividade de gravação vídeo para os clientes de televisão, foi adquirido um equipamento adicional que permite a distribuição em direto e de uma forma rápida as reportagens que a Lusa esteja a produzir, evitando *downloads* e edições.

7. Em termos de marketing, o foco no aumento da notoriedade da Lusa deve ser uma premissa base da nossa atividade. Para este fim, devemos continuar a implementar várias ações, dentro as quais se destacam:
  - a) Protocolos com agências internacionais que complementem a nossa gama de serviços e geografias;
  - b) Continuação da edição distribuição e comercialização anuário Lusa;
  - c) Protocolos com escolas de comunicação social para partilha de conteúdos e de estágios;
  - d) Acordos com "start-ups" nomeadamente em áreas nas quais precisamos de desenvolver mais competências;
  - e) Presença em conferências de parceiros institucionais de relevo bem como reforçar os laços com as alianças de agências de notícias;
  - f) Promover ações interna de divulgação da marca Lusa, aumentando a participação dos trabalhadores;
  - g) Candidaturas a projetos internacionais e nacionais em várias áreas da empresa;
  - h) Encontro anual de trabalhadores.

Ao nível das redes sociais, verificou-se um notório incremento do alcance das contas da Agência, bem como no nível de interações havidas. Um destaque especial para Instagram, em que os conteúdos da Lusa, apesar de maioritariamente baseados no clássico *feed* de notícias, são colocados com uma linguagem em conformidade com essa rede social. Adicionalmente, e dado que os destinatários desta rede são um público mais jovem, têm sido introduzidos conteúdos mais direcionados para esse segmento, tais como cinema, bem-estar, ciência, cultura e eventos culturais. No YouTube, a Lusa decidiu abrir os vídeos com um desfaseamento do serviço normal de modo a dar a conhecer os conteúdos produzidos e aumentar a notoriedade.

Em 2023, a Lusa voltou a publicar o seu Anuário, que recorda, em fotografias e texto, os principais acontecimentos do ano anterior. Repetindo a estratégia do ano anterior, o livro voltou a ser posto à venda nas livrarias portuguesas e foram montadas uma mostra de fotografias em Lisboa e uma exposição mais alargada no Porto, repetindo-se ainda uma exposição itinerante com uma seleção de fotos, em várias lojas Fnac espalhadas pelo país.

Em 2023, a Lusa manteve a sua presença em instituições internacionais nomeadamente, através da participação na Assembleia Geral da EPA, da participação da Diretora-Adjunta de Informação na Conferência promovida pela agência noticiosa tunisina TAP-Agence Tunis Afrique Prece, participação do Presidente do Conselho de Administração nas Conferências de primavera e outono e na Assembleia Geral da EANA, e participação da Lusa na Conferência do projeto MINDS. Foi assinado um Memorando de Entendimento de Cooperação entre a Lusa e a agência noticiosa Belga, em setembro, em Paris, à margem da Conferência da EANA (Aliança das Agências Noticiosas Europeias) e consubstanciada a cooperação com agências de notícias dos PALOP no quadro dos protocolos existentes.

Depois da certificação oficial da Escola Lusa, os cursos da Lusa, nomeadamente os estágios proporcionados pela Lusa várias vezes ao ano, já passaram a ser feitos segundo os moldes oficiais.

2023 foi também o ano em que a Lusa promoveu, em colaboração com o Parlamento Europeu, a formação de jovens jornalistas em Assuntos Europeus, na sequência do concurso que venceu em 2022. Em cada módulo, 10 jovens jornalistas foram selecionados para seminários com a participação de eurodeputados, responsáveis europeus e reconhecidos especialistas e académicos portugueses e estrangeiros.

Em 24 e 25 de novembro, realizou-se o Encontro Anual de trabalhadores e colaboradores, a coincidir com as celebrações de Natal. Em 2023 foi dada continuidade à Newsletter Interna SOMOS LUSA, um veículo de comunicação interna que visa mostrar o que há de novo em cada mês, e antecipar também o mês seguinte, reforçando o employer branding.

## Produção

Em 2023, a produção editorial da Lusa registou uma diminuição relativamente ao ano anterior, totalizando 248.191 conteúdos noticiosos, o que se traduz numa média diária de 680 conteúdos jornalísticos. A diminuição da produção de conteúdos justifica-se pela realização de Eleições Legislativas e a eclosão da guerra na Ucrânia, que dominou a produção noticiosa geral da atividade nacional e internacional, sobretudo, nos primeiros meses do ano transato. Importa referir que a produção editorial em 2023 encontra-se ao nível do registado em 2019, o ano que antecedeu o período pandémico.

O decréscimo verificado na produção não impediu a Lusa de ultrapassar os níveis mínimos exigidos para a produção de todos os tipos de conteúdos (em formato texto, fotografia, áudio e vídeo) em 2023, que alcançaram os volumes, anuais e diários em cumprimento com as metas contratuais celebradas com o Estado.

Tipo de Conteúdo	Média Diária		Contrato Serviço Público
	2022	2023	
Foto	135	139	Min. 100
Áudio	27	33	Min. 30
Misto	6	6	-
Texto (Todos os Géneros)	547	486	Min. 400
Vídeo	16	15	Min. 15
	<b>732</b>	<b>680</b>	-

## Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2023

- ❖ O Plano de Atividades e Orçamento para 2023 (PAO 2023) foi aprovado pelo Conselho de Administração (CA) a 19 de outubro de 2022, com parecer favorável do Conselho Fiscal de 29 de novembro de 2022. Apesar da aprovação do PAO 2023 ter sido um ponto da ordem de trabalhos das AG da Lusa de 28 de março, de 23 de maio e de 26 de junho de 2023, o mesmo foi adiado.

A pedido da tutela financeira, por via do ajustamento decorrente da atualização da Indemnização Compensatória resultante da RCM n.º 64/2023, de 3 de julho, e dos aumentos salariais de 2023, conforme Despacho dos Secretários de Estado das Finanças e do Tesouro, de 12 de maio, foi elaborada uma Proposta Diferencial do Plano de Atividades e Orçamento para 2023, aprovada em reunião do CA de 11 de julho de 2023 e na AG da Lusa de 26 de setembro com emissão de declaração de voto do acionista maioritário, através do Despacho n.º 386/2023 do Secretário de Estado do Tesouro.

- ❖ Face à manifestação de interesse por parte dos acionistas da Global Notícias Media Group (GMG) em alienar as participações sociais que detém na Lusa, em agosto de 2023, o Estado Português mostrou abertura para iniciar uma negociação para poder vir a assumir uma posição mais significativa na estrutura acionista da agência, pelo que considerou ser a necessidade de preservar a sua autonomia e o reconhecimento do seu papel estratégico para a defesa da comunicação social e do jornalismo.

O Governo considerava ainda que a sensibilidade de uma intervenção deste tipo num órgão de comunicação social obrigaria a partilhar a sequência de decisões que pudesse vir a tomar com os partidos políticos com assento parlamentar, e designadamente com o maior partido da oposição, com o intuito de salvaguardar tanto os interesses do Estado quanto os da Lusa.

Deste modo, foi feita uma avaliação dos capitais próprios da empresa por uma entidade independente e a apreciação da liquidação da dívida que as empresas do GMG têm à Lusa e de uma alteração do modelo de governação da agência, que garantisse a sua independência editorial a salvo de qualquer risco de interferência política. Um eventual sucesso da operação, segundo o Governo, dependeria sempre da liquidação simultânea da dívida que as empresas do grupo GMG acumularam, ao longo dos anos, perante a Lusa.

Em 22 de novembro de 2023, a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) apresentou, em nome do Estado, uma proposta formal de aquisição, abrindo um processo negocial exigente e confidencial, que incluía a liquidação integral da dívida do grupo GMG.

Contudo, devido à não concretização do processo de compra, pelo Estado, de 45,7% da Lusa pertencentes à Global Media e à Páginas Civilizadas, por falta de um consenso político alargado, e face ao risco de incumprimento, foi constituída uma imparidade no valor da totalidade da dívida do GMG à Lusa em 2023, que ascende a €883 mil, gerando resultados operacionais (EBIT) e líquidos negativos em 2023 de €38 mil e €255 mil, que se traduziu em desvios desfavoráveis de €164 mil e €296 mil, respetivamente, face ao previsto. O EBITDA, positivo, ascendeu a €644 mil, apresentando uma variação negativa de €240 mil como resultado da interação entre o aumento nos rendimentos e ganhos operacionais e a evolução desfavorável registada nos gastos e perdas operacionais.

- ❖ Importa referir que o aumento registado nos gastos operacionais decorre, sobretudo, dos desvios desfavoráveis registados nas perdas por imparidade em dívidas a receber, conforme mencionado neste relatório, e nos fornecimentos e serviços externos, neste caso, por via do impacto dos custos adicionais que a Lusa incorreu com os serviços de *outsourcing* de sistemas de informação e de cibersegurança e com honorários de advogados pela prestação de serviços jurídicos. Foram ainda contratados serviços de consultoria para a realização de um estudo de avaliação dos capitais próprios da empresa,



na impossibilidade de satisfação das necessidades através de recursos próprios, nos termos do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO 2023).

Em sentido contrário, é de salientar o desvio favorável de €113 mil observado nos gastos com o pessoal. Para tal, contribuiu a saída de 2 jornalistas requisitados e a passagem à reforma de um trabalhador (tendo o PAO 2023 sido aprovado a 26 de setembro e a Lusa dado início à identificação de uma empresa para o recrutamento de um trabalhador para as mesmas funções, os devidos procedimentos de seleção concluir-se-ão no início de 2024) no decurso de 2023 e o aumento do absentismo (baixas por doença e parto) face ao estimado no período.

- ❖ O volume de negócios regista uma evolução favorável de €601 mil que decorre do desvio positivo ocorrido no valor do ajustamento à IC (€392 mil) e nas receitas próprias (€209 mil).
- ❖ O prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores apresenta uma evolução favorável de sete (7) dias face ao previsto e o prazo médio de recebimento (PMR) de clientes regista uma redução de cinquenta e um (51) dias, neste caso, por via da constituição de imparidades em dívidas a receber, sobretudo, referente ao GMG, conforme mencionado neste relatório. Para efeitos de comparabilidade, desconsiderando o efeito da dívida do GMG no cálculo do PMR de 2022, verificar-se-ia um aumento deste indicador em 2023, de 49 para 52 dias.
- ❖ A 31 de dezembro de 2023 a Lusa não apresenta endividamento bancário.
- ❖ No quadro seguinte é possível observar a execução orçamental relativa ao PAO 2023 (Proposta Diferencial).

Execução orçamental	PAO 2023 Dif.	REAL 2023	Variação R23/O23	
			Valor	%
Resultado líquido [€]	41 109	-254 634	-295 743	-719,4%
EBITDA [€]	883 953	644 044	-239 909	-27,1%
Resultado operacional <sup>(1)</sup> (EBIT) [€]	125 614	-38 080	-163 694	-130,3%
Volume de Negócios [€]	17 951 805	18 553 250	601 445	3,4%
Contrato com o Estado <sup>(2)</sup> [€]	14 074 983	14 467 400	392 417	2,8%
Outras vendas e serviços prestados [€]	3 876 822	4 085 850	209 029	5,4%
Endividamento <sup>(3)</sup> [€]	0	0	0	n.c.
Dívida financeira líquida <sup>(4)</sup> / EBITDA [%]	0%	0%	0	n.c.
Disponibilidades <sup>(5)</sup> [€]	641 941	1 284 772	642 831	100,1%
PMP (dias)	39	32	-7	-17,9%
PMR (dias)*	103	52	-51	-49,4%
Investimento [€]	812 250	374 707	-437 543	-53,9%
<b>Quadro de Pessoal</b>				
Gastos com o pessoal [€]	13 099 505	12 986 732	-112 773	-0,9%
N.º efetivo	266	263	-3	-1,1%

<sup>(1)</sup> - Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

<sup>(2)</sup> - Inclui o valor do ajustamento da Indemnização Compensatória.

<sup>(3)</sup> - Passivo remunerado.

<sup>(4)</sup> - Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

<sup>(5)</sup> - Caixa e depósitos bancários conforme Balanço.

\* Para efeitos de comparabilidade, desconsiderando o efeito da dívida do GMG no cálculo do PMR de 2022, verificar-se-ia um aumento deste indicador em 2023, de 49 para 52 dias.

n.c. - não comparável.



- ❖ O investimento total da Lusa foi de €375 mil em 2023, €438 mil (-53,9%) aquém do previsto, e incidiu sobretudo na aquisição de duas viaturas para as delegações da Lusa em Bissau e Maputo, na conservação e reparação da fachada exterior do edifício da sede, na modernização e expansão do parque informático e na renovação de equipamento fotográfico, vídeo e multimédia. Realizaram-se ainda desenvolvimentos no sistema editorial LUNA, renovou-se o licenciamento de *software* da solução de planeamento e controlo orçamental e adquiriram-se equipamentos e *software* do sistema de transmissão de vídeo para a realização e transmissão de diretos em TV.

Relativamente à execução orçamental do investimento, a mesma é detalhada no quadro seguinte.

Investimento/projeto	PAO 2023 Dif.	Execução 2023		Desvio	Var.	Justificação	Observações
		Fontes de financiamento	Total				
<b>A Aquisição de equipamento básico</b>	<b>308 000</b>		<b>211 715</b>	<b>-96 285</b>	<b>-31,3%</b>		
A01 Equipamento informático (portáteis)	40 000	Autofinanciamento (receitas próprias)	50 103	10 103	25,3%	Devido à inflação e à quebra das cadeias de produção e distribuição, que levou escassez de componentes eletrónicos e outras matérias-primas. De forma agregada, as rubricas referentes a aquisição de equipamentos informáticos (A01, A03 e A04) apresentam um desvio desfavorável de €3.018.	Substituição de equipamentos obsoletos e avariados para o exercício da atividade jornalística.
A03 Equipamento informático (outros)	5 000	Autofinanciamento (receitas próprias)	2 580	-2 420	-48,4%		Aquisição de equipamentos periféricos.
A04 Monitores	5 000	Autofinanciamento (receitas próprias)	335	-4 665	-93,3%		
A05 Câmaras de vídeo	15 000	Autofinanciamento (receitas próprias)	10 960	-4 040	-26,9%		Substituição de câmaras de vídeo e aquisição de webcams e solução para a realização de videoconferências.
A06 Equipamento fotográfico	25 000	Autofinanciamento (receitas próprias)	11 704	-13 296	-53,2%		Substituição de equipamento fotográfico.
A07 Acessórios Multimédia	5 000	Autofinanciamento (receitas próprias)	3 882	-1 118	-22,4%		Aquisição de microfones.
A08 Gravadores digitais	5 000	Autofinanciamento (receitas próprias)	4 864	-136	-2,7%		Substituição de gravadores digitais e outros equipamentos de gravação.
A09 Cibersegurança (firewall)	80 000	-	0	-80 000	-100,0%		
A11 Multimedia Broadcast (Live TV)	3 000	Autofinanciamento (receitas próprias)	4 265	1 265	42,2%	Devido à inflação e à quebra das cadeias de produção e distribuição, que levou escassez de componentes eletrónicos e outras matérias-primas.	Upgrade do projeto de distribuição de sinal de TV no posto de trabalho.
A12 Viaturas para delegações estrangeiras (substituição)	50 000	Autofinanciamento (receitas próprias)	102 229	52 229	104,5%	Devido à necessidade de substituição de viaturas por obsolescência ou avaria grave. A aquisição de uma viatura estava prevista no PAO 2023; a substituição da outra viatura foi objeto de autorização através de Despacho conjunto do SET e do MC.	Substituição de viaturas das delegações da Lusa em Maputo e Bissau.
A14 Substituição de Teradeks	75 000	Autofinanciamento (receitas próprias)	20 793	-54 208	-72,3%		Aquisição de sistema de transmissão de vídeo (LiveU) e respetivas licenças de software.
<b>B Desenvolvimento de software/aquisição de sistemas</b>	<b>424 250</b>		<b>64 591</b>	<b>-359 659</b>	<b>-84,8%</b>		
B01 Desenvolvimentos adicionais LUNA	30 000	Autofinanciamento (receitas próprias)	29 640	-360	-1,2%		Aquisição de bolsa de horas de desenvolvimentos no sistema editorial LUNA (Lusa News Asset).
B02 Solução BI + Planning	49 250	Autofinanciamento (receitas próprias)	34 951	-14 299	-29,0%		Licenciamento de software da solução de planeamento e controlo orçamental (ferramentas BI de tratamento, análise e reporte de informação financeira).
B03 Solução Gestão Documental	20 000	-	0	-20 000	-100,0%		
B04 Estúdio Virtual	10 000	-	0	-10 000	-100,0%		
B06 Inteligência artificial/escrita automatizada de notícias	20 000	-	0	-20 000	-100,0%		
B07 Customer Relationship Management (CRM)	25 000	-	0	-25 000	-100,0%		
B08 Enterprise Resource Planning (ERP)	50 000	-	0	-50 000	-100,0%		
B09 Microsites	5 000	-	0	-5 000	-100,0%		
B10 Sistema de gravação de telefones	15 000	-	0	-15 000	-100,0%		
B12 Novo Site da Lusa	200 000	-	0	-200 000	-100,0%		
<b>C Manutenção/melhoramento de infraestruturas</b>	<b>80 000</b>		<b>98 401</b>	<b>18 401</b>	<b>23,0%</b>		
C03 Obras nas delegações	10 000	Autofinanciamento (receitas próprias)	5 816	-4 184	-41,8%		Remodelação de instalações e aquisição de equipamentos e mobiliário diverso para delegações da Lusa em Portugal e no estrangeiro.
C05 Reparações/obras diversas no edifício	70 000	Autofinanciamento (receitas próprias)	92 585	22 585	32,3%	Realização trabalhos de manutenção e reabilitação no edifício da sede, designadamente obras de conservação da sua fachada exterior, por perigo de queda de partes do revestimento exterior e ameaça à segurança pública.	Realização de obras de conservação e reabilitação no exterior do edifício da sede. Equipamentos e mobiliário diverso para a sede.
<b>TOTAL</b>	<b>812 250</b>		<b>374 707</b>	<b>-437 543</b>	<b>-53,9%</b>		

Os investimentos inscritos nas rubricas de investimento A01, A03 e A11 resultam das necessidades de substituição de equipamentos obsoletos e avariados para o exercício da atividade jornalística. Verificou-se a necessidade crescente de aquisição de equipamentos informáticos e, com os acessos concorrenciais à VPN pela maioria dos trabalhadores da Lusa, incorreram-se em gastos para se fazer alterações a essa infraestrutura para não causar grandes perturbações no nível de serviço e com o *upgrade* da solução de distribuição de sinal de TV no posto de trabalho, garantindo o acesso dos jornalistas, através de um computador ou telemóvel, aos vários canais informativos e desportivos de televisão.

Para acompanhamento da evolução digital e tecnológica, foram renovados equipamentos de vídeo, fotografia e multimédia e substituídos gravadores digitais, por motivos de avaria e obsolescência (rubricas de investimento A05, A06, A07 e A08). Foram ainda adquiridos equipamentos e *software* para o sistema de transmissão de vídeo (LiveU) para a realização e transmissão de diretos em TV (rubrica A14).

O investimento financeiramente mais relevante recaiu na aquisição de duas viaturas para as delegações da Lusa em Bissau e Maputo (rubrica A12), por necessidade imperiosa de substituição dos equipamentos por obsolescência ou avaria grave. A aquisição da viatura afeta à delegação da Lusa em Maputo encontrava-se prevista no PAO 2023, tendo a substituição da viatura operacional afeta à delegação da Guiné-Bissau sido objeto de autorização, na existência de cobertura orçamental, não implicando aumento dos limites da despesa total autorizado para 2023, por Despacho conjunto do SET e do Ministro da Cultura.

Procederam-se a desenvolvimentos adicionais no sistema editorial LUNA e na solução de planeamento e controlo orçamental, erigida através de ferramentas *Business Intelligence* (BI) de tratamento, análise e reporte de informação financeira, através da renovação de licenciamento de *software*, com impacto nas rubricas de investimento B01 e B02, respetivamente.

Foram ainda realizados trabalhos de manutenção e reabilitação no edifício da sede, designadamente obras de conservação da sua fachada exterior (rubrica C05), por perigo de queda de partes do revestimento exterior e ameaça à segurança pública.

Apesar dos desvios ocorridos face ao orçamento, o valor do investimento efetuado pela Lusa em 2023 situou-se abaixo do total previsto para o exercício. De referir que, para além do investimento realizado na substituição necessária de equipamento de transporte e na realização imperiosa de obras de conservação e reabilitação da fachada exterior do edifício da Lusa, o processo inflacionista registado na Europa desde 2022 e a quebra das cadeias de produção e distribuição provocada pela atual situação geopolítica internacional, que levou à escassez de componentes eletrónicos e outras matérias-primas, contribuíram para ligeiros desvios face ao previsto em algumas rubricas do investimento.

O valor dos investimentos realizados em 2023 foi efetuado integralmente com recurso ao autofinanciamento (receitas ou capitais próprios).

- ❖ À data de elaboração do presente relatório, o contrato de gestão entre o Estado e o Presidente do Conselho de Administração para o mandato 2021-2023, ao abrigo do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), e obedecendo à minuta constante do anexo da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, que estabelece as regras quanto à elegibilidade, composição, determinação e atribuição aos gestores públicos que exerçam funções executivas em empresas públicas do Setor Empresarial do Estado, encontra-se em fase de recolha de assinaturas.

## 2. Gestão do risco financeiro

Em 2022, entre o final dos 1.º e 3.º trimestres, devido a dificuldades de tesouraria resultantes do não recebimento de contrapartida financeira referente à prestação do serviço público, e até a obtenção do visto do Tribunal de Contas sobre o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público com o Estado, para o período 2022/2027, a Lusa recorreu a financiamento bancário remunerado (em anexo).

Este foi devidamente autorizado pelo Despacho n.º 241/2022, de 3 de março, da Secretaria de Estado do Tesouro, através da celebração, por seis meses, de um contrato de financiamento bancário sob a forma de conta corrente caucionada, no montante de um milhão de euros, com parecer prévio favorável do Conselho Fiscal.

Como o montante acima referido apenas permitia assegurar os compromissos imediatos, a Lusa solicitou novo financiamento no valor de 4 milhões de euros. O novo pedido teve o Despacho do Senhor Ministro da Cultura n.º 20/2022/MC, de 26 de abril, exarado junto do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 33/2022-SET, de 22 de abril. Em 27 de abril de 2022, foi tomada uma deliberação social unânime por escrito, com o ponto único de autorização para a celebração do contrato de financiamento, composto por uma conta corrente caucionada.

Em 7 de junho de 2022, uma vez que ainda não tinha sido obtido o visto do Tribunal de Contas (TdC) relativamente ao Contrato com o Estado para o período 2022-2027, foi solicitado um aumento do valor da conta corrente caucionada do Banco BPI, S.A. de 3 milhões de euros, e propôs-se igualmente que fosse aprovado um milhão de euros à CGD, sendo utilizado se e só se não houvesse o visto do Tribunal de Contas em tempo útil. Este pedido teve despachos favoráveis do Senhor Ministro da Cultura n.º 121/2022/MC, de 1 de agosto, exarado junto do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 222/2022-SET, de 1 de agosto. Em 8 de agosto de 2022, foi tomada uma deliberação social unânime por escrito, com o ponto único de autorização para a celebração dos dois contratos de financiamento, acima referidos, no valor global de 4 milhões de euros.

O novo contrato foi visado pelo Tribunal de Contas a 24 de agosto de 2022. O recebimento da Indemnização Compensatória referente aos três primeiros trimestres de 2022 ocorreu a 21 de setembro do corrente ano.

A 31 de dezembro de 2022 e de 2023, a Lusa não apresentava financiamento bancário remunerado, nem encargos financeiros associados.

Anos	2023	2022	2021	2020	2019
Encargos Financeiros (€) (i)	0	12 162	0	0	0
Taxa Média de Financiamento (%)	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%

(i) - inclui juros suportados e outros encargos associados

### 3. Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (LOE 2023), apurado nos termos da forma disposta no n.º 1 do artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO 2023)

Conforme anteriormente mencionado, a 31 de dezembro de 2023, a Lusa não apresentava financiamento bancário remunerado.

Variação do Endividamento	2023	2022
	Valores (€)	
Capital Social / Capital Estatutário	5 324 225	5 324 225
Financiamento Remunerado (corrente e não corrente)	0	0
Novos investimentos com expressão material	0	0
<b>Variação do Endividamento</b>	<b>0</b>	

**Nota: Em 31/12/2023 a Lusa não tinha passivo remunerado ativo**

*n.c. - não comparável*

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

4.1. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM n.º 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009

Prazo Médio de Pagamento	2023	2022	Variação 2023-22	
			Valor	%
<b>Prazo (dias)</b>	<b>32</b>	<b>58</b>	<b>-26</b>	<b>-44,8%</b>

O prazo médio de pagamentos a fornecedores é de 32 dias em 2023, registando um decréscimo de 26 dias face a 31 de dezembro 2022. A deterioração deste indicador em 2022 resultou do adiamento de alguns pagamentos pelo facto do recebimento de contrapartida financeira referente à prestação do serviço público dos três primeiros trimestres de 2022 ter ocorrido apenas a 21 de setembro de 2022, tendo a Lusa de gerir as disponibilidades de tesouraria.

4.2. Mapa da posição a 31/12/2023 dos Pagamentos em Atraso (“arrears”), nos termos do DL n.º 65-A/2011, de 17 de maio

Dívidas Vencidas	31 de dezembro de 2023				
	0-90 dias (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	70 980	0	0	0	754
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>70 980</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>754</b>

Dívidas Vencidas	31 de dezembro de 2022				
	0-90 dias (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	28 346	0	0	0	769
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>28 346</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>769</b>



Relativamente ao valor das dívidas vencidas com prazo superior a 90 dias, verifica-se um decréscimo de €15 face a 31 de dezembro de 2022, por via de uma nota de crédito do fornecedor 'Vila Galé' a aguardar regularização. Mantém-se o valor do ano anterior referente à faturação da 'Gráfica Açoriana' pela situação litigiosa, conforme identificado no quadro constante no capítulo das "Pendências Judiciais". Pelo facto deste processo ter terminado em 2023, esta dívida irá ser regularizada em 2024.

Dívidas Vencidas	31/12/2022	31/12/2023	VAR.
	(A) >90 dias	(B) >90 dias	(B) - (A)
<b>Aq. de Bens e Serviços</b>	<b>769</b>	<b>754</b>	<b>-15</b>
<b>Aq. de Capital</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>769</b>	<b>754</b>	<b>-15</b>

#### 5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

À Assembleia Geral (AG) da Lusa para aprovação das contas de 2022 realizou-se a 28 de março de 2023, tendo o representante do acionista Estado proposto e votado «favoravelmente a aprovação dos documentos de prestação de contas referente ao exercício de 2022, nele se incluindo o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e os respetivos anexos, sendo que, atenta a Certificação Legal das Contas e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, recomenda-se ao Conselho de Administração para que diligencie no sentido de cumprir com», e conforme mencionado no presente relatório:

- i. «Os níveis de produção de notícias, designadamente em formato áudio, de acordo com o definido na Cláusula 6.ª do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público»
  - ✓ Em 2023, a Lusa ultrapassou os níveis mínimos definidos na Cláusula 6.ª do Contrato com o Estado para a produção de conteúdos em todos os formatos (texto, fotografia, áudio e vídeo).
- ii. «O rácio alternativo de eficiência operacional que tem vindo a ser objeto de aplicação pela Sociedade»
  - ✓ O indicador que tem vindo a ser objeto de aplicação pela Lusa para aferição da eficiência operacional registou um aumento de €3,56 do custo médio por conteúdo face a 31 de dezembro de 2022, traduzindo um aumento do peso dos custos face à produção editorial. Este facto deveu-se à diminuição da produção editorial, sobretudo pela realização de Eleições Legislativas e de grandes eventos desportivos como o Campeonato do Mundo de Futebol e a produção de notícias sobre a guerra na Ucrânia, que dominou noticiosamente o ano de 2022, não obstante a Lusa ter ultrapassado os níveis mínimos exigidos para a produção de todos os tipos de conteúdo em 2023. Desconsiderando este efeito, verificar-se-ia uma melhoria na evolução deste indicador. De referir adicionalmente, comparativamente a 2019, o ano anterior ao período pandémico e de crise geopolítica internacional, o valor do indicador regista uma diminuição de €0,17, o que se traduz numa melhoria da eficiência da Lusa.
- iii. «A redução do prazo de pagamento a fornecedores, em conformidade com os critérios e objetivos definidos na RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro»
  - ✓ O prazo médio de pagamentos a fornecedores é de 32 dias em 2023, registando uma redução de 26 dias face a 31 de dezembro 2022.



iv. «O disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 133.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, que aprovou o Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2023»

- ✓ O conjunto dos encargos com deslocações, estadas e transportes, ajudas de custo, gastos associados à frota automóvel e com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria registam, globalmente, um desvio desfavorável de €57 mil face ao orçamento e um aumento de €94 mil relativamente ao período homólogo. Esta evolução deveu-se, sobretudo, ao aumento dos gastos incorridos com deslocações em reportagem e outras, decorrente do aumento de atividade em 2023 e do efeito da inflação e à contratação de serviços de consultoria para a realização de um estudo de avaliação dos capitais próprios da empresa, na impossibilidade de satisfação das necessidades através de recursos próprios. Os gastos com a frota automóvel registaram um decréscimo de €10 mil face ao previsto em 2023 e de €8 mil face ao período homólogo.

## 6. Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal de Contas

Não foram emitidas reservas por parte do Auditor Externo na CLC referente a 2022.

## 7. Remunerações / honorários dos Órgãos Sociais e Auditor Externo

### 7.1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-fim)	Cargo	Nome	Valor da senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2023 (€)
				Bruta
2021-2023	Presidente	Cristina Maria Pereira Freire	500	2 000
2021-2023	Vice- Presidente	António Correia de Oliveira	425	1 700
2021-2023	Secretário	Maria Fernanda Sousa Rebelo Lopes Pires Borges	350	1 400
				5 100

### 7.2. Conselho de Administração

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	S	C	4 773	1 909
Maria João Dias Pessoa de Araujo (*) (**)	S	C	800	-
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista (*) (**)	S	C	800 (a)	-
Helena Ferro de Gouveia (*) (b)	S	C	800	-
Paulo Jorge Andrade Cardoso (*) (***)	S	C	800	-

(\*) - Pagamento de um valor mensal catorze vezes ao ano, de acordo com ata da AG de 31/05/2021.

(\*\*) - Nomeação em AG de 23/07/2021.

(\*\*\*) - Nomeação em AG de 27/05/2022.

(a) - Não auferir remuneração por incompatibilidade com a função que exerce.

(b) - Renúncia ao mandato com efeitos a 31/03/2023.

Nota: Estas remunerações estão sujeitas à redução de 5%, de acordo com o art. 21.º da RCM n.º 16/2012 de 14 de fevereiro.

M 8.1

8

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos <sup>(2)</sup>				Indicação do n.º total de mandatos
			Forma <sup>(1)</sup>	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data de autorização e Forma	
2021-2023	Presidente	Joaquim de Jesus Pedro Carreira	AG	31/05/2021	Não	Lusa, S.A	Destino	AG 31-05-2021	1
2021-2023	Vice-Presidente (não executivo)	Maria João Dias Pessoa de Araújo	AG	23/07/2021	n. a. (*)	n. a. (*)	n. a. (*)	n. a. (*)	2
2021-2023	Vogal (não executivo)	Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	AG	23/07/2021	n. a. (*)	n. a. (*)	n. a. (*)	n. a. (*)	1
2021-2023	Vogal (não executivo)	Helena Ferro de Gouveia (a)	AG	31/05/2021	n. a. (*)	n. a. (*)	n. a. (*)	n. a. (*)	1
2021-2023	Vogal (não executivo)	Paulo Jorge Andrade Cardoso	AG	27/05/2022	n. a. (*)	n. a. (*)	n. a. (*)	n. a. (*)	1

Legenda: <sup>(1)</sup> - Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

<sup>(2)</sup> - Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista nos n.ºs 8 e 9 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

(\*) - Defendido em ata o pagamento de valor igual ao auferido como vencimento, 14 vezes ao ano

(a) - Renúncia ao mandato com efeitos a 31/03/2023

Membro do CA	Acumulação de Funções - mandato 2021-2023			
	Entidade	Função	Regime*	Identificação da data da autorização e forma**
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	Lusa, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Setor Público Empresarial	AG 31-05-2021
	OBERCOM - Observatório da Comunicação	Secretário da Assembleia Geral	Setor Público	n.a
	Visapress - Gestão de Conteúdos dos Media, CRL	Vogal do Conselho de Administração	Setor Privado	n.a
Maria João Dias Pessoa de Araújo	Lusa, S.A.	Vice-Presidente (não executiva) do Conselho de Administração	Setor Público Empresarial	AG 23-07-2021
	DGTF	Diretora-Geral	Setor Público	n.a
	Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.	Administradora não executiva	Setor Público Empresarial	n.a
	Parvalorem, S.A. Parparticipadas SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia	Setor Público Empresarial	n.a
	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia	Setor Público Empresarial	n.a
	Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM)	Presidente do Conselho Geral	Setor Público	n.a
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	Lusa, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Setor Público Empresarial	AG 23-07-2021
	Universidade Nova de Lisboa	Professora Associada, Departamento de Ciências da Comunicação (DCC) da NOVA FCSH; Investigadora, Instituto de Comunicação da NOVA (ICNOVA); Membro da direção editorial da revista académica Media & Jornalismo, editada pelo ICNOVA	Setor Público	n.a
Helena Ferro de Gouveia	Lusa, S.A.	Vogal do Conselho de Administração (Renúncia ao mandato com efeitos a 31 de março de 2023)	Setor Público Empresarial	AG 31-05-2021
	Global Media Group	Diretora de Comunicação do Grupo Bel	Setor Privado	n.a
Paulo Jorge Andrade Cardoso	Lusa, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Setor Público Empresarial	AG 27-05-2022
	Grupo Vicra	Administrador nomeado de empresas do Grupo Vicra, designadamente, Viccontrol SGPS, S.A., Sociedade Vicra Desportiva, S.A., Vicra Comunicações, Lda. e da Imovicra, S.A.	Setor Privado	n.a

\* Regime - Privado/Público

\*\* Identificação da data da autorização e forma - AG/DUE/D

n.a. - não aplicável

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2023 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor bruto (3)=(1)+(2)	Reduções remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Joaquim de Jesus Pedro Carreira (*)	89 893	0	89 893	4 495	85 398
Maria João Dias Pessoa Araújo	11 200	0	11 200	560	10 640
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	0	0	0	0	0
Helena Ferro de Gouveia (**)	3 760	0	3 760	188	3 572
Paulo Jorge Andrade Cardoso	11 200	0	11 200	560	10 640
			116 053	5 803	110 250

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

(\*) Inclui a atualização de 0,9% e 2% + 1% adicional, de 2022 (com efeitos retroativos) e 2023, respetivamente, conforme as tabelas constantes no site da Direção-geral da Administração e do emprego público.

(\*\*) Renúncia ao mandato com efeitos a 31/03/2023. Ao valor bruto acresce o montante de €798,02 a regularizar em 2024, relativo ao período de 7 a 31 de março de 2023.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	9,60	2 227	Seg. Social	20 282	509	0	Seguro acid. trab. e doenças prof.	471
Maria João Dias Pessoa Araújo (*)	0	0	Seg. Social	2 166	0	0	-	0
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Helena Ferro de Gouveia (**)	0	0	Seg. Social	848	0	0	-	0
Paulo Jorge Andrade Cardoso	0	0	Seg. Social	2 527	0	0	-	0
		2 227		25 823	509	0		471

Nota: os valores de segurança social são calculados sobre as remunerações com redução remuneratória.

(\*) Apesar de efetuar descontos para a CGA, solicitou que, a partir de março de 2023, o rendimento obtido no exercício do cargo na Lusa passasse a descontar também para a Segurança Social.

(\*\*) Renúncia ao mandato com efeitos a 31/03/2023. Ao valor bruto acresce o montante de €189,53 a regularizar em 2024, relativo ao período de 7 a 31 de março de 2023.

Membro do Conselho de Administração	Encargos com Viaturas - 2023								
	Viatura atribuída	Celebração do contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]			[€]	[€]	
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	S	S	40 739	Aluguer	2020	na	435	5 627	na
Maria João Dias Pessoa Araújo	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Helena Ferro de Gouveia (a)	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Jorge Andrade Cardoso	N	N	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: (1) - aquisição: ALD, Leasing ou outra.

(a) - Renúncia ao mandato com efeitos a 31/03/2023

na - não aplicável

Membro do Conselho de Administração	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	4 747	1 087	179	Despesas de representação, exc. plafond telemóvel, vistos, exc. bagagem, lavandaria	7 627	13 639
Maria João Dias Pessoa de Araujo	0	0	0	-	0	0
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	0	0	0	-	0	0
Helena Ferro de Gouveia (a)	0	0	0	-	0	0
Paulo Jorge Andrade Cardoso	0	0	0	-	0	0
						13 639

(a) - Renúncia ao mandato com efeitos a 31/03/2023.

No exercício de 2023 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão, nem foram pagas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

### 7.3. Fiscalização

#### 7.3.1. Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) (€)	N.º de Mandatos (*)
			Forma <sup>(1)</sup>	Data		
2021-2023	Presidente Conselho Fiscal	Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	AG	31/05/2021	1 286	2
2021-2023	Vogal	Pedro Jorge dos Santos Braumann	AG	31/05/2021	964	2
2021-2023	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	AG	31/05/2021	1 313	4
2021-2023	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	AG	31/05/2021	-	3

Legenda: <sup>(1)</sup> - indicar AG/DUE/Despacho

(\*) - inclui o mandato atual

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2023 (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	18 000	0	18 000
Pedro Jorge dos Santos Braumann	13 500	0	13 500
Susana Rodrigues de Jesus	15 750	0	15 750
António Magalhães & Carlos Santos	0	0	0
	47 251	0	47 251

(ii) Mandato 2021-2023 - início a 31-05-2021



## 7.3.2. Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º de registo na CMVM	Forma <sup>(1)</sup>	Data	Data do Contrato		
2021-2023	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	ROC n.º 1338	20160948	AG	31/05/2021	22/06/2021	-	12
2021-2023	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	SROC n.º 53	20160038	AG	31/05/2021	-	-	10

Legenda: <sup>(1)</sup> - Assembleia Geral (AG)/Deliberação Unânime por escrito (DUE)/Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

Nome	Valor anual do Contrato de Prestação de Serviços 2023 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais 2023 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Susana Rodrigues de Jesus	15 750	0	15 750	Relatórios nos termos do artigo 78.º do CIVA	200	0	200
António Magalhães & Carlos Santos	0	0	0	n.a.	0	0	0

n.a. - não aplicável

## 7.4. Auditor Externo

No ano de 2023 não se verificou a contratação de serviços de auditoria externa.

Na sequência da decisão do Conselho de Administração da Lusa em 2016, sobre a contratação de Contabilista Certificado, foi efetuado, em 2022, um procedimento de Consulta Prévia do qual resultou uma adjudicação à empresa Epimetheus - Serviços de Consultoria e Gestão S.A., para fornecimento dos respetivos serviços por um período de três anos.

Contabilista Certificado: Susana Peres Pinto Vieira Quintas, Contabilista Certificado n.º 97589.

## 7.5. Restantes trabalhadores

A Lusa, no âmbito da regulamentação coletiva de trabalho, aplica o previsto no seu Acordo de Empresa. Em 2023, em cumprimento das orientações transmitidas pelo Despacho dos Secretários de Estado das Finanças e do Tesouro, de 15 de dezembro de 2022, pelo Decreto-Lei n.º 26-B/2023, de 18 de abril, que estabeleceu a atualização intercalar do valor das remunerações da Administração Pública e, em 12 de maio, pelo Despacho dos Secretários de Estado das Finanças e do Tesouro que transmitiu as orientações sobre a aplicabilidade às empresas públicas integrantes do setor empresarial do Estado, a Lusa procedeu às atualizações salariais aplicáveis.

Após diversas reuniões entre a Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., o Sindicato dos Jornalistas, o SITESE - Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo e o SITE/CSRA - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Centro, Sul e Regiões Autónomas, no final de 2019 foi concluído o processo de revisão do Regulamento da Avaliação de Desempenho, com vista à sua simplificação, tendo sido publicada no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 1 de 2020 a alteração parcial ao Acordo de Empresa (AE).



J. N.

J.

## 8. Aplicação do disposto no artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)

A Lusa seguiu a recomendação do acionista Estado dada na Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2013, pelo que a utilização de cartão de crédito por parte do Presidente do Conselho de Administração cessou a partir dessa data.

Em 2023 não ocorreu o reembolso de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	80	156	
Maria João Dias Pessoa de Araujo	-	0	
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	-	0	
Helena Ferro de Gouveia (a)	-	0	
Paulo Jorge Andrade Cardoso	-	0	
		156	

(a) - Renúncia ao mandato com efeitos a 31/03/2023.

Importa referir que os gastos com comunicações têm por base a política de comunicações em vigor na empresa, conforme contrato com a ALTICE, para voz e dados, com uma adesão para 24 meses, abrangendo cerca de 350 números.

Nome	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	435,11 €	978	138	1 117	O valor mensal afeto a estes gastos é de 1/4 das despesas de representação o que, para um período de um ano, é de €5 728. Verifica-se, assim, que os gastos reais são 19,5% do máximo permitido no período.
Maria João Dias Pessoa de Araujo	-	0	0	0	
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	-	0	0	0	
Helena Ferro de Gouveia (a)	-	0	0	0	
Paulo Jorge Andrade Cardoso	-	0	0	0	
				1 117	

(a) - Renúncia ao mandato com efeitos a 31/03/2023.

## 9. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

Em 2023 a Lusa não incorreu em despesas não documentadas ou confidenciais.

## 10. Elaboração, de três em três anos, e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

A promoção da igualdade de género está, cada vez mais, na agenda da Lusa, que pretende, assim, afirmar-se e distinguir-se por uma orientação de responsabilidade social. Nesse âmbito, em 2022 foi elaborado o relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens referente a 2021, disponível em <https://www.lusa.pt/about-lusa/Relatório-da-Igualdade-de-Remunerações-por-Género>.

O Plano para a Igualdade do Género, elaborado pela equipa de trabalho da Lusa em parceria com o ISEG, foi aprovado pelo Conselho de Administração em novembro de 2022 <https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-para-igualdade-de-genero>, estando disponível no site

da empresa para consulta de todos os trabalhadores. O plano tem um horizonte temporal de 3 anos, e de acordo com o normativo vigente, tem como objetivo criar condições internas para promover a Igualdade de género na empresa nas seguintes dimensões: Missão, valores e estratégia; Formação e desenvolvimento de competências; Progressão e desenvolvimento de carreiras; Proteção na parentalidade; e Comunicação interna e externa. Este plano é complementado pela criação de uma Comissão de Acompanhamento cujo objetivo é promover e garantir a concretização das medidas propostas.

11. **Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho**

O Plano para a Igualdade do Género, elaborado pela equipa de trabalho da Lusa em parceria com o ISEG, foi aprovado pelo Conselho de Administração em novembro de 2022 <https://www.lusa.pt/about-lusa//Relatório-da-Igualdade-de-Remunerações-por-Género>, estando disponível no *site* da empresa para consulta de todos os trabalhadores. O plano tem um horizonte temporal de 3 anos, e de acordo com o normativo vigente, tem como objetivo criar condições internas para promover a Igualdade de género na empresa nas seguintes dimensões: Missão, valores e estratégia; Formação e desenvolvimento de competências; Progressão e desenvolvimento de carreiras; Proteção na parentalidade; e Comunicação interna e externa. Este plano é complementado pela criação de uma Comissão de Acompanhamento cujo objetivo é promover e garantir a concretização das medidas propostas.

A Lusa enviou o Plano para a Igualdade entre Homens e Mulheres na Agência Lusa para 2023-2024 para a CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e para a CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego a 15 de novembro de 2022, por correio eletrónico, em cumprimento do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que determina os procedimentos para a realização das comunicações a que estão obrigadas as entidades do setor público empresarial, os termos da articulação de competências entre a CIG e a CITE, e a produção de um guião para efeito de elaboração dos planos para a igualdade anuais, nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto. Em 28 de novembro de 2022 foi enviado para o SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado.

12. **Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção (n.º 1 do artigo 46.º do RGPC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro) e do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas (artigo 6.º do RGPC)**

Em 2023 foi revisto o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) conforme preconizado no artigo 46.º do DL n.º 133/2013 e Lei n.º 54/2008 em que as empresas públicas "devem elaborar anualmente relatório identificativo das ocorrências e risco de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei 54/2008".

Adicionalmente, foi elaborado o relatório com a execução deste plano. A percentagem de medidas por implementar é de 10% (6 medidas) em 2023 (era de 15% - 9 medidas - em 2022), num total de 62 riscos identificados. De referir que 4 das medidas por implementar viram revisto o seu prazo de implementação e 2 medidas não implementadas encontram-se em fase de implementação.

O PPR, disponível em <https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-de-prev-de-riscos-de-corrupção-e-infra-conexas>, tem como objetivos principais:

- a) A identificação dos riscos de corrupção e infrações conexas relativamente a cada área ou Departamento;
- b) Com base no apuramento dos riscos, identificação das medidas a implementar para prevenir a sua ocorrência (por exemplo medidas de controlo interno em aplicação);

- c) Proposta de medidas preventivas da ocorrência de riscos, quando assim se justifique;  
d) Definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano.

### 13. Contratação Pública

A Lusa adota os procedimentos contratuais e pré-contratuais de aquisição e locação de bens e serviços que constam do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atualmente em vigor, na procura da simplificação, desburocratização e flexibilização dos procedimentos de formação dos contratos públicos, com vista ao aumento da eficiência da despesa pública e à promoção de um melhor e mais fácil acesso àqueles contratos por parte dos operadores económicos.

Todas as aquisições são objeto de um processo de compra organizado pelo Departamento de Compras, integrado na Direção de Áreas de Suporte.

O processo de compra inicia-se pela consulta ao mercado que é dirigida a pelo menos três potenciais fornecedores. Para aquisições de valor igual ou superior a 500 euros é obrigatória, pelo "Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços" aprovado pelo Conselho de Administração da Lusa em 29 de dezembro de 2010, a obtenção de pelo menos três propostas escritas dos potenciais fornecedores, tendo este procedimento sido adotado mesmo em compras de bens ou serviços de valor muito inferior. Regra geral, as aquisições de valor superior a 5 mil euros seguem os respetivos trâmites de procedimento de contratação pública não simplificado, sendo os respetivos contratos registados no portal base.gov.

Para alcançar à máxima conformidade legal dos valores de transparência, eficácia e desmaterialização dos procedimentos contratuais de aquisição e locação de bens e serviços, a Lusa adotou a utilização de uma plataforma eletrónica de contratação pública, onde efetua regularmente o lançamento de procedimentos de aquisição de bens e serviços.

Durante o exercício de 2023 foram contratualizados trinta e quatro (34) procedimentos de ajuste direto de aquisição de bens e serviços, no montante de €1.145.956, sete (7) procedimentos de aquisição de bens e serviços e de empreitada por consulta prévia, no total de €253.875, e dois (2) procedimentos de concurso público para a aquisição de bens e serviços, no valor total de €262.682. Os quarenta e três (43) procedimentos contratuais totalizaram, globalmente, o montante de €1.662.512, verificando-se conformidade com os procedimentos de contratação pública. Em 2023, a Lusa não celebrou contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2023

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento						Total	
	Concurso público		Consulta Prévia		Ajuste direto		N.º dos contratos	Preço contratual
	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual		
Locação/aquisição de bens móveis			1	51 030 €	8	87 716 €	9	138 746 €
Concessão de obras públicas			1	73 200 €			1	73 200 €
Aquisição de serviços	2	262 682 €	5	129 644 €	26	1 058 239 €	33	1 450 565 €
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>262 682 €</b>	<b>7</b>	<b>253 875 €</b>	<b>34</b>	<b>1 145 956 €</b>	<b>43</b>	<b>1 662 512 €</b>

Tipo de contrato	N.º dos contratos	Preço contratual	Tipo de procedimento	Fundamentação
Locação de bens móveis	10392612	9 613 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Locação de bens móveis	10392628	9 483 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) iii) CCP
Aquisição de serviços	10230574	9 600 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	10392278	259 798 €	Ajuste Direto	Art.27.º, n.º1, al.a) CCP
Aquisição de serviços	10392647	7 686 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) iii) CCP
Aquisição de serviços	10239310	42 120 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) ii) CCP
Locação de bens móveis	10392496	20 520 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) iii) CCP
Aquisição de serviços	10392590	5 024 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	10239459	51 703 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) ii) CCP
Aquisição de serviços	10549404	29 640 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) ii) CCP
Aquisição de serviços	10549656	14 400 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) iii) CCP
Aquisição de serviços	10554050	19 000 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	10554171	96 163 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) ii) CCP
Aquisição de serviços	10554325	9 999 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	10554538	27 354 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) ii) CCP
Aquisição de serviços	10554833	255 000 €	Ajuste Direto	Art.27.º, n.º1, al.a) CCP
Locação de bens móveis	10554980	9 767 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) iii) CCP
Aquisição de serviços	10555182	9 910 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	10555381	6 119 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de bens móveis	10555472	4 265 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) ii) CCP
Aquisição de bens móveis	10559269	16 730 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) ii) CCP
Aquisição de serviços	10559327	10 751 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	10555806	6 140 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de bens móveis	10558698	10 568 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	10555868	7 956 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	10555889	6 644 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	10556697	32 400 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) iii) CCP
Aquisição de serviços	10556716	32 400 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) iii) CCP
Aquisição de serviços	10570184	32 400 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) iii) CCP
Aquisição de serviços	10556813	32 400 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) iii) CCP
Aquisição de serviços	10556975	1 962 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	10557078	8 470 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de bens móveis	10557252	6 770 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	10557633	43 200 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) iii) CCP
Aquisição de serviços	10405185	16 992 €	Consulta Prévia	Art.20.º, n.º1, al.c) CCP
Aquisição de serviços	10557839	55 000 €	Consulta Prévia	Art.20.º, n.º1, al.c) CCP
Aquisição de serviços	10558037	9 895 €	Consulta Prévia	Art.20.º, n.º1, al.c) CCP
Aquisição de serviços	10558689	12 806 €	Consulta Prévia	Art.20.º, n.º1, al.c) CCP
Aquisição de serviços	10558334	34 951 €	Consulta Prévia	Art.20.º, n.º1, al.c) CCP
Aquisição de bens móveis	10558480	51 030 €	Consulta Prévia	Art.20.º, n.º1, al.c) CCP
Empreitadas de obras públicas	10558734	73 200 €	Consulta Prévia	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	10239158	69 974 €	Concurso Público	Art.20.º, n.º1, al.b) CCP
Aquisição de serviços	10389816	192 708 €	Concurso Público	Art.20.º, n.º1, al.b) CCP
<b>TOTAL</b>		<b>1 662 512 €</b>		

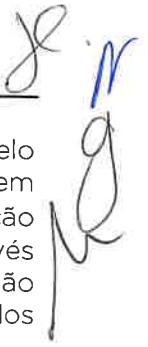
#### Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2022

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento						Total	
	Concurso público		Consulta Prévia		Ajuste direto		N.º dos contratos	Preço contratual
	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual		
Locação/aquisição de bens móveis	2	313 229 €	2	53 852 €	7	127 261 €	11	494 343 €
Concessão de obras públicas					1	4 580 €	1	4 580 €
Aquisição de serviços	4	1 379 775 €	4	158 604 €	17	563 536 €	25	2 101 915 €
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>1 693 005 €</b>	<b>6</b>	<b>212 456 €</b>	<b>25</b>	<b>695 377 €</b>	<b>37</b>	<b>2 600 838 €</b>

#### 14. Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A empresa formalizou a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 15 de setembro de 2011 e mantém-se atenta ao lançamento de procedimentos contratuais de aquisição e locação de bens e serviços ao abrigo dos acordos-quadro existentes que, tendo por base uma prévia qualificação de entidades fornecedoras, permitem a obtenção de vantagens relativamente a prazos procedimentais, à transparência nos processos e à verificação da capacidade técnica e financeira das entidades concorrentes.





A Lusa dispõe de um “Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços”, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 29 de dezembro de 2010 e publicitado em [www.lusa.pt](http://www.lusa.pt), que estabelece as normas que regem a realização de despesas com a aquisição e locação de bens e serviços necessários ao regular funcionamento da Agência para, através da garantia do respeito pelos princípios da publicidade, da livre concorrência e da não discriminação, da qualidade e da economicidade, permitir alcançar a melhor gestão dos meios ao seu dispor.

#### 15. Eficiência operacional, prevista nos n.º 1, 2 e 3 do artigo 133.º do DLEO 2023, e evolução dos gastos operacionais, prevista nos n.º 4 e 5 do artigo 133.º do DLEO 2023

A estratégia de consolidação orçamental, que determina a redução da despesa pública por parte do Estado, impõe às empresas do SEE, onde a Lusa se enquadra, por via do OE para 2023 e do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO 2023), e de outras determinações emanadas das entidades que a tutelam, a adoção de medidas de redução e contenção de gastos.

A Lusa, em cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, endereçou um pedido ao senhor Ministro da Cultura relativo à exceção da verificação da redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios. Foi igualmente proposto o estabelecimento de outro indicador que permitisse medir a otimização da estrutura de gastos operacionais, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 124.º do DLEO, atendendo a que a Lusa cumpre com os requisitos expressos na alínea b) do n.º 5 do mesmo artigo. O indicador proposto pela Lusa teve um despacho favorável por parte do Senhor Ministro da Cultura em 17 de maio de 2017 e do Senhor Secretário de Estado do Tesouro (SET) em 1 de junho de 2017 (em anexo).

O indicador vigorou por 3 anos, entre 2017 e 2019. Em 2020 e 2021, uma vez que não existiu Decreto-Lei de Execução Orçamental e que a Lusa não teve Contrato com o Estado considerou-se o mesmo indicador. Em 2022 e 2023, uma vez que os pressupostos para a proposta de um indicador alternativo se mantêm, a Lusa anexou à sua proposta de PAO para 2023 o pedido de continuidade do indicador anteriormente aprovado.

No cálculo do indicador registou-se, conforme quadro seguinte, um agravamento do custo médio por conteúdo de €3,56 face a 31 de dezembro de 2022. Importa referir que este agravamento resulta da diminuição da produção editorial, sobretudo pela realização de Eleições Legislativas e de grandes eventos desportivos como o Campeonato do Mundo de Futebol e a produção de notícias sobre a guerra na Ucrânia, que dominou noticiosamente o ano de 2022, não obstante a Lusa ter ultrapassado os níveis mínimos exigidos para a produção de todos os tipos de conteúdo em 2023. Desconsiderando este efeito, verificar-se-ia uma melhoria na evolução deste indicador. De referir adicionalmente, comparativamente a 2019, o ano anterior ao período pandémico e de crise geopolítica internacional, o valor do indicador regista uma diminuição de €0,17, o que se traduz numa melhoria da eficiência da Lusa.

Para este cálculo, é expurgado o efeito de situações não recorrentes, como o decorrente de alterações legislativas e disposições legais e associados ao projeto Google em 2017. De igual forma, sendo uma situação não recorrente e alheia à empresa, foi expurgado do cálculo do indicador em 2023 o efeito da constituição de uma imparidade no valor da totalidade da dívida do grupo Global Media à Lusa em 2023, no valor de €883 mil.



DESCRIÇÃO	REAL 2015	REAL 2016	REAL 2017	REAL 2018	REAL 2019	REAL 2020	REAL 2021	REAL 2022	REAL 2023
Fornecimentos e serviços externos	3 852 659	3 817 166	3 963 965	4 056 614	3 965 907	3 688 876	4 042 761	3 998 095	4 007 646
Gastos com o pessoal	9 332 451	9 752 784	9 864 846	10 218 859	11 559 595	11 761 927	11 975 012	12 309 034	12 986 732
Perdas por imparidade	369 587	86 446	45 389	39 589	142 047	194 238	84 790	35 479	1 005 370
Perdas por reduções de justo valor	0	100	7	0	0	0	0	0	0
Provisões do período	24 768	197 667	355 912	224 278	134 637	97 578	77 213	205 443	73 147
Outros gastos e perdas	265 746	175 017	137 670	122 551	91 096	88 075	60 130	118 244	118 795
Gastos e perdas de financiamento	16 938	4 879	1 092	0	0	0	0	8 438	0
<b>Total de Gastos e perdas (sem amortizações) (A)</b>	<b>13 862 150</b>	<b>14 034 059</b>	<b>14 368 882</b>	<b>14 661 892</b>	<b>15 893 283</b>	<b>15 830 693</b>	<b>16 239 905</b>	<b>16 674 733</b>	<b>18 191 691</b>
Indemnizações com o pessoal	0	226 481	140	793	3 200	0	0	0	0
Alterações Legislativas <sup>(1)</sup>	100 582	334 763	611 952	1 016 426	1 923 318	2 470 174	2 511 657	2 684 358	3 423 033
Imparidade de dívidas a receber (GMG) <sup>(11)</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0	882 873
Projeto Google (FSE)	0	0	154 802	0	0	0	0	0	0
<b>Total de efeitos não recorrentes (B)</b>	<b>100 582</b>	<b>561 244</b>	<b>766 895</b>	<b>1 017 220</b>	<b>1 926 518</b>	<b>2 470 174</b>	<b>2 511 657</b>	<b>2 684 358</b>	<b>4 305 907</b>
<b>Produção Editorial (n.º de conteúdos) (C)</b>	<b>222 799</b>	<b>227 821</b>	<b>235 091</b>	<b>240 770</b>	<b>248 892</b>	<b>276 076</b>	<b>290 584</b>	<b>267 029</b>	<b>248 191</b>
<b>Indicador ((A)-(B))/(C)</b>	<b>61,77</b>	<b>59,14</b>	<b>57,86</b>	<b>56,67</b>	<b>56,12</b>	<b>48,39</b>	<b>47,24</b>	<b>52,39</b>	<b>55,95</b>

<sup>(1)</sup> - Alterações legislativas decorrentes da Lei n.º 75/2014, Lei n.º 159-A/2015, Lei n.º 42/2016 e Despacho n.º 3746/2017, descongelamento dos IRCT e admissão dos PREVPAP em 24 abril de 2019.

<sup>(11)</sup> - Constituição de imparidade no valor da totalidade da dívida do grupo Global Media à Lusa em 2023, no valor de €883 mil.

O quadro seguinte, elaborado de acordo com as instruções dos IPG para 2023, no enquadramento dado pelo disposto no artigo 133.º do DLEO 2023, que se refere aos gastos operacionais das empresas do setor empresarial do Estado, permite observar a evolução das rubricas associadas ao rácio da eficiência operacional, que inclui a análise das rubricas relativas aos gastos operacionais, volume de negócios, custos com deslocações, estadas e transportes, ajudas de custo, gastos com a frota automóvel e com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

Para efeitos de comparabilidade da eficiência operacional, o mapa permite igualmente observar a variação do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, excluindo a indemnização compensatória, expurgando-se os gastos relativos aos órgãos sociais, o impacto do cumprimento de disposições legais e das valorizações remuneratórias obrigatórias (valores referentes à reposição dos direitos previstos em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, incluindo os resultantes do processo de Avaliação de Desempenho, aumentos salariais e outras valorizações remuneratórias obrigatórias), o efeito do absentismo e das indemnizações pagas por rescisão e os impactos decorrentes de fatores excecionais, onde se incluem, além dos custos decorrentes da situação pandémica, os gastos associados à crise geopolítica internacional. Neste caso, estão considerados os valores associados a deslocações em serviço para efeitos de cobertura jornalística da situação de guerra, e respetivas ajudas de custo, reunidos num centro de custo próprio, criado para o efeito. A estimativa de aumento dos gastos com consumos energéticos, referentes a combustíveis e energia elétrica, decorrente da crise geopolítica não foi expurgada para efeitos de comparabilidade da eficiência operacional.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2023	2023	2022	2019	2023 / 2022		2023 / 2019	
	Execução	Orç. Dif.	Execução	Execução	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	644 044	883 953	835 847	1 380 703	-191 802	-22,9%	-736 659	-53,4%
(1) CMVMC	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
(2) FSE	4 007 646	3 933 797	3 998 095	3 965 907	9 551	0,2%	41 740	1,1%
(3) Gastos com o pessoal	12 986 732	13 099 505	12 309 034	11 559 595	677 698	5,5%	1 427 137	12,3%
i. Gastos relativos aos órgãos sociais (a)	149 017	171 958	157 271	132 793	-8 254	-5,2%	16 224	12,2%
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais (a)	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
iii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento (Despachos de 15/12/2022 e 12/5/2023, SET e SEF) (a)	604 898	601 340	0	0	604 898	NC	604 898	NC
iv. Valorizações remuneratórias obrigatórias (a)*	1 486 438	1 471 752	1 352 661	591 621	133 777	9,9%	894 817	151,2%
v. Efeito do absentismo e dos gastos com indemnizações por rescisão (exceto mútuo acordo) (a)	-444 591	-288 968	-290 058	-235 258	-154 533	53,3%	-209 333	89,0%
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i. a v.	11 190 970	11 143 423	11 089 160	11 070 440	101 811	0,9%	120 530	1,1%
(5) Impactos decorrentes de fatores excepcionais (b)	11 666	21 539	98 690	0	-87 025	-88,2%	11 666	NC
<b>(6) Gastos Operacionais para efeitos de apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)</b>	<b>16 982 713</b>	<b>17 011 763</b>	<b>16 208 438</b>	<b>15 525 502</b>	<b>774 274</b>	<b>4,8%</b>	<b>1 457 211</b>	<b>9,4%</b>
(7) Volume de Negócios (VN)	18 553 250	17 951 805	17 195 256	16 795 720	1 357 994	7,9%	1 757 530	10,5%
... dos quais, Indemnizações Compensatórias (IC) conforme Contrato de Serviço Público (c)	14 467 400	14 074 983	13 406 286	13 033 772	1 061 114	7,9%	1 433 628	11,0%
(8) Perda de receita decorrente de fatores excepcionais (b)	38 359	72 150	52 921	0	-14 561	-27,5%	38 359	NC
<b>(9) Volume de Negócios para efeitos de apuramento da eficiência operacional = (7)+(8)</b>	<b>18 591 609</b>	<b>18 023 955</b>	<b>17 248 177</b>	<b>16 795 720</b>	<b>1 343 432</b>	<b>7,8%</b>	<b>1 795 890</b>	<b>10,7%</b>
<b>(10) Peso dos Gastos/VN (6)/(9)</b>	<b>91,3%</b>	<b>94,4%</b>	<b>94,0%</b>	<b>92,4%</b>	<b>-2,6 p.p.</b>	<b>-</b>	<b>0,5 p.p.</b>	<b>-</b>
i. Gastos com deslocações, estadas e transportes	485 637	469 114	435 050	421 073	50 587	11,6%	64 563	15,3%
ii. Gastos com ajudas de custo	463 664	432 127	431 285	437 488	32 379	7,5%	26 176	6,0%
iii. Gastos associados à frota automóvel (d)	137 320	147 587	145 629	182 664	-8 308	-5,7%	-45 344	-24,8%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	19 000	0	0	0	19 000	NC	19 000	NC
<b>(11) Total dos Gastos = (i)+(ii)+(iii)+(iv), conforme alínea c) do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO 2023</b>	<b>1 105 621</b>	<b>1 048 827</b>	<b>1 011 964</b>	<b>1 041 226</b>	<b>93 658</b>	<b>9,3%</b>	<b>64 395</b>	<b>6,2%</b>
N.º de viaturas	20	20	20	20	0	0,0%	0	0,0%

(a) Conforme disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO 2023. Relativamente aos valores registados na alínea v., os valores do absentismo são apresentados com sinal negativo.

(b) Os impactos excepcionais (designadamente da crise geopolítica) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 133.º do DLEO 2023, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados. Se outros rendimentos concorrerem para o VN, para além das vendas e Serviços Prestados, os mesmos devem ser claramente identificados e justificados.

(c) Inclui o valor de ajustamento à IC, conforme o n.º 5 da cláusula 9.ª do Contrato com o Estado.

(d) Os gastos associados à frota incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

\* Valores referentes à reposição dos direitos previstos em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (incluindo os resultantes do processo de Avaliação de Desempenho), aumentos salariais e outras valorizações remuneratórias obrigatórias e integração de PREVPAP no quadro de trabalhadores efetivos da empresa.

O aumento de €10 mil (0,2%), face a 2022, observado nos fornecimentos e serviços externos foi o resultado, sobretudo, dos gastos com serviços de *outsourcing* de sistemas de informação e de cibersegurança (evidenciados em trabalhos especializados), deslocações em reportagem, serviços jurídicos com processos em curso (na rubrica comissões e honorários) e da inflação registada em 2023. Em sentido contrário, os principais desvios favoráveis sucederam por efeito da diminuição dos gastos com correspondentes e colaboradores e energia e fluidos.

O incremento de €678 mil (5,5%) nos gastos com pessoal decorre, sobretudo, da atualização salarial efetuada em 2023, do descongelamento dos IRCT - nomeadamente, a regularização da Avaliação de Desempenho, diuturnidades e progressões automáticas e por mérito -, do acréscimo das ajudas de custo contratuais, dos gastos com seguro de saúde e com formação profissional, conjugado com o aumento do absentismo (poupança gerada por baixas por doença e parto).

A par da situação conjuntural decorrente da pandemia, a atual situação geopolítica internacional, de grande incerteza, gerou importantes alterações nas variáveis macroeconómicas de referência, como a inflação ou as taxas de juro, e tem um impacto

orçamental significativo, designadamente no que se refere a gastos com consumos energéticos.

Na perda de receitas decorrente de fatores excepcionais, em consequência da pandemia e da conjuntura económica e crise geopolítica internacional, foi identificado um impacto nas receitas comerciais de cerca de 65% de todas as rescisões e renegociações que tiveram lugar neste período, no montante de €38 mil em 2023. O segmento de negócio com maior contribuição foi 'Grandes órgãos de comunicação social' (GOCS), com cerca de 48% do total, seguido de 'Mercado externo' com 23% e 'Pequenos órgãos de comunicação social' (POCS) com 22%. Em conjunto, estas três áreas de negócio representam cerca de 93% das rescisões e renegociações atribuídas a fatores excepcionais. Esta perda de negócio foi compensada com a angariação de novos clientes/subscritores no segmento de negócio POCS e pelos proveitos obtidos com o projeto Google News Showcase e o Programa de Formação de Jornalistas do Parlamento Europeu (EP Training), no mercado externo.

O total de gastos com deslocações, estadas e transportes, ajudas de custo, gastos com a frota automóvel e com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultorias regista um aumento de €94 mil relativamente ao período homólogo.

Esta evolução deveu-se, no caso dos gastos com deslocações, estadas e transportes e ajudas de custo, ao aumento dos gastos incorridos com deslocações em reportagem e outras, decorrente do aumento de atividade em 2023 e do efeito da inflação.

Os gastos com a frota automóvel registaram um decréscimo de €8 mil em 2023 face ao período homólogo. O parque automóvel da Lusa mantém o número de viaturas em 2023, ou seja, 20, encontrando-se no limite das suas necessidades, pelo que é sempre efetuada a maximização do uso comum.

No decurso de 2023, a Lusa incorreu em €19 mil de gastos relativos a contratação de serviços de consultoria para a realização de um estudo de avaliação dos capitais próprios da empresa, na impossibilidade de satisfação das necessidades através de recursos próprios, nos termos do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO 2023).

#### 16. Recursos humanos e massa salarial (artigo 131.º do DLEO 2023 | Despachos de 15 de dezembro de 2022 e 12 de maio de 2023, do SET e SEF)

No âmbito do processo de negociação de aumentos salariais entre a Lusa e os sindicatos, foi enviado às tutelas o pedido de excecionamento ao aumento dos gastos com o pessoal de 6,1% da massa salarial global em 2023 face ao executado em 2022, em cumprimento das orientações dos Despachos de 15 de dezembro de 2022 e de 12 de maio de 2023 do SEF e do SET para o SEE e da concretização do Acordo de médio prazo de melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, de 9 de outubro de 2022.

Esta atualização salarial em 2023 traduziu-se num aumento de €83 no vencimento base mensal de todos os trabalhadores efetivos, com impacto nos respetivos indexantes e componentes remuneratórias, e a atualização do valor diário do subsídio de refeição, a que acrescem os automatismos decorrentes dos IRCT e o impacto das promoções por mérito referentes ao ciclo de avaliação de desempenho 2020-2022.

A empresa, que segue as orientações do Governo sobre política remuneratória para o SEE, aplicou esta atualização salarial em junho, com retroativos a janeiro de 2023, equivalente a uma taxa de atualização da massa salarial global anualizada, face a 2022, de 6,1%.

Despachos de 15/12/2022 e 12/05/2023, SET e SEF

Taxa de atualização da massa salarial (2023-2022)

6,1%

É possível observar a diminuição de um trabalhador efetivo e de um membro dos órgãos sociais, por renúncia ao mandato de vogal não executivo do Conselho de Administração, face a igual período de 2022, encontrando-se três efetivos aquém do orçamentado para o período, devido à saída de 2 jornalistas requisitados e a passagem à reforma de um trabalhador no decurso de 2023 (tendo o PAO 2023 sido aprovado a 26 de setembro e a Lusa dado início à identificação de uma empresa para o recrutamento de um trabalhador para as mesmas funções, os devidos procedimentos de seleção concluir-se-ão no início de 2024).

O quadro seguinte permite evidenciar a evolução destes gastos e do número total de recursos humanos na empresa, incluindo os membros dos órgãos sociais e de cargos de direção.

RECURSOS HUMANOS	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec.	2023 / 2022	
				Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS) (a)	9	10	10	-1	-10,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	2	3	3	-1	-33,3%
N.º trabalhadores (sem OS e sem CD) (b)	261	263	261	0	0,0%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	272	276	274	-2	-0,7%
N.º trabalhadores / N.º CD	29	27	26	3	10,7%
Gastos com o pessoal / Total (OS+CD+Trabalhadores) [€]	12 986 732	13 099 505	12 309 034	677 698	5,5%

(a) Inclui os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. Renúncia ao mandato de Vogal não executivo do Conselho de Administração com efeitos a 31/03/2023.

(b) O n.º de trabalhadores inclui o Presidente do Conselho de Administração, que foi requisitado para o exercício das funções.

Os gastos com o pessoal ajustados (corrigidos do efeito das admissões, conforme despacho do SET e SEF de 15 de dezembro de 2022) por trabalhador (incluindo órgãos sociais) registou um aumento de 5,9% em 2023 relativamente ao exercício anterior.

Despachos de 15/12/2022 e 12/05/2023, SET e SEF	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec.	2023 / 2022	
				Δ Absol.	Var. %
Gastos com o pessoal ajustados* / Total (OS+CD+Trabalhadores) [€]	47 593	47 462	44 923	2 670	5,9%

\* O valor de referência incluído do Acordo de médio prazo de melhoria de rendimentos, dos salários e da competitividade não inclui efeitos de volume decorrentes de aumentos líquidos do n.º de trabalhadores, conforme Despacho de 15/12/2022.

17. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 105.º da LOE 2023 e artigo 91.º do DLEO 2023)

No que se refere ao pedido de dispensa do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a Lusa solicitou ao IGCP a exceção à obrigação do seu cumprimento, tendo ficado excecionada do cumprimento da UTE nas operações não executadas pelo IGCP, através do Despacho do IGCP Ref.ª UE: SGC n.º 87, de 30 de maio de 2022, para os anos de 2022 e 2023.

Até à data a Lusa tem seguido o mesmo princípio de anos anteriores, isto é, exceção do cumprimento da UTE nos seguintes serviços:

- Os valores inerentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Os valores inerentes aos empréstimos bancários contraídos (valores estritamente necessários para o serviço do empréstimo, nas datas previstas para o efeito);
- Os valores relativos à custódia de títulos que não sejam dívida pública;
- Os valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades.



Os restantes valores devem, pois, ser movimentados pela LUSA através de contas no IGCP, pela utilização dos serviços bancários disponibilizados por esta Agência.

(Euros)

Disponibilidades	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
<b>Banca Comercial</b>	<b>41 741</b>	<b>43 713</b>	<b>76 463</b>	<b>61 003</b>
Banco B.P.I.	8 885	9 313	13 429	5 658
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	14 389	6 871	24 757	32 887
Banco Millennium Internacional (Maputo)	7 801	15 465	21 649	10 935
Banco Interatlântico (Cabo Verde)	0	0	7 637	8 410
Banco Santander Totta	1 183	1 130	1 077	1 024
Caixa Geral Angola	9 482	10 934	7 913	2 089
<b>IGCP</b>	<b>872 492</b>	<b>1 087 349</b>	<b>987 750</b>	<b>364 330</b>
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.	872 492	1 087 349	987 750	364 330
<b>Disponibilidades</b>	<b>914 233</b>	<b>1 131 063</b>	<b>1 064 212</b>	<b>425 333</b>
Aplicações Financeiras	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.	0	0	0	850 000
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	7 046	7 046	7 046	6 793
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>7 046</b>	<b>7 046</b>	<b>7 046</b>	<b>856 793</b>
<b>Total Disponibilidades + Aplicações Financeiras</b>	<b>921 279</b>	<b>1 138 109</b>	<b>1 071 259</b>	<b>1 282 126</b>
<b>Juros Auferidos</b>	<b>0</b>	<b>3 238</b>	<b>12 593</b>	<b>19 310</b>

18. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Em cumprimento do Programa de Fiscalização da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, foi realizada uma verificação interna às contas de gerência da Lusa relativa ao exercício de 2020, tendo sido emitido pelo Departamento de Auditoria de Prestação de Contas do SEE, a 13 de dezembro de 2023, como resultado da auditoria, o relatório do processo n.º 3144/2020, que integra os resultados dos procedimentos efetuados, que constituíram a base para a decisão sobre a respetiva homologação de contas.

Face à existência de contas bancárias tituladas pela Lusa fora do IGCP, para além das garantias bancárias em 2022, a Lusa foi alertada para a necessidade de dar rigoroso cumprimento às decisões do IGCP na matéria e, em eventuais futuros pedidos a remeter àquela Agência, preencher de forma adequada e documentada os respetivos pedidos/formulários, de modo a que o IGCP se possa pronunciar de forma mais detalhada.

Perante as justificações prestadas pela Lusa, as situações apresentadas foram consideradas esclarecidas, não existindo recomendações constantes do relatório de verificação interna de contas, pelo que o Tribunal de Contas não procedeu à avaliação do seu grau de acolhimento.

19. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC

Considerando que a Lusa não é classificada como entidade de interesse público e que, em 31 de dezembro de 2023, a Lusa não excede o número médio de 500 trabalhadores, pois o seu efetivo total nesta data é de 263 trabalhadores, não se apresenta a demonstração não financeira.



20. Informação a constar no sítio da internet do Setor Empresarial do Estado (portal da DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
<b>Estatutos</b>	S	01/02/2024	
<b>Caracterização da Empresa</b>	S	01/02/2024	
<b>Função de tutela e accionista</b>	S	01/02/2024	
<b>Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais</b>			
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	01/02/2024	
- Estatuto remuneratório fixado	S	01/02/2024	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	01/02/2024	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	01/02/2024	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	01/02/2024	
<b>Esforço Financeiro Público</b>	S	01/02/2024	
<b>Ficha Síntese</b>	S	01/02/2024	
<b>Informação Financeira histórica e atual</b>	S	01/02/2024	
<b>Princípios de Bom Governo</b>			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	01/02/2024	Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços em vigor desde 1 de janeiro de 2011.
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	01/02/2024	
- Outras transações	N.A.	01/02/2024	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios			
Económico	S	01/02/2024	
Social	S	01/02/2024	
Ambiental	S	01/02/2024	
- Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	01/02/2024	
- Código de Ética	S	01/02/2024	

Legenda: S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável

*M J*  
*N*  
*g*

21. Quadro de cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
<b>Objectivos de Gestão</b>					
Cumprimento do Contrato de Serviço Público	X			100%	Em 2023, a produção editorial da Lusa totalizou 248.191 conteúdos, cumprindo as metas contratuais para a produção de todos os conteúdos (ver n.º 1).
1) A gestão orçamental criteriosa tem de continuar a ser uma prática fundamental, visando uma posição económica e financeira sustentável, de modo a executar a implementação do PAO, para uma maior autonomia e independência na gestão e considerando os novos desafios derivados da crise económica em curso, e dos objetivos do acionista maioritário. A agência tem de continuar a apresentar resultados líquidos positivos decorrentes da sua atividade normal e recorrente.	X			100%	A Lusa tem apresentado resultados positivos, consecutivamente, desde 2016. A constituição de uma imparidade no valor da totalidade da dívida do GMG à Lusa gerou resultados operacionais e líquidos negativos em 2023, tendo o EBITDA se mantido positivo. O Contrato Programa foi visado pelo Tribunal de Contas (TdC) em 24/08/2022 para vigorar retroativamente desde janeiro e é válido para o sexénio 2022-2027. O aditamento ao Contrato, por via da RCM n.º 64/2023, foi visado pelo TdC em 12/01/2024, vigorando retroativamente desde janeiro de 2023 (ver n.º 1).
2) Na área de RH destacam-se algumas iniciativas a alcançar: a) Lançamento e certificação da Escola Lusa; b) Potenciar a Escola Lusa com várias ações de formação em áreas do jornalismo de agência e de temas cruciais; c) Retomar ações de formação transversais a toda a empresa; d) Revisão do AE adequando-se à nova realidade da Agência e do mercado; e) Relançar todas as atividades ligadas à Igualdade do Género de modo a executar o plano já definido; f) Melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores da Lusa sempre que possível e em todas as geografias.	X			100%	Ver n.º 1
3) A nível estratégico, considerando que a Lusa tem de ter a sua atividade assente em políticas públicas e que, fruto da evolução da sociedade moderna, novos valores e princípios devem ser implementados, reforçados ou revistos na triade do pensamento estratégico Missão, Valores e Visão, dado a antiguidade dos mesmos.	X			100%	Ver n.º 1
4) A nível editorial, a continuação do aumento da notoriedade da Lusa através da promoção de debates e conferências, a realizar em variados formatos e nas nossas redes sociais, de acordo com estratégia a desenvolver, relacionados com temas fraturantes do mundo moderno com destaque para a agenda da União Europeia, nomeadamente nas suas cinco grandes prioridades – Economia Social, Economia Resiliente, Economia Verde, Economia Digital e Economia Global –, assim como o reforço da presença em ações de responsabilidade social.	X			100%	Ver n.º 1
5) A modernização e atualização tecnológica é uma das bases para o sucesso da Lusa, devendo considerar as seguintes iniciativas: a) Debater e implementar uma cultura de inovação transversal à empresa e à sua atividade; b) Constituir uma rede de parceiros tecnológicos flexíveis, Inovadores e profissionais que nos acompanhem nestas ações; c) Implementar ações de cibersegurança de modo a minimizar qualquer impacto derivado de ações externas e internas que possam ter na atividade da Lusa e no seu ecossistema; d) Analisar e implementar ferramentas que possam aumentar a eficiência operacional e de mercados da empresa através de várias ferramentas de várias tecnologias de ajuda ao trabalho diário e com integração nos principais sistemas; e) Iniciar a implementação de um modelo de negócio digital, assente num sistema flexível, alicerçado numa distribuição através de um site moderno e em redes sociais, potenciando e comercializando os conteúdos para vários públicos, em mobilidade, e geografias existentes e/ou a conquistar.	X			100%	Ver n.º 1
6) A nível comercial, a empresa terá de ter uma atitude mais cêntrica face aos clientes e utilizadores, tendo presente a mudança nos hábitos de consumo e a conquista das gerações afastadas das notícias, por diversos fatores. Assim, é necessário a redefinição da produção noticiosa em formatos mais ricos, conteúdos mais diversos e multifacetados, de modo a fazer face a necessidades de diferentes segmentos de clientes, geografias e populações etárias de utilizadores de conteúdos. A nível da distribuição, é necessário ter em consideração as necessidades das plataformas de comercialização dos clientes de modo a poder entregar serviços "chave na mão". Em termos do portfólio de clientes correntes, deverá ser feita uma análise aprofundada, de modo a potenciar o crescimento, através de preço ou de mais serviços, e explorar outros que têm potencial de serem clientes ativos. O aumento das receitas para além do contrato de serviço público como meta, e tendo por base o novo modelo de contrato, com vista a conseguir gerar recursos para alavancar as mudanças tecnológicas prementes.	X			100%	Ver n.º 1
7) Na área de Marketing, o foco no aumento da notoriedade da Lusa deve ser uma premissa base da atividade. Para este fim, a continuação da implementação de várias ações como: a) Protocolos com agências internacionais que complementem a nossa gama de serviços e geografias; b) Continuação da edição distribuição e comercialização anuário Lusa; c) Protocolos com escolas de comunicação social para partilha de conteúdos e de estágios; d) Acordos com "start-ups" nomeadamente em áreas nas quais precisamos de desenvolver mais competências; e) Presença em conferências de parceiros Institucionais de relevo bem como reforçar os laços com as alianças de agências de notícias; f) Promover ações interna de divulgação da marca Lusa, aumentando a participação dos trabalhadores; g) Candidaturas a projetos internacionais e nacionais em várias áreas da empresa; h) Encontro anual de trabalhadores.	X			100%	Ver n.º 1
<b>Metas a atingir constantes no PAO 2023</b>					
Investimento	X				O Investimento total foi de €375 mil em 2023, €438 mil (-53,9%) aquém do previsto, e Incidiu sobretudo na aquisição de 2 viaturas para as delegações da Lusa em Bissau e Maputo, na conservação e reparação exterior do edifício da sede, na modernização e expansão do parque informático e na renovação de equipamento fotográfico, vídeo e multimédia. Realizaram-se desenvolvimentos no sistema editorial LUNA, renovou-se o licenciamento de SW da solução de planeamento e controlo orçamental e adquiriram-se equipamentos de SW do sistema de transmissão de vídeo para a realização e transmissão de diretos em TV (ver n.º 1).
Nível de endividamento	X		X		A 31/12/2023 a Lusa não tem endividamento bancário (ver n.º 1).
<b>Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE</b>					
Gestão do Risco Financeiro	X			Em 31/12/2023, a empresa não tem financiamento.	Ver n.º 2.
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Em 31/12/2023, a Lusa não apresenta passivo remunerado.	Ver n.º 3.
Evolução do PMP a fornecedores	X			PMP a fornecedores de 32 dias (58 dias em 2022).	Este indicador regista um decréscimo de 26 dias face a 31/12/2022. A deterioração deste indicador em 2022 resultou do adlamento de alguns pagamentos pelo facto do recebimento de contrapartida financeira referente à prestação do serviço público dos 3 primeiros trimestres de 2022 ter ocorrido apenas a 21/09/2022, tendo a Lusa de gerir as disponibilidades de tesouraria (ver n.º 4.1).
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			Dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011: €754.	Regista-se uma redução de €15 na dívida com prazo superior a 90 dias, face a 31/12/2022 (ver n.º 4.2).

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
<p><b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b></p> <p>A AG da Lusa para aprovação das contas de 2022 realizou-se a 28/03/2023, tendo o representante do acionista Estado proposto e votado «favoravelmente a aprovação dos documentos de prestação de contas referente ao exercício de 2022, nele se incluindo o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e os respetivos anexos, sendo que, atenta a CLC e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, recomenda-se ao CA para que diligencie no sentido de cumprir com»:</p> <p>i. «Os níveis de produção de notícias, designadamente em formato áudio, de acordo com o definido na Cláusula 6.ª do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público»</p> <p>ii. «O rácio alternativo de eficiência operacional que tem vindo a ser objeto de aplicação pela Sociedade»</p> <p>iii. «A redução do prazo de pagamento a fornecedores, em conformidade com os critérios e objetivos definidos na RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro»</p> <p>iv. «O disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 133.º do Decreto-Lai n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, que aprovou o Decreto-Lai de Execução Orçamental para 2023»</p>	X				<p>Em 2023, a Lusa ultrapassou os níveis mínimos definidos na Cláusula 6.ª do Contrato com o Estado para a produção de conteúdos em todos os formatos (ver n.º 5). O indicador aplicado pela Lusa para aferição da eficiência operacional registou um aumento de €3,56 do custo médio por conteúdo face a 31/12/2022, traduzindo um aumento do peso dos custos face à produção editorial. Este facto deveu-se à diminuição da produção editorial, sobretudo pela realização de Eleições Legislativas e de grandes eventos desportivos como o Mundial de Futebol e a produção de notícias sobre a guerra na Ucrânia, que dominou noticiosamente o ano de 2022, não obstante a Lusa ter ultrapassado os níveis mínimos exigidos para a produção de todos os tipos de conteúdo em 2023. Desconsiderando este efeito, verificar-se-ia uma melhoria na evolução deste indicador. Face a 2019, o ano anterior ao período pandémico e de crise geopolítica internacional, o valor do indicador regista uma diminuição de €0,17, uma melhoria da eficiência da Lusa (ver n.º 5). O PMP a fornecedores foi de 32 dias em 2023 e regista uma redução de 26 dias face a 31/12/2022 (ver n.º 5). O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo, frota automóvel e a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria registam, globalmente, um desvio desfavorável de €57 mil face ao orçamento e um aumento de €94 mil relativamente ao período homólogo. Esta evolução deveu-se, sobretudo, ao aumento dos gastos incorridos com deslocações em reportagem e outras, decorrente do aumento de atividade em 2023 e do efeito da inflação e à contratação de serviços de consultoria para a realização de um estudo de avaliação dos capitais próprios da empresa, na impossibilidade de satisfação das necessidades através de recursos próprios. Os gastos com a frota automóvel registaram um decréscimo de €10 mil face ao previsto em 2023 e de €8 mil face ao período homólogo (ver n.º 5). Não foram emitidas reservas por parte do Auditor Externo na CLC referente a 2022 (ver n.º 6).</p>
<p><b>Reservas emitidas na última CLC</b></p>	X				
<p><b>Remunerações</b></p> <p>CA - reduções remuneratórias vigentes em 2023</p>	X			Reduções remuneratórias do CA no montante total de €5.803 em 2023.	Redução remuneratória de 5% ao abrigo do Estatuto do Gestor Público (ver n.º 7).
<p><b>EGP - Artigo 32.º e 33.º do EGP</b></p> <p>Não utilização de cartões de crédito</p> <p>Não reembolso de despesas de representação pessoal</p> <p>Valor máximo das despesas associadas a comunicações</p> <p>Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço</p> <p><b>Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16.º do RJSP e artigo 11.º do EGP</b></p> <p>Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais</p> <p><b>Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b></p> <p>Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens</p>	X	X			<p>Ver n.º 8.</p> <p>Plafond Mensal definido €80, conforme ata da AG de 31 de maio de 2021 (ver n.º 8).</p> <p>Plafond mensal definido é de 1/4 do valor do abono mensal para despesas de representação, conforme ata da AG de 31 de maio de 2021 (ver n.º 8).</p> <p>Em 2023, a Lusa não incorreu na realização de despesas não documentadas. (ver n.º 9).</p> <p>Ver n.º 10.</p> <p>Ver n.º 12.</p>
<p><b>Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção de corrupção</b></p>	X			<a href="https://www.lusa.pt/about-lusa/Relatório-da-Igualdade-de-Remunerações-por-Género">https://www.lusa.pt/about-lusa/Relatório-da-Igualdade-de-Remunerações-por-Género</a> <a href="https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-de-prev-de-riscos-de-corrupção-e-infra-conexas">https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-de-prev-de-riscos-de-corrupção-e-infra-conexas</a>	
<p><b>Contratação Pública</b></p> <p>Aplicação das normas de contratação pública pela empresa</p> <p>Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas</p> <p>Contratos submetidos a visto prévio do TC</p> <p>Adesão ao Sistema Nacional de compras públicas</p> <p><b>Gastos operacionais das Empresas Públicas</b></p> <p><b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 20.º do DL 133/2013)</b></p> <p>Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP</p> <p>Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial</p> <p>Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado</p>	X		X	<p>Em 2023 foram contratualizados 34 procedimentos de ajuste direto de aquisição de bens e serviços (€1.145.956), 7 de aquisição de bens e serviços e de empreitada por consulta prévia (€253.875) e 2 de concurso público para a aquisição de bens e serviços (€262.682). Os 43 procedimentos contratuais totalizaram €1.662.512.</p> <p>Foi estabelecido um novo indicador para medir a otimização da estrutura de gastos operacionais, de acordo com o Despacho n.º 351/17 do SET. No cálculo do indicador registou-se um agravamento do custo médio por conteúdo de €3,56 face a 31/12/2022.</p> <p>94,7% (91,2% em 2022).</p> <p>total de disponibilidades e aplicações na Banca Comercial em 31/12/2023: €67.796 (€67.579 em 2022)</p>	<p>A Lusa adota os procedimentos contratuais e pré-contratuais de aquisição e locação de bens e serviços que constam do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lai n.º 16/2008, de 29 de janeiro, na redação atualmente em vigor. (ver n.º 13).</p> <p>Ver n.º 14.</p> <p>O aumento do peso dos custos face à produção editorial decorreu da diminuição da produção editorial, sobretudo pela realização de Eleições Legislativas e de grandes eventos desportivos como o Mundial de Futebol e a produção de notícias sobre a guerra na Ucrânia, que dominou noticiosamente o ano de 2022, não obstante a Lusa ter ultrapassado os níveis mínimos exigidos para a produção de todos os tipos de conteúdo em 2023. Desconsiderando este efeito, verificar-se-ia uma melhoria na evolução deste indicador. Comparativamente a 2019, o ano anterior ao período pandémico e de crise geopolítica internacional, o valor do indicador regista uma diminuição de €0,17, o que se traduz numa melhoria da eficiência da Lusa (ver n.º 15).</p> <p>A Lusa solicitou ao IGCP a exceção à obrigação do cumprimento da UTE, tendo ficado excecionada do cumprimento da UTE nas operações não executadas pelo IGCP, através do Despacho do IGCP Ref.º UE: SGC n.º 87, de 30 de maio de 2022, para os anos de 2022 e 2023 (ver n.º 17).</p> <p>A Lusa não auferiu juros em incumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (ver n.º 17).</p>
<p><b>Auditorias do Tribunal de Contas</b></p>	X				Ver n.º 18.
<p>Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto</p>	X			O plano para a igualdade entre Mulheres e Homens 2023-2024 foi aprovado pelo Conselho de Administração em novembro de 2023.	Ver n.º 11.
<p>Apresentação da demonstração não financeira</p>	X				Ver n.º 19.

## VIII. Grelha de práticas de boa governação societária

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
<b>I. Síntese</b>			
1. Menção às alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2023	✓	2	Estrutura orgânica; receitas próprias; produção editorial e cumprimento do serviço público; racionalização de custos
<b>II. Missão, Objetivos e Políticas</b>			
1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa	✓	6	
2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida, designadamente:			
a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros	✓	7	Vide também II.3
b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar	✓	7	Vide também II.3
3. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa	✓	13	
4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa	✓	22	
<b>III. Estrutura de Capital</b>			
1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e da percentagem de capital que cada categoria representa	✓	24	
2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	✓	25	
3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a eventuais restrições	✓	25	Vide também Anexo 5
<b>IV. Participações Sociais e obrigações detidas</b>			
1. Identificação das participações sociais que a empresa detém	✓	26	Vide também Anexo 3
2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	✓	26	
3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como das pessoas indicadas no n.º 2 do artigo 447.º do CSC	✓	26	
4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	✓	26	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
<b>V. Órgãos Sociais e Comissões</b>			
<b>A. Modelo de Governo</b>			
1. Identificação do modelo de governo adotado	✓	27	
<b>B. Mesa da Assembleia Geral</b>			
1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e de fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	28	
2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias	✓	28	n.a.
<b>C. Administração e Supervisão</b>			
1. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão	✓	29	
2. Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão	✓	29	
3. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com identificação dos membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	29	
4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão	✓	30	
5. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo	✓	30	
6. Dar conhecimento de que foi apresentada declaração por cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	✓	34	Vide também Anexo 3
7. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas	✓	34	



Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
8. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegação de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade	✓	34	Vide também Anexo 9
9. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, indicando designadamente:			
a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas	✓	35	
b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício	✓	35	
c) Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos	✓	36	Vide também Anexo 7
d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e sínteses das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências	✓	36	
<b>D. Fiscalização</b>			
1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Fiscal Único, Conselho fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Suoervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras	✓	36	
2. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização	✓	36	
3. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	✓	38	
4. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras	✓	38	
5. Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras	✓	38	
6. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, identificando os membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alterações de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	38	
7. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º do CSC	✓	39	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
<b>8. Funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:</b>			
a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro	✓	39	
b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício	✓	39	
<b>E. Revisor Oficial de Contas</b>			
1. Identificação dos membros efetivos e suplente, da SROC ou ROC e respetivos números de inscrição na OROC e CMVM, caso aplicável, e do sócio ROC, efetivo e suplente, que a representa e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	39	
2. Limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à sociedade	✓	39	
3. Número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta sociedade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório	✓	40	
4. Outros serviços prestados pela SROC à sociedade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável	✓	40	
<b>F. Conselho Consultivo</b>			
1. Composição, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo do mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	40	n.a.
<b>G. Auditor Externo</b>			
1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim com a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência	✓	40	n.a.
2. Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	✓	40	n.a.
3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação	✓	40	n.a.

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços (constantes da tabela referente à instrução V.G.4)	✓	40	n.a.
<b>VI. Organização Interna</b>			
<b>A. Estatutos e Comunicações</b>			
1. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade	✓	41	
2. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade	✓	41	
3. Políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional	✓	42	
<b>B. Controlo Interno e Prevenção de Riscos</b>			
1. Existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade)	✓	43	
2. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de prevenção e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida	✓	44	
3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da sociedade, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas	✓	44	
4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade	✓	44	Vide também organograma da pág. 35
5. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	✓	44	
6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade	✓	44	
7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, prevenção e mitigação de riscos	✓	45	
8. Principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira	✓	47	
<b>C. Regulamentos e Códigos</b>			
1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade esta legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância	✓	47	
<b>2. Código de Ética</b>			
a) Referência à existência de um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, indicando a data da última atualização e a forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores	✓	49	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
b) Menção relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor sobre medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer empresa que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa	✓	49	
<b>3. Regime Geral da Prevenção da Corrupção</b>			
a) Referência à existência do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	✓	49	
b) Referência à elaboração de relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo	✓	49	
c) Referência à elaboração de relatório de avaliação anual	✓	49	
d) Referência à existência de um código de conduta	✓	49	
<b>D. Deveres Especiais de Informação</b>			
<b>1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira, a saber:</b>			
a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo	✓	51	
b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar	✓	51	
c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento	✓	51	
d) Orçamento anual e plurianual	✓	51	
e) Documentos anuais de prestação de contas	✓	51	
f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização	✓	51	
<b>E. Sítio da Internet</b>			
<b>1. Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram divulgados os seguintes elementos:</b>			
a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC	✓	51	
b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões	✓	51	
c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios	✓	51	
d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais	✓	52	
e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público	✓	52	
f) Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios	✓	52	
<b>2. Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os seguintes documentos:</b>			

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
a) Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada	✓	52	
b) Código de Ética	✓	52	
c) Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	✓	52	
d) Relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo	✓	52	
e) Relatório de avaliação anual no âmbito da execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	✓	52	
f) Código de Conduta	✓	52	
g) Relatório sobre remunerações por género	✓	53	
h) Informação anual da prossecução da missão, objetivos, política de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público	✓	53	
3. Quando aplicável, indicação das hiperligações para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os documentos objeto de remissão no RGS	✓	53	
4. Indicação das hiperligações para acesso aos elementos listados no n.º 1 do artigo 12.º do RGPC	✓	53	
<b>F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (caso aplicável)</b>			
1. Referência ao contrato celebrado com a empresa pública em que lhe tenha sido confiada a prestação de um serviço público ou de interesse geral respeitante à remuneração dessa atividade	✓	53	
2. Referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade, das quais deverão constar os seguintes elementos:			
a) Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis	✓	54	
b) Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento	✓	55	
c) Critérios de avaliação e revisão contratuais	✓	55	
d) Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes	✓	56	
e) Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício	✓	56	
f) Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes	✓	56	
g) Evidência do cumprimento do disposto no n.º 1 artigo 48.º do RJSPE	✓	57	Vide também Anexo 8
<b>VII. Remunerações</b>			
<b>A. Competência para a Determinação</b>			
1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador-delegado e dos dirigentes da sociedade	✓	58	
2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	✓	58	



Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
3. Dar conhecimento do cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	✓	58	Vide também Anexo 3
<b>B. Comissão de Fixação de Remunerações</b>			
1. Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio	✓	58	
<b>C. Estrutura das Remunerações</b>			
1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	✓	58	
2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade	✓	59	
3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente	✓	59	
4. Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento	✓	60	
5. Parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio	✓	60	
6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais	✓	62	
<b>D. Divulgação das Remunerações</b>			
1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser remetida para ponto do relatório onde já conste esta informação	✓	62	
2. Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum	✓	63	n.a.
3. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos porque tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos	✓	63	
4. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício	✓	63	
5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade	✓	63	
6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral	✓	63	
<b>VIII. Transações com Partes Relacionadas e Outras</b>			
1. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência	✓	63	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
<b>2. Informação sobre outras Transações:</b>			
a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços	✓	65	
b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado	✓	66	
c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros)	✓	67	
<b>IX. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental</b>			
<b>1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas</b>	✓	68	
<b>2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade</b>	✓	73	
<b>3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial</b>			
a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores	✓	74	
b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável	✓	75	
c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional	✓	78	
d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro	✓	79	
e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional	✓	81	
f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo. Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.)	✓	82	
<b>X. Avaliação do Governo Societário</b>			
<b>1. Menção à disponibilização em SISEE ou SIRIEF da ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2021 por parte dos titulares da função acionista ou, caso não se tenha ainda verificado a sua aprovação, menção específica desse facto</b>	✓	87	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
2. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário, através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá incluir:			
a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, título, ponto e página)	✓	87	
b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação	✓	87	
3. Outras informações: a sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas	✓	87	
<b>Grelha de Aferição do Cumprimento</b>	✓	92	
<b>XI. Anexos</b>		102	
1. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE	✓		
2. Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2023 (aplicável às empresas de interesse público que à data do encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual) que deverá conter informação referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno	✓		

n.a. - não aplicável



---

## IX. Relatório e parecer do Conselho Fiscal



## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Exercício de 2023**

### **I - INTRODUÇÃO**

Nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) compete ao Conselho Fiscal elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração.

Nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, competindo aos órgãos de fiscalização aferir no respetivo relatório o cumprimento desta exigência.

Através do ofício da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) SAI\_DGTF/2024/269, de 6 de fevereiro de 2024, foram transmitidas as orientações sobre o processo de prestação de contas referente a 2023.

Os membros do Conselho Fiscal foram reeleitos para o mandato correspondente ao triénio 2021/2023, por deliberação da Assembleia-Geral realizada em 31 de maio de 2021, uma vez que já haviam sido eleitos para o mandato anterior de 2018/2020, por Deliberação da Assembleia-Geral de 21 de março de 2018.

Assim, no exercício das competências atribuídas ao Conselho Fiscal, vem este órgão apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora, relativo ao exercício de 2023, no âmbito do acompanhamento da atividade prosseguida pela Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., (adiante designada por Lusa ou Empresa) tendo em vista evidenciar os resultados da atividade desenvolvida, aferir sobre os controlos efetuados e anomalias detetadas e sobre as principais variações em relação ao período homólogo bem como os principais desvios relativamente ao orçamento aprovado, e suas causas, tendo por base o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e o respetivo Anexo relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 cuja versão final foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2024 bem como apresentar o seu parecer ao relatório de boas práticas de governo societário de 2023 aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data, cujas versões finais assinadas foram disponibilizadas ao Conselho Fiscal em 12 de março de 2024.

S. P. A.  
21



## II - ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O Conselho Fiscal exerceu a sua atividade de acordo com a lei, os estatutos e as boas práticas em matéria de acompanhamento e fiscalização dos procedimentos da Empresa.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal acompanhou e fiscalizou a atividade de gestão desenvolvida em 2023, pelo Conselho de Administração eleito para o mandato 2021/2023<sup>1</sup>, analisando as atas das reuniões deste órgão e os documentos de suporte que considerou pertinentes, bem como a documentação de prestação de contas que lhe foi disponibilizada, tendo reunido com os serviços e com o Presidente do Conselho de Administração sempre que tal se mostrou conveniente, o que muito se agradece.

O Conselho Fiscal apreciou os documentos de reporte periódico da Lusa, designadamente a proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2023 e respetiva proposta de diferencial, os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental e acompanhou a evolução dos principais indicadores de atividade e económicos, nomeadamente, quanto à consistência com as orientações e recomendações emanadas pelo acionista Estado.

Durante o ano de 2023, o Conselho Fiscal efetuou 11 reuniões formais, das quais 10 por videoconferência, sempre com a comparência de todos os seus membros efetivos, cujas atas são arquivadas na sede da Empresa.

Após o encerramento das contas do presente exercício, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e de divulgação da informação financeira tendo tomado conhecimento da respetiva Certificação Legal das Contas emitida em 12 de março, cujo teor merece a sua concordância.

## III – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Relatório de Gestão descreve adequadamente a atividade desenvolvida no exercício, incluindo capítulos individualizados relativos, respetivamente, à divulgação do cumprimento das

---

<sup>1</sup> Por deliberações das Assembleias-Gerais realizadas em 31 de maio de 2021 e em 23 de julho de 2021. Na Assembleia-Geral realizada em 27 de maio de 2022, foi deliberada a eleição de um novo vogal não executivo para completar o mandato do vogal não executivo que havia renunciado ao exercício do cargo. Em 7 de fevereiro de 2023, um outro vogal não executivo apresentou carta de renúncia ao mandato, produzindo efeitos a 31 de março, conforme n.º 2 do artigo 404.º do CSC, não tendo sido substituído.

orientações legais, e às ações desenvolvidas em matéria de sustentabilidade de acordo com as boas práticas da *Global Reporting Initiative*, cumprindo os requisitos previstos no artigo 66.º do CSC e nas instruções transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças relativamente à prestação de contas do exercício de 2023, encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com as demonstrações financeiras do exercício.

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e Normas Interpretativas (NI), as quais integram o Balanço em 31 de dezembro de 2023, a demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 2022 e 2023, bem como o correspondente anexo.

Em cumprimento do disposto na alínea f) do n.º 5 do artigo 66º do CSC, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2023, no valor negativo de 254.634 euros seja transferido para a conta de Resultados Transitados, proposta que está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Em resultado da análise efetuada ao Relatório de Gestão e às Demonstrações Financeiras do exercício de 2023, destacam-se os seguintes aspetos:

- Nos termos da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 64/2023 de 3 de julho procedeu-se à autorização da despesa adicional inerente à atualização da compensação financeira a atribuir pelo Estado à Lusa no período de 2023 a 2027, a ser objeto de aditamento ao contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público, considerando a conjuntura externa, com o conseqüente aumento de preços e também dos salários auferidos pelos trabalhadores, no quadro do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, assinado em outubro de 2022 em sede de concertação social.
- Em conformidade com aquela RCM foi celebrado um aditamento ao contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, que definiu como compensação financeira devida à Lusa em 2023 a quantia de 14.262.621,00 euros, à qual acresce IVA à taxa legal em vigor, o qual obteve o visto do Tribunal de Contas em janeiro de 2024.
- Até à data a que se reporta o relatório de gestão, a Lusa não havia, ainda, recebido o valor correspondente à atualização da compensação financeira do ano de 2023, de cerca de 700 mil euros, sendo indicado de que irá ser solicitado ao Secretário de Estado do Tesouro esclarecimento sobre a data prevista para liquidação da respetiva verba.

- A produção editorial total da Lusa registou em 2023 um decréscimo, em termos de conteúdos produzidos, de cerca de 7,6% face ao exercício anterior, ascendendo em 2023 a 248.191 conteúdos, justificando a Lusa esta variação pelo facto da produção de 2022 refletir a realização de grandes eventos designadamente as eleições legislativas e o Campeonato do Mundo de Futebol. Como é habitual, os conteúdos produzidos concentram-se fundamentalmente, em texto e fotografia, representando estes no seu conjunto cerca de 92% da produção total, verificando-se que a produção média diária alcançada ultrapassou os mínimos fixados no Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, para cada tipo de conteúdo.
- O valor das vendas e serviços prestados fixou-se no exercício em apreço em cerca de 18,6 milhões de euros, traduzindo-se num acréscimo, de cerca de 7,9%, face ao exercício anterior, em resultado da variação favorável registada no valor da indemnização compensatória e da sua atualização (832,8 mil euros) e no respetivo ajustamento de acordo com os critérios fixados no contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, (228,3 mil euros), bem como das receitas próprias (296,9 mil euros).
- As receitas próprias obtidas com a atividade comercial totalizaram, em 2023, cerca de 4,1 milhões de euros, refletindo um acréscimo de 7,8% face ao exercício anterior (296,9 mil euros) apesar da manutenção da tendência de contração do mercado da comunicação social, em especial no segmento dos Grandes Órgãos de Comunicação Social cuja variação negativa é parcialmente compensada pelo aumento das receitas no segmento dos novos clientes/subscritores, nomeadamente nos Pequenos Órgãos de Comunicação Social e pela organização de conferências e eventos. Para o acréscimo das receitas próprias contribuíram, também os projetos obtidos no âmbito do serviço *Google News Showcase*, o programa de formação do Parlamento Europeu para jovens jornalistas (*EP Training*) bem como a aplicação do sistema de *Fairlicensing*, relativamente às fotos distribuídas pela Lusa.
- Em 2023, o valor total dos gastos operacionais, incluindo os gastos com amortizações e depreciações, totalizou 18,9 milhões de euros, evidenciando um acréscimo de 1.546 mil euros (8,9%), face ao exercício anterior para o qual contribuiu, fundamentalmente, i) o acréscimo da rubrica de Gastos com Pessoal (678 mil euros), em resultado designadamente da atualização salarial e do descongelamento dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) e ii) o acréscimo da rubrica de perdas por imparidade em dívidas de clientes (970 mil euros), face ao respetivo risco de incumprimento, do qual 91% corresponde a dívidas do Grupo Global Media (883 mil euros), estando todavia previsto que os interesses da sociedade serão devidamente acautelados designadamente por recurso às vias legais,

de acordo com informação transmitida pelo Presidente do Conselho de Administração ao Conselho Fiscal.

- A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos regista em 2023 um ligeiro agravamento, face ao ano anterior, em cerca de 0,2% (9,6 mil euros) em resultado, essencialmente, dos gastos com a prestação de serviços de sistemas de informação e de cibersegurança, com as deslocações em reportagem e com serviços jurídicos, para além do efeito da inflação.
- O EBITDA do exercício ascende a 644 mil euros, refletindo uma variação negativa, relativamente ao valor apurado em 2022 de 22,9%.
- Por sua vez, o resultado líquido apurado no exercício, ascendeu ao valor negativo de 255 mil euros, situação para a qual contribuiu o acréscimo muito significativo das perdas por imparidade em dívidas de clientes.
- O Investimento realizado no exercício de 2023 totalizou cerca de 375 mil euros, refletindo um decréscimo face ao exercício anterior, da ordem de 30,4%. O investimento foi aplicado sobretudo na modernização e expansão do parque informático, na renovação de equipamento fotográfico, no reforço da área digital e multimédia e na reparação da fachada exterior do edifício sede, tendo ainda sido adquiridas duas viaturas para as delegações da Lusa em Bissau e Maputo.
- No final do exercício, o Balanço aponta para um total do ativo líquido de 10 490 mil euros e um capital próprio de 5.463 mil de euros. Comparando com a posição financeira no final do ano transato regista-se uma variação positiva no ativo líquido de cerca de 385 mil euros e uma variação negativa no capital próprio de cerca de 301 mil euros fundamentalmente por efeito do resultado líquido do exercício e do aumento do passivo de 685 mil euros designadamente em resultado do valor do IVA a pagar por conta da Indemnização Compensatória.
- No final do período em apreço a Lusa não apresenta financiamento remunerado.

Ao nível da evolução futura da sociedade, a Lusa estima apresentar resultados positivos no triénio 2024-2026, tendo em atenção o valor da Indemnização Compensatória nos termos do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público, atualmente em vigor de acordo com a RCM n.º 64/2023, de 3 de julho, prevendo ainda neste período o aumento das suas receitas próprias por via da implementação de novos projetos e da organização de conferências, apesar do aumento previsto dos gastos operacionais em resultado fundamentalmente do agravamento da rubrica de gastos com pessoal em linha com as

S Pig  
ni

orientações do Governo sobre política salarial para o Setor Empresarial do Estado e cujas negociações se encontram em curso com os Sindicatos representativos dos trabalhadores da Lusa.

#### IV – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO (SEE)

A Lusa apresenta a informação relativa ao cumprimento das orientações legais, de acordo com as orientações expressas no ofício da DGTF SAI\_DGTF/2024/269, de 6 de fevereiro de 2024, destacando-se o seguinte:

É apresentada informação sobre a execução do PAO 2023 aprovado por deliberação da Assembleia-Geral realizada no dia 26 de setembro de 2023, incluindo a execução do respetivo plano de investimento, discriminada por projetos, e indicada a justificação dos desvios relativamente aos valores previstos;

A Lusa não apresenta financiamento remunerado no final do 2023, à semelhança do que se verificava no final dos anos anteriores;

O prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP), definido nos termos da RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, cifrou-se no final do exercício em 32 dias, refletindo uma redução 26 dias face ao apurado no final do ano de 2022, justificando a empresa que a deterioração deste indicador no ano anterior resultou do adiamento de alguns pagamentos face à incerteza no recebimento da indemnização compensatória devida em 2022 que apenas ocorreu em 21 de setembro. Por sua vez, o valor dos pagamentos em atraso, com mais de 90 dias, regista uma ténue redução de cerca de 15 euros, face ao final do ano anterior;

Foi aplicada a redução prevista no art.º 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, às remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração, a qual não foi considerada relativamente às remunerações dos membros do Conselho Fiscal;

O peso dos gastos operacionais (corrigido em função de impactos excecionais<sup>2</sup>) no volume de negócios regista uma redução de 2,6 p.p. face a 2022, ano em que se verificou um maior volume de negócios, relativamente a 2019. Salienta-se, porém, que foi aplicado à Lusa até 2019 um

---

<sup>2</sup> Perda de receita em consequência da pandemia, da conjuntura económica e da crise geopolítica internacional, avaliada em cerca de 38 mil euros.



indicador alternativo para medir a otimização da estrutura dos gastos operacionais, nos termos dos despachos do Ministro da Cultura, de 17 de maio de 2017, e do Secretário de Estado do Tesouro, de 1 de junho de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 124.º da Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, tendo a Lusa considerado a adoção do mesmo indicador alternativo na proposta de PAO para 2023. O referido indicador consiste no valor do custo médio por conteúdo medido através do rácio entre o somatório do total de gastos<sup>3</sup>, subtraído dos gastos de depreciações e amortizações, e a produção editorial da Lusa, verificando-se que o resultado obtido no período em apreço, aponta para um aumento do custo médio por conteúdo de 3,56 euros face a 31 de dezembro de 2022, justificando a Lusa esta situação pelo facto da produção de 2022 refletir a realização de grandes eventos, indicando que comparativamente ao ano de 2019, ano de pré-pandemia, o valor do indicador regista uma melhoria de 0,17 euros;

Os Gastos com Pessoal suportados em 2023, corrigidos dos impactos previstos na alínea a) do n.º 4 do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO2023), refletem uma redução de 101,8 mil euros face ao ano anterior estando aquém, em cerca de 1,9 milhões de euros, do limite fixado pelo acionista Estado para o crescimento destes gastos na Assembleia-Geral que aprovou o PAO de 2023, tendo contribuído para esta situação a saída em 2023 de dois jornalistas requisitados e a passagem à reforma nesse ano de um trabalhador e, ainda, o aumento do absentismo;

O valor apurado no exercício para o conjunto dos gastos com deslocações e estadas, ajudas de custo, com a frota automóvel e com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria apresenta um agravamento de 93,7 mil euros relativamente ao obtido no ano anterior, ultrapassando em 56,7 mil euros o limite fixado pelo acionista Estado para o crescimento destes gastos na Assembleia-Geral que aprovou o PAO de 2023, justificando a empresa esta situação designadamente com o aumento dos gastos com deslocações em reportagem e com a contratação de serviços de consultoria para avaliação dos capitais próprios da empresa, na impossibilidade da satisfação desses serviços através de recursos próprios;

O quadro de pessoal da Lusa, excluindo os órgãos sociais, era composto no final de 2023 por 263 trabalhadores efetivos, traduzindo-se na redução de um trabalhador face ao ano anterior e num desvio negativo de três trabalhadores face ao orçamentado. Observa-se, também, a

<sup>3</sup> Expurgados de efeitos não recorrentes designadamente por via de alterações legislativas e dos gastos referentes ao projeto Google, tendo em 2023 sido considerado também para este efeito o valor da imparidade respeitante à dívida do Grupo Global Media.

redução de um membro do Conselho de Administração, face ao ano anterior, por renúncia ao mandato de um vogal não executivo;

Relativamente ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a Lusa ficou excecionada do seu cumprimento, nos anos de 2022 e 2023, nas operações não executadas pelo IGCP, através do Despacho do IGCP Ref.ª UE: SGC n.º 87, de 30 de maio de 2022.

## **V – AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO**

Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o órgão de fiscalização deve aferir no respetivo relatório o cumprimento da exigência de apresentação do relatório anual de boas práticas de governo societário, do qual deve constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no capítulo II do mencionado diploma do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, devendo o respetivo parecer constituir um ponto autónomo do relatório do Conselho Fiscal, de acordo com as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2023 transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças através do ofício SAI\_DGTF/2024/269, de 6 de fevereiro de 2024.

Tendo em atenção a análise efetuada, o Conselho Fiscal é de opinião que a Lusa cumpriu este preceito nos termos do Relatório de Governo Societário de 2023 do qual consta informação atual e completa sobre aquelas matérias, traduzindo a observância do modelo disponibilizado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), nada tendo chegado ao seu conhecimento que o leve a concluir que a referida informação não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os dados que lhe servem de suporte naquela data.

## **VI - PARECER**

Tendo em atenção as análises efetuadas pelos membros do Conselho Fiscal e os contactos que decorreram com o Conselho de Administração e com os Serviços, entende o Conselho Fiscal que o Relatório de Gestão descreve adequadamente a atividade prosseguida no exercício de 2023, justificando as variações dos valores realizados relativamente ao período homólogo, nada tendo chegado ao seu conhecimento que o leve a concluir que a referida informação financeira do período findo em 31 de dezembro de 2023 da Lusa não esteja em conformidade, em todos

os aspetos materialmente relevantes, com os registos contabilísticos que lhe servem de suporte naquela data.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

- Seja aprovado o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2023 apresentado pelo Conselho de Administração da Lusa;
- Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, em 12 de março de 2024

## O CONSELHO FISCAL

Presidente



(Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio)

Vogal

  
(Pedro Jorge dos Santos Braumann)

Vogal



(Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus  
Revisora Oficial de Contas n.º 1338)



---

## X. Certificação legal de contas



---

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 10 489 807 euros e um total de capital próprio de 5 463 363 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 254 634 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



---

Estou convicta de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

---

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- 
- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Porto, 12 de março de 2024



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

*Handwritten initials in blue ink.*

---

## XI. Ata do Conselho de Administração

*Handwritten signature in black ink.*



## ATAS

-----Ata número quinhentos e trinta e quatro (534)-----

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas doze horas, reuniu extraordinariamente na sua sede o Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto, Lote C, freguesia de Benfica, Pessoa Coletiva matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 935 107, com a presença do Presidente do Conselho de Administração, Senhor Joaquim de Jesus Pedro Carreira, da Vice-Presidente, Senhora Dr.<sup>a</sup> Maria João Dias Pessoa de Araújo, e dos Vogais, Senhora Prof.<sup>a</sup> Carla Maria dos Santos Filipe Baptista e Senhor Dr. Paulo Jorge Andrade Cardoso. -----

A reunião do Conselho de Administração teve a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto um: Relatório e Contas do exercício de 2023.-----

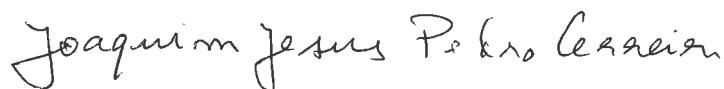
Ponto dois: Relatório de Governo Societário de 2023.-----

Entrando no ponto um da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2023.----

Passando ao ponto dois da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, o Relatório de Governo Societário relativo a 2023.----

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada esta ata para constar como tal e ser assinada pelos presentes.-----

O Presidente do Conselho de Administração



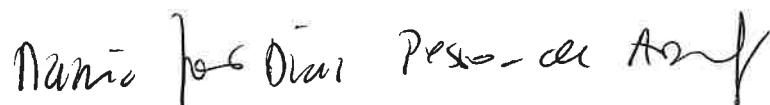
(Joaquim de Jesus Pedro Carreira)



## ATAS

Folha 10

A Vice-Presidente



(Maria João Dias Pessoa de Araújo)

A Vogal



(Carla Maria dos Santos Filipe Baptista)

O Vogal



(Paulo Jorge Andrade Cardoso)

*Handwritten signature and initials in black and blue ink.*

---

## XII. Anexos





**ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

**NOTICIOSO E INFORMATIVO DE INTERESSE PÚBLICO CELEBRADO ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E A LUSA -**

**AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**

## I. AS PARTES

Entre:

1. O ESTADO PORTUGUÊS, representado pelo Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, e pelo Secretário de Estado do Tesouro, Pedro Sousa Rodrigues, com poderes para este ato, de ora em diante abreviadamente designado por ESTADO ou por Primeiro Contraente;

E

2. LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto, Lote C, pessoa coletiva matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 935 107, com o capital social de 5 324 225 euros, neste ato representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado, Joaquim Carreira, com poderes para este ato, de ora em diante abreviadamente designada alternativamente por LUSA ou por Segunda Contraente;

Os quais, conjuntamente, designados por PARTES;

Considerando que:

- (A) Em 27 de janeiro de 2022, as PARTES celebraram o contrato de prestação de serviço de interesse público (CONTRATO) que define e regula a prestação do serviço noticioso e informativo de interesse público a cargo da LUSA, por um período de seis anos (2022-2027), e fixa o montante da correspondente compensação financeira, que reveste a forma de indemnização compensatória, o modo de cálculo e a forma de pagamento do respetivo valor pelo ESTADO, nos termos previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2021, de 7 de setembro;
- (B) Nos termos do disposto no n.º 3 da Cláusula Décima Quinta do referido contrato, as PARTES podem em qualquer momento, mediante documento escrito assinado por aquelas, o que consubstancia uma modificação ao CONTRATO, rever por mútuo acordo as obrigações de serviço público e os montantes da indemnização compensatória definida no Anexo I daquele CONTRATO.
- (C) Verifica-se uma alteração significativa das circunstâncias entre o momento da negociação contratual e o tempo presente, por força da conjuntura externa e do consequente aumento de preços, com impacto na atividade operacional da LUSA;
- (D) No quadro do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, assinado em outubro de 2022 em sede de concertação social, prevê-se a valorização dos salários auferidos pelos trabalhadores em Portugal até 2026, importando assim

garantir que a LUSA dispõe da margem necessária para proceder à atualização dos rendimentos dos seus trabalhadores, sem comprometer o nível de investimento antes acordado, nem a regular prestação do serviço público a seu cargo;

- (E) Nestes termos, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2023, de 3 de julho, foi aprovada a alteração da Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2021, de 7 de setembro, de modo a permitir, no âmbito do CONTRATO, a revisão dos montantes de indemnização compensatória, incluindo ainda a possibilidade de atualização com referência à variação média anual do índice de preços no consumidor (excluindo produtos alimentares não transformados), verificado em Portugal e divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P..

Assim, as PARTES acordam e reciprocamente aceitam celebrar o presente Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público (ADITAMENTO), nos termos constantes das seguintes cláusulas:

#### **Cláusula Primeira**

##### **(Objeto do Aditamento)**

O presente ADITAMENTO altera o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre as PARTES, a 27 de janeiro de 2022.

#### **Cláusula Segunda**

##### **(Alteração do contrato)**

A Cláusula Nona do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público é alterada, passando a ter a seguinte redação:

##### *«Cláusula Nona*

##### *(Indemnização compensatória)*

1. (...).
2. *O valor máximo da indemnização compensatória é fixado no Anexo I ao presente contrato, de acordo com a metodologia, regras e objetivos nele definidos. A diferença entre os valores da IC estipulados para 2022 e 2023, apresentado no ponto 3 do Anexo I, decorre do aumento dos gastos operacionais associados ao plano de atuação apresentado pela equipa de gestão para o período do presente contrato.*
3. (...).
4. *O valor máximo da indemnização compensatória fixado no Anexo I, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor no momento do seu vencimento, é imutável durante a vigência do presente*



*contrato, salvo o disposto no número seguinte, e na Cláusula Décima Quinta, ou ainda em resultado da revisão prevista no número anterior.*

5. *O montante da indemnização compensatória é atualizado anualmente, por aplicação da fórmula de atualização constante do Anexo I, até ao montante máximo da despesa autorizada.*
6. *(anterior n.º 5).*
7. *O registo do compromisso referente à diferença entre o valor da indemnização compensatória para o ano de 2023, fixado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2021, e o valor máximo constante do Anexo I para o mesmo exercício, foi efetuado de acordo com as normas estabelecidas na Lei n.º 8/2012, de 22 de fevereiro, através de cabimento nº BK42300465, correspondente ao compromisso nº BK52300595, no valor de € 859 216,50 (oitocentos e cinquenta e nove mil, duzentos e dezasseis euros e cinquenta cêntimos), com IVA incluído.»*

**Cláusula Terceira**  
**(Alteração do Anexo I)**

O Anexo I ao Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público é alterado e passa a ter a redação constante do Anexo ao presente ADITAMENTO e do qual faz parte integrante.

**Cláusula Quarta**  
**(Produção de efeitos)**

O presente ADITAMENTO produzirá efeitos após atribuição do respetivo visto prévio por parte do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 45.º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei de Processo e Organização do Tribunal de Contas, e uma vez cumpridos todos os restantes requisitos legais, nos termos previstos na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público.

O presente contrato é celebrado em três exemplares, todos eles assinados na última folha e rubricados nas restantes pelos representantes das PARTES, destinando-se dois exemplares ao ESTADO e um exemplar à LUSA.

Lisboa, 3 de novembro de 2023.

Pelo ESTADO PORTUGUÊS

O Ministro da Cultura

**Pedro  
Adão e  
Silva**

Assinado de forma  
digital por Pedro  
Adão e Silva  
Dados: 2023.11.09  
10:42:47 Z

Pedro Adão e Silva

O Secretário de Estado do Tesouro

**Pedro  
Sousa  
Rodrigues** Assinado de forma  
digital por Pedro  
Sousa Rodrigues  
Dados: 2023.11.03  
19:56:30 Z

---

Pedro Sousa Rodrigues

Pela LUSA

O Presidente do Conselho de Administração

**JOAQUIM DE  
JESUS PEDRO  
CARREIRA** Assinado de forma  
digital por JOAQUIM DE  
JESUS PEDRO CARREIRA  
Dados: 2023.11.09  
15:00:44 Z

---

Joaquim Carreira

## ANEXO

O ANEXO I ao Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. passa a ter a seguinte redação:

«  
(...)

### 3. Cálculo do Custo do Serviço Público Líquido

De acordo com a aplicação dos critérios acima, o custo do serviço público líquido da Lusa é de €13 429 774 em 2022, conforme detalhe que a seguir se exemplifica:

	Euros
<b>A. Custos totais (1+2)</b>	<b>14 082 019</b>
1. Regra A	7 064 138
2. Regra B - 75%	7 017 881
<b>B. Amortizações</b>	<b>211 090</b>
<b>C. Dedução de Provetos do Serviço Público</b>	<b>1 256 461</b>
<b>D. Lucro razoável 3,4%</b>	<b>393 126</b>
<b>CSP (A+B-C+D)</b>	<b>13 429 774</b>

Para o período de vigência do atual contrato, o limite máximo do valor anual da IC é o que consta do quadro seguinte, sendo atualizado nos termos do n.º 5 da Cláusula Nona a partir de 2024 (inclusive),

Anos	IC (Sem IVA)
<b>2022</b>	13 429 774 €
<b>2023</b>	14 262 621 €

A partir do ano de 2024, o valor anual da IC é atualizado por aplicação da seguinte fórmula:

$$IC_{(n)} = IC_{(n-1)} \times (1 + vIPC_{(n-1)})$$

Em que

$IC_{(n)}$	valor da indemnização compensatória a fixar para o ano n.
$IC_{(n-1)}$	valor da indemnização compensatória pago no ano anterior.
$vIPC_{(n-1)}$	taxa de variação média dos últimos 12 meses do índice de preços no consumidor, excluindo produtos alimentares não transformados, registada em Portugal em agosto do ano anterior e divulgada pelo INE - Instituto Nacional de Estatística.

## **Enquadramento da Deliberação Social Unânime por Escrito sobre Financiamento à Lusa**



A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., com sede na Rua Dr. João Couto, Lote C, 1500-236 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 935 107, (de ora em diante, “Lusa”), vem expor o seguinte:

1. O Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa para o triénio 2017-2019 terminou em 31 de dezembro de 2019.
2. O financiamento da Lusa em 2021 foi suportado por duas Resoluções do Conselho de Ministros, uma no 1.º semestre e outra no 2.º semestre, totalizando o valor sem IVA de €13.134.253.
3. Em janeiro de 2022 foi assinado pelo Ministério das Finanças, Ministério da Cultura e a Lusa o contrato de serviço público para vigorar de 2022 a 2027, tendo seguido imediatamente para o Tribunal de Contas para o processo de fiscalização prévia e obtenção do respetivo visto. No exercício das suas competências recebemos, em fevereiro, um conjunto de questões do Tribunal de Contas relativamente ao processo. A resposta foi enviada pelo Ministério da Cultura a 25 de março.
4. Em 2022 a Lusa ainda não recebeu nenhuma contrapartida pela prestação do serviço público, encontrando-se nesta fase com dificuldades de tesouraria.
5. Na reunião do Conselho de Administração do dia 23 de fevereiro de 2022, face à situação em que a empresa se encontra, foi decidido recorrer à banca comercial para obtenção de financiamento. A Lusa obteve autorização da Direção-Geral do Tesouro e Finanças no dia 5 de março (conforme anexo), em conformidade com o despacho n.º 241/2022-SET, para efetuar o financiamento com o BPI no valor de 1 mio de euros.
6. A contratualização do financiamento acima referido foi efetuada a 15 de março de 2022 com as seguintes condições:
  - Taxa de Juro: Euribor 6 meses (com floor zero) + Spread de 0,625%;
  - Comissões:
    - Abertura (upfront): 0,15% ;

- Renovação (semestral): 0,15%, com máximo de 2.500,00€ ;
- Gestão (mensal): 25€;
- Imobilização: 0,2%;

7. Para fazer face ao período até à obtenção do visto do Tribunal de Contas foi proposto pelo Presidente do Conselho de Administração da Lusa, em 17 março de 2022, a contratualização de um empréstimo de 8 mio € e um reforço do descoberto bancário em 4 mio €.

8. A 26 de abril de 2022, foi autorizada pelo despacho conjunto do Exmo. Senhor Ministro da Cultura e Exmo. Senhor Secretário de Estado do Tesouro, número 33/2022-SET, a celebração de financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., através de uma Conta Corrente Caucionada, no montante de 4 mio€, contrato que foi outorgado a 28 de abril de 2022, de acordo com as seguintes condições:

Finalidade: Financiamento de eventuais deficits de tesouraria

Tipo: Abertura de crédito de utilização livre

Montante: Até EUR 4.000.000

Prazo: 6 meses, eventualmente renovável por igual período

Adiantamento: Por tranches de movimentação mínima de EUR 50.000

Taxa Juro: 0,45% ao ano, acrescida de uma componente variável, sempre que positiva, correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 12 meses

Pagamentos Juros: Trimestral

Garantias Especiais: Sem garantias específicas

Comissões e Outros Encargos:

- a) No início da operação
- b) Comissão de Estudo e Contratação - EUR 2.500
- c) Na vigência da operação
- d) Comissão de Gestão - 0,1 % ao ano, repartido e processado por cada prestação
- e) Comissão de Imobilização - Isento
- f) Comissão de Renovação - EUR 500 ao semestre
- g) Outras Condições:
  - Livrança em branco subscrita pela Lusa, SA, sem aval;
  - Covenants não financeiras, nomeadamente ownership clause sobre a participação maioritária do Estado, cross default e consignação de receitas;



- A diferenciação das comissões relativamente ao Preçário em vigor pressupõe uma correta movimentação deste instrumento de financiamento, ou seja, com utilizações e amortizações regulares.
9. Apesar da autonomia de gestão prevista no artigo n.º 25 do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, carece de autorização prévia do titular da função acionista a *“celebração de todo e qualquer ato ou negócio jurídico do qual resultem para a empresa responsabilidades financeiras efetivas ou contingentes que ultrapassem o orçamento anual, ou que não decorram do plano de investimentos aprovado.”* (conforme alínea b) do n.º 5 do artigo 25.º)
  10. Estabelece também o n.º 6 do artigo n.º 25 que a não observância do disposto no n.º 5 desse mesmo artigo, assim como a realização de operações ou investimentos não previstos no plano de atividades e orçamento, constitui os titulares de administração de empresas públicas em responsabilidade civil, criminal e financeira, nos termos da Lei.
  11. O Plano de Atividades e Orçamento da Lusa para 2022 não prevê qualquer financiamento, nem existe qualquer endividamento para com instituições financeiras nas contas da empresa, sendo necessário, para este efeito, a aprovação do titular da função acionista.
  12. Ao nível de resultados o PAO para 2022 prevê um EBITDA positivo de cerca de 845 mil euros.
  13. Face às necessidades urgentes de tesouraria no final de junho, cujo saldo era de 1,4 mio € que apenas permite cumprir compromissos até ao final da 1.ª quinzena de agosto, à ausência de visto do Tribunal de Contas, e de acordo com a deliberação do Conselho de Administração da Lusa de 25 julho de 2022, e considerando os prazos legais para a convocação de uma Assembleia Geral, torna-se premente a aprovação desta nova fase de financiamento através de uma Deliberação Social Unânime por Escrito.
  14. Tendo em consideração o Despacho do Exmo. Senhor Secretário de Estado do Tesouro, n.º 222/2022-SET, de 1 de agosto, e o Despacho do Senhor Ministro da Cultura, n.º 121/2022/MC, de 1 de agosto, e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se uma Deliberação Social Unânime por Escrito, para autorizar a celebração de dois contratos de financiamento junto do Banco BPI, S.A. e da Caixa Geral de Depósitos, no valor global de até EUR 4.000.000 com as seguintes condições:

**Acréscimo Conta Corrente Cauçionada do BPI, no montante de até EUR 3.000.000**

Montante: Até EUR 4.000.000 (Este valor inclui o contrato de conta corrente até EUR 1.000.000, celebrado entre as duas Instituições e em vigor).

Modalidade/Finalidade: Descoberto Contratado ou Conta Corrente, por opção da Lusa e destinado a apoio de tesouraria.

Prazo: 6 meses, eventualmente renovável por períodos sucessivos de igual duração.

Utilização: Livre, de acordo com as necessidades da Lusa.

Amortização: Livre, de acordo com as disponibilidades da Lusa.

Taxa de Juro: Euribor a 6 meses (base 360 dias), acrescida de um spread de 0,275% p.a.; Caso a Euribor assuma valor negativo, será considerado, para efeitos de cálculo de juros, que a mesma terá valor zero.

Comissões:

- a) Comissão de abertura: EUR 2.000 (0,05% sobre o valor contratado), a debitar na data de registo da operação no Banco BPI;
- b) Comissão de Gestão: EUR 25,00/mês, a debitar nas datas de pagamento de juros;
- c) Comissão de Imobilização: 0,1% p.a., a debitar nas datas de pagamento de juros;
- d) Comissão de Renovação: EUR 2.000 (0,05% sobre o valor contratado), a debitar nas datas de renovação da operação.

Pagamento de Juros: Mensal e postecipadamente.

Garantia: Receitas da Lusa, incluindo a consignação das transferências não consignadas do Estado Português, incluindo as indemnizações compensatórias estipuladas no contrato programa de prestação de serviço público para o período 2022-2027.

Titulação: Contrato de abertura de crédito com respetivo termo de autenticação.

Outras condições:

- a) Cláusulas standard habitualmente praticadas nas operações de crédito a curto prazo a entidades congéneres;
- b) Evidência das aprovações e pareceres requeridos para contração do crédito, por parte dos órgãos e entidades competentes nos termos dos

estatutos da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. e nos termos legalmente requeridos;

c) "Ownership Clause".

### **Conta Corrente Caucionada junto da CGD de até EUR 1.000.000**

Finalidade: Financiamento de défices de tesouraria.

Utilização: Abertura de Crédito de curto prazo sobre a forma de multiúso.

Montante: Até EUR 1.000.000.

Prazo: até 30.11.2022

Taxa de juro: 0,45% ao ano, acrescida de uma componente variável, sempre que positiva, correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 12 meses.

Garantias especiais: sem garantias específicas

Comissões:

a) No início da operação

Comissão de contratação limite - EUR 1.000

b) Na vigência da operação:

Comissão de Estudo - 0,06 %, com mínimo de 300€ por utilização

Comissão de imobilização: isento

Comissão de Gestão - 0,01%

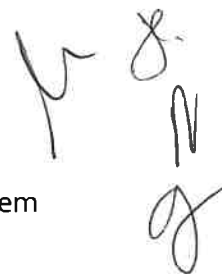
Comissão de Reembolso antecipado: isento

Outros Encargos: Preçário CGD

Outras Condições:

1. Livrança em branco subscrita pela LUSA, S.A., sem aval;
2. Covenants não financeiros, nomeadamente ownership clause sobre a participação maioritária do Estado, cross default e consignação de receitas alvo de adiantamento, ao que acresce as constantes nas peças contratuais da CGD;
3. Dispensa de domiciliação em conta à ordem da CGD, das compensações financeiras devidas pelo Estado. Contudo, compromisso de transferência para a CGD num prazo máximo de 5 dias.

4. Libertação das verbas condicionada à prévia validação da inscrição em Orçamento de Estado das indemnizações compensatórias.



A contratação do financiamento junto da CGD fica condicionada à confirmação, até ao final do mês de setembro do corrente ano, da inexistência de receitas provenientes do Contrato de Prestação de Serviço Público Noticioso (CPSP), assinado em 27 de janeiro de 2022.

Lisboa, 4 de agosto de 2022

Joaquim Carreira  
Presidente do Conselho de Administração



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DA CULTURA

*Handwritten signature*

MUITO URGENTE

1661 2-3 17

Exma. Senhora  
Dra. Teresa Marques  
Presidente do Conselho de Administração  
da LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A.  
Rua Dr. João Couto, Lote C  
1503-809 LISBOA

Pº 50.67.182

**ASSUNTO: Plano de Atividades para o Orçamento para 2017**  
**LUSA, SA – “Nova Proposta de indicador para medir a otimização da**  
**estrutura de Gastos Operacionais**

*Carra Teresa*

Envio a V. Exa. para conhecimento e devidos efeitos o Ofício nº 2002/2017, de 1 de junho de 2017, do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro, bem como cópia do Ofício nº 238/UTAM/2017, e da Informação nº 20/2017, de 24 de maio, da UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, com o Despacho nº 351/17 – SET, de 1/6/2017, sobre o assunto em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos, *ps. s. s. s.*

O CHEFE DO GABINETE

*Jorge Leonardo*  
Jorge Leonardo

ADMINISTRADOR EXECUTIVO	
RECEBIDA	ENVIADA
Nº 032	DESTINO
SECTOR	DATA
DATA 01/06/2017	DATA





REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO  
DO TESOURO

M LUSA  
46 Dra. Sónia Teixeira  
+ Dr. J. P. Lopes  
MUITO URGENTE / 2.6.20  
J. Leonardo

Jorge Leonardo  
Chefe do Gabinete

Exmo. Senhor  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Ministro  
da Cultura  
Dr. Jorge Leonardo  
Palácio Nacional da Ajuda  
1300-018 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
1297	02-05-2017	Nº: 2002/2017 ENT.: 2252 de 25-05-2017 PROC. Nº: 31.169/17 - 37.18.05/17	01-06-2017

ASSUNTO: Plano de Atividades para o Orçamento para 2017  
Lusa, S.A. - "Nova Proposta de indicador para medir a otimização da estrutura de Gastos Operacionais"

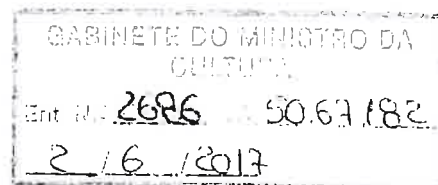
Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter a V. Exa., cópia do ofício nº 238/UTAM/2016, bem como cópia da Informação nº 20/2017 de 24 de maio de 2017, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, sobre o assunto mencionado em epígrafe, após ter exarado o seguinte despacho:

**DESPACHO Nº 351/17 - SET**  
"Concordo. À DGTF para os devidos efeitos.  
Dê-se conhecimento a S.Exa. o Ministro da Cultura, atenta a análise e conclusões da presente informação.  
Álvaro Novo  
1.6.2017"

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,

Ana Brandão  
Ana Brandão





M.F.  
g

Gabinete do Secretário de Estado  
do Tesouro

Entrada Nº 2252

Da VAF

de 25.5.2017 pº 3718.05/17

31.169/17

Exma. Senhora  
Dr.ª Ana Filipa Brandão  
M. I. Chefe do Gabinete de Sua Excelência  
O Secretário de Estado do Tesouro

(Neste edifício)

Ana Filipa Brandão  
Chefe do Gabinete de S. Exa. o  
Secretário de Estado do Tesouro

SUA REFERÊNCIA  
Of nº 1731/2017

SUA COMUNICAÇÃO DE  
23/05/2017

NOSSA REFERÊNCIA  
N.º 238/UTAM/2017

DATA  
24/05/2017

**ASSUNTO:** Plano de Atividades e Orçamento para 2017 da  
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.  
"Nova proposta de indicador para medir a otimização da estrutura de Gastos  
Operacionais"

Senhora Chefe do Gabinete,

Junto envio a Informação nº 20/2017, de 24 de maio de 2017, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), relativo ao assunto epígrafe.

Com os meus melhores cumprimentos,

*Fernando Pacheco*

O Diretor da UTAM

*Fernando Pacheco*

Fernando Pacheco



DESPACHO N.º 351/17-SET

Visto. Concordo.

À consideração de Sua Excelência o  
Secretário de Estado do Tesouro.

24/5/2017

Fernando Pacheco  
Diretor da UTAM  
Concordo. À JGTF para r,  
deu dos efeitos.De-ii encaminhamento a S. Exa  
o Ministro da Cultura, atenta  
a análise e conclusões da  
presente informação.

1.6.2017

Álvaro Novo  
Secretário de Estado do Tesouro**INFORMAÇÃO 20/2017 de 24 de maio**

**ASSUNTO:** *Plano de Atividades e Orçamento para 2017 da  
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.  
"Nova proposta de indicador para medir a otimização da estrutura de Gastos  
Operacionais"*

**1. ANTECEDENTES**

Através do Ofício n.º 1731/2017 de 23/05/2017, foi remetida à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) pela Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, para análise, cópia do ofício n.º 1452 e anexos, de 18/05/2017. Através deste ofício o Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Ministro da Cultura remete o Despacho concordante sobre a "Nova proposta de indicador para medir a otimização da estrutura de Gastos Operacionais", formulado no âmbito da apresentação da proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2017 da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., adiante designada Lusa, S.A., para efeitos de autorização de Sua Excelência o Secretário do Tesouro, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março (DLEO), que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017. Anteriormente, já a UTAM havia recebido através da mensagem de correio eletrónico de 09/05/2017 da Lusa, S.A., o ofício referência "PCA/034/17" sobre o assunto "Proposta de indicador para medir a otimização da estrutura



M  
J  
g

de Gastos Operacionais" que inclui informação igualmente relevante para a presente análise.

A UTAM procedeu à análise da documentação atrás identificada, suportada ainda pela proposta de PAO para 2017 da Lusa, S.A., que também se encontra em processo de apreciação pela UTAM, emitindo a presente informação, para os devidos efeitos.

## 2. ANÁLISE

Através do ofício referência PCA/034/17 da Lusa, S.A. é apresentada a "Proposta de indicador para medir a otimização da estrutura de Gastos Operacionais". Para o efeito, a empresa apresenta, nomeadamente, o seguinte pressuposto:

- *"No volume de negócios o valor da Indemnização Compensatória (IC) não deve ser deduzido de eventual ajustamento, conforme n.º 5 da Cláusula Oitava do Contrato [de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público assinado com o Estado<sup>1</sup>], uma vez que este fica condicionado porque no seu cálculo são incluídos outros fatores relevantes, que não custos e receitas, nomeadamente o investimento e os encargos com pré-reformas, que resultam de uma decisão de 2010. Ao deduzir-se ao volume de negócios o valor do ajustamento o rácio deixa de refletir a racionalização dos custos ou o aumento das receitas próprias. Na fórmula atual, o ajustamento é menor sempre que se aumentem os custos e/ou diminuem as receitas, o que é claramente um desincentivo ao aumento de receitas próprias, por um lado, e à racionalização dos custos, por outro.*

*A título de exemplo, no ano transato, devido à aprovação tardia do PAO para 2016, houve um conjunto de gastos relevantes que só se concretizaram no último trimestre do ano. No PAO 2016 estava estimada uma devolução de cerca de 490 mil euros, verificando-se afinal uma devolução de 1,4 milhões de euros. Ou seja, do lado dos custos, ao não cumprir em tempo o plano orçamentado, o ajustamento é superior ao previsto; por outro lado, se as receitas próprias tivessem sido significativamente inferiores ao previsto, o ajustamento seria menor. Ora efetivamente o espírito do contrato não é esse. O que se pretende é que se incentivem as receitas próprias e, simultaneamente, se incentive uma gestão eficiente dos custos."*

Entretanto, nos anexos ao Ofício n.º 1731/2017, de 23/05/2017, a Lusa, S.A. apresenta "(...) uma nova proposta de indicador para o triénio 2017-2019, que tem por base os seguintes considerandos:

1. *Considerar todos os gastos e perdas exceto os gastos de depreciação e amortização, tendo por base o mesmo princípio do Anexo I ao novo Contrato (2017-2019);*

<sup>1</sup> Segundo a informação disponibilizada, o referido contrato encontra-se pendente da assinatura de Sua Excelência o Ministro das Finanças.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

2. Considerar a produção anual da Lusa (total de conteúdos produzidos);
3. Expurgar, dos gastos e perdas, efeitos não recorrentes, por via de alterações legislativas (como por exemplo a retoma da aplicação dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho), bem como indemnizações com o pessoal, de modo a ser possível aferir a respetiva gestão da empresa;
4. Expurgar os gastos referentes ao Projeto cofinanciado pelo Google;
5. No seguimento do acima exposto a Lusa propõe-se a que o indicador seja o que se reflete na fórmula infra;

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Total Gastos e Perdas}^{(i)} - \text{Gastos de depreciação e amortização}}{\text{Produção editorial da Lusa}^{(ii)}}$$

<sup>(i)</sup> Expurgados de efeitos não recorrentes por via de alterações legislativas e indemnizações com o pessoal e dos gastos referentes ao projeto cofinanciado pelo Google

<sup>(ii)</sup> Número de conteúdos produzidos

6. A Lusa propõe-se garantir que o resultado do rácio apresente sempre uma diminuição face ao ano anterior."

Sua Excelência o Ministro da Cultura exarou sobre esta proposta da Lusa, S.A., o seguinte Despacho:

- "Face à necessidade de conciliar o indicador proposto com o objetivo de comparação com o ano anterior e apresentando-se a atual proposta na estreita ligação com os meus objetivos para a empresa, plasmados no contrato de prestação de serviço público para o triénio 2017-2019, dou o meu acordo ao indicador agora proposto. Este indicador substituirá o proposto pela empresa a 21 de abril com o meu despacho de 2 de maio.

Ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro

17/5/2017

ass) Luís Filipe Castro Mendes"

Analisando as referências legais invocadas, o n.º 1 do artigo 124.º do DLEO dispõe que "Para efeitos do disposto no artigo 44.º da Lei do Orçamento de Estado, as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios face a 31 de dezembro de 2016, sem prejuízo do disposto [no n.º] 2 (...)"

Sendo que, de acordo com o n.º 2 do artigo 124.º do DLEO "Nos casos em que o volume de negócios não se revele adequado para aferir o nível de atividade da empresa, ou que os gastos operacionais sejam afetados por despesas ocasionais, de elevado montante, imprescindíveis à atividade da empresa, os membros do Governo responsáveis pela área das





*finanças e pelo respetivo setor de atividade podem dispensar o cumprimento do disposto no número anterior, devendo estabelecer outro indicador para medir a otimização da estrutura de gastos operacionais, o qual deve ser mantido, pelo menos, durante três exercícios consecutivos".*

**Em síntese:**

- i) Através do ofício referência PCA/034/17 a empresa apresentou a fundamentação para a não adequação do volume de negócios para aferir o seu nível de atividade;
- ii) Dos anexos ao Ofício n.º 1731/2017, de 23/05/2017, consta a apresentação da proposta da Lusa, S.A. com o novo indicador e os respetivos considerandos;
- iii) O indicador proposto representa, grosso modo, o custo médio por conteúdo produzido<sup>2</sup>, portanto medindo a eficiência (custo) da empresa na produção de conteúdos; e, por fim,
- iv) Sua Excelência o Ministro da Cultura exarou despacho de concordância sobre a proposta da Lusa, S.A..

Face ao exposto, verifica-se que se encontram cumpridos os requisitos determinados no n.º 2 do artigo 124.º do DLEO para que o membro do Governo responsável pela área das finanças possa também dispensar o cumprimento do disposto no n.º 1 do mesmo artigo.

### 3. CONCLUSÃO

Assim, a UTAM considera reunidas as condições para que Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, concordando e querendo, autorize a dispensa do cumprimento da disposição do DLEO sobre a redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios, face a 31 de dezembro de 2016, pela Lusa, S.A., atento o já referido Despacho de Sua Excelência o Ministro da Cultura, de 17 de maio de 2017.

Ana Fernandes  
Consultora

---

<sup>2</sup> Na verdade, ao excluir os custos de capital (gastos de depreciação e amortização) seria uma proxy para o custo variável médio.



A Sua Excelência  
O Secretário de Estado do Cinema,  
Audiovisual e Media  
Dr. Nuno Artur Silva  
Palácio Nacional da Ajuda  
1300-018 Lisboa

N/Ref<sup>o</sup>: PCA/003/21

Lisboa, 30 de março de 2021

**Assunto:** Proposta de indicador para medir a otimização da estrutura de Gastos Operacionais

Exmo. Senhor Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media,

No seguimento do Despacho favorável emanado pelo Senhor Ministro da Cultura, em 17 de maio de 2017, e do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, n.º 351/17 – SET, de 1 de junho de 2017, sobre a proposta da Lusa-Agência de Notícias de Portugal, S.A., de se estabelecer um novo indicador para medir a otimização da estrutura de Gastos Operacionais, a Lusa vem expor a Vossa Excelência o seguinte:

O indicador vigorou por 3 anos (2017-2019), contudo, e uma vez que em 2020 não existiu Decreto-lei de Execução Orçamental e a Lusa não teve Contrato com o Estado para o ano de 2020, considerou-se o mesmo indicador no ano transato.

Tendo em conta que para o próximo triénio os pressupostos para a proposta de um indicador alternativo se mantêm, a Lusa vem solicitar que a proposta de indicador anteriormente apresentada vigore para o triénio 2021-2023, referindo que o mesmo tem por base os seguintes considerandos:

1. Considerar todos os gastos e perdas exceto os gastos de depreciação e amortização, tendo por base o mesmo princípio do Anexo I ao Contrato que vigorou no triénio 2017-2019;

2. Considerar a produção anual da Lusa (total de conteúdos produzidos);
3. Expurgar, dos gastos e perdas, efeitos não recorrentes, por via de alterações legislativas (como por exemplo a retoma da aplicação dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho), bem como indemnizações com o pessoal, de modo a ser possível aferir a efetiva gestão da empresa;
4. No seguimento do acima exposto a Lusa propõe-se a que o indicador seja o que se reflete na fórmula infra;

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Total Gastos e Perdas}^{(i)} - \text{Gastos de depreciação e amortização}}{\text{Produção editorial da Lusa}^{(ii)}}$$

<sup>(i)</sup> Expurgados de efeitos não recorrentes por via de alterações legislativas e indemnizações com o pessoal

<sup>(ii)</sup> Número de conteúdos produzidos

5. A Lusa propõe-se garantir que o resultado do rácio apresente sempre uma diminuição face ao ano anterior.

Considerando os motivos atrás expostos, a Lusa solicita que seja diligenciado no sentido de ser acolhida a proposta apresentada de indicador para medir a otimização da estrutura de Gastos Operacionais.

Na expectativa de um despacho favorável a este pedido, apresentamos a Vossa Excelência os nossos melhores cumprimentos.

O Presidente do Conselho de Administração,

NICOLAU  
FERNANDO  
RAMOS DOS  
SANTOS

Assinado de forma digital  
por NICOLAU FERNANDO  
RAMOS DOS SANTOS  
Dados: 2021.03.30  
17:40:58 +01'00'

(Nicolau Santos)

## Adenda ao Relatório e Contas 2023

19 de março de 2024

O presente documento – Adenda – tem por objetivo a retificação do quadro constante do ponto 17. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, do Capítulo VI – Cumprimento de Orientações Legais, fornecida no Relatório e Contas 2023, fazendo assim parte integrante do mesmo.

### Capítulo VI. Cumprimento de Orientações legais

17. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 105.º da LOE 2023 e artigo 91.º do DLEO 2023)

O quadro seguinte substitui o quadro constante da página 136. Os juros auferidos considerados na versão anterior do quadro decorreram de aplicações financeiras constituídas junto do IGCP (CEDIC), no valor de €19.306, e da Banca Comercial, no montante de €4.

(Euros)				
Disponibilidades	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
<b>Banca Comercial</b>	<b>41 741</b>	<b>43 713</b>	<b>76 463</b>	<b>61 003</b>
Banco B.P.I.	8 885	9 313	13 429	5 658
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	14 389	6 871	24 757	32 887
Banco Millennium Internacional (Maputo)	7 801	15 465	21 649	10 935
Banco Interatlântico (Cabo Verde)	0	0	7 637	8 410
Banco Santander Totta	1 183	1 130	1 077	1 024
Caixa Geral Angola	9 482	10 934	7 913	2 089
<b>IGCP</b>	<b>872 492</b>	<b>1 087 349</b>	<b>987 750</b>	<b>364 330</b>
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.	872 492	1 087 349	987 750	364 330
<b>Disponibilidades</b>	<b>914 233</b>	<b>1 131 063</b>	<b>1 064 212</b>	<b>425 333</b>
Aplicações Financeiras	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.	0	0	0	850 000
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	7 046	7 046	7 046	6 793
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>7 046</b>	<b>7 046</b>	<b>7 046</b>	<b>856 793</b>
<b>Total Disponibilidades + Aplicações Financeiras</b>	<b>921 279</b>	<b>1 138 109</b>	<b>1 071 259</b>	<b>1 282 126</b>
<b>Juros Auferidos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>

Na data da elaboração da presente Adenda, o montante de juros auferidos junto da Banca Comercial em 2023, no montante de €4,08, foi transferido para o IGCP ao abrigo do n.º 8 do artigo 91.º do DLEO 2023.

P' O Conselho de Administração,

*Joaquim Jesus Pedro Correia*